

# Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense

**Organizadores**  
**Beatriz de Azevedo do Carmo**  
**Judite de Azevedo do Carmo**  
**Vinicius Modolo Teixeira**  
**Kárita de Fátima Araújo**

**ARCO**  
EDITORES



# **Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense**



# **DEGET**



## **DTG-LAB**

**Laboratório de Desenvolvimento  
Territorial e Geopolítica**

## **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI  
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR  
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR  
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI  
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR  
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM  
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC  
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS  
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS  
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID  
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE  
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA  
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL  
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS  
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP  
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN  
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA  
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN  
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE  
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT  
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB  
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL  
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM  
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM  
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB  
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM  
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS  
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO  
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA  
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB  
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC  
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS  
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS  
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ  
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM  
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB  
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV



**Editor Chefe:** Ivanio Folmer

**Projeto gráfico e Diagramação:** Gabriel Eldereti Machado

**Capa:** Micheli Hederiki Alves

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Territórios, Paisagens e Saberes[livro eletrônico] :  
Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense /  
[organização] Beatriz de Azevedo do Carmo, Judite  
de Azevedo do Carmo, Vinicius Modolo Teixeira,  
Kárita de Fátima Araújo. -- 1. ed. -- Santa Maria,  
RS : Arco Editores, 2026.

PDF

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5417-650-7

1. Territorialidades e dinâmicas socioespaciais  
no Norte Mato-Grossense. 2. Paisagens, ambiente e  
transformações no espaço regional. 3. Saberes  
tradicionais, identidades culturais e interculturalidade.  
4. Globalização, desenvolvimento e reconfigurações  
do território. 5. Educação, memória e produção do  
conhecimento sobre o espaço regional. I. Carmo, Beatriz  
de Azevedo do. II. Carmo, Judite de Azevedo do.  
III. Teixeira, Vinicius Modolo. IV. Araújo, Kárita  
de Fátima.

CDD-918.17

**Índices para catálogo sistemático:**

CDD 918.17 – Geografia do Mato Grosso



10.48209/978-65-5417-650-7

*Esta obra foi construída de forma coletiva, reunindo diferentes vozes, experiências e perspectivas. As opiniões expressas nos capítulos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e não representam, necessariamente, a posição desta editora. Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.*





## APRESENTAÇÃO

O Livro *Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense* é resultado direto de uma proposta acadêmica construída no âmbito dos laboratórios *DEGET – Desenvolvimento e Gestão do Território* e *DTG – Desenvolvimento Territorial e Geopolítica*, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Sinop, e consolidada por meio da chamada pública de submissão de capítulos destinada a egressos do curso de Licenciatura em Geografia.

A obra integra as ações do evento *II Unemat Convida: a produção do conhecimento geográfico e as possibilidades para os profissionais da área*, configurando-se como um instrumento de valorização da produção científica local e de fortalecimento do vínculo entre universidade, escola e sociedade. O projeto editorial foi concebido com o objetivo de fomentar a produção acadêmica dos egressos, divulgar pesquisas oriundas de Trabalhos de Conclusão de Curso e socializar conhecimentos geográficos produzidos a partir das realidades do norte de Mato Grosso.

Nesse sentido, o livro expressa a potência formativa da universidade pública e sua inserção territorial. As pesquisas aqui reunidas partem de investigações desenvolvidas em diferentes municípios da região norte mato-grossense e evidenciam como o território se constitui como espaço de contradições, transformações, conflitos, aprendizagens e práticas sociais.

Dessa forma, o livro articula paisagem, território e educação, demonstrando que a Geografia produzida no contexto formativo dos egressos da UNEMAT ultrapassa os limites acadêmicos e se projeta como leitura crítica da realidade regional. A obra evidencia a diversidade temática e metodológica da produção geográfica local.

Destaca-se que o conteúdo expresso em cada capítulo é de inteira responsabilidade de seus respectivos autores. As análises, interpretações e posicionamentos expressos nos textos não representam, necessariamente, a opinião dos organizadores, dos laboratórios envolvidos ou da Universidade do Estado de Mato Grosso.

*Os organizadores*



# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1.....9**

### **O DEBATE GEOGRÁFICO SOBRE A CIDADE DO AGRONEGÓCIO: EVIDÊNCIAS NAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS (2000-2020)**

Ademir Pereira; Judite de Azevedo do Carmo; Kárita de Fátima Araújo

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-0

## **CAPÍTULO 2.....25**

### **A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO POR MEIO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Antonia Tainara Torres Silva; Bruno Henrique Gomes Alexandre

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-1

## **CAPÍTULO 3.....40**

### **APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO RÁPIDA NO CÓRREGO JARACATIÁ, COLIDER – MATO GROSSO**

Débora Brunielli Queiroz da Silva Wenceslau; Leila Nalis Paiva da Silva Andrade

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-2

## **CAPÍTULO 4.....56**

### **ENSINO DE GEOGRAFIA: ANÁLISE E REFLEXÕES A PARTIR DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, MATO GROSSO**

Dinéia Barbosa Oliveira Coelho; Leila Nalis Paiva da Silva Andrade

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-3

## **CAPÍTULO 5.....76**

### **A INVISIBILIDADE DOS CÓRREGOS URBANOS E A OCUPAÇÃO IRREGULAR EM SINOP (MT): REALIDADE E DESAFIOS**

Felipe Neres Ferreira; Judite de Azevedo do Carmo; Beatriz de Azevedo do Carmo;  
Emanuele Rebeca Maximiano Almeida; Leonardo Soares dos Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-4

## **CAPÍTULO 6.....91**

### **ENTRE O SONHO DA CASA PRÓPRIA E A REALIDADE URBANA: CONDIÇÕES DE MORADIA NO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO PAULO II, TERRA NOVA DO NORTE-MT**

Jeniffer Hespanha dos Santos; Judite de Azevedo do Carmo

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-5



**CAPÍTULO 7.....107**

**USO E OCUPAÇÃO DA TERRA URBANA EM SINOP (MT): DINÂMICAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Leonardo Soares dos Santos; Judite Azevedo do Carmo; Beatriz de Azevedo do Carmo; Emanuele Rebeca Maximiano Almeida; Felipe Neres Ferreira

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-6

**CAPÍTULO 8.....123**

**A PRÁTICA CARTOGRÁFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL ATALAIA, COLÍDER/MT**

Maira dos Santos Zanini; Marcos dos Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-8

**CAPÍTULO 9.....139**

**A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, A TERRITORIALIDADE E A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SINOP-MT**

Marcelo Freire de Castilho; Judite de Azevedo do Carmo; Baltazar Casagrande

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-9

**CAPÍTULO 10.....155**

**BORDAS, MANIPULAÇÃO E MIGRAÇÃO: A EXTERNALIZAÇÃO DE FRONTEIRAS SOB UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ACORDOS UE-LÍBIA E A INFLUÊNCIA DOS EUA NA VENEZUELA E A MIGRAÇÃO**

Micheli Hederiki Alves; Vinicius Modolo Teixeira; Kárita de Fátima Araújo

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-A

**CAPÍTULO 11.....171**

**HOMICÍDIOS E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS EM COLIDER (MT): UMA ANÁLISE DE 2006 A 2015**

Ozéias dos Santos Batista; Judite de Azevedo do Carmo; Daniel Vanali Candido Mateus

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-B

**CAPÍTULO 12.....186**

**A INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES HUMANAS E OS IMPACTOS AMBIENTAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TELES PIRES – ITAÚBA, MATO GROSSO**

Talita Nogueira Moraes de Oliveira; Judite de Azevedo do Carmo

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-C

**CAPÍTULO 13.....203**

**SETOR DE EVENTOS EM COLÍDER, MATO GROSSO: ENTRE O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A PRECARIZAÇÃO DAS  
RELAÇÕES DE TRABALHO**

Wellington Santos do Carmo; Judite de Azevedo do Carmo; Beatriz de Azevedo do Carmo;  
Karine Fernanda Nascimento Azevedo

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-D

**SOBRE AS ORGANIZADORAS E ORGANIZADOR.....218**

**SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....219**



## CAPÍTULO 1

# O DEBATE GEOGRÁFICO SOBRE A CIDADE DO AGRONEGÓCIO: EVIDÊNCIAS NAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS (2000-2020)

Ademir Pereira  
Judite de Azevedo do Carmo  
Kárita de Fátima Araújo  
Doi: 10.48209/978-65-5417-650-0

## INTRODUÇÃO

No Brasil, conforme Elias (2006), o território vem sendo continuamente estruturado para atender às demandas do capital. Nesse processo, a oligopolização do espaço agrícola tem produzido impactos socioespaciais relevantes, tanto no campo quanto nas cidades. A autora observa que a territorialização do capital e a concentração de áreas agrícolas explicam parte da reestruturação do espaço e da formação de um sistema urbano mais complexo, impulsionado pela difusão da agricultura científica e pela expansão global do agronegócio.

O agronegócio, segundo Contini *et al.* (2006), constitui uma cadeia produtiva que abrange desde a fabricação de insumos, passando pela produção rural e transformação industrial, até a chegada dos produtos ao consumo final. Trata-se de um dos pilares da economia brasileira e tem adquirido crescente importância.

Gilio e Rennó (2018), do Cepea, destacam que, nos últimos anos, o setor assumiu posição central no debate econômico, com ampla visibilidade na mídia. Esses autores ressaltam sua capacidade de ampliar a produtividade, aumentar a produção e gerar empregos em diversas regiões.

Em 2017, por exemplo, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,%, segundo a Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), o PIB-volume do agronegócio calculado pelo Cepea/CNA avançou 7,2%, segundo Gilio e Rennó (2018).

Para Elias (1996), o avanço tecnológico aplicado à produção no campo moderno foi decisivo para elevar a produtividade agropecuária e intensificar as inter-relações com outras atividades econômicas.

Frederico (2011) observa que a especialização dos núcleos urbanos, provocada pelas demandas do campo moderno, transformou a antiga relação campo-cidade. As cidades passaram a concentrar serviços, produtos e agentes essenciais à produção, tornando-se *locus* principal da atividade agroindustrial. Nesse cenário emerge o que Elias (2006) denomina de cidade do agronegócio, marcada pelo predomínio das funções de atendimento ao agronegócio globalizado sobre outras funções urbanas. Os exemplos dados pela autora de cidade do agronegócio incluem Rio Verde (GO), Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), Limoeiro (CE), Balsas (MA), Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (BA) e Bebedouro (SP).

Segundo Frederico (2011), essas cidades reúnem um número expressivo de agências bancárias e serviços especializados, atraindo fluxos de capitais e pessoas e assumindo papel estratégico na regulação da produção regional. A antiga relação em que o campo abastecia a cidade foi invertida: agora são as cidades que fornecem insumos e serviços ao campo modernizado. Embora a riqueza gerada eleve os índices sociais médios, ela mascara as desigualdades, pois o aumento do PIB local convive com carência de moradias e precariedade das condições habitacionais.

Diante da relevância desse processo, este capítulo apresenta os resultados de uma pesquisa que analisa como a temática da cidade do agronegócio é abordada em periódicos científicos de Geografia entre 2000 e 2020, identificando os periódicos e seus estratos, quantificando os artigos e examinando as diferentes perspectivas adotadas.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como exploratória, modalidade que, segundo Gil (2008), visa ampliar a compreensão de um fenômeno, esclarecer conceitos e subsidiar a formulação de questões e hipóteses para estudos posteriores. Para Carmo (2022), esse tipo de investigação possibilita aproxi-



mações empíricas ao objeto de estudo, permitindo reconhecer suas nuances e singularidades antes de análises mais aprofundadas.

Optou-se pela abordagem bibliográfica, por permitir o levantamento, a sistematização e a análise de informações já consolidadas em livros, artigos científicos e outros materiais de referência. Conforme Gil (2008), essa estratégia oferece ao pesquisador a possibilidade de abranger um universo de fenômenos mais amplo do que seria possível investigar diretamente, fornecendo base sólida para interpretações. Na mesma direção, Lakatos e Marconi (2003) ressaltam que a pesquisa bibliográfica reúne e interpreta os principais trabalhos existentes, oferecendo dados atuais e relevantes para a discussão.

No presente estudo, a pesquisa bibliográfica teve dupla finalidade: fundamentar a compreensão dos conceitos de espaço geográfico, cidade e cidade do agronegócio, e identificar como a temática é abordada em periódicos científicos de Geografia. O recorte temporal de 2000 a 2020 foi definido por abarcar duas décadas de debate acadêmico, permitindo observar a evolução das interpretações e a consolidação do conceito de cidade do agronegócio no âmbito da ciência geográfica.

O levantamento de dados foi realizado em duas etapas complementares. Na primeira, procedeu-se à seleção de periódicos na Plataforma Sucupira/CAPES, optando-se por revistas classificadas nos estratos A e B do Qualis (2013–2016), por representarem maior impacto e relevância acadêmica. Foram selecionadas 14 revistas, distribuídas por diferentes regiões do Brasil, garantindo diversidade institucional e regional.

Na segunda etapa, dentro dos periódicos escolhidos, buscou-se artigos que apresentassem em seus títulos ou palavras-chave o termo *cidade do agronegócio*. Após a triagem, os textos identificados foram integralmente lidos e analisados para registrar a quantidade de publicações, identificar autores e instituições de origem e examinar como o conceito é tratado e debatido. Esse procedimento possibilitou mapear a presença do tema na produção geográfica nacional, avaliar a variação das abordagens ao longo do tempo e entre diferentes estratos de publicação e evidenciar a importância e a evolução do conceito no interior da ciência geográfica.

## **BASES CONCEITUAIS E O PAPEL DOS PERIÓDICOS**

O conceito de cidade do agronegócio está intimamente ligado à compreensão do espaço geográfico, categoria central da ciência geográfica. Na Geografia Tradicional, o espaço não ocupava posição de destaque, sendo visto como um receptáculo absoluto (Corrêa, 2000). Com a revolução teórico-quantitativa dos anos 1950, o espaço passa a ser entendido como relativo, ou seja, produzido pelas relações entre objetos, custos e usos. Na década de 1970, a Geografia Crítica adota o materialismo histórico e dialético, interpretando o espaço como *locus* da reprodução das relações sociais de produção (Corrêa, 2000; Santos, 2006; Lefebvre, 1976). Milton Santos (2006) reforça que o espaço é um conjunto indissociável de objetos e ações, tecnicamente marcado e historicamente produzido.

Com a Geografia Crítica os estudos compreendem a cidade, enquanto expressão do espaço geográfico, compreendida como produto social, resultado da interação entre sociedade, natureza e técnica. Lencioni (2008) a define como aglomeração sedentária que reúne funções de troca e administração pública, enquanto Carlos (2001) destaca a cidade como *locus* de produção, marcada pela divisão social do trabalho, concentração de atividades e contradições próprias do processo capitalista. Assim, a cidade é simultaneamente materialidade, modo de vida e espaço de conflitos e lutas sociais, refletindo a produção desigual do espaço urbano.

A partir dessa base conceitual fundada na Geografia Crítica, a cidade do agronegócio é apresentada como uma forma urbana específica, resultante da modernização agrícola e da inserção do agronegócio globalizado no território brasileiro. O conceito, formulado por Denise Elias (2006; 2012), refere-se a centros urbanos inseridos em Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) que, embora dependam da atividade agroindustrial, não se definem apenas por sua localização.

O traço distintivo da cidade do agronegócio, ainda conforme a autora acima citada, é a hegemonia das funções ligadas às redes agroindustriais sobre as demais funções urbanas. Nesses espaços, a produção agrícola intensiva exige

serviços técnicos, financeiros, logísticos e jurídicos, forçando as cidades a se adaptarem para fornecer insumos, mão de obra especializada e infraestrutura ao campo.

Xavier (2018) observa que essas regiões exemplificam o uso seletivo e hierárquico do território, combinando modernização do campo e urbanização acelerada, com crescente diversificação do trabalho e complexa divisão social e técnica. Elias (2012) mostra que a reestruturação produtiva da agropecuária cria novas demandas, atraindo empresas, migrantes qualificados e investimentos para cidades como Sorriso, Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste e Nova Mutum (MT), Rio Verde (GO) ou Luiz Eduardo Magalhães (BA). Esses municípios se tornam polos de serviços e comércio especializados, pontos de conexão entre escalas locais e globais.

Contudo, a dinâmica econômica não elimina as contradições. Frederico (2011; 2013) destaca que essas cidades concentram riqueza e infraestrutura, mas reproduzem desigualdades socioespaciais, com carência de moradias, precariedade habitacional e valorização seletiva do solo urbano. O agronegócio eleva o Produto Interno Bruto (PIB) local, mas oculta disparidades, gerando espaços corporativos e fragmentados.

Em síntese, a cidade do agronegócio é um produto da reestruturação produtiva do campo brasileiro, onde o urbano e o rural se interpenetram. Trata-se de um espaço urbano cuja economia e organização social são moldadas pela lógica do agronegócio globalizado, combinando modernização técnica, crescimento econômico e profundas desigualdades sociais. Esse conceito evidencia como o capital agroindustrial redefine tanto as relações campo-cidade quanto o próprio uso do território, constituindo novas centralidades e formas de urbanização no interior do Brasil.

Nessa perspectiva, compreender e difundir essas transformações exige canais de comunicação capazes de registrar e discutir criticamente tais dinâmicas. É justamente nesse ponto que os periódicos científicos ganham relevância, pois constituem o principal meio de circulação, validação e preservação do conhecimento produzido no meio acadêmico, desempenhando papel estratégico para o avanço da ciência geográfica.



A divulgação científica, também chamada de popularização da ciência, tem como finalidade democratizar o acesso ao saber, permitindo que a sociedade compreenda, mesmo que de forma básica, os processos de produção do conhecimento e as inovações tecnológicas que impactam a vida cotidiana (Bueno, 2010; Albagli, 1996).

Essa prática, porém, não foi sempre reconhecida: seu desenvolvimento remonta à ciência moderna europeia, no século XV, quando o acesso ao conhecimento era restrito e marcado por repressões, conquistando espaço e legitimidade gradualmente (Mülher e Caribé, 2010).

No decorrer da história, a comunicação científica acompanhou a evolução das tecnologias de informação. A invenção do rádio, da televisão e do cinema ampliou a difusão do conhecimento no século XX, mas a *internet* representou a grande revolução, ao reunir diferentes formas de comunicação e possibilitar o acesso a revistas, livros, cursos e bases de dados de maneira rápida e global (Müller e Caribé, 2010). Nesse ambiente, os periódicos eletrônicos se destacam por sua agilidade, alcance e baixo custo, tornando-se o canal mais eficiente para a divulgação e validação das pesquisas (Brofman, 2012).

Os periódicos diferenciam-se de outros meios de comunicação por adotarem processos rigorosos de avaliação por pares, garantindo confiabilidade e atualidade das informações (Rodrigues e Fachin, 2010). Por meio da publicação, os pesquisadores registram oficialmente o conhecimento, legitimam campos de estudo, estimulam o debate científico e asseguram prioridade em descobertas e teorias (Freitas, 2006).

No Brasil, a avaliação Qualis/CAPES é o sistema de classificação que mede a qualidade das revistas, permitindo hierarquizar os periódicos segundo critérios de impacto, regularidade e relevância para cada área do conhecimento (Ferreira, 2010).

Além de possibilitar a socialização do saber, as publicações periódicas são instrumentos fundamentais para análises quantitativas da produção científica.

A bibliometria, por meio da contagem de citações e da aplicação de leis como as de Bradford, Lotka e Zipf, permite avaliar a produtividade de autores, periódicos e palavras-chave, fornecendo indicadores objetivos de relevância e

influência (Ferreira, 2010). Esses estudos auxiliam na identificação de tendências, na mensuração da qualidade das publicações e na compreensão das redes de pesquisadores que estruturam cada área do conhecimento.

No campo da Geografia, os periódicos são decisivos para difundir debates teóricos, metodológicos e empíricos que sustentam a renovação da disciplina. Revistas especializadas permitem que conceitos, como o de cidade do agronegócio, circulem entre pesquisadores, sejam discutidos criticamente e se consolidem como categorias de análise.

Apesar de sua relevância, os textos acadêmicos muitas vezes permanecem restritos ao público especializado devido à linguagem técnica e ao vocabulário denso. Por isso, diversos autores defendem que a divulgação científica deve extrapolar os periódicos, alcançando meios mais acessíveis como jornais, plataformas digitais e canais educativos, de forma a ampliar o diálogo com a sociedade (Bueno, 2014).

Ainda assim, os periódicos seguem como veículos centrais para a legitimação do conhecimento, pois oferecem revisão criteriosa, periodicidade e visibilidade internacional, garantindo que as descobertas e reflexões da ciência geográfica sejam registradas, avaliadas e apropriadas pela comunidade científica.

Em síntese, conforme a literatura consultada, os periódicos científicos não apenas difundem resultados de pesquisa, mas também estruturam a própria prática científica, funcionando como espaços de institucionalização, debate e avaliação. Na Geografia, cumprem a função de consolidar conceitos, como o de cidade do agronegócio, e de fortalecer a circulação de ideias que explicam as dinâmicas socioespaciais contemporâneas, assegurando que o conhecimento geográfico se mantenha crítico, atualizado e socialmente relevante.

## **DISTRIBUIÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA SOBRE A CIDADE DO AGRONEGÓCIO**

Visando apresentar os resultados da seleção dos periódicos realizada na Plataforma Sucupira/CAPES e refletir sobre o levantamento, foram identificadas revistas de publicação periódica da área de Geografia no período de 2000 a 2020, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Periódicos selecionados na Plataforma Sucupira

| ISSN      | Periódico                                                     | Área      | Qualis | Periodicidade                   |
|-----------|---------------------------------------------------------------|-----------|--------|---------------------------------|
| 0101-708X | Boletim Goiano de Geografia                                   | Geografia | A1     | Quadrimestral<br>Fluxo contínuo |
| 2179-0892 | GEOUSP- Espaço e Tempo                                        | Geografia | A1     | Quadrimestral                   |
| 1517-7793 | GEOgraphia (UFF)                                              | Geografia | A2     | Semestral                       |
| 2236-2878 | Revista do Departamento<br>de Geografia                       | Geografia | A2     | Semestral<br>(Fluxo contínuo)   |
| 2177-5230 | Geosul                                                        | Geografia | B1     | Quadrimestral                   |
| 1809-198X | GeoTEXTOS                                                     | Geografia | B1     | Semestral                       |
| 2176-5774 | Caderno<br>Prudentino de Geografia                            | Geografia | B2     | Semestral                       |
| 2317-1529 | Revista Brasileira de Estudos<br>Urbanos e Regionais          | Geografia | B2     | Anual                           |
| 2236-9716 | Revista Geoaraguaia                                           | Geografia | B3     | Semestral                       |
| 2316-8056 | Revista da Casa da Geografia de Sobral                        | Geografia | B3     | Quadrimestral                   |
| 1413-4519 | Cadernos CERU (USP)                                           | Geografia | B4     | Semestral                       |
| 1516-9111 | PAPERS DO NAEA (UFPA)                                         | Geografia | B4     | Anual<br>(Fluxo contínuo)       |
| 2447-9195 | GEOFRONTER                                                    | Geografia | B5     | Semestral                       |
| 2175-862X | GEOINGÁ: Revista do Programa de<br>Pós-graduação em Geografia | Geografia | B5     | Semestral                       |

Fonte: Plataforma Sucupira (Qualis 2013-2016), organizado pelo autor (2022).  
Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

Essas revistas estão ligadas às universidades de diferentes estados brasileiros. De acordo com os sites das publicações, a maioria adota fluxo contínuo de recebimento de manuscritos, com periodicidade que varia de quadrimestral a anual. Entre os destaques estão o *Boletim Goiano de Geografia* (UFG), a *GEOUSP – Espaço e Tempo* (USP), totalmente virtual, a *Revista GEOgraphia* (UFF) e a *Revista do Departamento de Geografia* (USP), ambas semestrais, além de *Geosul* (UFSC), *GeoTEXTOS* (UFBA) e *Caderno Prudentino* (AGB).



Outros periódicos, como a *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (UFRJ), *Geoaraguaia* (UFMT), *Casa da Geografia de Sobral* (UVA), *Cadernos CERU* (USP), *PAPERS – NAEA* (UFPA), *GEOFRONTER* (UEMS) e *GEOINGÁ* (UEM), contribuem para a difusão científica em diferentes áreas da Geografia e das Ciências Humanas.

A partir desses periódicos foram levantados artigos que continham em seus títulos ou palavras-chave o termo “cidade do agronegócio”, listados no Quadro 2.

Quadro 2 – Artigos identificados nos periódicos

| Periódico                                                  | N. de publicações | Ano   |
|------------------------------------------------------------|-------------------|-------|
| Boletim Goiano de Geografia                                | Nenhuma           | ----- |
| GEOUSP- Espaço e Tempo                                     | 01                | 2013  |
| GEOGRAPHIA (UFF)                                           | 02                | 2015  |
| Revista do Departamento de Geografia                       | Nenhuma           | ----- |
| Geosul                                                     | 01                | 2018  |
| GeoTEXTOS                                                  | 01                | 2020  |
| Caderno Prudentino de Geografia                            | 01                | 2011  |
| Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais          | 01                | 2007  |
| Revista GEOARAGUAIA                                        | 01                | 2018  |
| Revista da Casa da Geografia de Sobral                     | Nenhuma           | ----- |
| Cadernos CERU (USP)                                        | Nenhuma           | ----- |
| PAPERS DO NAEA (UFPA)                                      | Nenhuma           | ----- |
| GEOFRONTER                                                 | 01                | 2018  |
| GEOINGÁ: Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia | 01                | 2017  |

Fonte: Plataforma Sucupira (Qualis 2013-2016), organizado pelo autor (2022).  
Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

Nos periódicos analisados foram identificadas dez publicações ligadas à temática, sendo sete com a expressão no título e três nas palavras-chave. O primeiro registro é de 2007, mas a abordagem não apresenta regularidade, com pico em 2018 (três artigos). Quanto à distribuição regional, os periódicos com artigos sobre o tema localizam-se em várias regiões. Na região Sudeste (5 publicações), Sul (2), Centro-Oeste (2) e Nordeste (1). No Sudeste, dois autores vinculados à USP assinam duas publicações, enquanto outros três artigos têm autores de universidades do Ceará e do Paraná. Na região Sul, as duas publicações foram de pesquisadores ligados a instituições de outras regiões.

No Centro-Oeste, apenas um autor de uma das duas publicações possui vínculo com universidade local (UFMT), e a única publicação do Nordeste tem autores de universidades da própria região. Esses dados demonstram que a produção científica sobre cidade do agronegócio permanece concentrada no Sudeste, com contribuições pontuais das demais regiões e sem periodicidade regular.

Encerrado o panorama quantitativo, torna-se pertinente avançar para a análise qualitativa do conteúdo produzido, observando como os autores interpretam o fenômeno em seus estudos. O artigo “Modernização da agricultura e uso do território: A dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o Estado em áreas de cerrado”, de Samuel Frederico (2013), inaugura essa discussão ao examinar a expansão da fronteira agrícola moderna em áreas do cerrado, com destaque para Mato Grosso, Goiás, Pará e Minas Gerais, e exemplos de cidades como Rondonópolis, Sorriso, Rio Verde, Balsa, Barreiras e Dourados.

Frederico (2013, p.54) vincula a cidade do agronegócio à “quantidade e qualidade dos serviços e comércios existentes para atender aos consumos produtivos e consumptivos” e observa que a modernização “excludente” do campo, ao mesmo tempo em que promove crescimento, aprofunda a desigualdade de acesso às infraestruturas sociais urbanas.

O artigo “(RE)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio”, de Renato Pequeno e Denise Elias (2015), analisa a urbanização associada ao agronegócio globalizado, com foco em

Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (LEM), na Bahia. Os autores destacam que as duas cidades formam um binômio central na RPA da soja, sendo que Barreiras mantém funções de cidade média e LEM se caracteriza pela hegemonia das atividades ligadas ao agronegócio globalizado, oferecendo produtos e serviços modernos demandados pelas atividades agrícolas e agroindustriais.

Na mesma linha, Danilo Volochko (2015), em “Terra, poder e capital em Nova Mutum – MT”, examina a relação entre modernização do campo e produção do espaço urbano em Nova Mutum, citando também Lucas do Rio Verde e Sorriso. Ele descreve essas cidades como novas centralidades formadas nas últimas décadas, onde o crescimento econômico convive com renovada segregação socioespacial.

Marcos Xavier (2018), em “Cidades de pequeno porte e comando do agronegócio corporativo no Oeste Paranaense”, mostra como o agronegócio cooperativo transforma pequenos municípios em nós de processos produtivos e sedes de decisões corporativas, evidenciando o uso seletivo e hierárquico do território.

Outros trabalhos reforçam essas contradições. Pequeno e Elias (2020), em “Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio”, revelam que, embora a presença de grandes estruturas produtivas dinamize a economia urbana, o bônus é apropriado pelos agentes do capital enquanto o ônus recai sobre os mais pobres.

Frederico (2011) destaca, em estudo sobre a fronteira agrícola moderna, que o acúmulo de serviços transforma essas cidades em *lôcus* da relação local-global, mas também expulsa migrantes para periferias sem infraestrutura. Elias e Pequeno (2007) descrevem problemas típicos de grandes centros, favelização, carência de saneamento e congestionamentos, em cidades do agronegócio como Limoeiro do Norte, Petrolina, Barreiras e Balsa. Santos (2018), analisando Primavera do Leste (MT), mostra que, apesar da imagem midiática de progresso, o crescimento populacional acentua as desigualdades.

Também merecem destaque o estudo de Silva e Sobrinho (2017), que examina a (re)configuração territorial de Alexânia (GO) e sua inserção na rede de cidades do agronegócio, e o de Luciano Campos Gomes (2018), que analisa

Santo Antônio do Amparo (MG) e Varginha (MG), evidenciando a elevada participação dos serviços agroindustriais no PIB municipal.

De modo geral, sobressaem autores como Renato Pequeno e Denise Elias, com três publicações, e Samuel Frederico, com duas, cujos trabalhos convergem ao demonstrar que, embora essas cidades sejam apresentadas como polos de desenvolvimento, elas atraem migrantes que enfrentam encarecimento da terra urbana, surgimento de periferias, carência de moradia e aumento do trabalho informal. A análise crítica revela, assim, a contradição central: a mesma modernização que gera riqueza reforça desigualdades socioespaciais e restringe o direito à cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como a temática da cidade do agronegócio vem sendo discutida no âmbito da ciência geográfica, a partir de publicações em periódicos científicos brasileiros entre 2000 e 2020. O levantamento realizado revelou que os primeiros artigos sobre o tema surgem a partir de 2007 e que a maior concentração de publicações encontra-se em periódicos classificados nos estratos mais elevados do Qualis/CAPES, especialmente na região Sudeste, seguida por revistas do Nordeste. Essa distribuição evidencia tanto a consolidação do debate em programas de pós-graduação mais antigos e estruturados quanto a crescente inserção da temática em diferentes recortes regionais.

Os resultados apontam que os artigos analisados, embora reconheçam a expressiva contribuição econômica do agronegócio, com aumento de produtividade, expansão do PIB setorial e diversificação das atividades urbanas, mantêm um olhar crítico sobre suas consequências socioespaciais.

As cidades do agronegócio aparecem como centros de serviços, comércio e inovação tecnológica, abrigando universidades, instituições financeiras, indústrias de insumos e redes de transporte, mas também revelam contradições profundas. A pesquisa mostrou que a concentração fundiária e de capital, associada à valorização e à especulação imobiliária, gera segregação socioespacial, encarecimento da moradia, crescimento de periferias e precarização



das condições de vida para a população trabalhadora atraída pela promessa de emprego e melhores oportunidades.

A análise confirma que a cidade do agronegócio é fruto do capital globalizado, articulando campo e cidade, mas perpetuando desigualdades. Apesar do discurso de progresso, seu crescimento não garante democratização urbana, revelando exclusão e apropriação seletiva do território, o que exige críticas geográficas ao papel do agronegócio na produção do espaço.

## **REFERÊNCIAS**

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania?. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/639/643>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BUENO, Wilson da Costa. A Divulgação da Produção Científica no Brasil: A Visibilidade da Pesquisa nos Portais das Universidades Brasileiras. **Ação Midiática**, n. 7, ano 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36340/22901>. Acesso em: 10 out. 2020.

BROFMAN, Paulo Roberto. A importância das publicações científicas. **Fractal Telemática**. v. 1, n. 1. p. 419- 421, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.telematicafractal.com.br/revista/index.php/telfract/article/view/6>. Acesso em: 19 jul. 2021.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS-IBGE. PIB avança 1,0% em 2017 e fecha ano em R\$6,6 trilhões. Estatísticas econômicas. IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARMO, Beatriz de Azevedo. **Os modelos digitais de terreno na caracterização da vulnerabilidade socioambiental a enchentes na periferia do espaço urbano de Holambra (SP) e as ações do planejamento urbano**. 2022. 208f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2022.

CONTINI, Elísio; GASQUES, José Garcia; LEONARDI, Renato Barros de Aguiar; BASTOS, Eliana Teles. Evolução recente e Tendências do Agronegócio. **Revista de política Agrícola**; Ano XV, n.1. jan./fev./mar., 2006. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/475>. Acesso em: 10 out. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ELIAS, Denise. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (São Paulo)**. 1996. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola no Brasil. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. V X, N. 218 (3), 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n. 1, p. 01-25, 2007. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p25>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ELIAS, Denise. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. *In*: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, p. 1-16, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-D-Elias.pdf>. Acesso em: 09 jul. de 2021.

FREDERICO, Samuel. As cidades o agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, n.33, v.1, p.5-23, 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1933/1813>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FREDERICO, Samuel. Modernização da agricultura e uso do território: A dialética entre o novo e o velho, o interno e externo, o mercado e o estado em área de cerrado. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 34, p. 46-61, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74934>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. DataGramaZero - **Revista de Ciência da Informação**, v.11 n.3, s/p, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7110>. Acesso em: 10 out. 2020.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/RRqQp5h4xm5FSn7dSK99gTG/?lang=pt#:~:text=O%20primeiro%20peri%C3%B3dico%20impresso%20no,chegou%20a%20publicar%20mem%C3%B3rias%20cient%C3%ADficas>. Acesso em: 10 out. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILIO, Leonardo; RENNO, Nicole. O crescimento do Agronegócio realmente tem se refletido em maior renda para agentes do setor?. **CEPEA- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada**. 2018, s/p. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/o-crescimento-do-agronegocio-realmente-tem-se-refletido-em-maior-renda-para-agentes-do-setor.aspx>. Acesso em: 09 out. de 2020.

GOMES, Luciano Campos. As cidades pequenas do agronegócio e seu papel na rede urbana regional: O caso de Santo Antônio do Amparo – MG. **GEOFRONTER**, campo Grande, n. 4, v. 2, p. 23-46, 2018. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/2914/pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFÈBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.

LENCIONI, Sandra. Observação sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n° 24, pp. 109 – 123, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740>. Acesso em: 03 jun. 2021.

MÜLHER, Susana; CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. A comunicação científica para o público leigo: breve histórico. **Ciência da Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 13 – 30, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33885>. Acesso em: 03 jun. 2021.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. (RE) Estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **GEOgraphia**, ano 17, n. 35. Dossiê 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13727/8927>. Acesso em: 15 out. 2020.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. Estruturação urbana e questão de moradia nas cidades do agronegócio. **GeoTEXTOS**, v.16, n.1, p. 109-136, julho 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/geo.v16i1.37591>. Acesso em: 15 out. 2020.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Portal de periódicos científicos: um trabalho multidisciplinar. **TransInformação**, v. 22, p. 33-45, Campinas, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/rSs7ppQj9JQFD8rNRjJVhLQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Alexandre Eduardo. O agro tech-pop-tudo e as desigualdades socioespaciais em uma cidade do agronegócio no cerrado: Primavera do Leste - MT. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, v. 8, n.1, p. 71-84, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6984/4584>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SILVA, Edilene Américo; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. (RE) Configuração territorial de Alexânia: A inserção municipal na rede de cidades do agronegócio em Goiás. **GEOINGÁ: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 49-70, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/geoinga/article/view/49358/751375140447>. Acesso em: 15 fev. 2022.

VOLOCHKO, Danilo. Terra, poder e capital em Nova Mutum-MT: Elementos para o debate da produção do espaço nas “cidades do agronegócio”. **GEOgraphia**, A. 17, n. 35 – dossiê 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13728>. Acesso em: 15 fev. 2022.

XAVIER, Marcos. Cidades de pequeno porte e comando do Agronegócio Cooperativo no Oeste paranaense. **Geosul**, Florianópolis, v.33, n. 68, p. 137-163, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2018v33n68p137>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

## CAPÍTULO 2

# **A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO POR MEIO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Antonia Tainara Torres Silva  
Bruno Henrique Gomes Alexandre  
Doi: 10.48209/978-65-5417-650-1

### **INTRODUÇÃO**

A Geografia escolar desempenha papel fundamental na formação das bases do conhecimento geográfico, contribuindo para que os estudantes compreendam o espaço e a sociedade de forma crítica. Nos anos iniciais, esse processo está ligado à alfabetização geográfica, o que possibilita que os alunos observem e interpretem o mundo ao seu redor (Deon e Callai 2020). Já nos anos finais do Ensino Fundamental, a disciplina assume caráter mais aprofundado, estimulando habilidades de maneira mais complexas, e a capacidade de leitura e análise dos fenômenos socioespaciais Cruz (2020).

Contudo, o ensino de Geografia ainda enfrenta muitos desafios, como a permanência de práticas tradicionais centradas na memorização e a dificuldade de vincular os conteúdos ao cotidiano dos alunos. Cavalcanti (2002) lembra que os alunos produzem e vivenciam espaços diariamente, o que reforça a necessidade de aproximar a disciplina de suas experiências concretas.

Neste capítulo, é apresentada reflexões baseadas na participação no Programa de Residência Pedagógica, realizado na Escola Estadual Ênio Pipino, no município de Sinop-MT. A vivência no 8º e 9º anos evidenciou tanto os potenciais quanto às limitações do processo de construção do conhecimento geográfico dos alunos nesta fase, marcado por lacunas metodológicas, falta de infraestrutura e escassez de recursos pedagógicos. Por outro lado, também revelou possibilidades de práticas mais significativas, que articulam teoria e cotidiano, ampliando a formação cidadã dos estudantes.



A partir dessa experiência, o objetivo foi discutir as dificuldades enfrentadas por professores e alunos, relatar estratégias pedagógicas observadas e refletir sobre caminhos que tornem o ensino de Geografia mais eficaz, crítico e contextualizado, buscando dessa maneira contribuir para o fortalecimento da educação geográfica, e para a formação de cidadãos capazes de compreender e intervir no espaço em que vivem.

## **GEOGRAFIA ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

A Geografia Escolar tem sido objeto de intensos debates quanto ao seu papel e importância no processo de escolarização, uma vez que, historicamente, esteve atrelada a práticas pedagógicas de caráter descritivo, conteudista e voltadas à memorização, fortemente influenciadas pelo positivismo. Segundo Moraes (1987), desde o início do século XX, o ensino da disciplina se desenvolveu a partir de uma abordagem descritiva e neutra, marcada pela descrição linear do mundo, prática que ainda se perpetua em grande parte das escolas no século XXI.

Entretanto, romper com esse ensino tradicional não é tarefa fácil, pois os paradigmas consolidados no interior da Geografia Escolar tendem a reproduzir práticas de transmissão e memorização de conteúdo sem significado para os alunos, gerando desinteresse e indisciplina. Para Alexandre (2013) embora haja consenso sobre a necessidade de mudanças estruturais, políticas e metodológicas, tais transformações ainda ocorrem de forma lenta e gradual, despertando temor e insegurança, mas sendo imprescindíveis para o avanço científico e educacional.

Diversos autores têm proposto alternativas para superar esses paradigmas, Callai (2011) destaca que a Geografia Escolar contribui para que os estudantes reconheçam suas identidades e pertencimento em um contexto global. Já Cavalcanti (2013) reforça que, a partir de uma abordagem crítica e reflexiva, a disciplina rompe a fragmentação tradicional, transformando-se em instrumento de luta e resistência, ao possibilitar novas formas de pensar, agir e interpretar o mundo. Saviani (2015) reforça que o ensino de Geografia deve ir além da mera transmissão de conteúdo, buscando a formação cida-

dã crítica e reflexiva, sem desconsiderar os saberes prévios dos alunos, mas transformando-os em conhecimentos científicos.

Cavalcanti (2013) relata que a Geografia Escolar tem como desafio instigar a compreensão do espaço em suas múltiplas dimensões, promovendo a reflexão sobre questões sociais, ambientais, culturais e econômicas. Para Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009), o ensino permite compreender representações e conhecimentos a partir das diferentes dimensões da realidade. Nessa linha, Cavalcanti (1998) afirma que a disciplina deve ser concebida como um modo específico de raciocinar e interpretar a realidade espacial, o que exige refletir não apenas sobre conteúdos, mas também sobre métodos de ensino.

Callai (2005) acrescenta que o ensino de Geografia é espaço de construção da cidadania, favorecendo a compreensão e a atuação frente às problemáticas socioambientais, o que demanda práticas pedagógicas que valorizem a autonomia e o pensamento reflexivo. Manfio e Balssan (2014) reforçam que o ensino deve motivar os alunos, articulando teoria e prática de modo a contextualizar o espaço vivido. Assim, a construção do conhecimento geográfico parte da realidade local para se expandir à dimensão global, favorecendo uma ressignificação dos saberes cotidianos.

A formação crítica proporcionada pela Geografia possibilita ao aluno compreender o espaço, as desigualdades, as relações de poder e os impactos ambientais, de modo a desenvolver consciência cidadã e integradora (Cavalcanti, 1998). Nesse processo, a disciplina torna-se fundamental na Educação Básica, pois permite a compreensão da relação entre sociedade e natureza. Vesentini (1986) enfatiza a necessidade de uma Geografia Escolar conectada à realidade do educando, integrando suas experiências e possibilitando uma leitura mais consciente do mundo.

Ainda que a renovação teórica e metodológica tenha trazido contribuições significativas como a Geografia Crítica das décadas de 1970 e 1980, e as agendas ambientais e culturais dos anos 1990 e 2000, muitas dessas transformações ainda não foram efetivamente incorporadas às práticas escolares. Para Vilela (2013), às inovações presentes nos currículos são resultado de negociações com as tradições existentes, revelando a força da Geografia Tradicional.

Alexandre (2013) ressalta que os desafios enfrentados pela Geografia Escolar refletem também as condições estruturais da escola e da profissão docente. Apesar das dificuldades, é necessário inovar a didática, repensar recursos e práticas, e construir novas formas de ensinar e aprender. Assim, a Geografia Escolar reafirma-se como espaço privilegiado para a formação crítica, capaz de articular teoria e prática e preparar os estudantes para compreender e transformar a realidade.

## **O CURRÍCULO ESCOLAR E O ENSINO DE GEOGRAFIA**

A construção de um currículo de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental deve ser orientada por documentos normativos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que definem diretrizes para o trabalho pedagógico dos professores e buscam assegurar a formação de competências e habilidades essenciais. A BNCC, fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996), representa uma política pública que, além de organizar conteúdos, abrange práticas pedagógicas aplicáveis a instituições públicas e privadas em nível nacional no Brasil (2017).

A BNCC busca garantir qualidade educacional ao propor a padronização da aprendizagem, de modo a oferecer igualdade de condições a todos os alunos brasileiros. No entanto, críticas apontam que essa padronização pode desconsiderar as particularidades regionais e a autonomia docente. Como afirma Guimarães (2018), o documento apresenta ambiguidades ao declarar não ser currículo, mas apenas referência para sua elaboração. Pinheiro e Lopes (2021) acrescentam que tais limitações podem gerar interpretações equivocadas, comprometendo o ensino da Geografia. Costa (2019) também destaca que o texto da BNCC demonstra certo abandono do pensamento curricular acumulado.

Há riscos de distanciamento entre o currículo proposto e as vivências dos alunos, o que pode gerar generalização no ensino. Araújo e Viana (2022) enfatizam que os desafios da Geografia escolar superam os aspectos pedagógicos, envolvendo também a capacidade de análise crítica sobre processos globais. Nesse sentido, o currículo não deve restringir-se à memorização de

mapas e capitais, mas promover reflexão crítica sobre relações socioespaciais e desigualdades, visando à formação de cidadãos conscientes.

De acordo com a BNCC (2017), a Geografia escolar nos anos finais deve contribuir para que os alunos compreendam a produção social do espaço, as transformações territoriais e o papel do Estado-nação em meio às mudanças tecnológicas. Assim, cabe ao currículo desenvolver habilidades investigativas e analíticas, incentivando os estudantes a pesquisar, interpretar e tomar decisões. Nos anos finais, em especial no 8º e 9º ano, é fundamental assegurar a progressão das aprendizagens, contemplando diferentes escalas de análise e a compreensão crítica da produção do espaço.

Castro (2000) ressalta a importância da escala como medida de visibilidade dos fenômenos, fundamental no raciocínio geográfico. Contudo, a fragmentação dos conteúdos, como o deslocamento de temas naturais (clima, relevo, solos, hidrografia) para a disciplina de Ciências, tem prejudicado a identidade da Geografia escolar. Segundo Souza, Oliveira e Alves (2011), essa fragmentação gera conhecimento parcial, dificultando a análise integral da relação entre sociedade e natureza.

No 8º ano, a BNCC (2017) orienta o aprofundamento de conceitos como território e região, destacando a análise dos continentes americano e africano. É necessário também compreender a influência da América do Norte, em especial dos Estados Unidos, na economia e geopolítica mundial, bem como relacionar indicadores socioeconômicos e culturais, como IDH e saneamento. Rossato (2021) reforça a importância de desenvolver habilidades que permitam ao aluno compreender sua história e papel na sociedade, reconhecendo sua capacidade de interferir nas dinâmicas globais.

No 9º ano, o foco está na análise da nova ordem mundial, da globalização e das disputas de poder, com ênfase no papel da Europa e dos países asiáticos na geopolítica e economia global Brasil (2023). Rossato (2021) afirma que, nesse período escolar, o aluno deve ser capaz de analisar criticamente o contexto mundial e reconhecer a influência de informações externas em suas escolhas cotidianas.

Para isso, são fundamentais práticas pedagógicas que unem teoria e prática, permitindo a aplicação do conhecimento em situações reais. Como destaca Roque Ascensão (2020), a BNCC rompe com a linearidade curricular ao propor unidades temáticas interdependentes, favorecendo a construção de aprendizagens mais críticas e integradoras.

Em síntese, a BNCC traz avanços ao propor uma Geografia escolar mais reflexiva e contextualizada, mas enfrenta críticas quanto à padronização e à fragmentação dos conteúdos. O professor acaba tendo que mediar esses desafios, para garantir que o currículo de Geografia seja um instrumento de formação cidadã, crítica e transformadora. Dessa forma, espera-se que o ensino de Geografia nos anos finais contribua para a construção do projeto de vida dos alunos, auxiliando na reflexão sobre os desafios socioespaciais contemporâneos.

## **O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A VIVÊNCIA ESCOLAR**

A Geografia Escolar é um componente essencial para a formação crítica dos alunos, pois possibilita compreender e interpretar as dinâmicas socioespaciais em diferentes escalas, contribuindo para que o estudante atue de maneira consciente no espaço em que está inserido. Contudo, para que o ensino alcance sua finalidade, é necessário que esteja embasado em um currículo estruturado e atualizado. Nesse aspecto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe diretrizes que organizam o ensino por meio de competências e habilidades específicas, valorizando práticas como o letramento cartográfico, a interdisciplinaridade, o uso das tecnologias e a análise de questões globais, com o intuito de formar cidadãos críticos e participativos (Brasil 2023).

Apesar dessas propostas, a realidade escolar ainda demonstra fragilidades, visto que muitas práticas se limitam à memorização de conteúdos como capitais, estados, relevo, clima e vegetação, sem aprofundar discussões sociais, econômicas e ambientais. Além disso, a disciplina Geografia enfrenta processos de desvalorização no currículo, o que evidencia o distanciamento entre as diretrizes oficiais e as práticas cotidianas.



Diante desse contexto, surge a necessidade de estratégias que articulem teoria e prática, de modo a fortalecer a formação docente. O Programa de Residência Pedagógica (RP), instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que esteve vigente de março de 2018 a abril de 2024, surgiu como alternativa significativa, proporcionando aos licenciandos a imersão no ambiente escolar.

Essa proposta buscava garantir que o futuro professor vivenciasse intensamente o cotidiano da sala de aula ainda durante sua formação inicial (Brasil 2023). O programa foi concebido a partir de editais públicos, articulando as Instituições de Ensino Superior (IES) com escolas da rede básica, e apresentava entre seus objetivos o fortalecimento da identidade docente, a valorização da experiência dos professores da educação básica e o desenvolvimento de pesquisas colaborativas que pudessem enriquecer tanto o ensino superior quanto a educação básica (Brasil 2023). A estrutura do Programa previa a participação dos residentes por 18 meses, com carga horária de 440 horas, sendo 60 destinadas à ambientação nas escolas, 320 horas às interações e práticas pedagógicas e 60 horas à elaboração de relatórios, avaliações e socializações de experiências.

Todo o processo era acompanhado por coordenadores das IES e professores preceptores das escolas (Brasil 2023). Para Freitas, Freitas e Almeida (2020), a experiência do estágio curricular representa um momento crucial na formação do professor, pois permite a integração entre teoria e prática. Nesse sentido, a RP possibilita ao licenciando aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso em situações reais, refletindo sobre sua atuação e construindo competências para enfrentar os desafios da docência. Gomes e Lago (2019) reforçam que a RP é um momento marcante na trajetória formativa do discente, visto que agrega experiências significativas tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

A proposta da Residência Pedagógica também se destaca por oferecer ao residente uma visão realista da profissão, permitindo identificar os desafios da sala de aula e refletir sobre as práticas pedagógicas, bem como avaliar se estas atingem os resultados esperados. Essa vivência contribui para o desenvolvimento da autonomia, da confiança e da identidade docente, aspectos fun-

damentais para o exercício profissional. Para Castrogiovanni (2007), um dos principais desafios do professor é pensar criticamente sua prática, superando a monotonia que muitas vezes marca o ensino de Geografia.

Assim, o programa pode ser compreendido como uma oportunidade de formação diferenciada, que não apenas complementa os estágios supervisionados, mas amplia a vivência do licenciando dentro da realidade escolar, favorecendo um contato mais estreito com o professor preceptor e estabelecendo um vínculo pedagógico e formativo significativo (Gomes e Lago 2019).

Nesse contexto, Passini (2010) ressalta que o conhecimento docente não é algo pronto, mas construído ao longo da carreira, por meio das experiências em sala de aula. O desempenho do professor, portanto, depende tanto de sua formação acadêmica quanto de suas reflexões sobre a prática pedagógica. A RP, ao proporcionar a imersão do licenciando em contextos escolares reais, permite que esse processo de construção se inicie ainda na graduação, de forma articulada com os conteúdos teóricos aprendidos.

Além disso, o programa contribui para que o futuro docente compreenda as dificuldades estruturais da escola pública, como a ausência de recursos didáticos, a falta de apoio institucional e as limitações físicas, que interferem diretamente na qualidade do ensino e da aprendizagem. Mesmo diante desses impasses, a experiência da Residência Pedagógica garante progressos importantes, como o fortalecimento de habilidades interpessoais, a identificação vocacional e o amadurecimento profissional.

O programa representa uma contribuição significativa para a formação inicial do professor, ao permitir que o estudante compreenda a complexidade do ensino de Geografia e desenvolva competências para lidar com os diferentes contextos escolares. A proposta é reafirmar a importância de estruturar e valorizar políticas de formação docente que preparem os futuros professores para atuar em um mundo em constante transformação, oferecendo-lhes ferramentas para desempenhar seu papel de forma crítica, reflexiva e qualificada (Brasil, 2023).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Ênio Pipino, localizada em Sinop-MT, no bairro Setor Comercial, atendendo cerca de 1.365 alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, distribuídos em três turnos. Criada pelo Decreto Lei n.º 1246 de 1981, a instituição iniciou suas atividades com 360 alunos e, ao longo dos anos, passou por ampliações, ofertando o Ensino Médio desde 1988.

Sua localização central atrai estudantes de diferentes áreas da cidade, contemplando majoritariamente alunos de condição socioeconômica estável, mas também uma parcela carente que exige atenção diferenciada para garantir permanência e aprendizagem. Durante 16 meses (janeiro de 2023 a abril de 2024), no Programa de Residência Pedagógica, a pesquisadora acompanhou turmas do 8º e 9º ano, buscando compreender a dinâmica escolar, os desafios, as limitações e as possibilidades da Geografia escolar.

Essa vivência foi fundamental para relacionar os conhecimentos acadêmicos da universidade com a prática em sala de aula, observando metodologias, interações entre professores e alunos, além das dificuldades enfrentadas na construção do conhecimento geográfico. As observações foram registradas em forma de relatos descritivos, destacando práticas pedagógicas, desenvolvimento discente e aspectos do processo de ensino-aprendizagem.

Os dados revelaram um desalinhamento entre objetivos curriculares e práticas aplicadas, além de defasagens no aprendizado dos alunos, sobretudo no 8º e 9º anos, com dificuldades em compreender conceitos abstratos como globalização, dinâmicas climáticas e sistema capitalista. Tais desafios exigem habilidades cognitivas mais elaboradas, nem sempre plenamente desenvolvidas, comprometendo a criticidade.

Identificou-se ainda a predominância de uma Geografia Tradicional, baseada na memorização de conteúdos prontos e no uso limitado de recursos, como apostilas, mapas e imagens. Essa prática contribui para o desinteresse e a apatia dos alunos, que reagem de forma negativa a aulas expositivas centradas

apenas em textos. Essa desmotivação impacta também os professores, gerando frustrações e desvalorização profissional.

Segundo Landim; Neto e Barbosa (2010), o ensino de Geografia deve permitir uma análise crítica da realidade e a formação de alunos capazes de se posicionar diante de problemas sociais. No entanto, a falta de conexão entre conteúdo e realidade, somada à ausência de práticas integrativas e contextualizadas, torna o ensino pouco atrativo. Além disso, observou-se grande dificuldade dos estudantes no letramento cartográfico, evidenciando um analfabetismo nessa linguagem, desde a leitura de escalas até noções básicas de localização. Conceitos técnicos como latitude, longitude e erosão mostraram-se distantes da realidade estudantil, apontando falhas na progressão do currículo.

As observações também questionam a efetividade do currículo, visto que muitos alunos chegam aos anos finais sem bases sólidas. A interdisciplinaridade, defendida pela literatura e pelos currículos, ainda é negligenciada, pois cada disciplina tende a se fechar em seus próprios conhecimentos. Soma-se a isso a ausência de atividades práticas fora da sala de aula, que poderiam enriquecer o ensino de Geografia, como visitas e caminhadas de estudo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe avanços, mas também dificuldades, como a padronização excessiva, a desconsideração da diversidade regional e a ênfase em conteúdos globais sem relação direta com a vivência dos alunos. No 8º e 9º ano, temas como globalização e geopolítica são tratados de forma generalizada, dificultando o vínculo com o cotidiano escolar.

A BNCC, ao enfatizar competências e habilidades, corre o risco de tornar a disciplina excessivamente conteudista e superficial, especialmente diante de turmas com dificuldades de aprendizagem. O excesso de conteúdos para o tempo disponível compromete a criticidade e aprofunda desigualdades, já que o ensino acaba direcionado a avaliações padronizadas, como o SAEB. Embora a BNCC proponha uma formação crítica e reflexiva, a realidade observada foi marcada pela permanência de práticas tradicionais, centradas na memorização e na apostila, com pouca contextualização.

Apesar das dificuldades, algumas potencialidades foram identificadas, como o interesse dos alunos por temas ambientais (mudanças climáticas, des-

matamento e preservação), que despertam debates significativos, e pela curiosidade diante de questões sociais, como desigualdade, estimulada pelas mídias digitais. Observou-se ainda familiaridade com tecnologias, o que abre espaço para o uso de recursos como Google Earth, Google Maps e Kahoot, capazes de tornar o ensino mais dinâmico.

A pesquisa também evidenciou a necessidade de formações continuadas mais eficazes, que dialoguem com novas abordagens e metodologias. Como defendem Batista; De David e Feltrin (2019), a formação docente deve promover profissionais críticos e reflexivos, capazes de transformar a prática e o currículo. Essa aproximação entre universidades e escolas é vista por Silva e Cruz (2018) como essencial para estabelecer uma ponte entre pesquisa acadêmica e prática docente.

A carência de formações e de recursos didáticos, somada ao receio dos professores em usar tecnologias, acentua as fragilidades no ensino de Geografia. Além disso, a sobrecarga curricular e a pressão por resultados aceleram o ensino, prejudicando a qualidade e a aprendizagem significativa. Essa realidade revela uma Geografia distante da vivência dos alunos, marcada por conceitos abstratos e desmotivadores.

Ainda assim, a experiência no Programa de Residência Pedagógica foi determinante para compreender os desafios e para despertar a convicção da pesquisadora quanto à necessidade de ser agente transformadora no espaço escolar, defendendo uma prática que valorize a criticidade, a contextualização e o prazer de aprender Geografia. Superar essas dificuldades exige práticas metodológicas interativas, uso de tecnologias e projetos interdisciplinares que aproximem os conteúdos da realidade. Como propõe Nunes (2010), a Geografia deve fazer parte do cotidiano do aluno, possibilitando a observação, interpretação e análise crítica da realidade em múltiplas escalas.

## **CONCLUSÃO**

A análise realizada na Escola Estadual Ênio Pipino, evidenciou as dificuldades no processo de construção do conhecimento geográfico nos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente no 8º e 9º ano. Destacou-se a

sobrecarga de conteúdos prevista nos currículos, que, aliada às cobranças pelo cumprimento do programa, compromete o aprofundamento de temas essenciais e a formação crítica dos estudantes. Nesse contexto, reafirma-se a necessidade de compreender o professor de Geografia como mediador entre o conhecimento científico e a realidade do aluno, promovendo um espaço de aprendizagem coletiva e reflexiva.

Observou-se também que os alunos possuem grande potencial de reflexão sobre temas complexos, como globalização, urbanização e impactos socioambientais, desde que motivados por metodologias que valorizem suas experiências e estabeleçam conexões entre os conteúdos e suas vivências. Torna-se, portanto, indispensável adotar práticas que ultrapassem a memorização, priorizando metodologias ativas, como análise de mapas, debates, recursos visuais e uso de tecnologias digitais, capazes de estimular o pensamento crítico e a aplicação prática do conhecimento.

As experiências no Programa de Residência Pedagógica mostraram-se significativas, possibilitando o aprendizado de novas estratégias e confirmando a potencialidade da Geografia como ferramenta de emancipação, incentivando a formação de cidadãos críticos, participativos e conscientes. O maior desafio, contudo, consiste em equilibrar as demandas curriculares com práticas pedagógicas inovadoras, sem perder de vista as necessidades dos alunos, de modo a garantir uma educação mais significativa e transformadora.

## **REFERÊNCIAS**

ALEXANDRE, Bruno Henrique Gomes. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **Caderno PDE**, 2013, Versão Online, p. 1-19.

ARAÚJO, Bruna Gabriela Oliveira; VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A educação brasileira e o pensar geográfico: Reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Ensaio de Geografia**, v. 8, n. 16, p. 14-31, 2022.

BATISTA, Natália Lampert; DAVID, Cesar; FELTRIN, Tascieli. Formação de professores de Geografia no Brasil: considerações sobre políticas de formação docente e currículo escolar. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 23, p. e13, 2019.



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação (BR). **Programa de Residência Pedagógica**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: mai. 2024.

CALLAI, Helena Copetti. A geografia escolar e os conteúdos da geografia. **Revista Anekumene**, Vol. 1, nº 1, 2011.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2 ed.- Rio de Janeiro; Berthand, Brasil, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia**, Escola e Construção de Conhecimentos. Campinas-SP: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia Escolar e a Construção de Conhecimentos**. 18ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. 1ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

COSTA, Hugo Heleno Camilo, Phelipe Florez Rodrigues; Guilherme Pereira Stribel. **Teoria curricular e Geografia**: convites à reflexão sobre a BNCC. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*. 9.17 (2019): 86-108.

CRUZ, Dayana Aparecida Marques Oliveira. Entre limites e possibilidades da geografia. **Revista Ensino de Geografia** (Recife) V. 3, No. 2, 2020.

DEON, Alana Rigo; CALLAI, Helena Copetti. O ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Educação em Análise**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79–101, 2020.

GOMES, Valdiléa Fabricio; Lucivania Chaves Lago. Reflexão acerca do programa residência pedagógica em geografia: identidade e formação docente. 14º ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA. **Anais [...]**. 2019, p. 3889-3899.

GUIMARÃES, Iara Vieira. Ensinar e aprender geografia na base nacional comum curricular (BNCC). **Ensino em Revista**. 2018, p. 1036-1055.

LANDIM NETO, Francisco Otavio; BARBOSA, Maria Edivani Silva. O ensino de geografia na educação básica: uma análise da relação entre a formação do docente e sua atuação na Geografia escolar. **Revista eletrônica Geosaberes**. v. 1, n. 2, dez/2010. p. 160-179

NUNES, Adão Cícero Ferreira. As dificuldades de ensinar geografia. **Geografia** (Londrina), [S. l.], v. 13, n. 1, p. 151–162, 2010.

MANFIO, Vanessa; BALSSAN, Josane Baratto. Geografia escolar: práticas pedagógicas e o ensino-aprendizagem do conteúdo de regiões brasileiras. **Geographia Opportuno Tempore**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 68–84, 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert, COSTA, Wanderely Messias. Geografia crítica: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1987.

PASSINI, Elza Yasuk. **Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado**. 2. Ed.. São Paulo: Contexto, 2010.

PINHEIRO, Isadora; Claudivan Sanches LOPES. A geografia na base nacional comum curricular (BNCC): percursos e perspectivas. **Geo Uerj**. n.39, 2021, p. 01-23.

PONTUSCHKA, Nídia; PAGANELLI, Tomoko Yida; CACETE, Núria Hanglei. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ROQUE ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira. A Base Nacional Comum Curricular e a Produção de Práticas Pedagógicas para a Geografia Escolar: desdobramento na formação docente. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 173–197, 2020.

ROSSATO, Paula Savegnago. Os conteúdos de Geografia propostos pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental dos anos finais e a pedagogia Ontopsicológica. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL UMA NOVA PEDAGOGIA PARA A SOCIEDADE. Anais[...], jul. 2021, p.510-518

SAVIANI, Demerval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Lais Hilário. pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Funccamp**, Monte Carmelo, MG, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

VILELA, Carolina Lima. **Currículo de Geografia**: analisando o conhecimento escolar como discurso. 201f. Tese (Doutorado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VESENTINI, José William. O método e a práxis. **Dicionário de filosofia**, Lisboa, edição 70, 1986, pp. 102-103.

## CAPÍTULO 3

# APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO RÁPIDA NO CÓRREGO JARACATIÁ, COLIDER – MATO GROSSO

Débora Brunielli Queiroz da Silva Wenceslau

Leila Nalis Paiva da Silva Andrade

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-2

## INTRODUÇÃO

As bacias hidrográficas são unidades integradoras dos setores da paisagem e devem ser administradas em consonância a esta função, o que contribui com a minimização dos impactos ambientais a ela associados (Cunha, 2011).

No entanto, o crescimento urbano no Brasil tem ocorrido com grande descaso ao meio físico natural, causando prejuízos à drenagem fluvial. Com a retirada da mata ciliar e a ocupação das áreas próximas à calha fluvial, ocorre redução da resistência das margens à ação erosiva do escoamento, o que contribui para o aumento da instabilidade da calha fluvial (Leopold, 1994).

Ainda no que se refere aos corredores fluviais urbanos, “os eventos naturais são intensificados pela intervenção antrópica, seja pelo local de construção das moradias, seja pelas alterações na morfologia dos canais ou pelo despejo de seus efluentes domésticos” (Damasco, 2014, p. 16).

Mesmo que seja intrínseco à natureza ser organizada e equilibrada, ao passo que o ser humano ocupa e estabelece suas atividades, ele modifica os aspectos do meio ambiente, o que permite considerá-lo como agente de influência tanto sobre as feições visuais quanto sobre os fluxos de matéria e energia, promovendo mudanças no equilíbrio natural dos sistemas ambientais (Christofolletti, 1999).

Embora certos processos ambientais, como lixiviação, erosão, movimentos de massa e cheias possam ocorrer com ou sem a intervenção humana,

a degradação ambiental está intimamente ligada a fatores de uso e ocupação do solo (Cunha, 2011), visto que as formas de ocupação podem ocasionar diferentes graus de impacto.

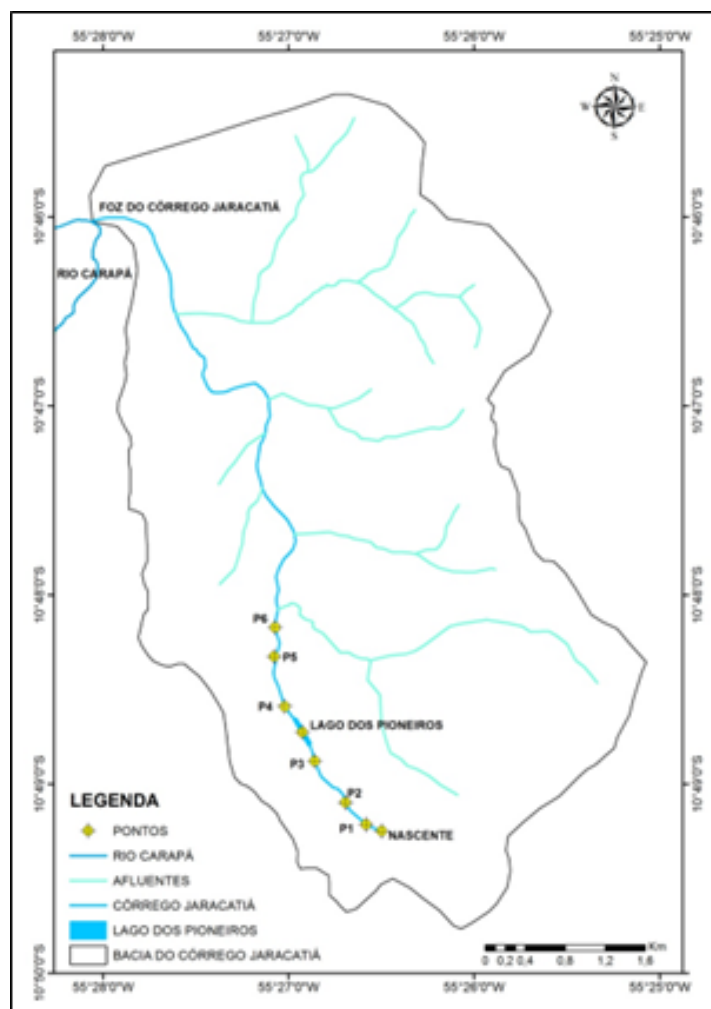
Assim, é de fundamental importância que as atividades humanas sejam planejadas visando o menor impacto possível ao meio físico natural. No Brasil, órgãos como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) são responsáveis por regulamentar o uso e ocupação do solo, especialmente em áreas de nascentes e cursos fluviais. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo identificar os problemas ambientais no alto curso da bacia hidrográfica do córrego Jaracatiá, na cidade de Colíder – Mato Grosso.

## **METODOLOGIA**

### **Área de estudo**

A bacia hidrográfica do córrego Jaracatiá está localizada ao norte do estado de Mato Grosso, entre as coordenadas geográficas de 10°49'12.58" a 10°46'01.25" de latitude sul e 55°26'27.87" a 55°28'02.46" de longitude oeste no município de Colíder. Com aproximadamente 8,7 Km de extensão longitudinal, sendo que destes, 5 km percorre a cidade. A altitude do relevo varia entre 326 m e 290 m (nascente à foz), desaguando no rio Carapá (Figura 1) (Silva 2017; Silva; Andrade, 2019).

Figura 1 - Trechos analisados na bacia hidrográfica do córrego Jaracatiá



Fonte: Silva (2017); Silva; Andrade (2019).

Foram selecionados cinco trechos, distribuídos nos pontos no alto curso da bacia hidrográfica do córrego Jaracatiá, todos localizados na área mais urbanizada do município (Tabela 1).

Tabela 1 – Identificação dos pontos que estão inseridos nos trechos onde foi aplicado o Protocolo de Avaliação Rápida (PAR)

| Trecho | Pontos             |
|--------|--------------------|
| 01     | Nascente e Ponto I |
| 02     | Ponto II           |
| 03     | Ponto III          |
| 04     | Ponto IV           |
| 05     | Ponto V e Ponto VI |

A revisão de literatura referente foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, que consiste em uma seleção sobre os principais trabalhos científicos realizados sobre o tema, como uso e ocupação da terra, degradação ambiental e bacia hidrográfica. O levantamento ocorreu em publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet e outros (Boni; Quaresma, 2005).

Foi aplicado o “Protocolo de Avaliação das Condições Ecológicas e da Diversidade de *Habitats* em Trechos de Bacias Hidrográficas”, modificado do protocolo da Agência de Proteção Ambiental de Ohio (EUA) (EPA, 1987) e proposto no Brasil por Callisto *et al.* (2002). Ele reúne procedimentos metodológicos aplicados à avaliação rápida de um conjunto de variáveis representativas dos principais componentes e fatores que condicionam e controlam os processos e funções ecológicas dos sistemas fluviais (Callisto *et al.*, 2002; Rodrigues; Castro, 2008a).

Quadro 1 – Protocolo de avaliação rápida: impactos da ação antrópica

| PARÂMETROS                                                                 | PONTUAÇÃO         |                                                            |                                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                            | 4 pontos          | 2 pontos                                                   | 0 pontos                                                                                                   |
| 1. Categoria de ocupação das margens do corpo d'água (principal atividade) | Vegetação natural | Campo de pastagem/ Agricultura/Monocultura/Reflorestamento | Residencial/ Comércio Industrial                                                                           |
| 1. Erosão próxima e/ou nas margens do rio e assoreamento em seu leito      | Ausente           | Moderada                                                   | Acentuada                                                                                                  |
| 1. Alterações antrópicas                                                   | Ausente           | Alterações de origem doméstica (esgoto, lixo)              | Alterações de origem Industrial/ urbana (fábricas, siderúrgicas, canalização, retificação do curso do rio) |
| 4. Cobertura vegetal no leito                                              | Parcial           | Total                                                      | Ausente                                                                                                    |
| 5. Odor da água                                                            | Nenhum            | Esgoto (ovo podre)                                         | Óleo/industrial                                                                                            |
| 6. Oleosidade da água                                                      | Ausente           | Moderado                                                   | Abundante                                                                                                  |
| 7. Transparência da água                                                   | Transparente      | Turva/cor de chá forte                                     | Opaca ou colorida                                                                                          |
| 8. Odor do sedimento (fundo)                                               | Nenhum            | Esgoto (ovo podre)                                         | Óleo/industrial                                                                                            |



## Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense

|                         |                     |            |                     |
|-------------------------|---------------------|------------|---------------------|
| 9. Oleosidade do fundo  | Ausente             | Moderado   | Abundante           |
| 10. Categorias de fundo | Pedras/<br>cascalho | Lama/areia | Cimento/ canalizado |

**Fonte:** Calisto *et al.* (2002).

Quadro 2 – Protocolo de avaliação rápida: condições e a complexidade do *habitat*.

| PONTUAÇÃO                 |                                                                                                                              |                                                                                                                  |                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                   |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                           | 5 pontos                                                                                                                     | 3 pontos                                                                                                         | 2 pontos                                                                                                                                          | 0 pontos                                                                                                                                          |
| 11. Fundo                 | Mais de 50% com habitats diversificados: pedaços de troncos submersos; cascalho ou outros habitats estáveis                  | 30 a 50% de habitats diversificados: habitats adequados para a manutenção das populações de organismos aquáticos | 10 a 30% de habitats diversificados: disponibilidade de habitats insuficientes: substratos frequentemente modificados                             | Menos que 10% de habitats diversificados: ausência de habitats, óbvio: substrato rochoso instável para fixação dos organismos.                    |
| 12. Extensão de Rápidos   | Rápidas e corredeiras bem desenvolvidas: rápidas tão largas quanto ao rio e com comprimento igual ao dobro da largura do rio | Rápidos com a largura igual é do rio, mas com comprimento menor que o dobro da largura do rio.                   | Trechos rápidos podem estar ausente: rápidos não tão largas quanto o rio e seu comprimento menor que o dobro da largura do rio                    | Rápidos ou corredeira inexistentes.                                                                                                               |
| 13. Frequência de Rápidos | Rápidos relativamente frequente: distância entre rápidos divididos pela largura do rio entre 5 e 7                           | Rápidos não frequentes: distâncias entre rápidos dividido pela largura do rio entre 7 e 15                       | Rápidos ou corredeiras ocasionais: habitats Formados pelos contornos do fundo: distância entre rápidas dividida pela largura do rio ente 15 e 25. | Geralmente com lâmina d'água "lisa" ou com rápidos rasos: pobreza de habitats; distância entre rápidos, dividida pela largura do rio maior que 25 |

## Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense

|                                           |                                                                                                |                                                                                                                                    |                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 14.<br>Categorias de Substrato            | Seixo abundantes (prevalecendo em nascentes)                                                   | Seixos abundantes; Cascalho comum.                                                                                                 | Fundo formado predominantemente por Cascalho: alguns seixos presentes                                                            | Fundo pedregoso; Seixos ou lamoso                                                                                                                               |
| 15.<br>Deposição de Lama                  | Entre 0 e 25% do fundo coberto por lama.                                                       | Entre 25 e 50% do fundo coberto por lama.                                                                                          | Entre 50 e 75% do fundo, coberto por lama.                                                                                       | Mais de 75% do fundo coberto por lama                                                                                                                           |
| 16.<br>Depósitos Sedimentares             | Menos de 5% do fundo com deposição de lama: ausência de deposição nos remansos                 | Alguma evidência de modificação no fundo, principalmente com o aumento de cascalho, areia ou lama; 5 a 30% do fundo afetado: suave | Deposição moderada de cascalho novo, areia ou lama nas margens: Entre 30 a 50% do Fundo afetado: Deposição moderada Nos remansos | Grandes depósitos de lama, maior desenvolvimento das margens: mais De 50% do fundo modificado, remanso ausentes devido à significativa deposição dos sedimentos |
| 17.<br>Alterações no Canal do Rio         | Canalização (retificação) ou drenagem ausente, ou mínima: rio com padrão normal                | Alguma canalização presente, normalmente próximo à construção de pontes; evidência de modificações há mais de 20 anos.             | Algumas modificações presentes nas duas margens: 40 a 80% do rio modificado                                                      | Margens modificadas; acima de 50% do rio modificado.                                                                                                            |
| 18.<br>Características do fluxo das águas | Corrente relativamente igual em toda a largura do rio: mínima quantidade de Substrato exposto. | Lâmina d'água acima de 75% do canal do rio; ou menos de 25% do Substrato exposto.                                                  | Lâmina d'água entre 25 e 75% do canal do rio, e/ ou maior parte do substrato Nos "rápidos" exposto.                              | Lâmina d'água escassa e presente apenas nos Remansos.                                                                                                           |

## Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense

|                                      |                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                               |                                                                                                                            |
|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 19.<br>Presença<br>de Mata Ciliar    | Acima de 90% com vegetação ripária nativa, incluindo árvores, arbustos ou macrófitas; mínima evidência dos desflorestamentos; todas as plantas atingindo a altura “normal” | Entre 70 e 90% com Vegetação ripária nativa; desflorestamento evidente, mas não afetando o desenvolvimento da vegetação; maioria das plantas atingindo a altura “Normal” | Entre 50 e 70% com Vegetação ripária nativa: Desflorestamento óbvio trechos com solo exposto ou vegetação eliminada; menos da metade das plantas atingindo a altura “normal”. | Menos de 50% de mata ciliar nativa: desflorestamento muito acentuado                                                       |
| 20.<br>Estabilidade das Margens      | Margens estáveis; evidência de erosão mínima ou ausente; pequeno potencial para Problemas futuros. Menos de 5% da margem afetada.                                          | Moderadamente estáveis; pequenas áreas de Erosão frequente. Entre 5 a 30% da margem com Erosão.                                                                          | Moderadamente instável; entre 30 e 60% de margem com erosão. Risco elevado de Erosão Durante as enchentes.                                                                    | Instável; muitas áreas com erosão; frequentes áreas Descobertas nas curvas do rio; erosão Óbvia entre 60 e 100% da margem. |
| 21.<br>Extensão Mata Ciliar          | Largura da vegetação Ripária maior que 18 m: sem influência de atividades antrópicas (agropecuária, estradas, etc.).                                                       | Largura de vegetação ripária entre 12 e 18 m: mínima influência antrópica                                                                                                | Largura da vegetação ripária entre 6 e 12 m: influência antrópica intensa.                                                                                                    | Largura da vegetação ripária menor que em: Vegetação restrita Ou ausente devido à atividade antrópica.                     |
| 22.<br>Presença de plantas aquáticas | Pequenas macrófitas aquáticas e; ou musgos distribuídos pelo leito.                                                                                                        | Macrófitas aquáticas ou algas filamentosas, ou Musgos distribuídos no rio. Substrato com perifíton.                                                                      | Algas filamentosas ou macrófitas em poucas pedras, ou alguns remansos, perifíton abundante e biofilme                                                                         | Ausência da Vegetação aquática no leito do rio ou grandes bancos macrófitas como ex: (aguapé)                              |

Fonte: Calisto *et al.* (2002)

Para cada parâmetro observado foi atribuída uma pontuação que reflete as condições ambientais e ecológicas da seção ou trecho avaliado. Assim, foram consideradas as seguintes qualificações de acordo com os números (Quadro 3).

Quadro 3 – Pontuação das condições ecológicas

| Pontuação | Condições Ecológicas                     |
|-----------|------------------------------------------|
| 0 a 39    | Impactado                                |
| 40 a 60   | Alterado                                 |
| 61 a 100  | Natural ou próximo às condições naturais |

Fonte: Calisto *et al.* (2002).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Aplicação do Protocolo de Avaliação Rápida (PAR) permitiu avaliar as condições físico-ecológicas de trechos do córrego Jaracatiá. É importante ressaltar que os estudos realizados nesta pesquisa abrangeram ainda a análise hidrossedimentológica e variáveis hidrodinâmicas da área avaliada e seus resultados apontaram processos de degradação ambiental (Silva; Andrade, 2019).

Com a aplicação do PAR, esses processos puderam ser qualificados e os resultados apontaram para três trechos “alterados” e dois “impactados”, como pode ser visto no quadro (4) que segue.

Quadro 4 – Resultados da aplicação do Protocolo de Avaliação Rápida (PAR)

| Trecho | Pontuação de cada parâmetro |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | Total | Condição ecológica |
|--------|-----------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-------|--------------------|
| 01     | 0                           | 2 | 0 | 4 | 4 | 2 | 2 | 4 | 4 | 2 | 1 | 1 | 49    | Alterado           |
|        | 1                           | 1 | 5 | 5 | 3 | 1 | 1 | 3 | 2 | 1 |   |   |       |                    |
|        |                             |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |                    |
| 02     | 0                           | 4 | 2 | 4 | 4 | 2 | 2 | 4 | 4 | 2 | 2 | 1 | 50    | Alterado           |
|        | 1                           | 1 | 1 | 5 | 2 | 3 | 1 | 3 | 1 | 1 |   |   |       |                    |
|        |                             |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |                    |
| 03     | 0                           | 0 | 0 | 4 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 30    | Impactado          |
|        | 1                           | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 |   |   |       |                    |

|    |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |           |
|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|-----------|
|    |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |           |
| 04 | 0 | 0 | 2 | 4 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 35 | Impactado |
|    | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 5 |   |   |    |           |
|    |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |           |
| 05 | 0 | 0 | 0 | 4 | 2 | 2 | 4 | 2 | 4 | 4 | 1 | 2 | 51 | Alterado  |
|    | 1 | 2 | 5 | 2 | 1 | 5 | 1 | 1 | 1 | 5 |   |   |    |           |

Fonte: Pesquisa de campo em 2016.

O resultado da avaliação do trecho 01 demonstrou que este se encontra alterado. Muitos dos parâmetros analisados revelaram danos ambientais que podem comprometer toda a rede hidrográfica, uma vez que se trata da área onde estão as nascentes do córrego Jaracatiá. Ausência de cobertura vegetal e uso da terra para pastagem e criação de gado são alguns dos fatores que comprometem a qualidade ambiental do trecho 01.

Conforme legislação ambiental, Calheiros (2006, p. 13) conclui que “a área imediatamente circundante à nascente, em um raio de 50 metros, é só e exclusivamente uma área de preservação permanente.” Este limite não foi respeitado e a área foi desmatada para criação de gado. A esse respeito, Calheiros *et al.* (2006, p. 13) aponta que:

[...] permitindo-se o acesso dos animais, o pisoteio torna compactada a superfície do solo próximo às nascentes, diminui sua capacidade de infiltração, deixando-o sujeito à erosão laminar, e consequentemente provoca não só a contaminação da água por partículas do solo, como também a deixa turva – pode até mesmo provocar o soterramento da nascente (Calheiros *et al.*, 2006, p. 13).

Houve iniciativas de revegetação por parte da prefeitura municipal e do Rotary Club de Colíder em parceria com as escolas públicas há cerca de nove anos, e mais recentemente a área de nascentes foi cercada. Tais ações contribuíram para a minimização dos impactos ambientais nas nascentes, mas ainda não são suficientes, sobretudo ao considerar que esse cercamento não protege o raio de 50 m ao redor de cada nascente, como previsto pela resolução CONAMA nº 303 em seu artigo 3º.

A Prefeitura Municipal autorizou o loteamento do setor em direção à parte mais alta em relação às nascentes, onde as obras de construção de ruas e casas e de toda infraestrutura urbana necessária tem contribuído para maior produção de sedimentos que acabam sendo transportados para esses mananciais. O uso e ocupação do solo tanto em áreas rurais quanto urbanas vem ao longo dos tempos impactando profundamente na rede de drenagem, por isso a proteção das áreas de nascente é a intenção da legislação ambiental.

O trecho 02 foi classificado como alterado através da avaliação feita com a aplicação do PAR, significando que suas condições físico-ecológicas apresentam baixo nível de degradação. Os fatores que mais demonstraram os impactos na qualidade ambiental foram a oleosidade abundante, a opacidade da água, o odor do sedimento, a ausência parcial de cobertura vegetal no leito e o tipo de uso do solo no entorno.

Com a aplicação do PAR, o trecho 03 ficou classificado como impactado, obtendo a menor pontuação dentre os cinco trechos analisados. Este setor da cidade foi o primeiro a ser ocupado e, portanto, uma área em que as ações antropogênicas alteram suas condições naturais há cerca de 40 anos. Como exemplo disso, uma das casas utiliza da água do córrego para a agricultura, como demonstrado na figura (2) abaixo.

Figura 2 – Moradores de Colíder retiram água do córrego Jaracatiá para agricultura



Fonte: arquivo próprio. Trabalho de campo, 2016.

A margem esquerda do córrego foi escavada e o leito aprofundado, formando um pequeno poço onde é retirada a água através de uma bomba ligada à energia. Ademais, todas as ocupações desta margem são irregulares e as casas utilizam de fossa negra, o que pode causar a contaminação do lençol freático pela infiltração de dejetos e resíduos poluentes.

Os resultados da avaliação do trecho 04 apontaram para situação de impacto ambiental. Este tem sido consideravelmente afetado por efluentes domésticos em decorrência da proximidade com as casas, enchentes durante os picos de chuvas e assoreamento do canal.

A Prefeitura Municipal tem direcionado seus investimentos para a revitalização do Lago dos Pioneiros, no entanto, trechos degradados não têm sido contemplados com ações de mitigação dos impactos. Quando ocorrem as chuvas, a população residente no entorno do córrego corre riscos de ter suas casas alagadas e as margens desmoronadas. Na tentativa de evitar esses eventos, eles estão aterrando as margens e leito do córrego com todo tipo de resíduos, seja de construção civil e eletrodomésticos, como demonstrado na figura abaixo:

Figura 3 – Entulhamento do córrego Jaracatiá realizado pelos residentes do seu entorno



Fonte: arquivo próprio. Trabalho de campo, 2016.



Avaliado como impactado, o trecho 05 compreende uma grande extensão do córrego que possui características similares. Situado no setor industrial do município, suas margens estão totalmente vulneráveis à ação erosiva das chuvas e do escoamento superficial. A figura (4) revela que os moradores enfrentam enchentes constantes durante o período chuvoso, pois o nível de água do córrego excede em muito ao seu nível normal de água, que variou entre 9,7 cm e 60 cm, conforme quantificados durante esta pesquisa.

Figura 4 – Enchente invade casas próximas ao córrego Jaracatiá no setor que compreende o Trecho 05



Fonte: arquivo próprio. Trabalho de campo, 2016.

Buscando compreender os fatores que têm levado a ocorrência dessas enchentes, autores como David Drew contribuíram para o entendimento da situação. De acordo com Drew (2014), a densidade da drenagem urbana é de três a dez vezes maior que a do meio rural, uma vez que a impermeabilização do solo minimiza processos hidrológicos como infiltração e recarga de água subterrânea, ao mesmo tempo que há a intensificação do escoamento da água que leva menos tempo para chegar até a bacia.

Vários são os efeitos da urbanização sobre as bacias hidrográficas e um dos elementos evidentes neste trecho foi a utilização de galerias pluviais e o

resultado direto é o aumento do nível de água do córrego muito rapidamente. Estudos realizados na cidade de Milwaukee (EUA) revelaram que ela possui 60 km de canal natural de rio e 2.200 km de canais artificiais (Drew, 2014). Isto demonstra a quão significativa é a rede de drenagem artificial para a alteração de seus aspectos hidrológicos.

Não obstante, a urbanização traz consigo muitos processos que afetam as bacias hidrográficas, especialmente as menores. Em decorrência da percentagem de área da bacia que é ocupada por atividades urbanas, os impactos gerados são relativos, uma vez que numa grande bacia, por exemplo, uma cidade apenas pouco interferirá em toda sua extensão; por outro lado, “o comportamento dos córregos existentes dentro da área edificada poderá ser profundamente conturbado [...]” (Drew, 2014, p. 178).

Em todos os trechos analisados foram verificados os efeitos da urbanização, com exceção dos sólidos dissolvidos. Mediante avaliação realizada através da aplicação do PAR, as alterações físico-ecológicas têm ocorrido pela proximidade do leito com solo exposto, pela presença de edifícios em toda a área e, principalmente às margens desmatadas, despejo de esgoto doméstico e rejeitos, alterações morfológicas do leito e presença de galerias pluviais (Tabela 2).

Tabela 2 – Efeitos da urbanização sobre o funcionamento de vários aspectos da hidrologia (+ denota aumento dos efeitos; - diminuição)

| <b>Processos Hidrológicos Afetados</b>           |             |                |           |               |                      |                     |
|--------------------------------------------------|-------------|----------------|-----------|---------------|----------------------|---------------------|
| Processos Urbanos                                | Infiltração | Nível freático | Enchentes | Fluxos baixos | Sólidos em suspensão | Sólidos dissolvidos |
| Terra nua; desleixo                              | --          | -              | ++        | --            | +++                  | ++                  |
| Edifícios; ruas                                  | ---         | ---            | +++       | ---           | +                    | +                   |
| Esgotos e rejeitos                               |             |                |           |               | +++                  | +++                 |
| Galerias; leito alterado; proteção contra cheias | -           | -              | --        | --            | +                    | +                   |

Fonte: Drew (2014, p. 179).

“Virtualmente, todos os aspectos do ambiente são alterados pela urbanização e a industrialização, inclusive o relevo, o uso da terra, a vegetação, a fauna, a hidrologia e o clima” (Drew, 2014, p. 177). Assim, quanto maior for a área alterada ou mais intensos os processos de urbanização, maior será o grau de mudanças ocorridas no ambiente fluvial.

Tendo em vista que na bacia hidrográfica interligam-se todos esses níveis do meio ambiente supracitados, esse componente da paisagem poderá ser comprometido drasticamente dependendo da atividade produtiva realizada, sobretudo na cidade, pois de acordo com Soja (1993) e Limonad (1999) é nesse espaço que o modo de vida urbano se concentra atualmente.

## **CONCLUSÃO**

A aplicação do Protocolo de Avaliação Rápida de Rios (PAR) nos cinco trechos avaliados permitiu identificar que três se encontram alterados e dois impactados, evidenciando os efeitos da urbanização, do uso inadequado do solo e da ausência de proteção das margens.

Os resultados apontam que a retirada da cobertura vegetal, a criação de gado nas áreas de nascente, o lançamento de efluentes domésticos, o assoreamento do canal e o aumento do escoamento superficial têm sido fatores determinantes no processo de degradação identificado. Embora iniciativas de revegetação e cercamento tenham sido realizadas, estas ainda se mostram insuficientes frente às exigências legais e à intensidade dos impactos verificados.

Nesse sentido, o estudo reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a mitigação dos impactos ambientais, como proteção das margens, recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e gestão adequada da expansão urbana. Tais esforços poderão assegurar o equilíbrio ecológico do córrego Jaracatiá, bem como a qualidade de vida da população de Colíder – Mato Grosso.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE OHIO (EPA). **Critérios biológicos para a proteção da vida aquática**, Volume 1. Columbus: Ohio EPA, 1987. Disponível em: <https://dam.assets.ohio.gov/image/upload/epa.ohio.gov/Portals/35/documents/Vol1.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.
- BENEDITO, C. **Urbanização e recursos hídricos**: vulnerabilidade socioambiental na bacia hidrográfica do Ribeirão Piracicamirim na cidade de Piracicaba/SP. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2015.
- CALLISTO, M.; FERREIRA, W.; MORENO, P.; GOULART, M. D. C.; PETRUCIO, M. Aplicação de um protocolo de avaliação rápida da diversidade de habitats em atividades de ensino e pesquisa (MG-RJ). **Acta Limnologica Brasiliensia**, Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 91-98, 2002.
- CALHEIROS, R. de O.; TABAI, F. C. V.; BOSQUILIA, S. V.; CALAMARI, M. **Preservação e recuperação de nascentes de água e vida**. 2. ed. Piracicaba: Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/42704980/preservaaaao-e-recuperaaaaao-das-nascentes-sigam>. Acesso em: 29 set. 2025.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem dos sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.
- CUNHA, S. B. da. Degradação ambiental. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (Orgs.). **Geomorfologia e meio ambiente**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 337-379.
- DAMASCO, F. S. **Condicionantes naturais e antropogênicos das inundações em sistemas fluviais urbanizados**: bacia dos rios Guaxindiba/Alcântara (RJ). 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 9. ed. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 2014.
- LEOPOLD, L. B.; WOLMAN, M. G. Padrões de canais fluviais: trançados, meandantes e retos [*River channel patterns: Braided, meandering, and straight*]. Washington: U.S. **Geological Survey**, 1957. (Professional Paper 282-B).

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **Geographia**, Niterói, ano I, v. I, p. 71-92, 1999.

RODRIGUES, A. S. L.; CASTRO, P. T. A. Protocolos de avaliação rápida: instrumentos complementares no monitoramento dos recursos hídricos. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 161-170, 2008a.

SILVA, D. B. Q. da. *Alto curso da sub-bacia hidrográfica do córrego Jaracatiá - MT: dinâmica fluvial e aplicação de protocolo de avaliação rápida de rios (PAR)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Colíder, MT, 2017.

SILVA, D. B. Q.; ANDRADE, L. N. P. S. Caracterização hidrossedimentológica e as formas de uso/ocupação da terra no alto curso da sub-bacia hidrográfica do córrego Jaracatiá no município de Colider – Mato Grosso. **Caminhos de Geografia**, v. 20, p. 32-51, 2019.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

## CAPÍTULO 4

# **ENSINO DE GEOGRAFIA: ANÁLISE E REFLEXÕES A PARTIR DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, MATO GROSSO**

Dinéia Barbosa Oliveira Coelho  
Leila Nalis Paiva da Silva Andrade  
Doi: 10.48209/978-65-5417-650-3

## **INTRODUÇÃO**

Os professores procuram despertar em seus alunos o interesse em conhecer o espaço em que vivem, almejando facilitar o seu entendimento, proporcionando um saber mais aguçado ao indivíduo. A discussão sobre as metodologias e recursos utilizados pelos docentes é de suma relevância, uma vez que os alunos deverão, ao término do 3º ano, ter certo conhecimento geográfico que os auxilie em seu cotidiano, sendo que eles possam observar o mundo de forma crítica e reflexiva, de modo a contemplar os domínios físicos e humanos que se manifestam numa formação.

A Geografia que o aluno estuda deve possibilitar a sua inserção nas discussões como componente do espaço, os fenômenos que ali ocorrem são resultados da vida e do trabalho dos homens que estão inseridos em um processo de desenvolvimento (Callai, 2010).

A importância da Geografia no Ensino Médio está ligada às diversas possibilidades de desenvolvimento dos conceitos da ciência geográfica, além de direcionar a formação do cidadão no sentido de aprender a conhecer, fazer, ser e conviver, reconhecendo as contradições e conflitos que existem no mundo (Brasil, 2006).

Nesta etapa de ensino, a interdisciplinaridade também é fator primordial. Nesse sentido, deve propiciar diversas maneiras de trabalhar e abandonar o preconceito existente, e assim, possibilitar o aprofundamento

do assunto. A disciplina de Geografia no Ensino Básico, compartilha do desenvolvimento de estruturação das bases instrumentais e conceituais para o entendimento e desempenho do cotidiano e do mundo, por meio de estudos dos acontecimentos da realidade (Reichward Junior *et al.*, 2010).

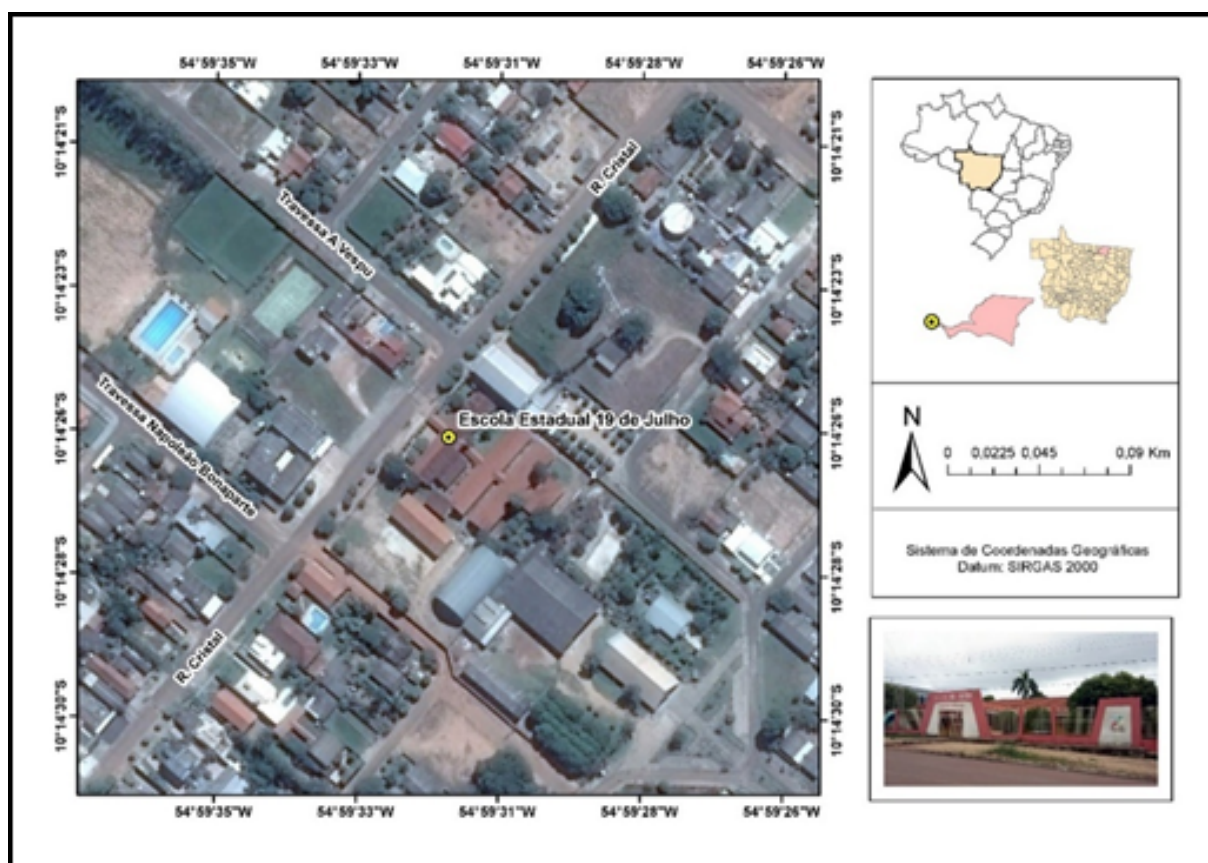
Assim, a pesquisa teve como objetivo conhecer como o ensino de Geografia está sendo trabalhado no 3º ano do ensino médio da Escola Estadual 19 de julho no município de Peixoto de Azevedo, no estado de Mato Grosso.

## **METODOLOGIA**

### **Área de estudo**

O estudo foi realizado na Escola Estadual 19 de Julho, localizada nas coordenadas geográficas 10°14'26.30" de Latitude Sul e 54°59'30.86" Longitude Oeste, na Rua Cristal, nº 314, Bairro Centro da cidade de Peixoto de Azevedo, no estado de Mato Grosso (Google Earth, 2015; Coelho; Andrade, 2018) (Figura 1).

**Figura 1.** Localização da Escola Estadual 19 de julho





A escola tem aula nos períodos diurno e noturno e atende a estudantes de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio regular e Ensino Profissionalizante: Técnico em Informática e Técnico em Administração. É importante destacar que os alunos que frequentam a escola vieram de várias localidades e de diferentes escolas, tanto da zona urbana como da rural.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa realizada foi de caráter qualitativo/quantitativo. Os sujeitos envolvidos foram os alunos do período diurno do 3º ano. Levou-se em consideração na pesquisa as instalações e funcionalidade que são vivenciadas no dia a dia por todo o segmento escolar, tal como a própria localização da escola e sua importância para a sociedade de Peixoto de Azevedo.

A aplicação do questionário ocorreu entre os dias 14 e 16 do mês de abril do ano de 2016, com uma carga horária de 10 horas, em que foi possível assistir a duas aulas em cada sala. Foram pesquisados quatro terceiros anos distribuídos no período diurno (matutino e vespertino). Sendo que os 3º anos “B, C e D1” são do período matutino, as turmas estavam sob a responsabilidade de um único professor, cuja formação acadêmica é na área de História. Ficando apenas o 3º ano “E” no período vespertino, sob a responsabilidade de uma professora, cuja formação acadêmica é na área de Geografia.

A coleta de dados sucedeu-se em forma de questionários semiestruturado com perguntas diferenciadas. A aplicação do questionário aconteceu entre os dias 26 e 28 do mês de abril do ano de 2016 (Tabela 1).

**Tabela 1.** Alunos do 3º ano (B, C, D e E) na escola Estadual 19 de Julho em 2016

| <b>Turmas</b> | <b>Alunos que constavam inicialmente na lista de chamada no ano de 2016</b> | <b>Alunos que frequentavam a escola no período de realização da pesquisa</b> | <b>Alunos que estavam em sala no dia de aplicação do questionário</b> |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| <b>3º B</b>   | 26 alunos                                                                   | 25 alunos                                                                    | 19 alunos                                                             |
| <b>3º C</b>   | 34 alunos                                                                   | 33 alunos                                                                    | 27 alunos                                                             |
| <b>3º D</b>   | 35 alunos                                                                   | 31 alunos                                                                    | 24 alunos                                                             |
| <b>3º E</b>   | 28 alunos                                                                   | 27 alunos                                                                    | 22 alunos                                                             |

Cada aluno respondeu a 8 questões, sendo 5 questões abertas e 3 de múltipla escolha, em que se buscou a opinião dos alunos a respeito da disciplina de Geografia e, também, da maneira como ocorrem as aulas no cotidiano.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na aplicação dos questionários, foi perguntado aos alunos se o professor costuma utilizar apenas o livro didático em suas aulas. No 3º ano (B), 2 alunos optaram por “sim”, 11 alunos manifestaram “não” e 6 alunos reconhecem que o professor “alterna as aulas entre a utilização do livro didático e outras metodologias. Os alunos apontaram que a aula é realizada apenas através do livro didático, enquanto quase toda a sala optou por exprimir que existem outros métodos além do livro.

No 3º ano (C) matutino, 17 alunos responderam “sim”, 6 alunos disseram “não”, e 4 alunos julgaram que o professor “alterna as aulas entre a utilização do livro didático e outras metodologias”. A maioria dos estudantes disse que nas aulas do professor costuma-se adotar apenas o livro didático, e a menor parte dos alunos dessa turma optou por responder que “não” ou que nas aulas são alternadas entre a utilização de metodologias diferenciadas com o livro didático.

No 3º ano (D), 10 alunos apontaram “sim”, 4 alunos comunicaram “não”, e 10 alunos mencionaram que o professor “alterna as aulas entre a utilização do livro didático e outras metodologias”. Essa classe praticamente dividiu suas opiniões, onde pouco menos da metade acham que “sim”, o professor costuma utilizar apenas o livro didático em suas aulas. Enquanto os demais opinaram que a aula não se efetua apenas no livro didático.

No 3º ano (E), 5 alunos alegaram “sim”, 9 alunos certificaram “não”, e 8 alunos responderam que o professor “alterna as aulas entre a utilização do livro didático e outras metodologias”. Constatou-se que, nessa turma a maioria dos alunos demonstraram que o professor traz para a sala conteúdos além do livro didático e alguns apontam apenas o livro didático como ferramenta utilizada pelo professor.

Portanto, nas turmas do 3º ano “B” e “E”, os alunos manifestaram que as aulas não são realizadas apenas em função do livro didático, aponta-se assim que o ensino se torna mais amplo e vantajoso. Entretanto, na turma do 3º ano “D”, a sala praticamente mostrou-se dividida. Enquanto no 3º ano “C”, os alunos, em grande parte, apontaram que as aulas são trabalhadas com base no livro didático, portanto, sem um aprofundamento ou auxílio quanto ao conteúdo ministrado.

Contudo, no período de observação, notou-se que a principal ferramenta utilizada foi o livro didático e, quase sempre, não se introduziu outros métodos e pesquisas para inovação e aprofundamento do conteúdo, confrontando assim com a opinião da maioria dos alunos e a partir da visão obtida no momento de observação. Pode-se destacar, segundo Xavier et al. (2014), que hoje a Geografia ensinada nas escolas não satisfaz o aluno e nem o professor que ministra a disciplina. Sobretudo porque a metodologia praticada pelo professor fundamenta-se basicamente no livro didático, e em muitos casos acaba se distanciando da realidade que o aluno vivencia.

Na segunda questão, perguntou se os conteúdos estudados na disciplina de Geografia são difíceis. No 3º ano (B), 7 alunos responderam “sim, mas o professor ensina-os de forma que conseguimos compreender” e 12 alunos responderam “depende do assunto”. Quanto às opções “todos são difíceis” e “todos são fáceis”, nenhum dos alunos assinalou. Nessa turma, menos da metade expressou que o professor auxilia no processo de aprendizagem, fazendo com que o conteúdo difícil se torne compreensível. Enquanto a maior parte dos alunos falou que o conteúdo se torna difícil dependendo do assunto.

No 3º ano (C), 13 alunos responderam “sim, mas o professor ensina-os de forma que conseguimos compreender”, 1 aluno respondeu “todos são fáceis” e 13 alunos responderam “depende do assunto”, quanto à opção “todos são difíceis”, nenhum dos alunos assinalou. A classe praticamente dividiu-se entre o conteúdo ser difícil, mas aprender devido à forma com que o professor ensina, e sentir dificuldade em relação a alguns conteúdos, pois depende do assunto. E ainda para essa turma, nem todos os conteúdos da disciplina são difíceis.

No 3º ano (D), 8 alunos responderam “sim, mas o professor ensina-os de forma que conseguimos compreender”, 15 alunos responderam “depende do assunto”, quanto à opção “todos são difíceis”, nenhum dos alunos assinalou. Poucos alunos expressaram que o conteúdo é difícil, mas que o professor propicia o aprendizado. Apenas 1 aluno disse ter facilidades em todos os conteúdos. Enquanto a maioria falou que a dificuldade encontrada nos conteúdos varia de acordo com o assunto em questão.

No 3º ano (E) vespertino, 2 alunos afirmaram “sim, mas o professor ensina-os de forma que conseguimos compreender”, 5 alunos esclareceram que “todos são fáceis” e 15 alunos asseguraram que “depende do assunto”. Quanto à opção “todos são difíceis”, nenhum dos alunos assinalou. Poucos alunos optaram por falar que o conteúdo é difícil, no entanto, o professor faz com que consigam compreender. E outra parte acha o conteúdo fácil, enquanto a maioria aponta que vai depender do assunto estudado.

Em relação à turma do “B”, concordaram no que diz respeito ao nível de dificuldade do conteúdo, onde não acham os conteúdos totalmente difíceis e nem totalmente fáceis. Para as turmas do 3º “C”, “D” e “E”, existem alunos que julgam ser fáceis todos os conteúdos. E nenhum dos alunos das turmas pesquisadas elegeu os conteúdos estudados na disciplina de Geografia como totalmente difíceis. O que chama a atenção é que, somando todos os alunos que responderam a esta questão, o que se notou foi que tanto a facilidade quanto a dificuldade têm muito a ver com o assunto (tema) estudado.

Vale ressaltar que os conteúdos também podem se tornar difíceis quando a metodologia utilizada não é adequada, na medida em que não se faz entendida o suficiente para oportunizar o resultado de inter-relação entre os membros envolvidos no ensino-aprendizagem.

Na terceira questão, foi perguntado aos alunos se a forma como o seu professor aplica as aulas facilita na sua aprendizagem. No 3º ano (B), 7 alunos responderam “sim”, 12 alunos disseram “sim, mas poderia melhorar”, quanto à opção “não”, nenhum dos alunos assinalou. Menos da metade da classe aponta como facilitadora a forma como seu professor ministra sua aula, no entanto, a maioria diz que a atuação do professor é boa, mas deve melhorar ainda mais,

demonstrando não estarem totalmente satisfeitos com a forma a qual o professor conduz as aulas.

No 3º ano (C), 17 alunos manifestaram “sim”, 1 aluno respondeu “não” e 9 alunos proferiram “sim, mas poderia melhorar”. Para a maioria da sala, o professor é bom o bastante ao ponto em que aplica suas aulas satisfatoriamente, sendo entendido por parte dos estudantes. No entanto, existem alunos que expressaram a necessidade de um melhor desempenho do professor, onde haja um avanço no rendimento escolar pessoal. No 3º ano (D), 9 alunos optaram pelo “sim”, 1 aluno pelo “não” e 14 alunos explicaram “sim, mas poderia melhorar”. Nessa turma, pouco menos da metade dos alunos diz estar contente com o ensino oferecido pelo professor, no mesmo momento em que a maioria relata que é preciso melhorar a forma para haver mais aproveitamento dos conteúdos.

No 3º ano (E), 15 alunos enunciaram “sim”, 3 alunos informaram “não” e 4 alunos explanaram “sim, mas poderia melhorar”. A sala conta com muitos alunos satisfeitos com a forma como são conduzidas as aulas, enquanto outra parcela de alunos reconhece que, apesar de aprenderem, há uma insuficiência em relação a alguns conteúdos.

A turma do 3º “B” não assinalou a opção “não”, onde pode-se afirmar que todos os alunos dessas turmas gostam do trabalho exercido pelo professor. Porém, em relação às turmas do 3º “C” e “D”, 1 aluno de cada uma dessas turmas expressou estar descontentes com a forma como é conduzida a aula, e quanto ao 3º “E”, houve mais alunos insatisfeitos, contudo, observa-se a necessidade de o professor buscar alternativas motivacionais que atinjam o interesse destes alunos em específico, e que propiciem ainda mais oportunidades para os demais estudantes.

Na quarta questão perguntou se na disciplina de Geografia tem aula de campo e como ocorre. No 3º ano (B) matutino, 17 alunos responderam apenas com a palavra “não”, enquanto 2 alunos disseram “ainda não”, indicando que até o momento não ocorreu nenhuma aula extraclasse, contudo dando a entender que esperam por algo que se assemelhe (Quadro 1).

Quadro 1 – Na disciplina de Geografia tem aula de campo? Como ocorre?  
Para o 3º ano (B, C, D e E)

| <b>Alunos 3º B</b> | <b>Respostas</b>                                                                            |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| 17                 | Não                                                                                         |
| 2                  | Ainda não                                                                                   |
| <b>Alunos 3º C</b> | <b>Respostas</b>                                                                            |
| 24                 | Não                                                                                         |
| 2                  | Não tiveram ainda                                                                           |
| 1                  | Não, todas as aulas de Geografia são normalmente em sala com a presença de todos os alunos. |
| <b>Alunos 3º D</b> | <b>Respostas</b>                                                                            |
| 20                 | Não                                                                                         |
| 1                  | Não ocorre isso                                                                             |
| 1                  | Até hoje não                                                                                |
| 2                  | Sim, tiveram debate                                                                         |
| <b>Alunos 3º E</b> | <b>Respostas</b>                                                                            |
| 22                 | Não                                                                                         |

Fonte: Pesquisa à campo.Org.: Dinéia Barbosa Oliveira Coelho, 2016.

No 3º ano (C), 24 alunos falaram unicamente “não”, e 2 alunos que “não tiveram ainda” e somente 1 disse: “não, todas as aulas de Geografia são normalmente em sala com a presença de todos os alunos”, entende-se com tal característica que as aulas são exclusivamente em sala e sem muitas mudanças no cotidiano. No 3º ano (D) matutino, 20 alunos expressaram que “não”. No 3º ano (E) vespertino, os 22 alunos foram unânimes em suas respostas onde declararam simplesmente “não”, evidenciando os fatos já constatados também nas respostas fornecidas pela maioria dos alunos das demais salas (Quadro 1).

Entretanto, Deffune (2013) entende que o trabalho de campo engloba o significado de método, sabendo que é um procedimento consciente, estruturado racionalmente, com a intenção de atingir uma meta. Propicia a produção do conhecimento nos ambientes fora da sala de aula. Efetiva as experiências que incentivam a observação, a compreensão, o contato, a descrição, a repre-

sentação, a investigação e reflexão crítica de uma realidade estudada, assim como a preparação conceitual, como parte de um procedimento intelectual amplo, “o ensino”. Enfatizando assim a importância da aula de campo para esses alunos.

Na quinta questão, foi perguntado com que frequência os alunos utilizam o laboratório e a biblioteca da escola. No 3º ano (B), 6 alunos disseram “nenhuma”, 5 “raramente”, 5 “nunca foram na disciplina de Geografia”, ou seja, provavelmente em outras disciplinas menos na disciplina de Geografia. No 3º ano (C), 17 alunos responderam “nenhuma” vez, 6 “raramente” (Quadro 2).

Quadro 2 – Com que frequência utiliza o laboratório e biblioteca da escola?  
Para o 3º ano (B, C, D e E)

| <b>Alunos 3º B</b> | <b>Respostas</b>                                                             |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| 6                  | Nenhuma                                                                      |
| 5                  | Raramente                                                                    |
| 5                  | Nunca foram na disciplina de Geografia                                       |
| 2                  | Vão mais vezes à biblioteca do que ao laboratório                            |
| 1                  | A biblioteca sempre, o laboratório uma vez ao mês.                           |
| <b>Alunos 3º C</b> | <b>Respostas</b>                                                             |
| 17                 | Nenhuma                                                                      |
| 6                  | Raramente                                                                    |
| 1                  | Quando é para pesquisar alguns assuntos relacionados a matéria.              |
| 1                  | Na matéria de Geografia não se utiliza o laboratório e nem a biblioteca.     |
| 1                  | Regularmente                                                                 |
| 1                  | Deixou em branco                                                             |
| <b>Alunos 3º D</b> | <b>Respostas</b>                                                             |
| 11                 | Nenhuma                                                                      |
| 2                  | Quase nunca, vão ao laboratório e a biblioteca mais ou menos uma vez no ano. |
| 5                  | Ainda não utilizaram o laboratório e nem a biblioteca.                       |
| 4                  | Raramente                                                                    |



|                    |                                                                                                                           |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1                  | Tem que ir ao laboratório                                                                                                 |
| 1                  | Uma vez na vida e outra na morte                                                                                          |
| <b>Alunos 3º E</b> | <b>Respostas</b>                                                                                                          |
| 9                  | Nenhuma                                                                                                                   |
| 3                  | Ainda não utilizaram o laboratório e nem a biblioteca.                                                                    |
| 4                  | Às vezes                                                                                                                  |
| 1                  | Muito pouco, mas nunca foram na aula de Geografia nem laboratório de informática e nem na biblioteca.                     |
| 1                  | Raridade, acha que foi duas vezes                                                                                         |
| 3                  | Conforme a necessidade da pesquisa e de cada professor.                                                                   |
| 1                  | Foi uma vez no laboratório e na biblioteca, e nem todos os computadores prestam, a internet é lenta demora para carregar. |

Fonte: Pesquisa à campo. Org.: Dinéia Barbosa Oliveira Coelho, 2016.

No 3º ano (D), 11 alunos salientaram que “nenhuma”, 2 optaram por dizer que “quase nunca, vão ao laboratório e a biblioteca mais ou menos uma vez no ano”, assinalando a raridade em que visitam os locais, 5 “ainda não utilizaram o laboratório e nem a biblioteca”, 4 falaram “raramente”. No 3º ano (E), 9 estudantes esclareceram que “nenhuma”, 1 aluno que foi uma vez no laboratório e outra na biblioteca e ainda assim, e nem todos os computadores funcionam, a internet é lenta e demora para carregar desse modo dificultando a pesquisa (Quadro 2).

As informações que os alunos responderam não se enquadram exatamente, pois diferenciam-se em vários pontos, onde alguns dizem frequentar mesmo que seja pouco, enquanto outros não sabem nem se expressar perante a ida ao laboratório e biblioteca, como a resposta dada por 1 aluno do 3º “D” quando respondeu “tem que ir ao laboratório”, porém em sua dimensionalidade está se faz satisfatória.

Na questão seis perguntou-se para os estudantes se o seu professor faz algum direcionamento dos conteúdos de Geografia para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). No 3º ano (B), para 3 alunos a resposta foi “não”, 12 “sim”, enquanto 2 responderam “sim, pouco mais faz” (Quadro 3).

## Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense

Quadro 3 – O seu professor (a) faz algum direcionamento dos conteúdos de Geografia para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)? Para o 3º ano (B, C, D e E)

| <b>Alunos 3º B</b> | <b>Respostas</b>                                                                    |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| 3                  | Não                                                                                 |
| 12                 | Sim                                                                                 |
| 2                  | Sim, pouco mais faz                                                                 |
| 1                  | Sim, algumas atividades e atividades do livro.                                      |
| 1                  | Sim, algumas questões envolvem coisas que cairão no ENEM.                           |
| <b>Alunos 3º C</b> | <b>Respostas</b>                                                                    |
| 4                  | Não                                                                                 |
| 13                 | Sim                                                                                 |
| 2                  | Sim, pouco mais faz                                                                 |
| 6                  | Às vezes                                                                            |
| 1                  | Sim, tem atividades no livro.                                                       |
| 1                  | Sim, o professor comenta sobre isso diariamente.                                    |
| <b>Alunos 3º D</b> | <b>Respostas</b>                                                                    |
| 8                  | Não                                                                                 |
| 1                  | Não lembra, acha que não.                                                           |
| 12                 | Sim                                                                                 |
| 1                  | Às vezes                                                                            |
| 1                  | Sim, sempre.                                                                        |
| 1                  | Não exatamente, mas o professor fala que todo conteúdo explicado pode cair no ENEM. |
| <b>Alunos 3º E</b> | <b>Respostas</b>                                                                    |
| 12                 | Não                                                                                 |
| 1                  | Ainda não                                                                           |
| 8                  | Sim                                                                                 |
| 1                  | Às vezes                                                                            |

Fonte: Pesquisa à campo.Org.: Dinéia Barbosa Oliveira Coelho, 2016.

No 3º ano (C), 4 alunos apontaram que “não”, 13 foram contrários e afirmaram que “sim”, 2 “sim, pouco mais faz”, 6 “às vezes”, 1 “sim, tem atividades no livro”, pois defendeu que no próprio livro didático existem questões direcionadas ao ENEM, e 1 aluno respondeu “sim, o professor comenta sobre isso diariamente”, relatando que o conteúdo direcionado ao ENEM é lembrado todos os dias em sala (Quadro 3).

No 3º ano (D), 8 estudantes falaram “não”, para 12 alunos a resposta foi “sim”, 1 preferiu argumentar dizendo que “não exatamente, mas o professor fala que todo conteúdo explicado pode cair no ENEM”. No 3º ano (E), 12 alunos disseram “não” como resposta, 8 alunos “sim”. No 3º “B” e “C”, quase todos os alunos expressaram-se positivamente em relação ao direcionamento dos conteúdos de Geografia para o ENEM. Analisando as respostas do 3º “D”, observou-se que a sala foi quase dividida, porém ainda assim, a maioria demonstrou que é realizado o direcionamento. Por outro lado, na classe do 3º “E”, a maioria dos estudantes não observou atitudes da professora de motivação para prepará-los para o ENEM (Quadro 3).

Na sétima questão, indagou-se sobre qual é a importância da disciplina de Geografia. As respostas fornecidas foram dissertativas, elaboradas pelos alunos, onde expressaram suas opiniões a partir da importância que cada aluno tem em relação à disciplina. No 3º ano (B), os alunos expressaram-se: 2 “a importância de aprender os locais, mapas, habitantes, etc.”, 5 “conhecer o país em que vivem, o mundo em geral, entre outras coisas e que aumentam o conhecimento através da Geografia” (Quadro 4).

Quadro 4 – Qual é a importância da disciplina de Geografia? Para o 3º ano (B, C, D e E)

| <b>Alunos 3º B</b> | <b>Respostas</b>                                                                                                        |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2                  | A importância de aprender os locais, mapas, habitantes etc.                                                             |
| 5                  | Conhecer o país em que vivem, o mundo em geral. Entre outras coisas e que aumentam o conhecimento através da Geografia. |
| 5                  | Para se informar do tempo, espaço, região, etc.                                                                         |
| 2                  | Para saber localizar todos os lugares desse imenso mundo, para conhecer o nosso país.                                   |
| 1                  | A de que precisa saber como é o lugar a economia de onde vive e do mundo.                                               |

## Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense

|                    |                                                                                                                                                                         |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1                  | Através da Geografia aprende se localizar, através do mapa-múndi, estudar guerras, etc.                                                                                 |
| 1                  | A Geografia é importante para aprender o que aconteceu no passado, sobre os acontecimentos históricos, sobre meteorologia, sobre nosso planeta e o nosso sistema solar. |
| 2                  | Compreender e explicar os fatos e acontecimentos do mundo envolvendo os processos históricos com o passar do tempo.                                                     |
| <b>Alunos 3º C</b> | <b>Respostas</b>                                                                                                                                                        |
| 1                  | Estudar as guerras, os países, o mundo, o socialismo e o capitalismo e várias outras coisas.                                                                            |
| 1                  | Muito importante, pois aprende cada canto do mundo e suas referências.                                                                                                  |
| 5                  | Bom para obter mais conhecimento de várias coisas.                                                                                                                      |
| 1                  | Importante, pois profunda mais em assuntos de política, também onde localizar-se mapas, solos, ou seja, é uma matéria do dia a dia.                                     |
| 1                  | Aprendizagem sobre regiões.                                                                                                                                             |
| 1                  | É muito importante, pois passa a conhecer coisas no mundo inteiro de grande importância e também cai no ENEM.                                                           |
| 1                  | Aprender mais sobre o espaço geográfico.                                                                                                                                |
| 2                  | Para saberem mais sobre os estados, países e reconhecimento do mundo.                                                                                                   |
| 2                  | Acham que é entender os acontecimentos e processos do mundo globalizado.                                                                                                |
| 1                  | É importante para uma boa aprendizagem e conhecimento para se usar num futuro mais próximo.                                                                             |
| 1                  | Todas as matérias são importantes, assim como a de Geografia.                                                                                                           |
| 2                  | Tudo, porque a Geografia e a ciência e estuda a terra e o espaço, isso quer dizer que ela é importante para compreender tudo.                                           |
| 3                  | É importante para obter mais conhecimento sobre o meio onde vivem, é uma matéria que usam no dia a dia.                                                                 |
| 1                  | Estudar os tipos de território e lugar, entre outras coisas.                                                                                                            |
| 3                  | É importante para nos atualizar, conhecer o que ocorreu no mundo.                                                                                                       |
| 1                  | Saber as localidades de vários lugares, fatos ocorridos em determinadas situações, entender um pouco se o clima, os planetas o que acontece.                            |
| <b>Alunos 3º D</b> | <b>Respostas</b>                                                                                                                                                        |
| 1                  | Muito importante, até porque precisa passa na matéria.                                                                                                                  |
| 1                  | Não sabe                                                                                                                                                                |
| 4                  | Aprender coisas novas.                                                                                                                                                  |

## Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense

|                    |                                                                                                                                         |
|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1                  | Aprender para o cotidiano e acontecimentos.                                                                                             |
| 2                  | Melhor conhecimento e aprendizado.                                                                                                      |
| 1                  | É muito importante para saber cada vez mais sobre o Brasil, coisas sobre o nosso o passado.                                             |
| 1                  | Estar sempre atualizado com os acontecimentos geográficos.                                                                              |
| 1                  | É bom para saber mais sobre o mapa do Brasil.                                                                                           |
| 1                  | É importante para se localizar na cidade e estudar os biomas.                                                                           |
| 2                  | Saber como está indo a economia do Brasil e as guerras.                                                                                 |
| 1                  | Para conhecer novas origens, culturas, lugares e suas histórias.                                                                        |
| 1                  | Compreender o espaço geográfico físico e também seus aspectos políticos.                                                                |
| 6                  | Importante para o aprendizado de acontecimentos históricos ou atualizados.                                                              |
| 1                  | É essencial para os conhecimentos gerais dos países e vários outros fatores.                                                            |
| <b>Alunos 3º E</b> | <b>Respostas</b>                                                                                                                        |
| 4                  | A Geografia é importante porque aprende muitas coisas novas.                                                                            |
| 2                  | Para aprenderem sobre os outros estados do nosso país e também outros países.                                                           |
| 2                  | É importante para saberem acompanhar algumas mudanças, e aprender sobre o planeta.                                                      |
| 2                  | A importância da Geografia é para conhecer novas culturas, políticas, histórias e conflitos do mundo.                                   |
| 4                  | É bom para conhecerem o mundo melhor de todas as formas.                                                                                |
| 1                  | Saber mais sobre globalização, espaço mundial. Se informar mais, entender o que é Geografia.                                            |
| 3                  | Aprender mais sobre o desenvolvimento global e de todo o mundo.                                                                         |
| 1                  | É bom conhecer o mundo e algumas coisas. A aula deveria ser mais interessante, pois dá sono.                                            |
| 1                  | Conhecer vários lugares e seus aspectos naturais.                                                                                       |
| 1                  | É importante, pois através dela aprende curiosidades sobre o planeta terra: seja o solo, regiões e até mesmo a economia mundial.        |
| 1                  | A Geografia é uma disciplina bem clara, então é algo fácil de aprender. Ela é muito importante, pois se mostra uma matéria muito legal. |

Fonte: Pesquisa à campo. Org.: Dinéia Barbosa Oliveira Coelho, 2016.

No 3º ano (C), para 1 aluno, “é muito importante, pois passa a conhecer coisas no mundo inteiro de grande importância e também cai no ENEM”, outro menciona que “todas as matérias são importantes, assim como a de Geografia”. Vale ressaltar que o aluno está certíssimo quando fala da importância das outras disciplinas, mas a questão apenas pretendia saber sobre a relevância da disciplina de Geografia em sua vida (Quadro 4).

No 3º ano (D), para 1 aluno é “muito importante, até porque precisa passar na matéria”, demonstrando que tem a disciplina como uma necessidade escolar, mas não mencionou os motivos pelos quais são importantes para o seu cotidiano e seu futuro, 4 “aprender coisas novas”. No 3º ano (E), 4 alunos disseram “a Geografia é importante porque aprendem muitas coisas novas”, 2 “para aprenderem sobre os outros estados do nosso país e outros países”, 2 “é importante para saberem acompanhar algumas mudanças, e aprender sobre o planeta”, 4 “é bom para conhecerem o mundo melhor de todas as formas”, 3 “aprender mais sobre o desenvolvimento global e de todo o mundo” (Quadro 4).

Foram diversos tipos de respostas que os alunos de todas as salas emitiram sobre a importância da disciplina de Geografia, alguns com mais argumentos do que outros. Também houve respostas interdisciplinares no caso em que citam outras matérias trabalhadas em conjunto com a Geografia, como, por exemplo, a disciplina de História. O fundamental é que as respostas foram satisfatórias, pois, na proporção em que exteriorizaram sua visão sobre a disciplina, os alunos forneceram dados diversificados, mas que se aproximam daquilo que é estudado e observado no dia a dia. Vale frisar, de acordo com Vesentini (2009), a valorização da disciplina de Geografia, em que se torna importantíssimo estudar na atualidade temas que estão inseridos na área.

Na oitava questão pediu-se que os alunos fizessem uma proposta de aula diferenciada. No 3º ano (B) para 2 alunos “trazer vídeos voltados aos conteúdos de Geografia, para assim aprender e ao mesmo tempo relaxar”, 5 “aula de campo, biblioteca ou laboratório”, 6 “aula de campo” (Quadro 5).

Quadro 5 – Qual a sua proposta de aula diferenciada? Para o 3º ano (B, C, D e E)

| <b>Alunos 3º B</b> | <b>Respostas</b>                                                                                 |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2                  | Trazer vídeos voltados aos conteúdos de Geografia, para assim aprender e ao mesmo tempo relaxar. |
| 1                  | Ir conhecer fatos e coisas sobre a cidade ou sobre o estado, a importância da cidade.            |
| 1                  | Aulas complementares direcionadas para o ENEM.                                                   |
| 1                  | Passar mais slides.                                                                              |
| 1                  | Buscar novos conhecimentos fora da sala.                                                         |
| 1                  | Aula de campo, vivenciando um ato histórico, como por exemplo: uma guerra.                       |
| 5                  | Aula de campo, biblioteca ou laboratório.                                                        |
| 6                  | Aula de campo                                                                                    |
| 1                  | Nenhuma                                                                                          |
| <b>Alunos 3º C</b> | <b>Respostas</b>                                                                                 |
| 1                  | Aulas práticas em sala para ver o que o aluno aprendeu durante o estudo.                         |
| 3                  | Algo mais diferenciado, dinâmicas, interessantes que despertem a curiosidade do aluno.           |
| 3                  | Mais aulas utilizando o laboratório de informática para questionamento de conteúdo.              |
| 2                  | Ir mais no laboratório, ter um estudo mais detalhado dos mapas e regiões.                        |
| 2                  | Ir ao laboratório, discutir mais sobre os assuntos estudado, apresentação de vídeos e slides.    |
| 2                  | Assistir filmes, fazer feira de Geografia.                                                       |
| 1                  | Ter mais filmes explicativos e aulas de campo.                                                   |
| 4                  | Aula de campo                                                                                    |
| 2                  | Estudar em um ambiente diferente, como uma excursão por algum ponto geográfico.                  |
| 1                  | Aula com mais flexibilidade com os colegas, com comida um teres.                                 |
| 2                  | Que o professor os leve para conhecer mais coisas fora da sala envolvendo a Geografia.           |
| 1                  | Qualquer método desde que consiga mais conhecimento.                                             |
| 1                  | Aula mais diferente e menos utilização do livro.                                                 |
| 1                  | Ir à locais onde ocorreu algum fato, etc.                                                        |
| 1                  | Acha “muito bom” uma aula diferenciada, pois ajuda a entender o que é explicado.                 |

## Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense

| <b>Alunos 3º D</b> | <b>Respostas</b>                                                                                                                                                                                   |
|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1                  | Mais aulas práticas.                                                                                                                                                                               |
| 1                  | Não ter aula apenas na sala, ter alguns trabalhos para avaliar o conhecimento do aluno. Também pode fazer uma mesa redonda e debater com os alunos sobre os temas.                                 |
| 2                  | Promover debates envolvendo a classe abordando assuntos de problemas políticos e buscar soluções.                                                                                                  |
| 1                  | Aulas com o uso de matéria passada através de televisão ou data-show.                                                                                                                              |
| 3                  | Mais aulas diferenciadas com dinâmicas fora da sala, biblioteca e laboratório.                                                                                                                     |
| 2                  | Mais aulas com vídeos sobre os conteúdos.                                                                                                                                                          |
| 2                  | Aulas com vídeo, filmes e aula de campo seria muito bom.                                                                                                                                           |
| 5                  | Aula de campo                                                                                                                                                                                      |
| 1                  | Melhorar mais a explicação do professor.                                                                                                                                                           |
| 1                  | Dar mais atenção para os alunos que querem aprender.                                                                                                                                               |
| 2                  | Nenhuma, já está bom assim.                                                                                                                                                                        |
| 2                  | Não sabe                                                                                                                                                                                           |
| 1                  | Ir beber água todo mundo.                                                                                                                                                                          |
| <b>Alunos 3º E</b> | <b>Respostas</b>                                                                                                                                                                                   |
| 3                  | Que o professor possa leva-lo a excursão, onde conheça lugares diferentes e aprofunde os conteúdos.                                                                                                |
| 1                  | Ser mais interessante fazendo algo diferente, pois apenas na sala a aula se torna chata, poderia haver brincadeiras de acordo com o conteúdo.                                                      |
| 1                  | Mais explicações “orais” sobre o assunto, trazer questões do ENEM para serem resolvidas em sala, aulas de vídeo e aulas com visitas em outros lugares para se aprofundar mais no assunto estudado. |
| 3                  | Assistir a filmes.                                                                                                                                                                                 |
| 1                  | Utilizar mais o data-show ou a sala de vídeo para ter mais acesso as informações.                                                                                                                  |
| 4                  | Aulas no laboratório, na biblioteca e outras formas...                                                                                                                                             |
| 3                  | Fazer pesquisas tanto no laboratório como na biblioteca com conteúdo de Geografia.                                                                                                                 |
| 1                  | Ir no laboratório e no campo.                                                                                                                                                                      |
| 2                  | Pesquisas e aulas de campo.                                                                                                                                                                        |
| 3                  | Nenhuma                                                                                                                                                                                            |

Fonte: Pesquisa à campo. Org.: Dinéia Barbosa Oliveira Coelho, 2016.



No 3º ano (C) 3 “algo mais diferenciado, dinâmicas, interessante que desperte a curiosidade do aluno”, 3 “mais aulas utilizando o laboratório de informática para questionamento de conteúdo”, 2 “ir ao laboratório, discutir mais sobre os assuntos estudado, apresentação de vídeos e slides”, 2 “estudar em um ambiente diferente, como uma excursão por algum ponto geográfico”, 2 “que o professor os leve para conhecer mais coisas fora da sala envolvendo a Geografia (Quadro 5).

No 3º ano (D), 2 responderam “promover debates envolvendo a classe abordando assuntos de problemas políticos e buscar soluções”, “aula de campo”, 1 “dar mais atenção para os alunos que querem aprender”, esse aluno se sente incomodado com a falta de atenção, sinalizando um pouco de dificuldade em entender devido às atitudes do professor e dos colegas de sala. No 3º ano (E), 3 alunos responderam “que o professor possa levá-lo à excursão, onde conheça lugares diferentes e aprofunde os conteúdos” (Quadro 4).

Em ambas as turmas, o que se notou foi o fato de os alunos apontarem por metodologias quase nunca ou mesmo nunca utilizadas pelos professores. E havendo em todas as classes alunos que não quiseram dar sugestões, pode-se verificar por parte da maioria a necessidade de aulas mais diferenciadas, as quais envolvam dinâmicas, filmes, slides, e principalmente a vontade que os alunos têm de participar de uma aula de campo onde tenham o contato com o meio. Estando em conformidade, Deffune (2013, p. 63) afirma que as “atividades práticas fora do ambiente escolar são fundamentais no ensino de Geografia, pois permitem ao professor a proposição de questões reais e de importância concreta para os alunos”.

## **CONCLUSÃO**

Os resultados obtidos nessa pesquisa mostram que o professor deveria aplicar novos métodos, que propiciassem o aprendizado com mais facilidade e despertassem a curiosidade nos alunos. Incentivando-os a se interessar ainda mais pelos conteúdos, assim como pela disciplina de Geografia. O ensino-aprendizagem só se efetiva de fato quando há um interesse mútuo,

em que as partes envolvidas mantenham uma relação benéfica e produtiva em que quem ensina se faz entendido e consegue apreender novos métodos e caminhos para seguir futuramente.

No que se refere às metodologias adotadas, verificou-se que ainda permanecem concentradas no livro didático, em que os professores se instruem principalmente através dessa ferramenta, no entanto, quando necessário, fazem o complemento do conteúdo do livro, enriquecendo e ampliando o conhecimento geográfico. Em relação ao resultado adquirido por meio do questionário aplicado aos alunos, nota-se que a maioria tem interesse em aprender, com exceção de alguns que demonstram pouco interesse em estudar. Diante disso, verifica-se que eles foram sinceros em suas respostas, e que têm a disciplina de Geografia como uma matéria que exerce influência em meio à sociedade.

Sendo assim, uma vez existindo a dedicação dos alunos aos estudos e cobrança de seus professores, provavelmente terão um ensino de melhor qualidade, pois haverá uma maior motivação para o educador. Ressaltando, que cabe ao professor ir em busca de métodos motivacionais, mas também cabe ao aluno que quer aprender incentivar o seu professor.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília, 2006. 133p. Disponível em: [http://www.cespe.unb.br/vestibular/1vest2010/guiadovestibulando/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://www.cespe.unb.br/vestibular/1vest2010/guiadovestibulando/book_volume_03_internet.pdf). Acesso em: 30 de out. 2015.

CALLAI, H. C. O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise. *In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (Org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. 5ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 57- 64.

COELHO, D. B. O.; ANDRADE, L. N. P. S. O ensino de Geografia: as metodologias utilizadas no terceiro ano do ensino médio na Escola Estadual 19 de Julho. *In: SILVA, I. A.S.; FERREIRA, E.; FERREIRA, A. R. Contextos e Interfaces: coletânea da XVII Semana de Geografia – UNEMAT*. 1.ed. Ananindeua: Itacaiúnas, 2018.

DEFFUNE, G. A aula deve ter sempre como meta o aluno. *In*: DEFFUNE, G.; LIMA, M. G. (Orgs.). **Da Geografia que se faz à Geografia que se quer**: Muitos caminhos a percorrer. Maringá: EDUEM, 2013. P. 63-78.

DEFFUNE, Glaucia; LIMA, Maria das Graças. Apresentado algum Norte teórico-metodológico para reflexões. *In*: DEFFUNE, G.; LIMA, M. G. (Orgs.). **Da Geografia que se faz à Geografia que se quer**: Muitos caminhos a percorrer. Maringá: EDUEM, 2013. P. 81-95.

GOOGLE-EARTH. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/download/ge/agree.html>>. Acesso em: 29 out. 2015.

REICHWALD JUNIOR, G.; SCHAFFER, N. O.; KAERCHER, A. N. A Geografia no Ensino Médio. *In*. CASTROGIOVANNI, a. C. *et al.* (org.). **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões 5ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 171-174.

## CAPÍTULO 5

# A INVISIBILIDADE DOS CÓRREGOS URBANOS E A OCUPAÇÃO IRREGULAR EM SINOP (MT): REALIDADE E DESAFIOS

Felipe Neres Ferreira  
Judite de Azevedo do Carmo  
Beatriz de Azevedo do Carmo  
Emanuele Rebeca Maximiano Almeida  
Leonardo Soares dos Santos  
Doi: 10.48209/978-65-5417-650-4

## INTRODUÇÃO

A cidade de Sinop, situada ao norte do estado de Mato Grosso, nasceu em meio a um processo intenso de colonização e urbanização iniciado na década de 1970. Desde então, seu crescimento populacional acelerado, impulsionado pela migração, em busca de melhores condições econômicas, desencadeou uma expansão urbana não projetada para o seu potencial crescimento, acompanhada de um processo de valorização imobiliária, produzindo espaços desiguais.

A forma como as cidades brasileiras têm se expandido revela um modelo de urbanização que desconsidera os limites ambientais e a preservação da natureza, especialmente no que se refere aos cursos d'água em áreas urbanas. Em Sinop (MT), essa lógica se manifesta de forma concreta na ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente (APPs), como é o caso do entorno do córrego Marlene<sup>1</sup>. Essa ocupação, em grande parte motivada por *déficits* habitacionais e ausência de políticas públicas efetivas, contribui para o com-

---

<sup>1</sup> Em imagens do Google Earth esse curso d'água aparece com a denominação de Ribeirão Nilsa, assim como outro curso de água da Reserva do Jardim Botânico. Em pesquisas no google encontra-se notícias sobre esse curso o denominando de córrego Marlene: <https://www.sonoticias.com.br/geral/prefeitura-resolve-problema-no-corrego-marlene-em-sinop/>; <https://www.sonoticias.com.br/opiniao/da-aldeia-global-um-pedido-de-socorro-pelo-corrego-marlene/>; [https://sapl.sinop.mt.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2011/15712/575\\_pdfsam\\_indicacao.pdf](https://sapl.sinop.mt.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2011/15712/575_pdfsam_indicacao.pdf). Diante disso é que se entendeu que a denominação correta desse curso d'água é córrego Marlene

prometimento da qualidade ambiental e para a invisibilidade desses corpos hídricos na malha urbana.

O que se observa em cidade como Sinop é a existência de planos e projetos urbanos que, embora formulados, são frequentemente engavetados, descontinuados ou deslocados da realidade local. Trata-se de um planejamento que não consegue dialogar com a complexidade da urbanização, resultando em práticas que priorizam os interesses do mercado imobiliário e desconsideram as necessidades ambientais, resultando na degradação de importantes ecossistemas, bem como na perda da visibilidade de parte dos corpos hídricos dentro do tecido urbano do município. Essa degradação não é apenas física, mas também simbólica: ao serem invisibilizados, os córregos perdem sua função ambiental, paisagística e social no espaço urbano (Jacobi, 1999; Acselrad, 2003).

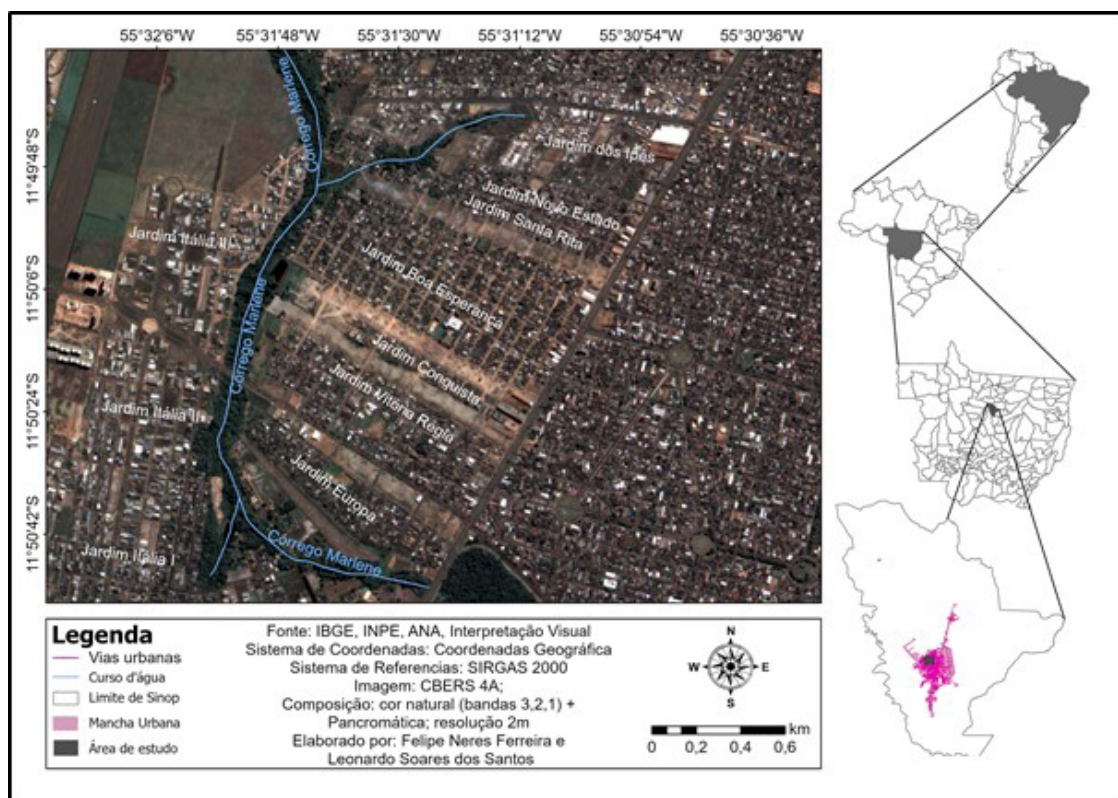
A invisibilidade vai além dos impactos físicos, alcançando aspectos socioeconômicos. A ocupação irregular de áreas como a do córrego Marlene, em Sinop, revela dinâmicas sociais que afastam a sociedade da preservação ambiental. Muitas dessas famílias, historicamente vulneráveis, enfrentam dificuldades de acesso à moradia formal, agravadas pelo alto custo do mercado imobiliário. Como destaca Maricato (2011), há uma desconexão entre o planejamento técnico e as forças sociais que moldam o espaço urbano, evidenciando os limites da política urbana brasileira.

Essa realidade empurra parte da população para habitações improvisadas em áreas ambientalmente frágeis, numa tentativa de garantir proximidade com o centro da cidade, empregos e serviços públicos minimamente adequados. Assim, a ocupação dessas áreas torna-se uma estratégia de sobrevivência do oprimido para com seus opressores, ainda que à custa de riscos ambientais e sociais significativos. Segundo Maricato (2013), o acesso à moradia, essa tratada como mercadoria, é condicionado por um conjunto de fatores econômicos e fundiários que dificultam o acesso da população de baixa renda às áreas urbanizadas com infraestrutura básica. Essa lógica contribui para a expansão de assentamentos irregulares em áreas ambientalmente sensíveis, como margens de córregos e encostas.

Além disso, como destaca Fernandes (2016), a urbanização dispersa e fragmentada tem gerado impactos significativos sobre os córregos urbanos, desde a impermeabilização do solo até o desmatamento das margens, comprometendo sua função ecológica e hidrológica. As intervenções humanas, como canalização e assoreamento, tornam esses cursos d'água cada vez mais vulneráveis, como afirmam Grili e Victorio (2017), ao desequilibrar os ecossistemas associados e reduzir a capacidade de escoamento.

No caso de Sinop, a ocupação da APP do córrego Marlene, que atravessa bairros como Jardim dos Ipês, Santa Rita, Boa Esperança, Vitória Régia, Europa, Itália I, II e III, e Residencial Conquista, revela como o planejamento urbano se mostra ineficiente em lidar com as demandas habitacionais de forma ambientalmente responsável. Nesse contexto, a pesquisa realizada teve como área de estudo o entorno desse canal fluvial (Figura 1), em seu curso nos bairros mencionados, verificando a ocupação de sua APP e procurando, compreender essa complexa relação entre urbanização, vulnerabilidade social e degradação ambiental.

Figura 1 – localização da área de estudo



Fonte: Organizado pelos autores.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com vistas ao desenvolvimento e construção das discussões pertinentes à temática aqui abordada, tomou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica permitiu criar o embasamento teórico-metodológico para a pesquisa, tendo sido desenvolvida principalmente durante o processo investigativo, a fim de construir a base teórica, como também a delimitação das práticas em campo. Para a sua estruturação e execução, foram seguidos os pressupostos elencados por Gil (2009), considerando que a pesquisa bibliográfica é realizada principalmente através de livros, artigos científicos, teses, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Com relação à pesquisa documental, a técnica de estruturação e execução seguiram os mesmos pressupostos da pesquisa bibliográfica. No entanto, as bases consultadas para essa etapa foram a análise do Plano Diretor Municipal (PDM), buscando elucidar como o Estado tem agido com relação aos córregos urbanos e comparar com o que se vê no espaço urbano.

Após a construção da base teórica e documental, o passo seguinte foi a realização da pesquisa de campo, definida por Lakatos e Marconi (2017) como aquela que envolve a observação direta da realidade, sem interferência nos fenômenos. Essa abordagem é especialmente relevante para estudos que analisam dinâmicas espacializadas no espaço geográfico, pois permite compreender os processos tal como ocorrem no território.

A pesquisa de campo foi estruturada em três etapas distintas. A primeira consistiu na observação sistemática do entorno do córrego Marlene, com base em um roteiro pré-estabelecido, visando identificar as principais características da área e fazer o seu registro fotográfico com uma câmera de celular. A segunda etapa envolveu a observação direta extensiva, por meio da aplicação de formulários junto à população, conforme orientações de Lakatos e Marconi (2017), que distinguem essa técnica do uso de questionários. A terceira etapa foi dedicada à coleta de imagens aéreas com o uso de uma Aeronave Remotamente Pilotada (ARP), com o objetivo de registrar visualmente a área estudada.

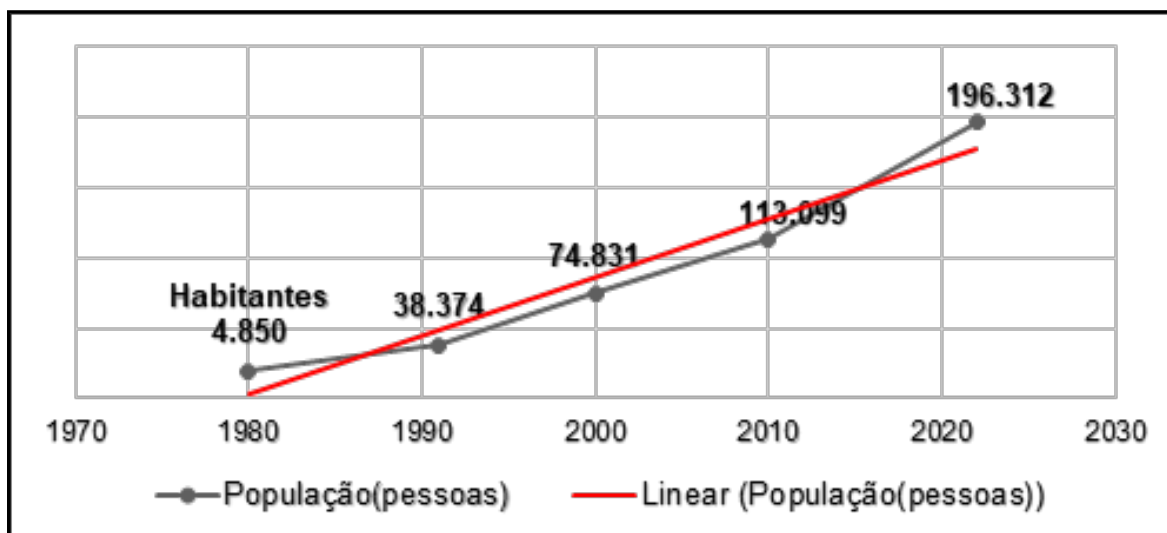
A coleta de imagens aéreas seguiu os procedimentos metodológicos propostos por Carmo (2022) e os benefícios em nível de detalhamento apontados por Carmo et al. (2023). Os voos ocorreram durante a janela ideal, entre 11h00 e 14h00, a uma altitude de 75 metros, com sobreposição lateral e frontal de 80% entre as imagens, utilizando o equipamento Phantom 4 PRO V2. O processamento das imagens para gerar a ortofoto foi feito com o *software* *AgiSoft Professional* (versão educacional).

Após a coleta dos dados em campo, foram gerados gráficos com as características da população do entorno do córrego, confeccionado os mapas de localização da área de estudo e de expansão da malha urbana utilizando o *ArcGIS* PRO (Versão trial).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sinop desde de sua fundação em 1974, tem apresentado um crescimento populacional acelerado, como pode ser visualizado no gráfico (1), onde se verifica o aumento populacional de 1980 a 2022, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 1- Crescimento da população de Sinop (1980–2023)



Fonte: Censo Demográfico e estimativas populacionais do IBGE, organizado pelos autores.

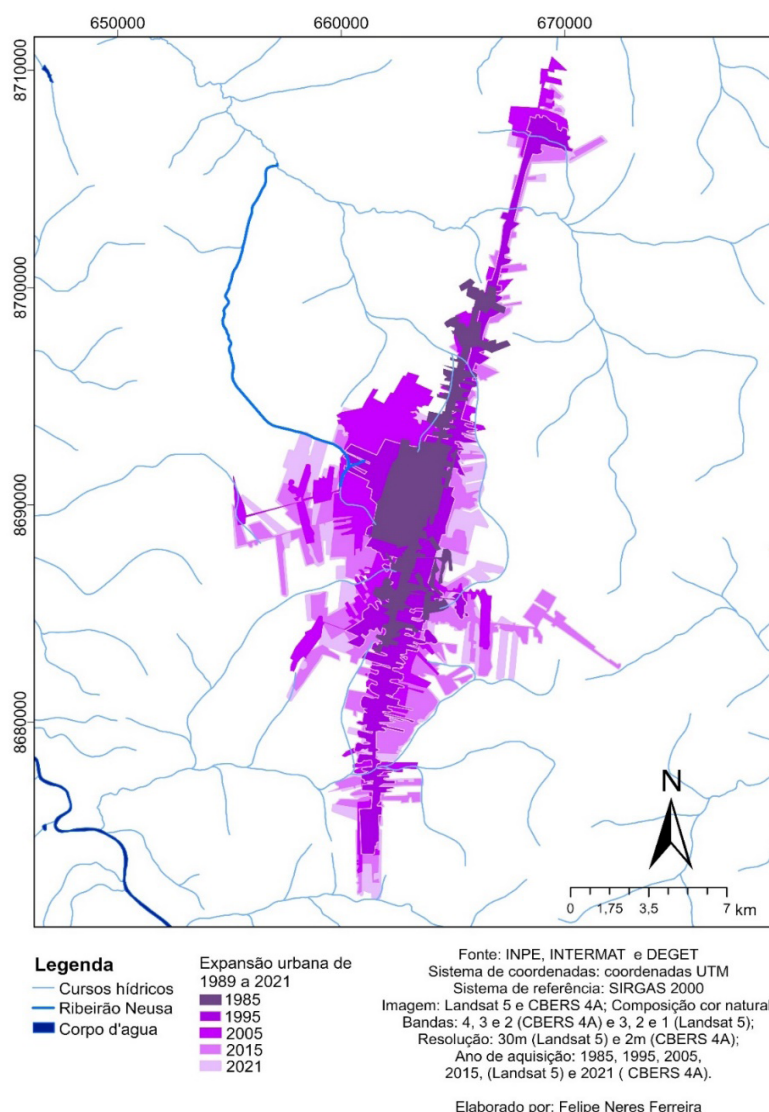
Conforme pode ser observado no gráfico (1) a população teve um crescimento de 95,2% de 1990 a 2000, de 100% de 2000 para 2010 e de 73,57% de 2010 para 2022. Esses dados indicam um crescimento expressivo no número



de habitantes de Sinop. Esse processo comprometeu não apenas sua infraestrutura urbana, mas também áreas ambientalmente sensíveis, como Áreas de Preservação Permanentes (APPs) que se encontram em perímetro urbano.

Embora Sinop exerça forte atração populacional, isso não garante acesso à qualidade de vida ou ao direito à cidade. Muitos migrantes enfrentam dificuldades financeiras, chegando à vulnerabilidade extrema, como a situação de rua, conforme Castilho (2022). Nesse contexto, o planejamento urbano torna-se essencial, especialmente quando articulado ao crescimento populacional, visando uma gestão municipal sustentável. Assim, é crucial compreender os vetores da expansão urbana do município, ilustrados na figura (2), que mostra a evolução da mancha urbana entre 1985 e 2021.

Figura 2 – Expansão da mancha urbana entre 1985 e 2021



Organizado por Ferreira (2023).

O mapa da figura (2), com tons de roxo distintos, evidencia as direções da expansão urbana de Sinop entre 1985 e 2021. O crescimento inicial ocorreu ao longo da BR-163, nos sentidos norte e sul. Entre 2005 e 2015, intensificou-se a oeste, e de 2015 a 2021, passou a se concentrar na direção leste.

Analisar os vetores e fatores que orientaram esse crescimento é essencial para compreender como infraestrutura, políticas públicas e mercado imobiliário moldaram o território. Isso contribui para um planejamento urbano mais equilibrado e evita a supressão das APPs dos córregos urbanos, como já observado em Sinop.

No caso do córrego Marlene, há sinais de ocupação desde 1995, com avanço a partir de 2005, acompanhando a expansão da malha urbana e a ocupação de sua APP, como mostra a figura (3).

Figura 3 – Ocupação do entorno do córrego Marlene, em Sinop (MT), em 1995, 2005, 2015 e 2021



Fonte: *Google Earth Pro*. Organizado por Leonardo Soares dos Santos.



Essa transformação da paisagem evidencia a necessidade de maior atenção às práticas de uso e ocupação da terra urbana, especialmente em áreas ambientalmente sensíveis. Entretanto, a comparação entre os Planos Diretores de 2006 e 2024 revela a negligência histórica do planejamento urbano em Sinop. Apesar de ambos apresentarem diretrizes para o ordenamento territorial, a preservação dos recursos hídricos e o desenvolvimento sustentável (Sinop, 2006; 2024), a falta de implementação efetiva reflete o descompasso entre o planejamento normativo e a realidade local (Figura 4). Essa situação foi visualizada na área de estudo, quando fez-se o registro fotográfico, o levantamento de informações junto aos moradores e o levantamento de imagens com a ARP (Phantom 4 PRO V 2).

Figura 4 - Ocupação e degradação da APP do córrego Marlene em Sinop, Mato Grosso, em 2023.



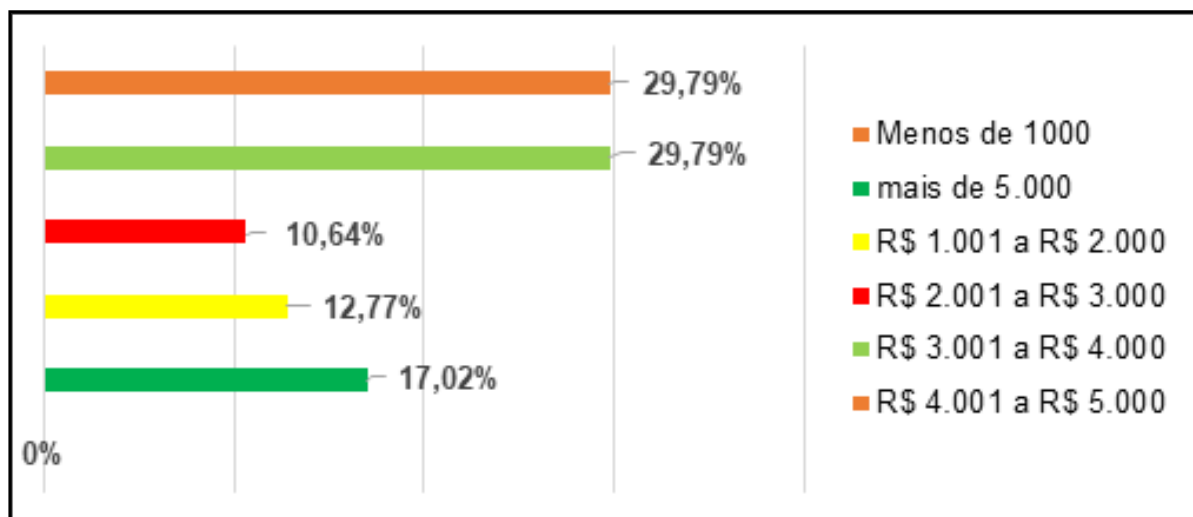
Fonte: Imagens de Phantom PRO V 2, coletadas por Leonardo de Sousa Soares, Felipe Neres Ferreira e Beatriz de Azevedo do Carmo.

A ocupação irregular de áreas próximas aos córregos resulta de diferentes dinâmicas sociais. Famílias de baixa renda, excluídas do mercado formal, ocupam essas áreas por necessidade (Maricato, 2015), enquanto grupos de maior

poder aquisitivo o fazem buscando valorização imobiliária, vistas privilegiadas ou proximidade com áreas verdes, ignorando os limites legais e ambientais (Barcellos, 2023). A identificação dos processos de ocupação e degradação da APP foi realizada a partir da aplicação de formulário semiestruturado junto aos moradores dos bairros Jardim Boa Esperança, Jardim Santa Rita, Jardim Novo Estado e Jardim dos Ipês, localizados na faixa limítrofe ao córrego (Figura 4).

Na área estudada a ocupação é prioritariamente por população de baixo a médio rendimento. A maioria das famílias possui uma renda mensal entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Dados de renda familiar dos moradores questionados



Fonte: Pesquisa direta, outubro de 2023. Organizado pelos autores.

As informações contidas no gráfico (2) demonstram que, embora não vivam em extrema pobreza, enfrentam barreiras para garantir acesso à habitação digna em áreas regularizadas.

Esse cenário é agravado pelos altos custos do mercado imobiliário local: o valor médio do aluguel residencial gira em torno de R\$ 2.200,00 mensais, podendo variar entre R\$ 1.200,00 e R\$ 4.500,00, dependendo da localização e do padrão do imóvel. Já o preço do metro quadrado da terra urbana apresenta ampla variação, partindo de R\$ 1.900,00/m<sup>2</sup> em áreas periféricas e podendo ultrapassar os R\$ 4.000,00, chegando até R\$ 10.000,00/m<sup>2</sup> em regiões centrais ou em empreendimentos de alto padrão (Fator MT, 2024; Viva Real, 2024). O baixo rendimento das famílias é refletido no padrão de suas moradias (Figura 5).

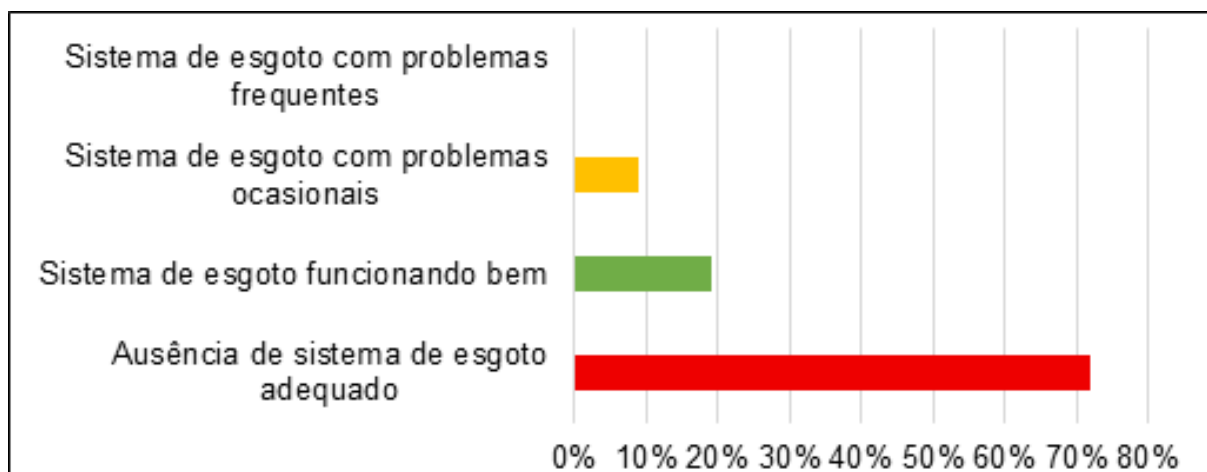
Figura 5 – Padrão das moradias do entorno do córrego Marlene, em Sinop (MT)



Fonte: Ferreira (2023).

Pode-se inferir que parte da população de Sinop (MT) enfrenta dificuldades no acesso à terra e à moradia em locais adequados, devido às limitações financeiras que impedem a conquista de uma habitação segura, com qualidade e em conformidade com padrões urbanísticos. Além disso, a precariedade do saneamento básico foi outro ponto alarmante observado na pesquisa. Sobre o sistema de esgotamento, os dados se encontram no gráfico (3).

Gráfico 3 – Sistema de esgoto utilizados pelos residentes no entorno do córrego Marlene, em Sinop, MT



Fonte: Pesquisa Direta (2023), organizado pelos autores.

Cerca de 72% dos entrevistados declararam não possuir sistema de esgotamento sanitário adequado (Gráfico 3), utilizando fossas sépticas que não



garantem a preservação do solo nem da qualidade da água. O que afeta negativamente a qualidade da água do córrego.

Essa situação impacta diretamente a saúde pública e intensifica a degradação do ecossistema do córrego, que frequentemente é contaminado por resíduos sólidos e líquidos despejados sem qualquer tratamento. A figura (6) ilustra a presença de poluição e o descarte inadequado de lixo, tanto orgânico quanto inorgânico, evidenciando a ausência ou a ineficácia de políticas públicas voltadas à conservação ambiental. Além disso, esse cenário revela a baixa sensibilização da população quanto à importância da preservação dos recursos naturais.

Figura 6 – Descarte de resíduos na Área de Preservação Permanente do córrego Marlene



Fonte: A- Imagens de Phantom PRO V 2, coletadas por Leonardo de Sousa Soares, Felipe Neres Ferreira e Beatriz de Azevedo do Carmo, B- Foto de Felipe Neres Ferreira.

A intensificação da pressão humana sobre essas áreas, aliada ao manejo inadequado dos resíduos, agrava os problemas ambientais e sanitários na região. Essa realidade evidencia a invisibilidade do córrego, que se manifesta não apenas na paisagem urbana, mas também na forma como ele é percebido pelos moradores. Embora a maioria reconheça sua presença, muitos desconhecem seu nome e sua importância socioambiental. Apenas uma parte dos entrevistados relatou já ter visitado o local, o que revela uma desconexão simbólica entre a comunidade e o ambiente natural que a cerca.

Essa desconexão reforça a marginalização do córrego, favorecendo práticas inadequadas de uso e ocupação da terra, dificultando sua preservação. A ausência de um senso de pertencimento e de responsabilidade coletiva

em relação ao córrego enfraquece ainda mais os esforços voltados à sua recuperação e conservação.

Outro dado significativo da pesquisa foi a insatisfação dos moradores em relação às ações do poder público. Nenhum dos entrevistados avaliou positivamente as medidas adotadas para a conservação do córrego, essa percepção reflete a ausência de políticas integradas que articulem as áreas de habitação, urbanismo e meio ambiente de forma eficiente.

Enfrentar a ocupação irregular e a degradação ambiental exige ação integrada entre os diferentes níveis de governo, com atualização de instrumentos como o Plano Diretor Municipal (PDM) e políticas que conciliem desenvolvimento urbano e proteção ambiental.

Entre as medidas para reverter a degradação da APP do córrego Marlene e promover a sustentabilidade em Sinop, destacam-se: programas de regularização fundiária e habitação social para populações de baixa renda; reflorestamento das margens do córrego; criação de corredores ecológicos para conectar áreas verdes; e adoção de soluções baseadas na natureza, como sistemas de drenagem sustentável. Essas ações podem restaurar a biodiversidade, reduzir a impermeabilização do solo e melhorar a qualidade da água.

A participação da comunidade é essencial nesse processo. A construção de uma cidade sustentável depende do envolvimento dos moradores na gestão e conservação do território. Projetos de educação ambiental, campanhas de sensibilização e o apoio da mídia local podem fortalecer o senso de pertencimento e promover uma cultura urbana voltada à valorização dos recursos naturais.

Apesar dos desafios e da crescente pressão urbana, construir uma cidade mais justa e sustentável é não só possível, mas urgente. A pesquisa realizada mostra que conservar as APPs deve ser compreendido como um direito coletivo e uma condição básica para garantir qualidade de vida. Mais do que cumprir a legislação, preservar os córregos é um compromisso com o bem-estar presente e das futuras gerações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas sobre a invisibilidade dos córregos urbanos e a ocupação irregular em Sinop, com ênfase na área do córrego Marlene, demonstram que o crescimento urbano aliado à falta de políticas públicas efetivas, compromete não apenas áreas ambientalmente sensíveis, mas também intensifica as desigualdades socioespaciais.

A pesquisa revelou que grande parte das ocupações irregulares é composta por famílias de baixa e média renda, que enfrentam barreiras no acesso à terra, à moradia digna e à infraestrutura básica, como o saneamento. Essa dinâmica contribui diretamente para a degradação dos canais fluviais no espaço urbano.

Superar esses desafios exige a articulação entre políticas de habitação, planejamento urbano e conservação ambiental. A atualização do Plano Diretor Municipal, a criação de programas de regularização fundiária e o reflorestamento das margens do córrego são medidas fundamentais. Além disso, o fortalecimento do engajamento comunitário e de ações educativas pode estimular o sentimento de pertencimento e ampliar a responsabilidade coletiva sobre o território.

Portanto, recuperar a visibilidade dos córregos urbanos e preservar as Áreas de Preservação Permanente não se resume ao cumprimento da legislação ambiental. Trata-se de uma condição essencial para garantir qualidade de vida, promover justiça social e construir uma cidade mais sustentável, resiliente e comprometida com as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Discursos da Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, nº 1, p. 79-80. 1999. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27/15>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BARCELLOS, E. E. **Áreas de preservação permanentes em área urbana consolidada: análise e aplicação da Lei Federal nº 12.651/2012 e da Lei Federal nº 14.285/2021**. Caxias do Sul: EDUCS. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/835>. Acesso em: 09 jul. 2025.



CARMO, B. A. **Os Modelos Digitais de Terreno na caracterização da vulnerabilidade socioambiental a enchentes na periferia do espaço urbano de Holambra (SP) e as ações do planejamento urbano**. 2022. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências/Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2022.

CARMO, B. A.; AZEVEDO, T.; MATIAS, L. F. As imagens de sensoriamento remoto no planejamento urbano de cidades pequenas: A necessidade da adoção de imagens aéreas. *In: XX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, Anais [...]*, Florianópolis, 2023, Disponível em: <https://proceedings.science/sbsr-2023/trabalhos/as-imagens-desensoriamento-remoto-no-planejamento-urbano-de-cidades-pequenas-a?lang=pt-br> Acesso em: 23 maio. 2023.

CASTILHO, M. F. **A territorialidade e a invisibilidade da população em situação de rua na cidade de Sinop – Mato Grosso**. 2022. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop, Sinop, 2022.

FERREIRA, Felipe Neres. **Invisibilidade dos córregos urbanos mediante Ocupações irregulares: o caso do córrego Marlene em Sinop, Mato Grosso**. 2023. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2023

FERNANDES, M. **APPs Fluviais na Cidade Contemporânea: Estratégias de Planejamento Urbano e Ambiental**. Tupã, SP: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GRILI, D. M.; VICTORIO, P. E. Córregos urbanos: da gestão ao poder público. *In: VICTORIO, P. E.; PORTO, A.J.V.; LOMBARDI NETO, F. (Orgs.). Amazônia e desenvolvimento: uma visão interdisciplinar*. Cuiabá: EdUFMT, 2017.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrFtmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2025.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades: Alternativas Para A Crise Urbana**. 7º ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2013.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: expressão popular, 2015.

SINOP. **Lei Complementar nº 29**, de 18 de dezembro de 2006. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Sinop: Câmara Municipal, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 06 jul. 2025.

SINOP. **Lei Complementar nº 218**, de 18 de julho de 2024. Aprova o Plano Diretor do Município de Sinop e dá outras providências. Sinop: Câmara Municipal, 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 06 jul. 2025.

FATOR MT. Expansão urbana e valorização imobiliária impulsionam o crescimento de Sinop. **Revista Fator MT**, 20 abr. 2024. Disponível em: <https://www.fatormt.com.br/a-grande-sinop/expansao-urbana>. Acesso em: 06 jul. 2025.

VIEIRA, W. B. **Aspectos socioeconômicos e habitacionais da população residente na Área de Preservação Permanente do córrego Jaracatiá em Colíder-MT**. 2017. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológica, Universidade do Estado de Mato Grosso, Colíder, 2017.

VIVA REAL. Imóveis para alugar em Sinop - MT. **Viva Real**, 2024. Disponível em: [https://www.vivareal.com.br/aluguel/mato-rosso/sinop/apartamento\\_residencial](https://www.vivareal.com.br/aluguel/mato-rosso/sinop/apartamento_residencial). Acesso em: 06 jul. 2025.

## CAPÍTULO 6

# **ENTRE O SONHO DA CASA PRÓPRIA E A REALIDADE URBANA: CONDIÇÕES DE MORADIA NO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO PAULO II, TERRA NOVA DO NORTE-MT**

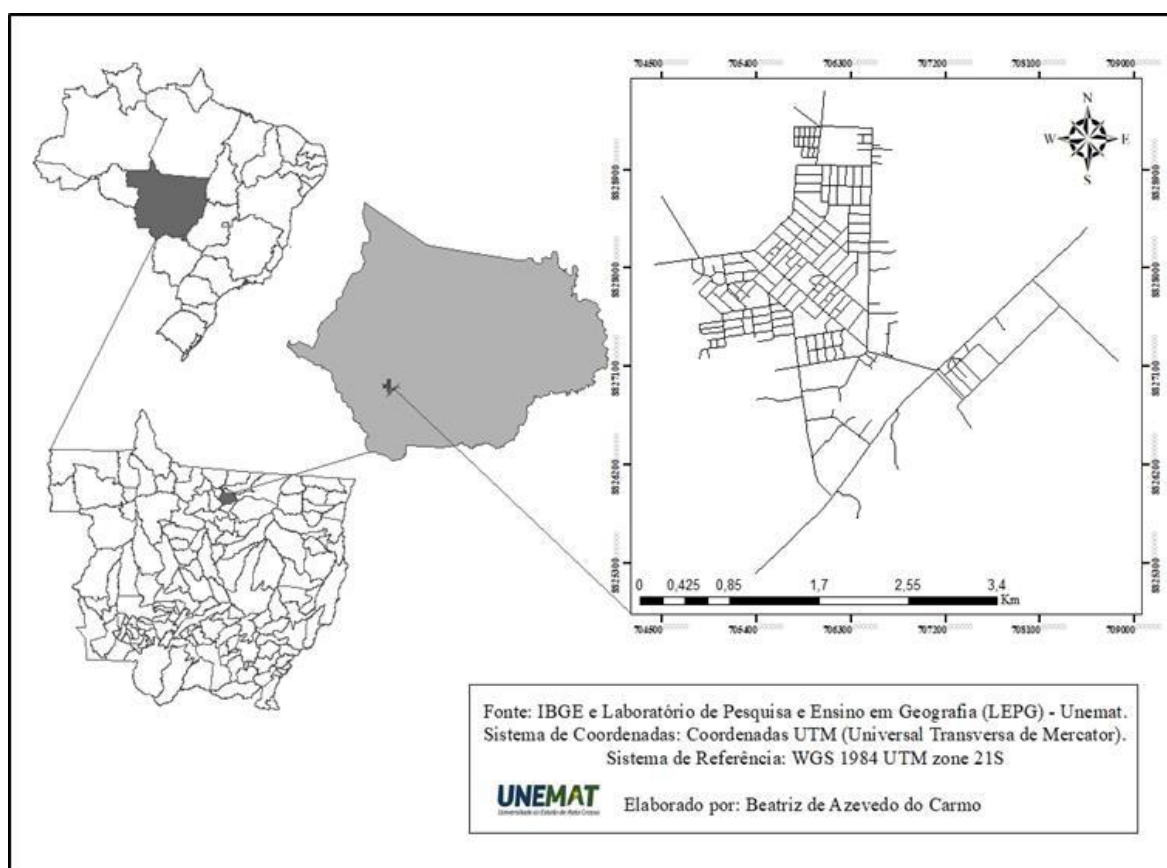
Jeniffer Hespanha dos Santos  
Judite de Azevedo do Carmo  
Doi: 10.48209/978-65-5417-650-5

### **INTRODUÇÃO**

O debate sobre as condições de moradia no Brasil é indissociável da compreensão da forma como o espaço urbano é produzido e apropriado. Mais do que um simples abrigo, a moradia representa um direito social fundamental, inscrito na Constituição Federal de 1988, que, segundo Nalin (2013, p. 62), deve ser entendido como um “direito extensivo”, isto é, que ultrapassa as quatro paredes e abarca a qualidade de vida, o acesso a serviços urbanos e a possibilidade de apropriação plena da cidade. Entretanto, a realidade dos programas habitacionais brasileiros revela que a efetivação desse direito ainda é limitada, especialmente quando se observa a implantação de conjuntos populares em áreas periféricas, carentes de infraestrutura e equipamentos coletivos.

O Conjunto Habitacional João Paulo II, localizado em Terra Nova do Norte (MT) (Figura 1), constitui um exemplo emblemático dessa problemática. Idealizado como solução para o déficit habitacional, o empreendimento foi construído a partir de programas federais que priorizaram a entrega de unidades habitacionais em larga escala, mas sem assegurar a integração ao tecido urbano. Como aponta Maricato (2010), a política habitacional brasileira historicamente privilegia a quantidade de moradias em detrimento da qualidade, resultando em um processo, que Negrão, castor e Lira (2014) chamam de “periferização planejada” que mantém as famílias de baixa renda afastadas das áreas centrais e dos serviços urbanos essenciais.

Figura 1 – Localização da área de estudo



Fonte: Organizada pelas autoras.

As observações de campo realizadas no João Paulo II evidenciam que as moradias, embora formalmente regularizadas, apresentam padrão construtivo simples, com ruas com solo exposto, falhas e ausência de rede esgoto, falha na rede de distribuição de água e escassez de equipamentos de lazer e convivência.

Essa situação reforça a ideia de que, como argumenta Bernardelli (2004), a produção de conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos é uma das formas mais marcantes de reprodução do espaço urbano desigual, transformando rapidamente a paisagem sem garantir a infraestrutura mínima necessária para uma vida digna.

Além da precariedade física, a ausência de praças, áreas verdes e espaços de convivência limita o exercício do direito à cidade, conceito formulado por Lefebvre (2001), que compreende a moradia como parte de um conjunto mais amplo de relações sociais, culturais e econômicas. Para Corrêa (1991), o espaço urbano é produto das ações acumuladas de diferentes agentes, Estado, mercado

imobiliário, proprietários fundiários e a própria população, e a forma como se configuram os conjuntos habitacionais populares evidencia o predomínio da lógica do capital na definição de onde e como os mais pobres podem viver.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as condições de moradia do Conjunto Habitacional João Paulo II, buscando compreender de que maneira a produção do espaço urbano em Terra Nova do Norte reflete as contradições da política habitacional brasileira. Para isso, investiga-se não apenas a qualidade construtiva das residências, mas também a disponibilidade de serviços urbanos, a acessibilidade e a presença ou ausência de equipamentos públicos que garantam o bem-estar da população.

A partir dessa análise, pretende-se contribuir para o debate sobre habitação social, evidenciando que a mera posse da casa própria, quando desvinculada de infraestrutura e de políticas integradas, não assegura o cumprimento do direito à moradia digna.

Assim, a pesquisa se insere em um esforço maior de compreender as condições habitacionais não como um problema isolado, mas como parte de um processo histórico de produção desigual do espaço, no qual a moradia popular, embora legitimada como política social, muitas vezes reproduz a exclusão e reforça a segregação socioespacial nas cidades brasileiras.

## **METODOLOGIA**

A investigação sobre as condições habitacionais do Conjunto João Paulo II, em Terra Nova do Norte (MT), foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, articulando levantamento empírico e fundamentação teórica. O objetivo central foi compreender de que maneira a produção do espaço urbano, marcada por políticas habitacionais de interesse social, se materializa nas condições físicas das moradias, permitindo a análise crítica da qualidade habitacional e de seus desdobramentos socioespaciais.

Como fundamento epistemológico, adotou-se o Materialismo histórico-dialético, que, segundo Corrêa (1991), possibilita compreender o espaço urbano como produto social, resultado das ações e contradições entre capital e sociedade.

Essa perspectiva orientou a leitura das habitações não apenas como elementos físicos, mas como expressão das relações econômicas, políticas e sociais que estruturam a cidade. O método adotado também permitiu considerar o movimento histórico das políticas habitacionais brasileiras e sua reprodução no espaço local, em consonância com a concepção de Santos (2006), para quem os sistemas de objetos e ações interagem de forma contraditória na produção do espaço urbano.

A coleta de dados combinou pesquisa bibliográfica, análise documental e trabalho de campo. A Pesquisa bibliográfica consistiu em consultadas de obras clássicas e contemporâneas sobre produção do espaço, segregação socioespacial e política habitacional, incluindo autores como Corrêa (1991), Maricato (2010), Bernardelli (2004) e Lefebvre (2001), a fim de sustentar a análise crítica das condições observadas.

Na análise documental foram examinadas a legislação urbana, planos habitacionais e relatórios municipais, buscando identificar as diretrizes que orientaram a implantação do conjunto.

O trabalho de campo foi realizado seguindo as orientações de Gil (2002), assim foi procedida de forma imersiva, permitindo observar diretamente o ambiente construído, as carências de infraestrutura e os modos de uso do espaço.

Essa etapa incluiu registro fotográfico sistemático das moradias, ruas e equipamentos coletivos, bem como a aplicação de questionários estruturados junto aos moradores para captar percepções sobre qualidade construtiva, acesso a serviços urbanos e segurança.

Os questionários foram aplicados em 50% das moradias, sendo que o total de residências do Conjunto Habitacional é de 135. O questionário contemplou variáveis como tipo de material das edificações, estado de conservação das casas, existência de saneamento básico, iluminação pública e áreas de lazer.

Os dados obtidos foram organizados em gráficos e tabelas, permitindo uma análise descritiva das condições físicas das habitações e a correlação com a literatura especializada. A triangulação entre os resultados de campo e o referencial teórico possibilitou identificar padrões de precariedade estrutural e se-

gregação socioespacial, conforme indicam Rubin e Bolfe (2014), ao relacionar crescimento urbano acelerado e déficit habitacional.

Durante a aplicação dos questionários, foram assegurados o anonimato e o consentimento livre dos participantes, respeitando princípios éticos de pesquisa social. Reconhece-se, contudo, a limitação de que os dados refletem a realidade observada no período da coleta, podendo sofrer alterações com políticas públicas futuras.

Dessa forma, a metodologia integrou diferentes técnicas, teóricas, documentais e empíricas, para garantir uma análise abrangente das condições habitacionais do Conjunto João Paulo II, permitindo não apenas descrever a precariedade física das moradias, mas compreender seus vínculos com a lógica de produção do espaço urbano e com as políticas habitacionais vigentes.

## **HABITAÇÃO POPULAR E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: BASES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE MORÁDIA**

A compreensão das condições de moradia no Conjunto Habitacional João Paulo II exige situar o problema dentro do debate sobre a produção do espaço urbano e a política habitacional brasileira. A moradia, enquanto necessidade básica, é também uma expressão concreta das relações sociais e econômicas que estruturam a cidade.

Como afirma Corrêa (1991), o espaço urbano é um produto social, construído ao longo do tempo por agentes que produzem e consomem o espaço, de maneira fragmentada, articulada e contraditória. Essa perspectiva permite compreender que as deficiências estruturais encontradas no Conjunto Habitacional João Paulo II não são meros acidentes locais, mas resultado da forma como o Estado e o capital atuam na organização do território.

Segundo Bernardelli (2004), a moradia implementada por meio de programas públicos é uma das formas mais marcantes de (re)produção do espaço, pois incorpora grandes áreas, transforma rapidamente a paisagem urbana e, com frequência, localiza-se em zonas periféricas desprovidas de infraestrutura.



Essa constatação dialoga com o que Santos (2006) chama de interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações: de um lado, as habitações e a infraestrutura física condicionam a vida cotidiana; de outro, as práticas sociais e as políticas públicas moldam e transformam continuamente esse espaço. No caso de empreendimentos habitacionais populares, o resultado é, muitas vezes, a consolidação de áreas segregadas, onde o acesso à moradia não é acompanhado de condições adequadas de habitabilidade.

A literatura sobre política habitacional no Brasil demonstra que o déficit habitacional não se resume à falta de unidades, mas inclui a baixa qualidade construtiva e a precariedade dos serviços urbanos. Andrade (2012) destaca que a produção habitacional pode resultar em moradias formalmente entregues, mas materialmente inadequadas, com baixa qualidade e sem os serviços e infraestrutura.

Rubin e Bolfe (2014) reforçam que a expansão urbana acelerada provoca sobrecarga nos serviços de saneamento, drenagem e transporte, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores. Esses diagnósticos explicam porque conjuntos como o João Paulo II, mesmo entregues como solução habitacional, apresentam problemas de pavimentação, esgoto, iluminação pública e equipamentos comunitários, conforme constatado em campo.

Maricato (2010) argumenta que a política urbana brasileira é marcada por uma lógica quantitativa: prioriza a entrega de unidades em grande escala, sem garantir a integração ao tecido urbano ou a oferta de serviços essenciais. Essa prática resulta no que Negrão, Castor e Lira (2014) denominam de “periferização planejada”, em que a população de baixa renda é deslocada para áreas distantes, frequentemente sem transporte coletivo ou oportunidades de trabalho. O caso de Terra Nova do Norte confirma esse padrão, pois o conjunto João Paulo II foi implantado em localização periférica, dificultando o acesso a equipamentos urbanos e reforçando a segregação socioespacial.

A segregação habitacional não é apenas efeito da escassez de recursos, mas também uma consequência da atuação do Estado. Botelho (2007) destaca que nenhum mercado privado poderia funcionar sem a chancela do poder pú-

blico, que ao aprovar projetos, definir zoneamentos e financiar empreendimentos, sanciona, ainda que de forma indireta, a exclusão social. Bernardelli (2004) acrescenta que a produção de conjuntos habitacionais pelo Estado, quando desvinculada de um planejamento urbano inclusivo, contribui para a reprodução da desigualdade, pois oferece a casa, mas não o direito pleno à cidade.

Essa crítica se aproxima do conceito de direito à cidade de Lefebvre (2001), para quem habitar vai além de possuir uma unidade física; implica acesso aos bens e serviços urbanos, às oportunidades de lazer, trabalho e convivência. Uma moradia isolada, sem transporte, praças, saneamento ou equipamentos de saúde e educação, não atende à função social da cidade e tampouco garante a cidadania. Nalin (2013) reforça esse entendimento ao lembrar que a Constituição Federal de 1988 consagrou a moradia como direito social, entendendo-a como um “direito extensivo”, que pressupõe qualidade de vida e não apenas quatro paredes.

Dessa maneira, o referencial teórico aqui mobilizado revela que as precariedades observadas no Conjunto João Paulo II, desde a infraestrutura insuficiente até a ausência de espaços de lazer, não podem ser vistas como falhas pontuais, mas como parte de uma estrutura urbana desigual. A cidade, como ensina Santos (2006), é formada por um conjunto indissociável de sistemas técnicos e ações sociais, e a forma urbana que daí resulta é inseparável das contradições do capitalismo. A política habitacional, ao privilegiar a produção de unidades em larga escala e em áreas periféricas, reforça essas contradições, transformando o sonho da casa própria em um mecanismo de reprodução da desigualdade.

## **CONDIÇÕES DAS HABITAÇÕES NO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO PAULO II**

A análise das condições habitacionais do Conjunto João Paulo II, em Terra Nova do Norte (MT), evidencia um quadro de precariedade estrutural que dialoga diretamente com o debate sobre o déficit habitacional brasileiro. Os levantamentos de campo apontam que as moradias apresentam padrão

construtivo simples, com áreas internas reduzidas, ausência de equipamentos coletivos de qualidade e deficiências significativas de infraestrutura básica.

Tais características não são casos isolados, mas expressão de um modelo de política habitacional que, segundo Maricato (2010), prioriza a quantidade de unidades em detrimento da qualidade urbana, reproduzindo a segregação socioespacial.

As casas do Conjunto Habitacional João Paulo II foram concebidas dentro da lógica dos programas habitacionais de interesse social, em especial o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que se baseia em projetos padronizados, de baixo custo e rápida execução. Bernardelli (2004) observa que os conjuntos financiados com recursos públicos são marcados por transformação extremamente rápida da paisagem urbana e pela ocupação de áreas periféricas, geralmente com infraestrutura limitada. No caso do João Paulo II, as habitações seguem esse padrão (Figura 2): edificações térreas, com poucos cômodos, limitando a ventilação, a iluminação natural e a possibilidade de expansão futura.

Figura 2 – Padrão das residências do Conjunto Habitacional João Paulo II, Terra Nova do Norte, Mato Grosso.



Fonte: Santos (2018)

As casas foram construídas por meio do programa “Meu Lar – subprograma Tô Feliz”, vinculado à Política Estadual de Habitação de Interesse Social de Mato Grosso, instituída pela Lei estadual nº 8.221/2004 e regulamentada pelo Decreto nº 8.187/2006. As entregas das casas foram feitas em três remessas. A primeira remessa de 50 casas (2001 a 2004), conforme Lei nº 720/2004 de 21 de setembro de 2004, fazendo parte do “Programa Meu Lar –subprograma Tô Feliz” do Governo do Estado, para o atendimento de famílias com renda mensal de até um salário mínimo. Essas casas possuem uma área total de 24,12 m<sup>2</sup>, com sala e cozinha conjugada, um quarto e um banheiro. A segunda remessa com mais 50 casas (2005 a 2008) e (2009 a 2012), também fazia parte do mesmo “Programa Meu Lar -subprograma Tô Feliz” do Governo do Estado, com as mesmas características e repartições que a primeira remessa.

Na terceira remessa (2013 a 2016), as casas entregues, 35 no total, apresentaram um tamanho maior, com área total de 40,24 m<sup>2</sup>, com sala e cozinha conjugada, dois quartos, um banheiro e uma lavanderia na área externa da casa, fazendo parte do “Programa Minha Casa Minha Vida”. As famílias atendidas nesse momento deveriam ter a renda mensal de até dois salários mínimos.

A reduzida metragem das unidades restringe a dinâmica cotidiana das famílias, gerando situações de adensamento e desconforto. Para Corrêa (1991), a produção do espaço urbano capitalista é fragmentada e contraditória, e a oferta de moradias de baixo custo em áreas distantes do centro constitui uma das estratégias mais recorrentes de reprodução da desigualdade.

As deficiências de infraestrutura aparecem como um dos aspectos mais críticos. O levantamento fotográfico e os questionários aplicados registraram a ausência de pavimentação adequada, ruas com solo exposto e inexistência de drenagem eficiente, condições que favorecem a formação de lama durante o período chuvoso e o acúmulo de poeira durante a seca (Figura 3).

Figura 3 – Situação das ruas no Conjunto Habitacional João Paulo II, Terra Nova do Norte, Mato Grosso.

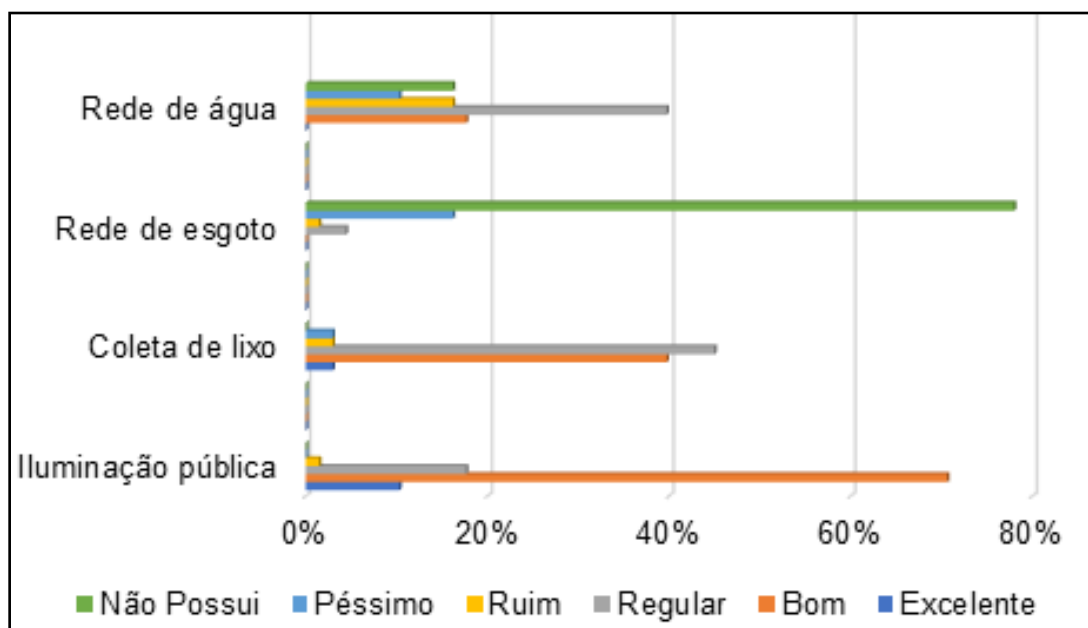


Fonte: Santos (2018).

Tal cenário compromete a salubridade das moradias, gera desconforto e impacta diretamente a saúde dos moradores.

Além disso, os serviços de saneamento básico, como rede de esgoto e rede de água, iluminação pública e coleta de lixo apresentam falhas ou cobertura parcial. Conforme a resposta dos moradores ao questionário, a avaliação desses serviços, pode ser visualizada no gráfico (1).

Gráfico 1 –Avaliação dos moradores aos serviços urbanos ofertados no Conjunto Habitacional João Paulo II, Terra Nova do Norte, Mato Grosso



Fonte: Adaptado de Santos (2018).

Os dados expostos no gráfico (1) revelam um quadro de desigualdade urbana. Embora a iluminação pública esteja em nível satisfatório, o abastecimento de água é irregular, a coleta de lixo insuficiente e o rede de esgoto é praticamente inexistente. Somando-se à esse acesso deficitário aos serviços urbanos tem-se a ausência de transporte público coletivo, dificultando o deslocamento da população residente. Essa combinação demonstra que a política habitacional priorizou a entrega de moradias, mas negligenciou a integração com infraestrutura básica, reproduzindo um padrão de periferização e vulnerabilidade socioambiental.

Estudos de Andrade (2012) demonstram que a precariedade desses serviços é comum em empreendimentos destinados à população de baixa renda, pois a expansão urbana ocorre mais rapidamente que a implantação da infraestrutura, criando um déficit habitacional não apenas quantitativo, mas também qualitativo.

Outro elemento que agrava as condições habitacionais é a escassez de equipamentos públicos destinados ao lazer e à convivência comunitária. Por meio da pesquisa observou-se que o bairro não dispõe de praças ou áreas verdes em condições de uso. Um espaço (parque) utilizado pelas crianças está com os brinquedos destruídos e enferrujados (Figura 4).



Figura 4 – Espaço utilizado pelas crianças, Conjunto habitação João Paulo II, Terra Nova do Norte, Mato Grosso.



Fonte: Santos (2018).

Em relação ao espaço de convivência comunitária, identificado pelos moradores como “pavilhão”, encontra-se em situação precária, com portas e janelas quebradas, servindo de abrigo improvisado para crianças que aguardam o transporte escolar (Figura 5).

Figura 5 - Pavilhão comunitário, utilizado como ponto de ônibus escolar, Conjunto habitação João Paulo II, Terra Nova do Norte, Mato Grosso.



Fonte: Santos (2018)



A ausência de áreas de recreação compromete o direito à cidade, entendido por Lefebvre (2001) como o direito de usufruir e apropriar-se do espaço urbano em sua plenitude. Além da falta de manutenção, o pavilhão é percebido pelos moradores como um local inseguro, especialmente à noite, quando se torna ponto de encontro de usuários de drogas. Essa situação reforça o ciclo de vulnerabilidade, no qual a precariedade física das habitações e a carência de equipamentos sociais se articulam para limitar a qualidade de vida.

A precariedade habitacional é acompanhada por um quadro de insegurança pública. Em relatos de moradores, foi possível o conhecimento de que há no bairro a presença de tráfico de drogas, baixa frequência de rondas policiais e medo generalizado.

Segundo Botelho (2007), a formação de espaços urbanos segregados é facilitada pela ação ou omissão do Estado, que, ao permitir a instalação de conjuntos habitacionais em áreas desprovidas de infraestrutura e policiamento, reforça a marginalização social.

As condições das moradias do Conjunto João Paulo II não podem ser analisadas isoladamente; elas são parte de um processo mais amplo de segregação socioespacial. Para Santos (2006), a cidade é formada por sistemas de objetos e ações que interagem de maneira contraditória, e a localização periférica dos conjuntos populares é expressão da lógica capitalista de produção do espaço. O Estado, ao destinar áreas distantes e mal servidas de infraestrutura para a população de baixa renda, reproduz uma urbanização excludente.

Rubin e Bolfe (2014) reforçam que o crescimento urbano acelerado gera sobrecarga na demanda por infraestrutura, comprometendo a qualidade de vida e gerando moradias inadequadas. Nesse contexto, os conjuntos habitacionais tornam-se espaços de “periferização planejada”, onde o acesso à moradia é garantido, mas em condições que limitam a plena cidadania.

A análise das condições habitacionais do Conjunto João Paulo II revela, portanto, a materialização de um padrão histórico da política habitacional brasileira. Como observa Bernardelli (2004), a produção de moradias em massa, quando não acompanhada de investimentos em infraestrutura, transforma o espaço urbano em um território de reprodução das desigualdades sociais. A

ausência de praças, a precariedade das ruas, a insuficiência dos serviços básicos e a insegurança cotidiana constituem elementos de uma mesma lógica: a de oferecer “moradia” sem garantir o direito à cidade.

Assim, ainda que os programas de habitação social tenham ampliado o acesso à casa própria, eles permanecem distantes de cumprir o preceito constitucional do direito à moradia digna (Nalin, 2013). Como adverte Maricato (2010), a casa isolada da cidade, sem transporte, infraestrutura e equipamentos, não representa a superação do déficit habitacional, mas a sua reprodução em novas formas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das condições de moradia no Conjunto Habitacional João Paulo II revela que, embora o empreendimento tenha sido implantado com o objetivo de reduzir o déficit habitacional de Terra Nova do Norte, ele reproduz muitos dos limites estruturais da política habitacional brasileira. As observações de campo e os relatos dos moradores evidenciam que a simples entrega das unidades não garantiu a efetivação do direito à moradia digna, previsto na Constituição Federal de 1988.

Os resultados demonstraram que as casas, apesar de formalmente regularizadas, apresentam padrão construtivo simplificado, com áreas internas reduzidas, poucas possibilidades de ampliação e ausência de conforto térmico e ventilação adequados. A infraestrutura do conjunto é precária, ruas sem pavimentação ou drenagem eficiente, falhas ou ausência da rede de esgoto, iluminação pública insuficiente e escassez de áreas de lazer e convivência.

Os achados da pesquisa confirmam que os conjuntos habitacionais financiados pelo Estado tendem a ocupar áreas periféricas e a transformar rapidamente a paisagem urbana, mas sem a infraestrutura necessária para garantir condições de habitabilidade. Ao mesmo tempo, a experiência do João Paulo II reforça o entendimento de que o espaço urbano é um produto social, resultado de disputas entre diferentes agentes, Estado, mercado imobiliário e população; e, portanto, reflete as contradições da sociedade capitalista.

O estudo também evidencia a distância entre o direito à cidade e a realidade concreta das famílias residentes. Ter uma casa própria não significa, por si só, ter acesso pleno à cidade. A ausência de praças, equipamentos de lazer, transporte coletivo eficiente e serviços básicos limita o exercício da cidadania e perpetua um ciclo de desigualdades, no qual os moradores permanecem à margem das oportunidades urbanas.

Por fim, a pesquisa realizada reforça que a superação dos problemas identificados requer um planejamento urbano inclusivo, capaz de articular habitação, transporte, saneamento, lazer e acesso a serviços essenciais. Somente assim será possível transformar a casa própria em um verdadeiro espaço de dignidade, uso e apropriação social, atendendo às demandas de uma população que, mais do que possuir uma residência, busca o reconhecimento de seu direito de viver a cidade em sua totalidade.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, G. V. M. **Políticas habitacionais brasileiras**: uma avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em suas duas edições. 2012. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) - Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10004918.pdf>.

BERNARDELLI, M. L. F. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 347f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2004.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

CORRÊA, R. L. **Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 1-176.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

MATO GROSSO. **Lei nº 8.221**, de 26 de novembro de 2004. Dispõe sobre a Política Estadual de Habitação de Interesse Social, reestrutura o Conselho Estadual de Habitação e Saneamento, e altera a Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=132233>. Acesso em 15 out. 2017.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. Espaço e Debate, São Paulo: Atual Editora, 7ª ed., 2010.

NALIN, N. M. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: O direito à moradia em debate**. 2013. 252 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) –Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

NEGRÃO, A. G.; CASTOR, D. C.; LIRA, A. H. A periferização da cidade produzida pelo Estado: o setor sudeste de João Pessoa/Paraíba. *In: XIII SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. Anais [...]*. Brasília, 2014.

RUBIN, G. R.; BOLFE, S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 2., 2014, p. 201-213. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=467546173014>. Acesso em: 21 set. 2025.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. Reimpressão. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, J. H. **Conjunto Habitacional João Paulo II em Terra Nova do Norte (MT): o Estado e a segregação socioespacial urbana**. 2018. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológica, Universidade do Estado de Mato Grosso, Colíder, 2018.

## CAPÍTULO 7

# **USO E OCUPAÇÃO DA TERRA URBANA EM SINOP (MT): DINÂMICAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Leonardo Soares dos Santos

Judite Azevedo do Carmo

Beatriz de Azevedo do Carmo

Emanuele Rebeca Maximiano Almeida

Felipe Neres Ferreira

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-6

## **INTRODUÇÃO**

A análise do Uso e Ocupação da Terra Urbana (UOTU), conforme IBGE (2006), constitui uma das chaves para compreender as dinâmicas e produção do espaço urbano nas cidades brasileiras e subsidiar tanto o planejamento público quanto às estratégias do setor privado diante das novas demandas urbanas. Esse debate ganha ainda mais relevância em um cenário de expansão urbana acelerada, intensificado pelas dinâmicas da globalização, que alteram continuamente os padrões de organização e (re)produção do espaço urbano (Júnior Lopes e Santos, 2010).

Quando se observa a cidade, uma das características mais evidentes é a diversidade de formas e usos: diferentes modos de morar, contrastes sociais, atividades econômicas distribuídas pelo território (Carlos, 2015). Como destaca Corrêa (1989), a cidade capitalista é composta por usos diferenciados, como áreas centrais, industriais, residenciais e de lazer, que se justapõem e se articulam entre si. Esses usos, no entanto, não são neutros: resultam das ações dos agentes sociais com interesses específicos.

Para Corrêa (1989), os principais agentes que produzem o espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Carlos (2007) reforça essa visão ao indicar que o espaço urbano nasce da interação de três

dimensões inseparáveis: econômica, política e social. Assim, a cidade pode ser entendida como lugar onde as relações de poder se materializam, revelando desigualdades e contradições.

Nesse sentido, compreender o uso e ocupação da terra significa reconhecer que o espaço urbano é produto de conflitos e interesses. Para Carlos (2015) a cidade é o espaço privilegiado da luta de classes, onde as contradições sociais se expressam na organização do território. O Manual Técnico de Uso da Terra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) reforça essa perspectiva ao destacar que o levantamento e a classificação dos usos do território são fundamentais para orientar diagnósticos, tomadas de decisões e políticas públicas.

Ainda que diferentes áreas do conhecimento utilizem a temática, aqui se adota o termo “uso da terra” em vez de “uso do solo”. Como argumenta Teramatsu (2012), “solo” remete mais diretamente ao aspecto físico e químico, resultado da pedogênese, enquanto a “terra” possui um sentido mais abrangente, englobando múltiplos usos, inclusive aqueles que não dependem diretamente das propriedades naturais. Já o IBGE (2013) define a ocupação da terra como o conjunto de elementos naturais (vegetação, água, solo exposto) articulados às transformações decorrentes da ação humana, como áreas agrícolas, urbanas e de infraestrutura.

Assim, investigar o uso e a ocupação da terra urbana significa também acompanhar os efeitos da urbanização, um processo que altera a paisagem e reorganiza as atividades econômicas e sociais (Silva, 2020). Singer (1980) já observava que as cidades brasileiras tendem a estruturar-se a partir de um centro principal, onde se encontram comércio, serviços e funções administrativas, cercado por áreas valorizadas. Com o tempo, esse centro se expande e se transforma, provocando processos de desvalorização, especulação imobiliária, surgimento de novos centros e até a revitalização de áreas degradadas, quase sempre em associação entre o Estado e o setor privado.

Sinop, localizada no norte do Mato Grosso, é um exemplo desse processo. Criada na década de 1970, a cidade se desenvolveu de forma rápida, acompanhando os fluxos migratórios e o avanço da fronteira agrícola. Segundo os

dados do IBGE, sua população saltou de 19.891 habitantes no censo demográfico de 1980 para 196.312 em 2022, com uma população estimada de 223.780 para 2025. Esse crescimento acelerado resultou em uma expansão constante da mancha urbana, inicialmente em direção à BR-163, principal eixo de estruturação da cidade, e mais recentemente, no sentido leste-oeste (Ferreira, 2023).

Esse quadro acompanha a tendência nacional e regional, no Brasil 87% da população vive em áreas urbanas, no Centro-Oeste a população rural diminuiu 10,59% entre 2010 e 2022. De acordo com o censo de 2022, 97% da população de Sinop vive em área urbana e apenas 3% em área rural (IBGE, 2022).

Compreendendo que o espaço urbano de Sinop passou por grandes mudanças ao longo dos anos, sendo impulsionadas tanto por questões políticas, econômicas e sociais. Entender como o espaço é gerado é se apropriar dos diferentes modos de apropriação e uso do território (Fagundes, 2012). Sendo assim, o estudo do UOTU de Sinop permite identificar as diferentes funções que as áreas da cidade estão recebendo.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Neste estudo foram utilizados um conjunto de procedimentos bibliográficos objetivando a construção de uma análise crítica das formas de UOTU e dos processos de (re)produção socioespacial na cidade de Sinop, no estado de Mato Grosso. Portanto, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental, bem como o trabalho de gabinete e a pesquisa de campo, para a validação dos dados encontrados em gabinete.

Portanto, a pesquisa bibliográfica teve como objetivo colocar o pesquisador em contato com tudo que já foi produzido acerca da temática (Gil, 1996). Por este motivo, buscou-se obras que auxiliassem na construção teórico-epistemológica, a partir da busca via palavras-chave, em bancos de dados bibliográficos (*Google* acadêmico e periódicos da CAPES), utilizando os seguintes termos: produção do espaço urbano; classificação do uso e ocupação da terra urbana; e sensoriamento remoto aplicado ao espaço urbano.



Já a pesquisa documental, é a fase em que há a busca por documentos que auxiliem na discussão, como decretos, leis e planos (Lakatos e Marconi, 2003). Nesta etapa, o documento analisado foi basicamente o Plano Diretor Municipal (PDM), buscando verificar como o documento compreende e orienta a espacialização das formas de UOTU.

Por fim, a pesquisa de campo foi utilizada para validar as formas de UOTU identificadas em gabinete. Para a definição das formas de UOTU, foram seguidos os pressupostos apresentados por Azevedo (2021), onde o autor menciona que existem tendências nas formas de uso e ocupação, portanto o autor sugere que utilize como ponto chave para a identificação as composições coloridas das imagens de satélite como aliadas no processo de classificação.

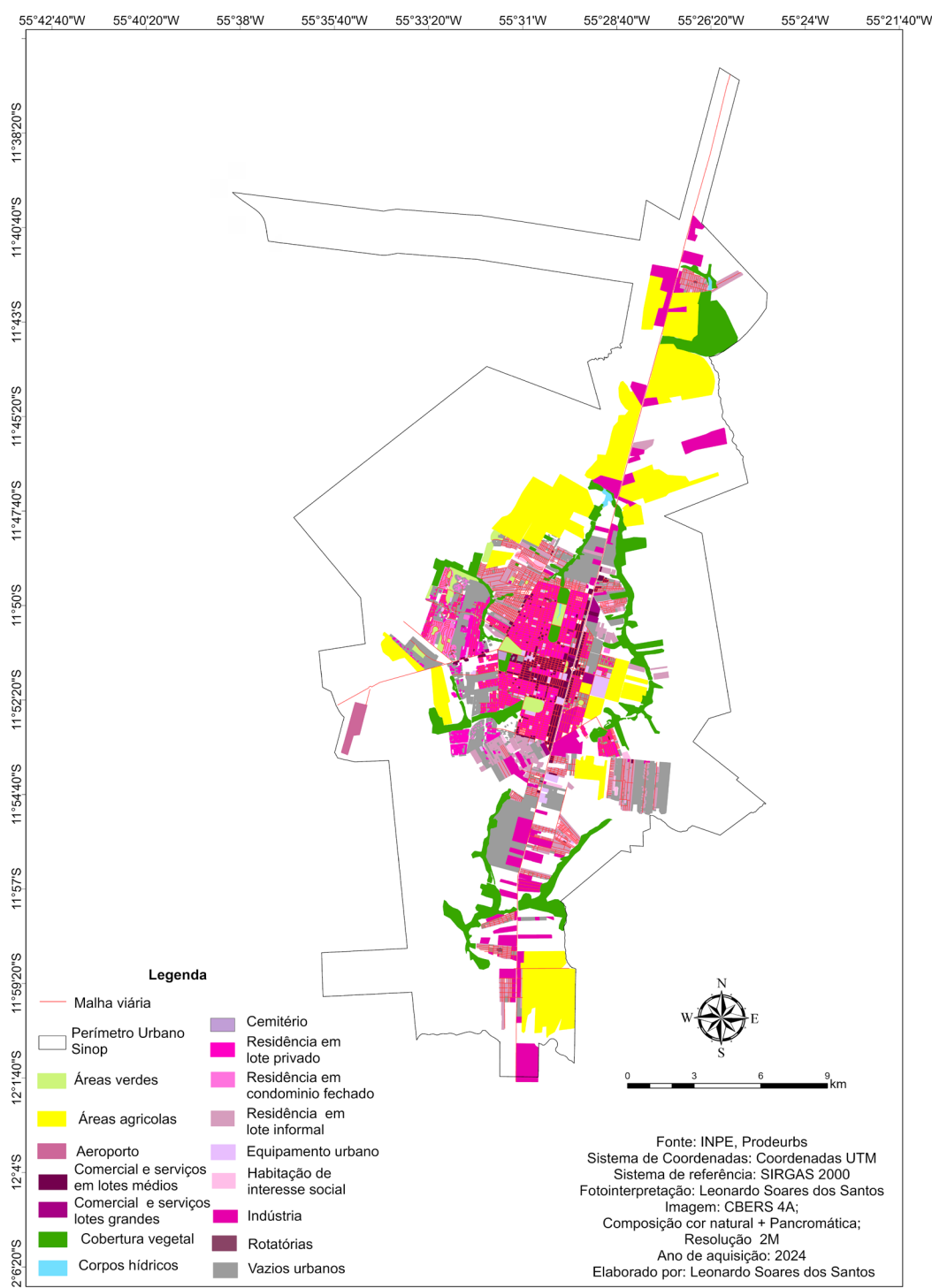
Portanto, foram utilizadas imagens do satélite CBERS 4A, para o ano de 2024, utilizando a composição colorida das bandas 3, 2 e 1, que resultam em composição de cor natural, com resolução espacial de 8 metros. Posteriormente, foi realizada a fusão da imagem multiespectral (8 metros de resolução espacial) com a banda pancromática (banda 0), resultando em uma imagem com 2 metros de resolução espacial. Com a imagem pronta, foi realizada a vetorização em tela das formas de uso, utilizando como recorte para a classificação as quadras urbanas, disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (SEPLANURBH), de Sinop.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Por meio da análise visual das imagens foi possível constatar a presença de 17 classes de uso e ocupação da terra, que por sua vez se espacializam de forma, quase linear, no entorno da BR-163 (nos sentidos sul-norte, norte-sul), por mais que nos últimos anos perceba-se também, um aumento considerável principalmente no sentido leste-oeste.

De acordo com a espacialização dessas classes de UOT, foi possível verificar o predomínio das classes residenciais, comerciais, vazios urbanos, bem como as áreas de lavouras na cidade, como pode ser observado na figura (1).

**Figura 1 - Mapa de Uso e ocupação de Sinop, Mato Grosso**

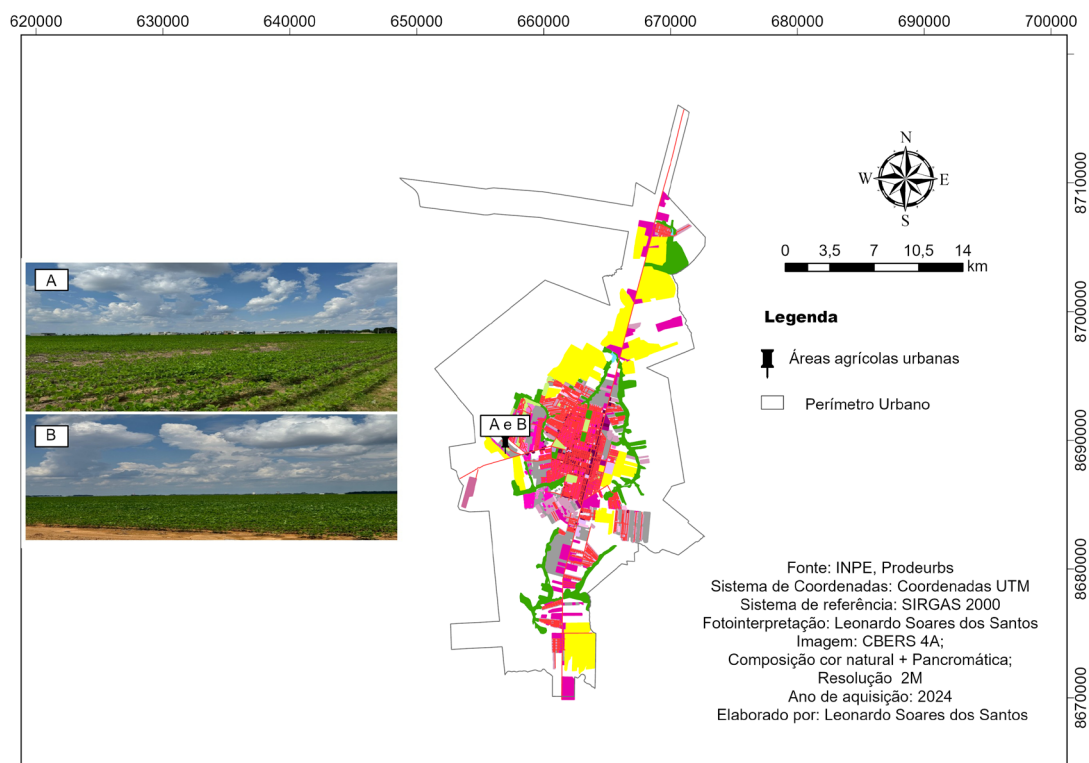


Fonte: Santos (2024).

Como é possível verificar na figura (1), a área mais densamente ocupada, é prioritariamente a região central, derivado principalmente do processo de ocupação da cidade, que atualmente concentra boa parte da atividade comercial urbana. Entretanto, torna-se relevante a verificação dessas

informações de UOT, assim, na figura (2), é possível verificar como estão espacializadas essas formas de uso via espacialização atrelada às amostras de campo.

**Figura 2 - áreas agrícolas urbanas, Sinop, Mato Grosso**



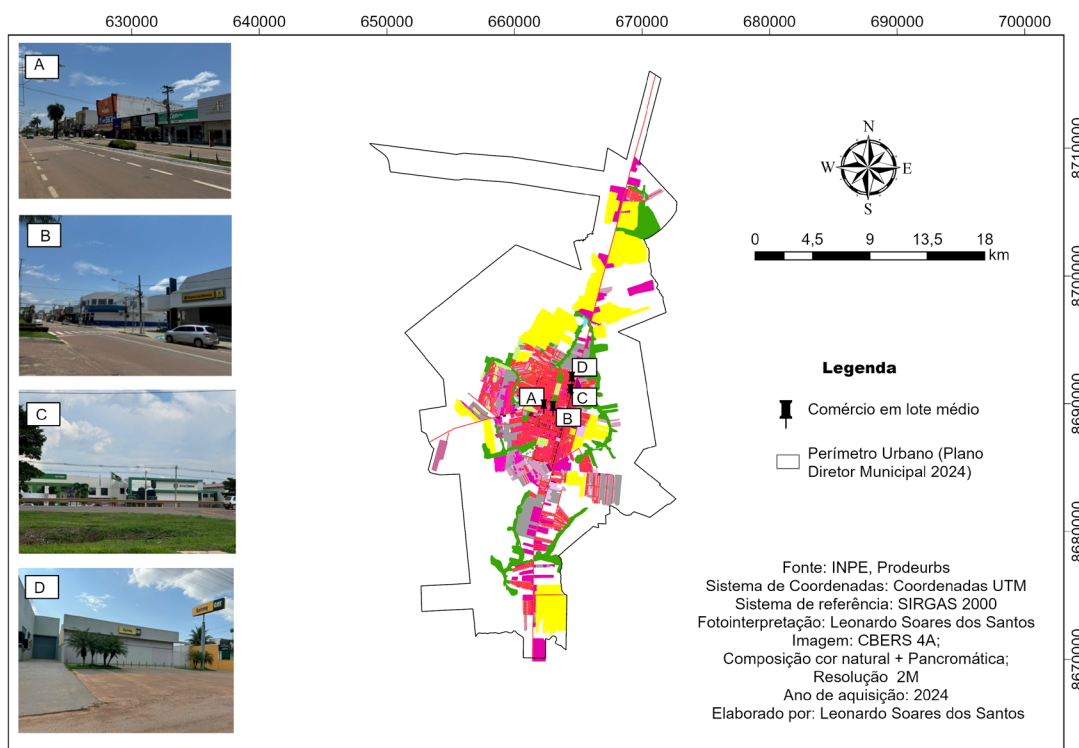
Fonte: Adaptado de Santos (2024).

Nas áreas agrícolas localizadas nas franjas urbanas de Sinop, o Plano Diretor Municipal (Prefeitura Municipal de Sinop, 2024) não proíbe essa prática de uso e ocupação da terra. Contudo, o Decreto nº 1.651/2013, que regulamenta a Lei nº 8.588, estabelece que “não é permitida a aplicação terrestre mecanizada de agrotóxicos e afins em áreas situadas a uma distância mínima de 90 metros de povoações, cidades, vilas, bairros, mananciais de captação de água, moradias isoladas, agrupamentos de animais e nascentes, ainda que intermitentes” (Mato Grosso, 2013, p. 12).

Outra classe de uso que merece destaque é a classe comercial, para uma melhor compreensão, foi dividida em duas subclasses. A primeira (Figura 3), é a subclasse em lotes médios, que está concentrada em dois eixos principais, o primeiro na Av. Júlio Campos (imagem A e B, figura 3), abrangendo

cinco ruas paralelas à sua esquerda e à sua direita e tem como característica principal o comércio de roupas, eletrodomésticos, clínicas odontológicas, agências bancárias e outros; e o segundo eixo localiza-se às margens da BR-163 (imagem C e D, figura 3) e tem como característica o comércio e serviços para atender o agronegócio.

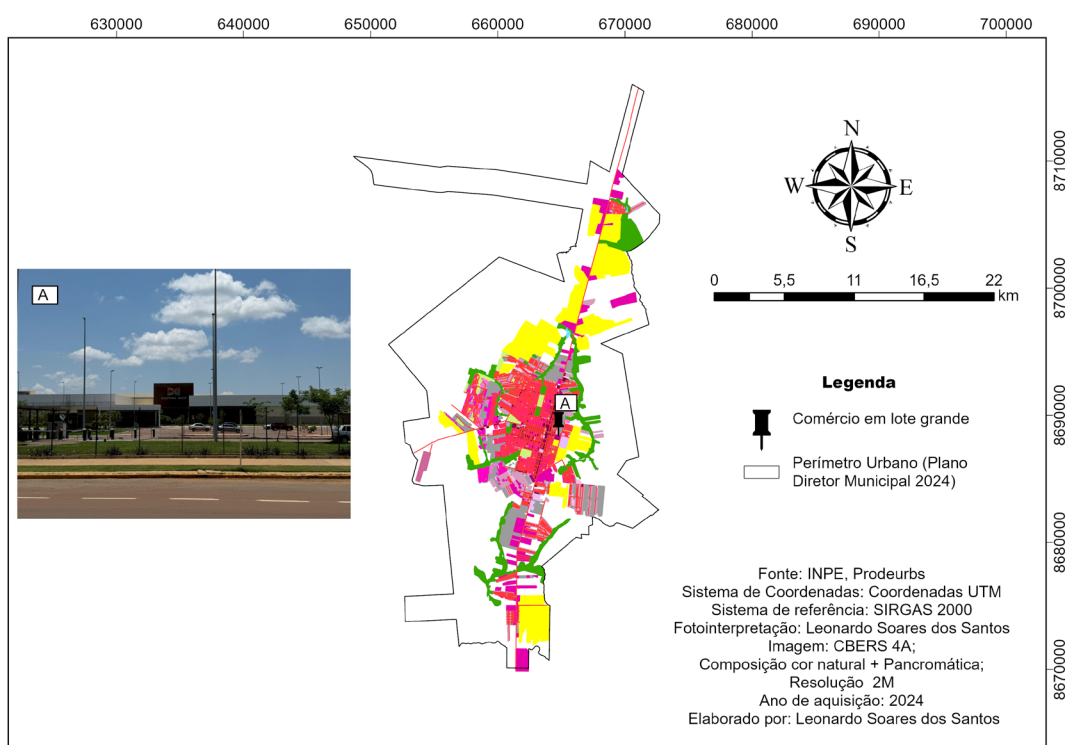
Figura 3 - Comércio e serviços em lotes médios, Sinop, Mato Grosso



Fonte: Adaptado de Santos (2024).

Entende-se que essa subclasse tem grande relevância no que diz respeito a geração de empregos, além de ofertar apoio logístico para a produção agrícola no município e seus circunvizinhos. A outra subclasse foi denominada de-comércio em lotes grandes (Figura 4).

**Figura 4 - Comércio em lotes grandes, Sinop, Mato Grosso**



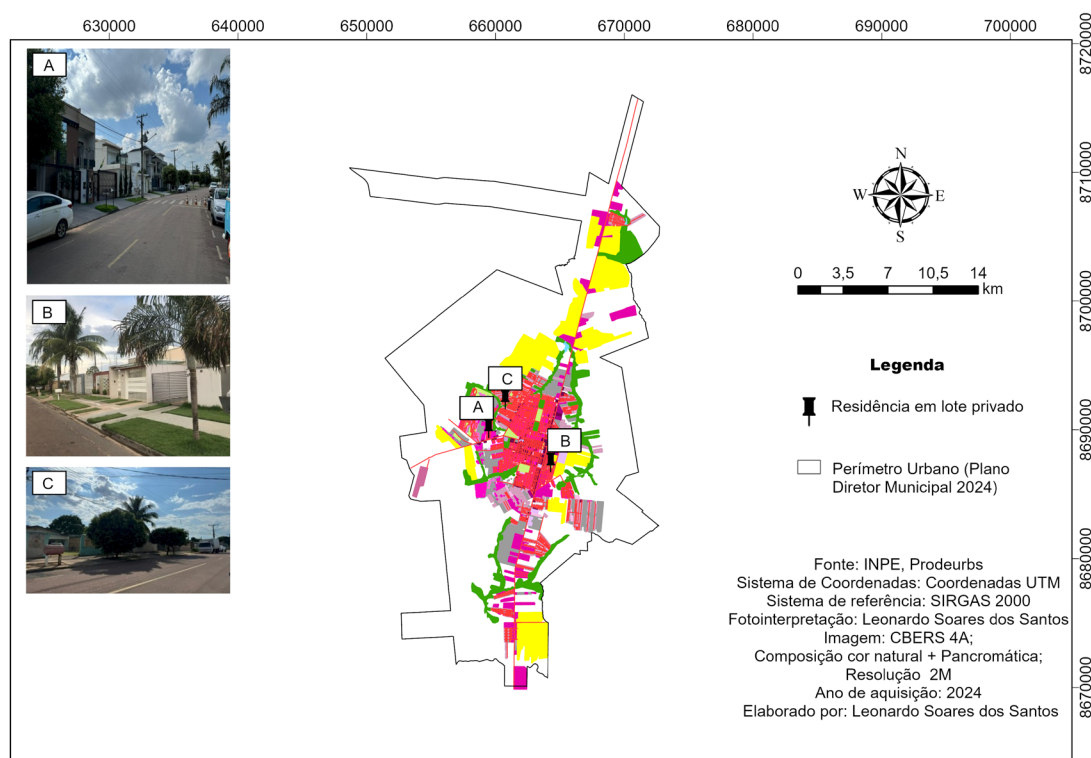
Fonte: Adaptado de Santos (2024).

A diferença dessa classe em relação à anterior está no tamanho dos lotes e na maior diversidade de mercadorias e serviços concentrados em um mesmo espaço, exemplificada pelo shopping center (Figura 4). A presença desse empreendimento evidencia a influência regional de Sinop no norte de Mato Grosso, reforçando seu papel de cidade média e polo de serviços e comércio em uma região onde municípios vizinhos não dispõem de equipamento semelhante.

Conforme Pintaudi (1997), empreendimentos desse porte funcionam como vetores de valorização da terra urbana, especialmente nos bairros próximos, favorecendo a especulação imobiliária. Essa valorização, entretanto, é desigual e reflete as diferenças econômicas da sociedade, beneficiando mais as áreas de maior poder aquisitivo.

Segundo Sposito (2022), a renda define o poder de compra e gera padrões residenciais distintos. Em Sinop, a classe de uso residencial foi subdividida em lotes privados, condomínios fechados, lotes informais e habitações de interesse social, predominando as residências em lotes privados, com variações de padrão construtivo (Figura 5).

**Figura 5 - Residências em lotes privados, Sinop, Mato Grosso**



Fonte: Adaptado de Santos (2024).

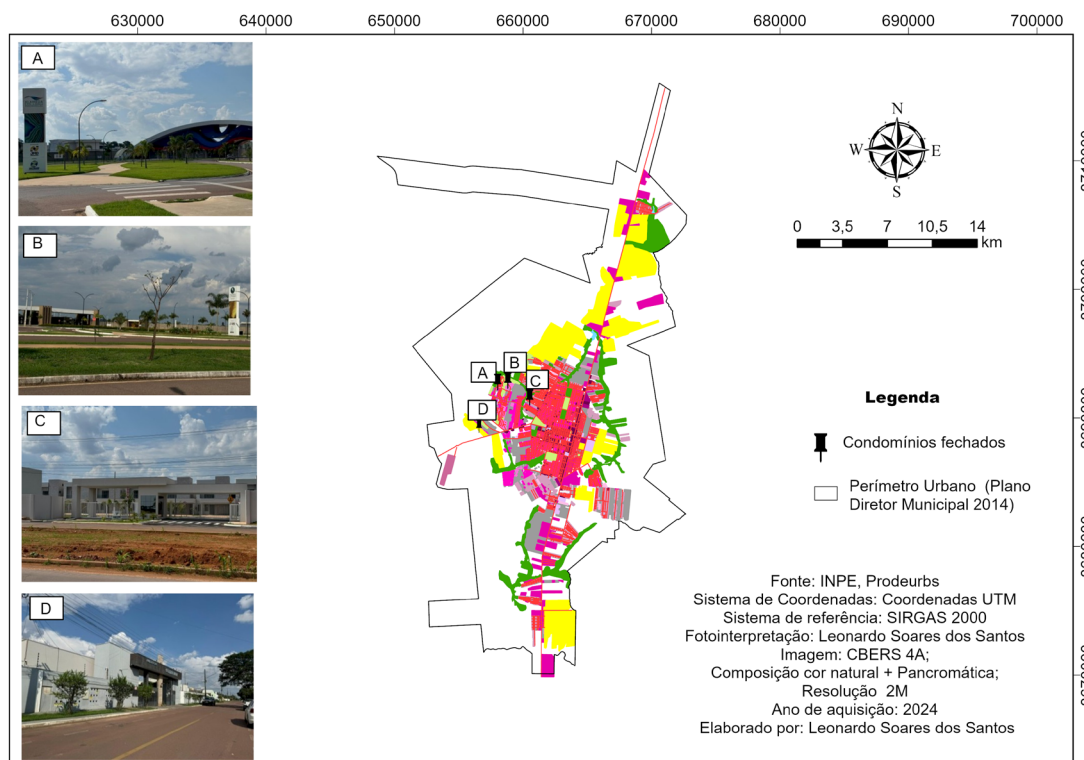
O primeiro padrão residencial (Figura 5A) abriga moradores de maior poder aquisitivo, com casas amplas, algumas de dois pavimentos, cercadas por áreas verdes com quadras, campos de futebol, pistas de caminhada, vigilância e câmeras. Embora lembrem condomínios fechados, não possuem muros e são circundadas por reservas florestais, oferecendo liberdade sem abrir mão da segurança.

O segundo padrão (Figura 5B) reúne residências de classe média, em alvenaria com telhas de cerâmica e planta simples, algumas com dois pavimentos, situadas em áreas com escolas, universidades, UBS e pequenas áreas verdes, mas sem equipamentos mais caros. O terceiro padrão (Figura 5C) abrange moradias menores e precárias, cobertas por telhas de fibrocimento, com UBS, escolas de educação infantil, parques infantis degradados e pouca manutenção da vegetação.

Os condomínios fechados surgiram na região oeste de Sinop em 2005 (Palmisano; Lima, 2023), área de rápida expansão e valorização imobiliária. O primeiro padrão, ilustrado nas imagens A e B da Figura (6), é formado por residências de alto padrão em setores de forte crescimento urbano.



**Figura 6- Condomínios fechados, Sinop, Mato Grosso**



Fonte: Adaptado de Santos (2024).

As imagens A e B (Figura 6) são exemplos de condomínios com casas de alto padrão, são murados com arame farpado, uma única entrada principal com portaria, segurança privada 24 horas e câmeras de segurança. Outra característica é a proximidade de centros universitários públicos e privados como é o caso da Faculdade de Sinop (Fasipe) e Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e escolas particulares, de modo geral essa classe tem fácil acesso a diversos serviços.

O outro padrão de condomínios fechados pode ser visualizado nas imagens C e D (Figura 6). Esses estão distribuídos por regiões “menos nobres” de Sinop, dividindo o espaço com o uso de residências em lotes privados. Esses condomínios se caracterizam pela presença de residências de padrão inferior ao apresentado em linhas acima e também por menor quantidade e qualidade de equipamentos urbanos em comparação aos de alto padrão, sendo assim, os valores são mais acessíveis para a população de classe média.

A próxima classe de uso é a residencial em lotes informais, essa classe demonstra as desigualdades socioeconômicas na cidade, marcadas pelo



aumento da população e a ineficácia de políticas habitacionais. Os exemplos podem ser verificados na figura (7).

Figura 7- Residências em lotes informais, Sinop, Mato Grosso



Fonte: Adaptado de Santos (2024).

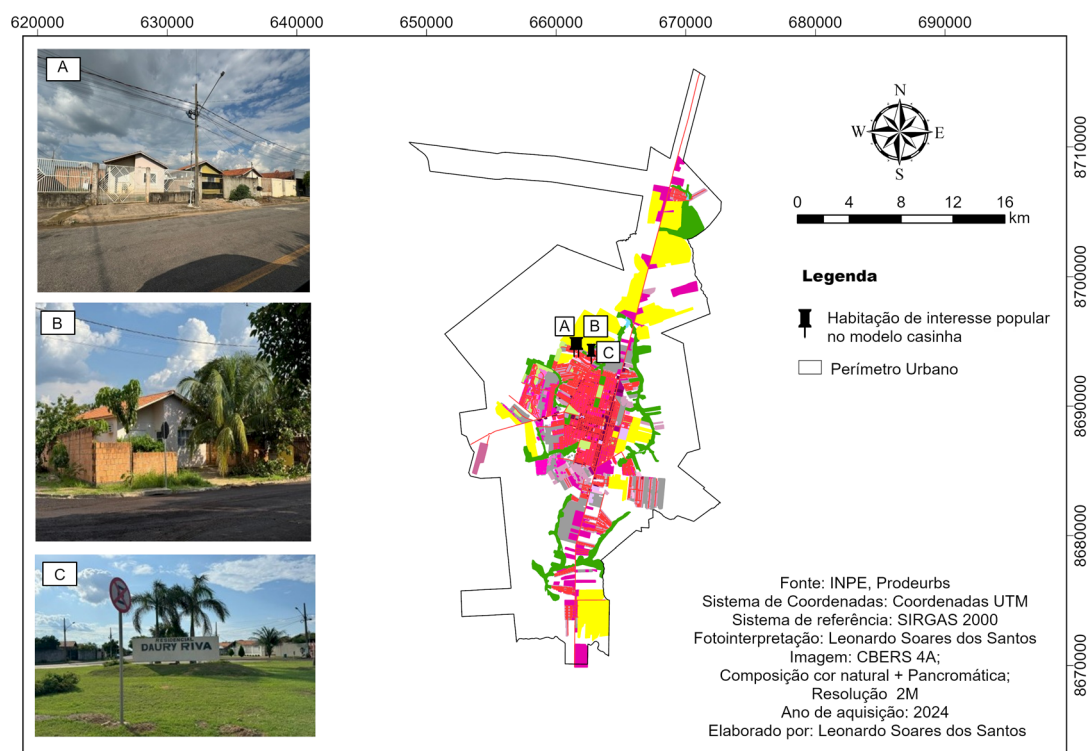
Esse tipo de ocupação reflete o que Corrêa (1989) discute ao afirmar que, na sociedade capitalista a habitação é um bem de acesso restrito. Grande parte da população, sem condições financeiras para alugar ou comprar um imóvel, acaba recorrendo à ocupação irregular de áreas de preservação e outros espaços inadequados para a construção de residências.

As casas são feitas principalmente de madeiras e telhas de fibrocimento e oriundas de autoconstrução. As ruas, no geral, não têm pavimentação asfáltica, deficiência na iluminação pública e ausência de equipamentos públicos de saúde e educação. Essa realidade vai ao encontro do que afirma Corrêa (1989) de que a precariedade é uma marca perceptível desses locais ocupados pela população de baixa renda (Corrêa, 1989).

Como forma de conter as ocupações irregulares, o poder público cria algumas políticas de habitação, que é a próxima classe de uso, as habitações de

interesse social, fruto de políticas públicas implementadas pelo Estado. Para compreender melhor essa classe, ela foi dividida em duas subclasses, a primeira é o modelo típico de conjunto habitacional, com casas padronizadas, como demonstrado na figura (8).

Figura 8 - Habitação de interesse social, modelo padronizado, Sinop, Mato Grosso



Fonte: Adaptado de Santo (2024).

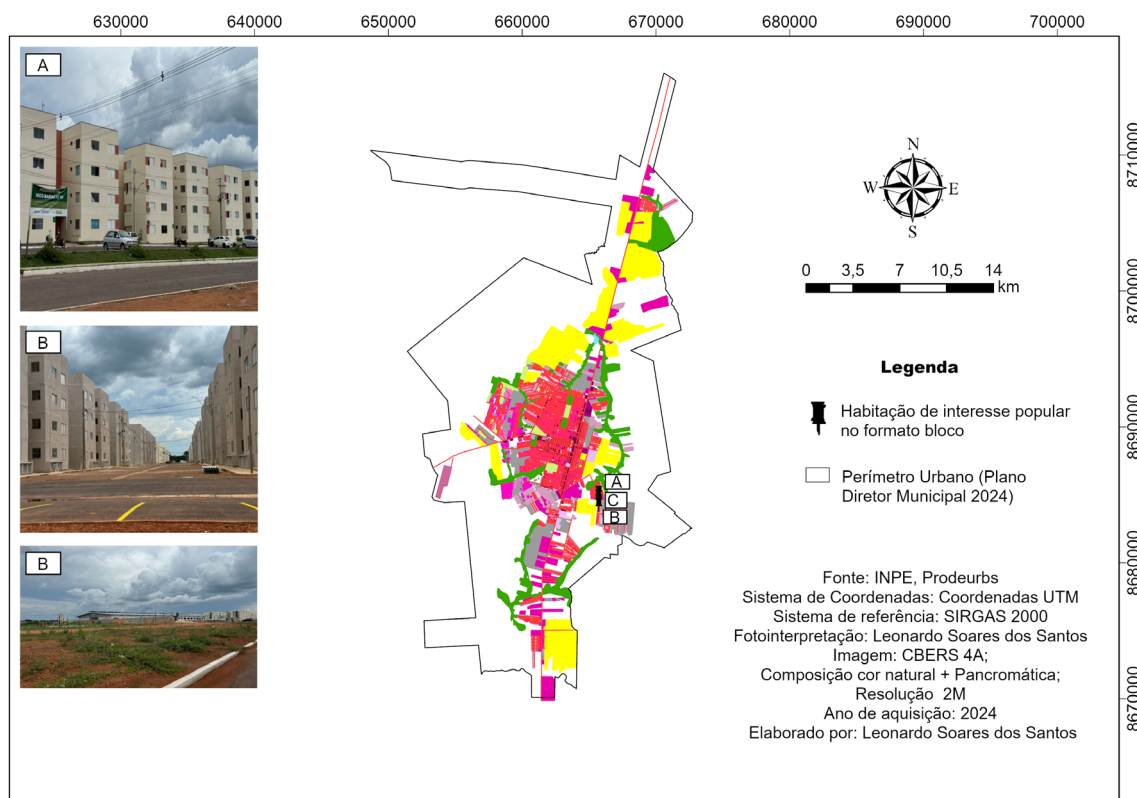
Apesar do tamanho reduzido e da padronização das casas, esse modelo se mostra mais vantajoso por oferecer maior privacidade e conforto aos moradores, já que as unidades estão dispostas em lotes individuais. Essa configuração possibilita ampliações, a construção de novos cômodos, a instalação de garagens e a personalização das fachadas.

Na área colocada como exemplo na figura (8) encontra-se UBS, escolas, pequenos mercados, oficinas mecânicas e farmácia, evidenciando que, com o passar do tempo, o bairro foi se tornando mais funcional à medida que novos serviços foram sendo incorporados.

Em contraste com esse modelo de habitação popular, existem as habitações de interesse social em formato de bloco. Diferentemente das casas indi-

viduais, os blocos têm como objetivo reduzir custos e aproveitar ao máximo a terra urbana, o que, por consequência, compromete a privacidade, o bem-estar e o conforto dos moradores, como ilustrado na figura (9).

Figura 9 - Habitação de interesse social no formato bloco, Sinop, Mato Grosso



Fonte: Adaptado de Santo (2024).

A monotonia do conjunto habitacional é reforçada pela padronização dos blocos. Nas imagens A e B (Figura 9) nota-se a ausência de áreas verdes e de arborização, o que evidencia a importância da vegetação não apenas para o embelezamento da paisagem, mas também para a regulação da temperatura e a melhoria da qualidade de vida. Há apenas uma pequena praça com *playground* para atender toda a população. Equipamentos públicos como UBS, creches e outros serviços essenciais, estão ausentes; existe apenas uma escola em construção que provavelmente levará anos para ser concluída e, mesmo assim não suprirá todas as faixas etárias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo sobre o uso e ocupação da terra urbana em Sinop-MT, mostrou que a cidade passou, em poucas décadas, por um processo intenso de transformação espacial. A análise das imagens de satélite, aliada à pesquisa bibliográfica, documental e de campo, permitiu que fosse possível identificar diferentes formas de ocupação do espaço, desde áreas residenciais de alto padrão até habitações de interesse social assim como ocupações informais em locais inadequados.

Evidente que o crescimento urbano de Sinop não ocorreu de maneira homogênea, mas sim marcado por desigualdades, enquanto alguns setores com maior valorização se consolidaram com infraestrutura, segurança e acesso a serviços, há também setores que revelam fragilidade, precariedade e carência de infraestrutura, segurança e acesso a serviços básicos e com poucas implementações de equipamentos públicos e condições de moradias adequadas. Essa realidade confirma o que literatura aponta: o espaço urbano é resultado de disputas, interesses econômicos e escolhas de representações políticas.

Outro ponto importante foi perceber como o Plano Diretor e as legislações locais orientam ou, em certos casos, permitem usos que nem sempre acompanham as demandas da população. A permanência de atividades agrícolas em áreas urbanas e o avanço de condomínios fechados são exemplos de como a lógica de mercado e a ação dos agentes produtores do espaço influenciam diretamente na configuração da cidade.

Portanto, compreender o uso e ocupação da terra urbana em Sinop não significa apenas observar como a cidade cresce, mas também reconhecer os desafios sociais, ambientais e de planejamento que esse crescimento traz. A Pesquisa contribui para reflexão sobre a necessidade de políticas públicas mais inclusivas, que considerem a diversidade da população e garantam uma urbanização mais equilibrada, justa e sustentável.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thiago. **Mapeamento do uso e ocupação da terra urbana:** proposta de um sistema de classificação com sensoriamento remoto, 2021. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 9°. ed. -São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** 2°. ed. São Paulo: Ática, 1989.

FAGUNDES, Cinthia Almeida. **Análise do uso da terra intraurbano na cidade de Paulínia (SP):** uma contribuição teórico-metodológica. 2012 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2012.

FERREIRA, Felipe Neres. **Invisibilidade dos córregos urbanos mediante Ocupações irregulares:** o caso do córrego Marlene em Sinop, Mato Grosso. 2023. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual Técnico de uso da terra.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do Censo 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 20 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022. **Agência de Notícias.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas>. Acesso em: 20 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico,** série histórica. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202#resultado>. Acesso em: 20 set. 2025.

JÚNIOR LOPES, Wilson Martins; SANTOS, Regina Célia Bega. Reprodução do espaço urbano e a discussão de novas centralidades. **Revista RA' E GA,** v. 19, p. 107-123, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/14827>. Acesso em: 10 abr.2024.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATO GROSSO. **Decreto nº 1.651/2013**. Regulamenta a Lei nº 8588/2006, Mato Grosso, 11 de março de 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=252231>. Acesso em: 23 set. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **MPE propõe ação para paralisar atividade agrícola em perímetro urbano da cidade**. 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Sinop, 2017. Disponível em: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/72191/mpe-propoe-acao-para-paralisar-atividade-agricola-em-perimetro-urbano-da-cidade>. Acesso em 23 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. **Lei Complementar n. 218/2024**. Plano Diretor. Sinop, julho de 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/s/sinop/lei-complementar/2024/21/218/lei-complementar-n-218-2024-aprova-o-plano-diretor-do-municipio-de-sinop-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 23 set. 2025.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os Shopping-Centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 65, p. 29-48, 1987.

SANTOS, Leonardo Soares. **Formas de uso e ocupação da terra urbana em Sinop, Mato Grosso**: as ações dos agentes produtores do espaço urbano. 2024. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem, Sinop, 2024.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 57, p. 77–92, 1980.

SILVA, Yanna Karla Garcia. **Os vazios urbanos como lugar do possível**: uma noya perspectiva de desenvolvimento urbano. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, v. 6, p. 1-12, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. Ed. 7. São Paulo: Contexto, 2022.

TERAMATSU, Gustavo Henrique Beraldino. **Mapeamento do uso atual da terra na Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2012, 86 f, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

## CAPÍTULO 8

# **A PRÁTICA CARTOGRÁFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL ATALAIA, COLÍDER, MATO GROSSO**

Maira dos Santos Zanini

Marcos dos Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-8

## **INTRODUÇÃO**

Desde o surgimento dos estudos cartográficos, a cartografia tem sido compreendida como um campo multidisciplinar que reúne práticas científicas, artísticas e técnicas. Esse campo se fundamenta tanto em observações diretas do espaço geográfico quanto na análise crítica de diferentes tipos de documentos, buscando produzir representações fiéis e interpretativas da realidade. Sua finalidade abrange não apenas a elaboração e preparação de cartas, mapas, plantas e projetos, mas também a criação de outras formas de expressão gráfica e simbólica, possibilitando sua utilização em múltiplos contextos, como planejamento territorial, pesquisa acadêmica, gestão de recursos e comunicação de informações espaciais (IBGE, 1993).

De acordo com Moraes (2005, p. 8) para a realização dos estudos geográficos é necessária a utilização da cartografia, uma vez que, [...] exerce um papel importante, pois tem como objetivo a representação da Terra ou de parte dela, dando-nos ferramentas importantes para o estudo do espaço, do território e das paisagens.

A origem da Cartografia no Brasil teve sua ascendência através da colonização e da chegada dos portugueses no território brasileiro. O uso do mar pelos portugueses para as grandes navegações com o intuito de realizarem a expansão ultramarina levou-os a configurarem uma estratégia de confecção de mapas que, na época, prevalecia o interesse político colonialista, resultando na



“produção de mapas marítimos mostrando a configuração das costas e o delimitamento de continentes e ilhas” (Duarte, 2008, p. 41-42).

Nota-se que a Cartografia e Geografia dos dias atuais é decorrente de um longo processo histórico, desde as navegações e as guerras que marcaram a história, até o presente momento, do qual requer a utilização de tecnologias para o desempenho de atividades cartográficas. Entretanto, o ensino de Geografia em muitas escolas ainda possui uma metodologia tradicional e, em função disso, a formação de alguns alunos fica em desvantagem perante a qualidade educacional que está contida nos PCN's (BRASIL, 1997).

O Conhecimento Didático do Conteúdo (CDC) vem sendo amplamente reconhecido como um componente essencial da prática docente, sobretudo no cenário educacional brasileiro marcado por desafios estruturais e pedagógicos, persistindo uma lacuna expressiva na formação inicial e continuada de professores quanto à integração do CDC às práticas pedagógicas, especialmente no que se refere à adaptação do ensino a diferentes contextos, à abordagem de conteúdos complexos e à consideração das diversas realidades socioculturais (Cabraia; Araújo; Biondo, 2022; Rufino *et al.*, 2023; Brasil; Guadagnini, Pastoriza, 2025).

Atualmente, as escolas pouco utilizam de situações que levem os alunos a codificar e decodificar, criação e leitura de materiais cartográficos que favoreçam a compreensão da cartografia. Porém, é sempre necessário a utilização de métodos de ensino da contemporaneidade, em razão de que “o trabalho cartográfico requer o desenvolvimento de um raciocínio lógico e o domínio de diversas habilidades que propiciem a transmissão e construção de conhecimentos” (Santos, 2012. p. 11).

Nos anos atuais, a cartografia tem enfrentado várias dificuldades quanto ao processo de ensino/aprendizagem. Nessa perspectiva, Moraes (2005, p. 8-9) aponta que “apesar de todas as inovações tecnológicas aplicadas à Cartografia, vale destacar que não existe uma representação ideal, perfeita, traduzindo fielmente o real”. Com isso, vale ressaltar que, para os alunos conseguirem compreender o uso e importância de mapas, é preciso que o professor os estimule

gradativamente a usarem o mesmo, pois, os alunos encontram dificuldades em atividades que envolvem imagens bidimensionais e em suas leituras.

Nota-se que a diversificação de recursos didáticos, sejam concretos ou abstratos, é essencial para o processo de ensino-aprendizagem dos conhecimentos de Cartografia, tornando-se inviável trabalhar os conteúdos de Geografia sem utilizar as técnicas de Cartografia. A partir desta razão, fica expressa a importância de se trabalhar com um conjunto de recursos metodológicos que proporcionem aos alunos o contato com a realidade vivenciada. Nesse aspecto, o caminho a seguir para um melhor desenvolvimento da cartografia parece ser a construção e utilização de metodologias eficientes que leve a compreensão dos conhecimentos cartográficos (Marinheiro; Peres; Nascimento, 2013).

Um desafio na utilização da cartografia no ensino de Geografia é que muitos professores não a utilizam ou não sabem como usá-la, como resultado, a cartografia frequentemente se torna um recurso que apenas favorece a memorização. Isso leva a reconsiderar uma deficiência na formação dos professores que atuam nos primeiros anos do ensino fundamental, uma vez que, são responsáveis por promover uma melhor compreensão da alfabetização cartográfica, desenvolvendo habilidades, noções espaciais e conceitos geográficos para entender a realidade cotidiana por meio dos conteúdos abordados em sala de aula (Lima; Rosa, 2011 apud Marinheiro; Peres; Nascimento, 2013).

A escola nem sempre contribui para a associação das informações da mídia com a espacialização “*in loco*”. Sabendo que os alunos possuem dificuldades em relação à leitura dos mapas, seria correto frequentemente ensinar as técnicas dessas leituras associadas as realidades vivenciadas. Para Belo; Oliveira; Silva, (2021) quando o educador não conhece o contexto escolar e dos seus alunos, o processo de ensino-aprendizagem possuirá um déficit se não trabalhados os conteúdos do convívio dos mesmos.

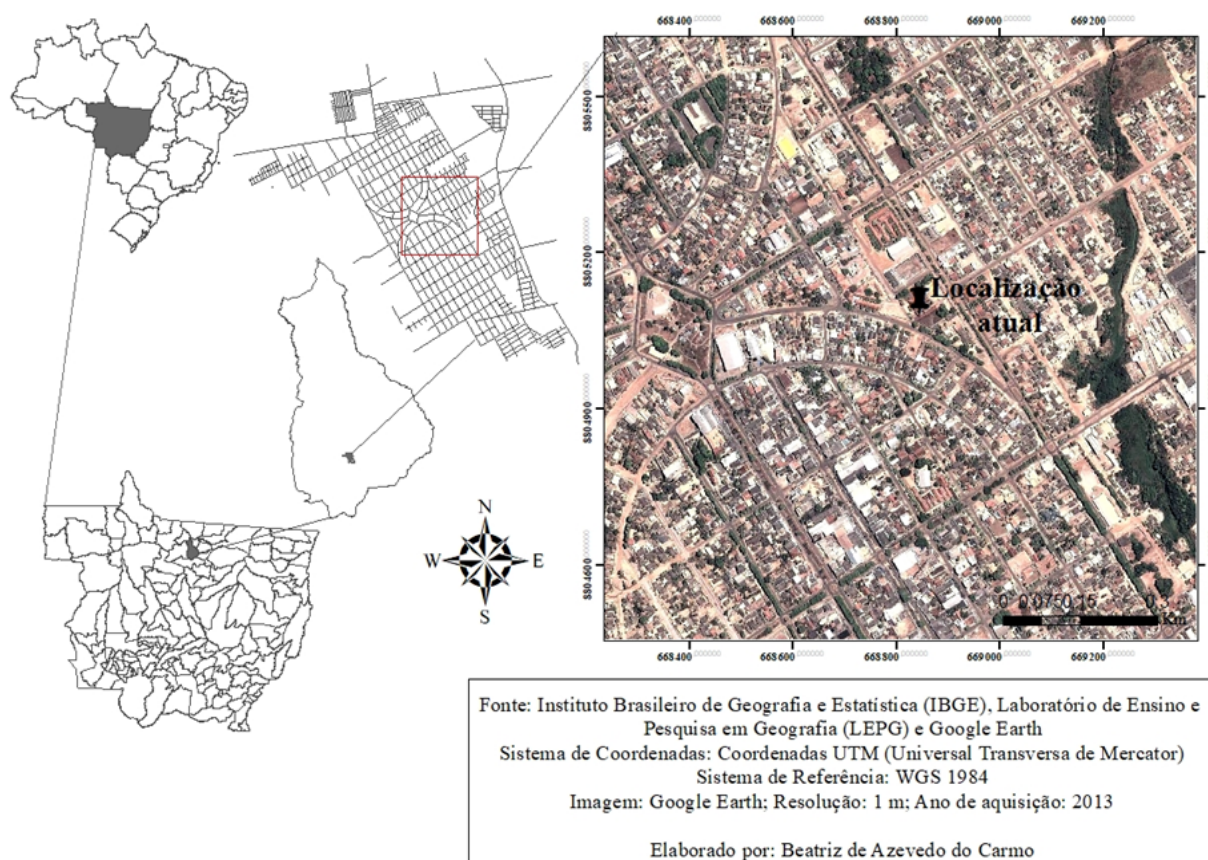
Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi analisar o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos de Cartografia dentro das aulas de Geografia na Escola Municipal Atalaia, em Colíder, Mato Grosso.

## METODOLOGIA

### Área de estudo

Esta pesquisa foi realizada no ano de 2018, analisando como o ensino cartográfico é ministrado na disciplina de Geografia na Escola Municipal Atalaia, situada sob as coordenadas 10°48'20" S, 55° 27'17" W no Município de Colíder, estado de Mato Grosso, localizada na Travessa Copacabana, nº 38, Setor Leste, Bairro Centro (Figura 1).

Figura 1 - Mapa localização da Escola Municipal Atalaia.



Fonte: Carmo (2018).

Esta é uma pesquisa quali-quantitativa, em que foi realizada uma análise do que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem dos conteúdos de Cartografia na disciplina de Geografia, desenvolvida na Escola Municipal Atalaia, criada pelo Decreto nº 004/2001 de 21/01/2001.

## Procedimentos metodológicos

O objetivo foi mostrar a realidade e as dificuldades do espaço escolar quanto ao processo de ensino/aprendizagem de cartografia, em que foi necessário desenvolver a metodologia em duas etapas:

- a) a realização de pesquisas bibliográficas a respeito do tema dos quais trouxeram informações que deram suporte nas discussões. Assim, foram abordados referenciais de livros, revistas on-line, publicações avulsas entre outros (Luna, 1999 apud Boni, Quaresma, 2005; Sousa, Oliveira; Alves, 2021).
- b) pesquisa “*in loco*” através da aplicação de questionários para professores e alunos, para analisar como se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de conteúdos de Geografia na escola.

Com intuito de obter a veracidade das informações, foram aplicados dois questionários. O primeiro com 10 (dez) perguntas para 05 (cinco) professores e o segundo, contendo 07 (sete) perguntas para 50 (cinquenta) alunos das turmas do 4º ano, do período vespertino e 8º e 9º anos do período matutino (Tabela 1), ambas do ensino fundamental, com interesse em saber quais materiais e metodologias o professor utiliza em sala de aula quando ministra os conteúdos de Cartografia, afim de comparar as respostas e fazer uma análise do processo de ensino-aprendizagem.

Tabela 1: Quantidade de alunos que responderam ao questionário.

| Turmas | Alunos    |
|--------|-----------|
| 9º Ano | 21        |
| 8º Ano | 16        |
| 4º Ano | 13        |
| Total  | <b>50</b> |

Fonte: os autores (2018).

Os questionários foram elaborados com perguntas abertas e fechadas abordando questões referentes a prática do ensino cartográfico, como exemplo: a formação do professor; se possui materiais didáticos e quais são utilizados em sala de aula; a dificuldade e/ou facilidade do professor por trabalhar algum tema específico; se é alcançado um bom índice de aprendizado dos alunos; se existem atividades práticas para as aulas; se durante o ano as atividades e conteúdos de Geografia são absorvidas pelos alunos; se as atividades desenvolvidas em sala de aula contemplam a ludicidade e, por fim, quais os principais critérios avaliativos utilizados pelo professor.

Em seguida, foram quantificados, tabulados e analisados os dados apanhados por meio dos questionários respondidos pelos professores e alunos, sendo consideradas as respostas que mais prevaleceram.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O questionário dos professores**

O questionário foi aplicado no Ensino Fundamental, dividido em duas fases, com seus respectivos professores: “Ensino Fundamental I” (Professor denominado nº 4) com graduação em Geografia e “Ensino Fundamental II” (Professores denominados nº 1, 2, 3 e 5) com graduação em Pedagogia em que as respostas foram mais equivalentes pela quantidade (Quadro 1).

Quadro 1 - Formação dos professores.

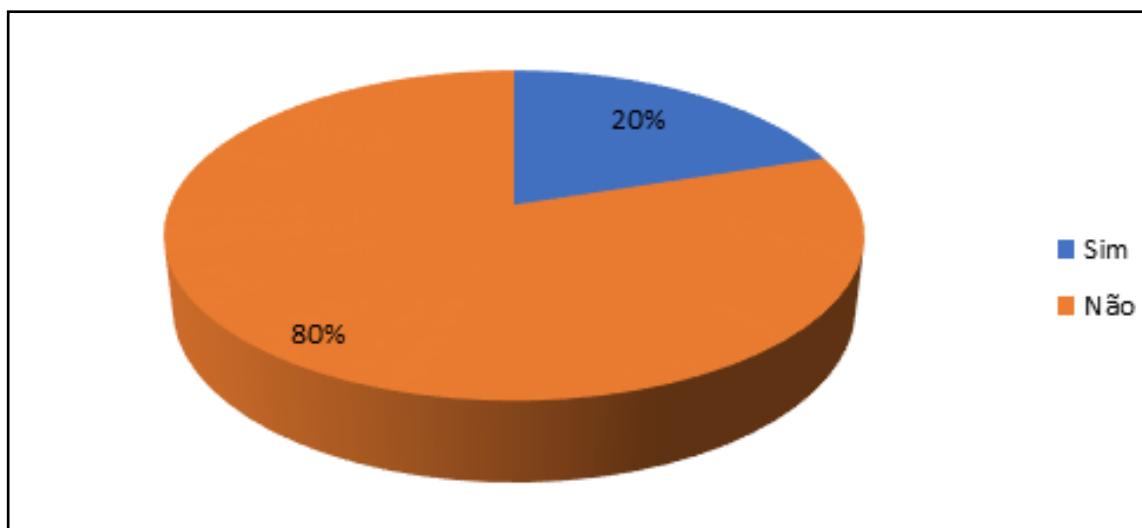
| <b>Formação</b> | <b>Professores</b> |                                               |   |   |   |
|-----------------|--------------------|-----------------------------------------------|---|---|---|
|                 | 1                  | 2                                             | 3 | 4 | 5 |
| Geografia       |                    |                                               |   | X |   |
| Pedagogia       | X                  | X - Resposta<br>extraviada pelo<br>professor. | X |   | X |

Fonte: os autores (2018).

Nessa etapa, fez-se possível a compreensão de que os professores se adaptaram na maioria das vezes em disciplinas que, no cotidiano, tornam-se monótonas para os alunos, pois a escola nem sempre possui profissional formado na área, suporte de salas exclusivas para laboratórios ou materiais que tornam o ensino eficaz e atraente para o alunado.

Sobre o nível de formação acadêmica, se haviam recebido conhecimentos o suficiente na universidade para trabalhar todos os conteúdos de cartografia na educação básica. Observou-se que a maioria dos professores responderam que não tiveram formação nesta área (Figura 2).

Figura 2 - Conhecimentos acadêmicos suficientes para trabalhar a cartografia.



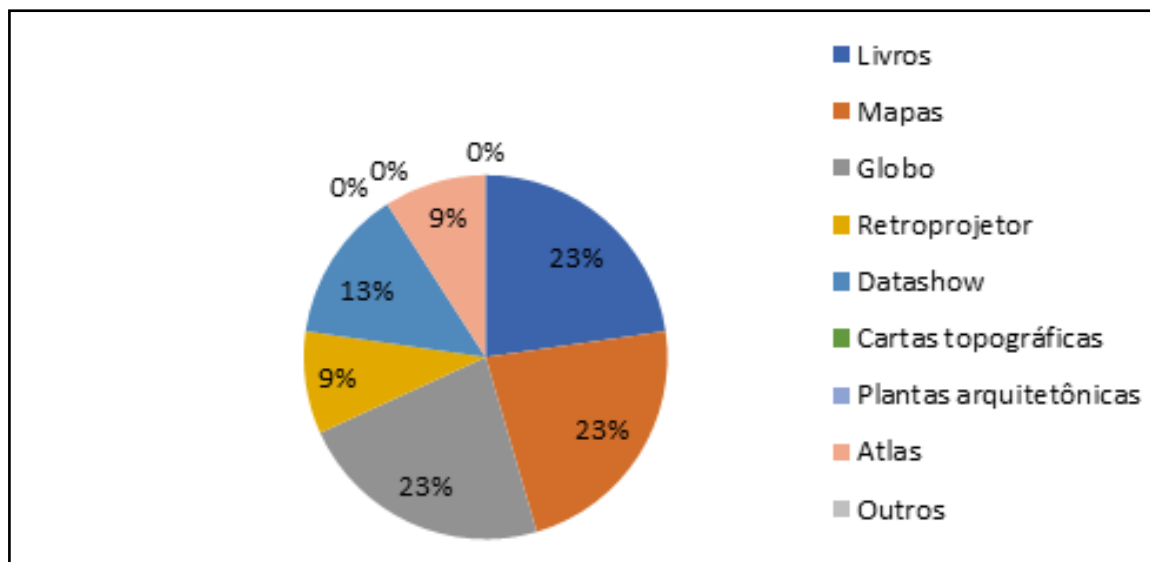
Fonte: os autores (2018).

Pode ser entendido que 80% dos professores que responderam ao questionário disseram que não receberam conhecimentos suficientes para trabalhar a Cartografia durante sua formação. Santos, 2002 (apud Loch e Fuckner, 2005) dizem que a Cartografia se encontra distante das escolas brasileiras, pois as leituras, escritas e visualizações de mapas são desconhecidas pelos professores e também dos alunos. “Na verdade, os professores não têm consciência de que não sabem a gramática cartográfica e por isso está tudo bem com seus mapas (que estão errados na maioria das vezes)” (Loch; Fuckner, 2005, p. 123-124).

Referente à disponibilidade de materiais didáticos em sala de aula (Figura 3) pode ser notado que a escola dispõe e os professores utilizam

materiais didáticos, como: livros, mapas e globo, mas os demais itens compostos na pesquisa, como: retroprojektor, datashow, cartas, plantas e atlas são pouco utilizados.

Figura 3 - Materiais didáticos em sala de aula.



Fonte: os autores (2018).

Ressalta-se que, mesmo os materiais disponíveis, como: mapas, globo e livro, em grande parte das afirmações, os professores ainda não conseguem dominar os conteúdos cartográficos, sendo justificado pelos mesmos que a graduação não os oportunizou com um conhecimento amplo para trabalhar a Cartografia.

Referente a opinião dos professores no que tange a potencialidade do índice de aprendizagem esperado dos alunos através do uso de materiais didáticos, pôde-se concluir que 3 (três) professores assinalaram a opção “parcialmente”, correspondente a 60% da pesquisa. Um destes, correspondente a 20%, assinalou “sim”, afirmando ser alcançado o índice esperado. Por último, um dos participantes (20%) se absteve em responder.

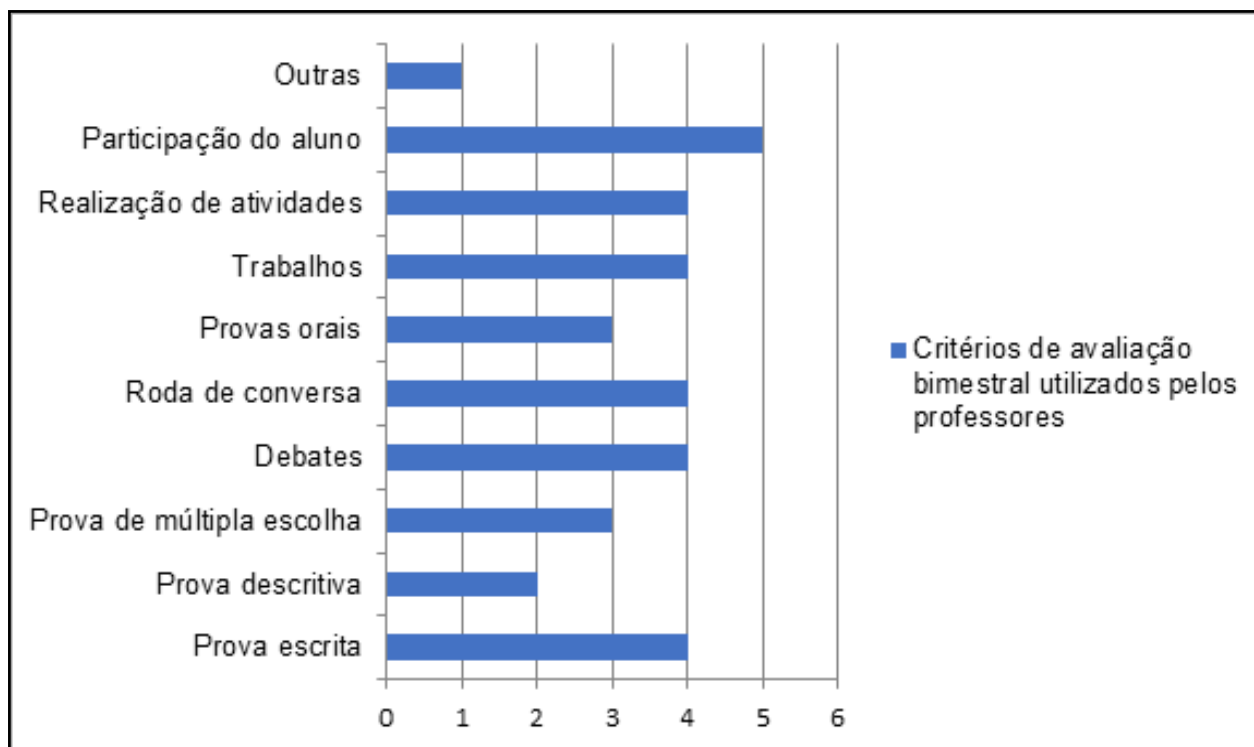
Nesse sentido, pode ser compreendido que a maioria dos professores entrevistados estão de acordo que a quantidade de materiais didáticos utilizados não supre a necessidade de conhecimentos a ser repassados aos alunos do ensino fundamental.

Na presente pesquisa também foi dada importância aos métodos de avaliação utilizados para compreender como vem sendo as práticas de ensino



como um todo, consistindo em saber “qual critério de avaliação bimestral era utilizado na disciplina de Geografia”. Os pesquisados afirmaram conforme segue na figura 4.

Figura 4 - Critério de avaliação bimestral pelos professores.



Fonte: os autores (2018).

Nessas representações, a opção “outras”, assinalada por um único professor foi determinada pelo mesmo como: “apresentações em grupo”, do qual ele fez questão em enfatizar a importância do trabalho em equipe, bem como seu critério de avaliação.

Percebe-se que a maioria das respostas estão marcadas por cunho avaliativo tradicional, dos quais as alternativas mais assinaladas foram: participação do aluno, realização de atividades, trabalhos, roda de conversa, debates e prova escrita.

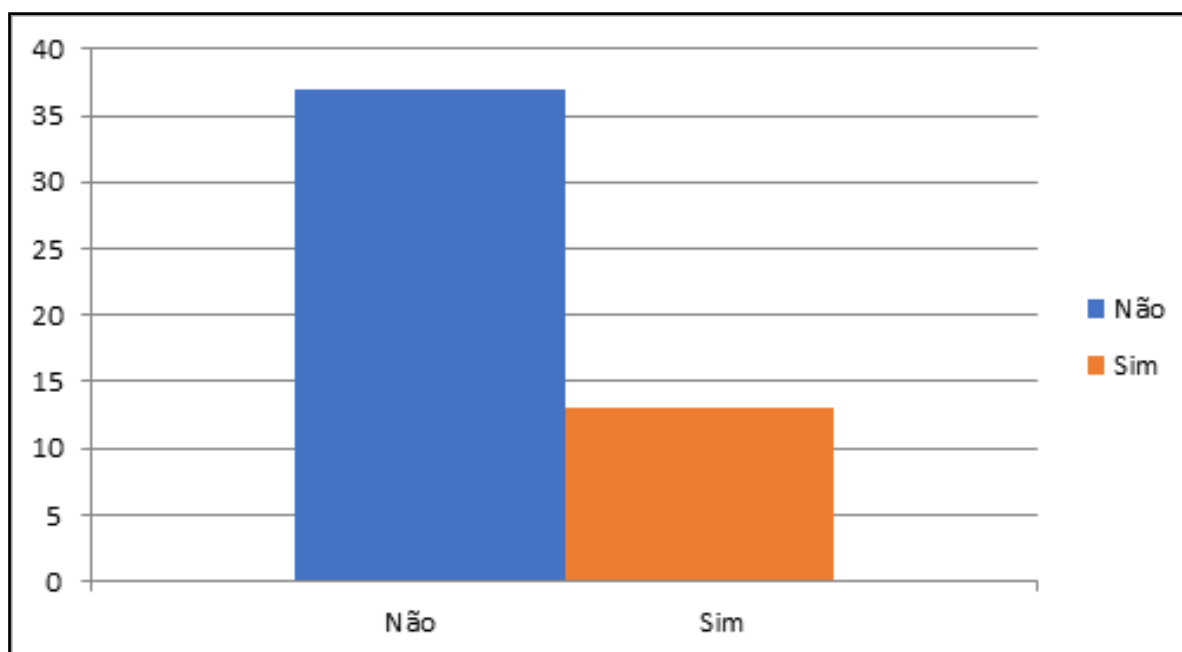
Gatti (2009, p. 15) afirma que “a preocupação com os resultados dos processos de ensino está presente atualmente nas administrações públicas da educação e nas escolas”, originando interesse em aprimorar os currículos escolares, através da “revisão da formação básica de docentes, produção de materiais didáticos novos em vários tipos de suporte (impressos, virtuais, DVDs, etc.)”.

Que, “o impacto dessas avaliações começa a ser sentido na educação básica esperando-se que as avaliações sejam vistas como estímulos à mudança em processos educacionais, e, não como punição”. Nesse sentido, pode ser compreendido que a elaboração de diversos métodos avaliativos está no sentido de contribuir com o aprendizado dos alunos.

## **O questionário dos estudantes**

Considerando a diversidade de possibilidades do uso de ferramentas digitais a serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, foi perguntado aos alunos se durante as aulas de Geografia utilizavam o laboratório de informática (Figura 5).

Figura 5 - Uso do laboratório de informática pelos alunos.



Fonte: os autores (2018).

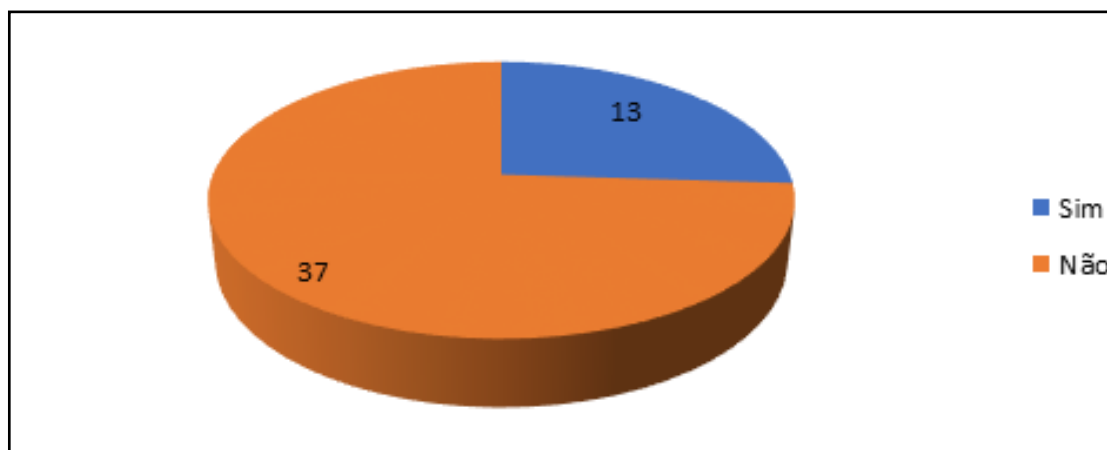
Pode ser notado que a maioria dos alunos assinalaram que não realizam atividades práticas no laboratório de informática, ou seja, tendem a ter menor conhecimento quando não realizam atividades extra-classe da qual é de extrema importância para a sua formação, considerando a importância dessa praxe educativa no ensino fundamental.

É importante que o educador medie o acesso ao computador por meio de jogos educacionais e também de aplicativos, dando ênfase para a relação

construída entre o aluno e a máquina dentro do meio social que está inserido e também do contexto da disciplina (Lima, 2017).

Segundo Lévy (1993 *apud* Lima, 2017, p. 05) alunos de uma sociedade tecnológica apresentam maior facilidade para executar tarefas no computador, facilitando o processo de ensino. “O professor como mediador dessa ferramenta tão importante para o aprendizado, pode explorar esta máquina ainda mais, fazendo com que a criança assimile o conteúdo escolar de uma forma prazerosa”. Assim, tornou-se necessária a aplicação de uma questão voltada para as atividades práticas desenvolvidas com os alunos fora da sala de aula (Figura 6).

Figura 6 - Uso de atividades práticas aos alunos.

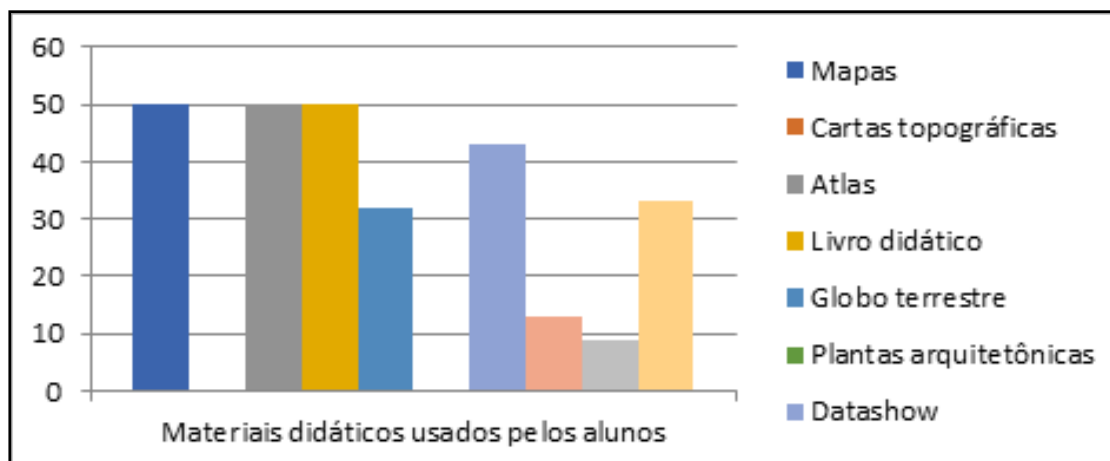


Fonte: os autores (2018).

Nota-se que a maioria dos alunos não possuem atividades práticas fora das aulas de geografia, exemplo, aulas a campo. Apenas 13% dos que responderam à pesquisa, possuem acesso a essas aulas.

As aulas práticas no ensino, de acordo com Silva; Leite; Rodrigues (2024), são fontes de investigação para os pesquisadores e garantem o acesso dos alunos ao conhecimento científico de diversas formas, assim faz referência a importância do uso de aulas práticas em sala. Referente a utilização de materiais didáticos durante as aulas, os alunos quantificaram os mais utilizados por eles (Figura 7).

Figura 7 – Quantificação de materiais didáticos utilizados pelos alunos.



Fonte: os autores (2018).

Pode ser compreendido que os alunos indicam o uso de metodologias facilitadoras do ensino-aprendizagem, embora não são utilizados todos os tipos de materiais didáticos dentro da sala de aula e que, possivelmente, o uso de outros materiais viriam a melhorar o ensino de cartografia da escola.

Vale ressaltar que as respostas dos alunos divergem das apontadas pelos professores em algumas questões, não ficando nítido as razões dessa consequência, embora possa ser imaginado que os professores preferiram não detalhar de fato como é o processo de ensino em sala de aula. No que se refere ao lúdico e ao uso de brincadeiras dentro de sala de aula, os alunos assinaram no questionário que “sim”, que utilizam e como são executadas pelos professores (Figura 8).

Figura 8 – Quantificação do uso de atividades lúdicas realizadas pelos alunos.



Fonte: os autores (2018).

Das respostas, quarenta e quatro alunos responderam que “sim”, utilizaram atividades lúdicas em sala de aula, das quais são: quebra-cabeça do Brasil, Batata quente do globo terrestre, e por fim, jogo de continentes no “Escola Games”, quando utilizam o laboratório de informática.

Ressalta-se que as respostas dos alunos e dos professores são divergentes, por esta razão, deduz-se que por algum motivo os professores não detalharam suas metodologias no realizar das aulas, talvez por ausência de domínio de conteúdos em sala ou ainda por negligenciarem as respostas.

Os jogos educativos têm como finalidade, auxiliar no processo ensino-aprendizagem, pois ampliam os conhecimentos através de atividades lúdicas e recreativas, expandindo a capacidade de compreensão. “A estimulação, o interesse, a concentração e a motivação são igualmente proporcionados pela situação lúdica [...]” (Moyles, 2002, p. 21 Apud Silva; Gomes, 2010, p.12; Raminho; Gonçalves; Síveres, 2023). Assim, a brincadeira pode ser entendida como um estímulo essencial ao processo de ensino pedagógico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode ser compreendido que se tornaria viável se os professores utilizassem metodologias ativas e diversificadas no cotidiano escolar, tanto para aulas, quanto para critérios de avaliações, e ainda, utilizassem práticas de campo e atividades lúdicas em algumas aulas. Assim, os alunos poderiam aprender com maior facilidade os conteúdos de cartografia na modalidade de Ensino Fundamental.

A maioria dos professores não são formados em Geografia, com isso tendem a utilizar apenas os recursos didáticos mais comuns: livros didáticos, globo terrestre e mapas, deixando de utilizar outros, tais como: aulas em laboratório de informática, atividades lúdicas e práticas de campo para incremento da dinâmica das aulas.

Foi verificado que existem conteúdos em que os alunos possuem limitações em compreender e alguns professores com certas dificuldades em ensinar. Essa deficiência no processo de ensino-aprendizagem se justifica pelo

fato de que a maioria dos professores responderam que, durante sua formação acadêmica, não apreenderam o suficiente para ministrar o ensino de cartografia.

Quanto aos critérios de avaliação realizados em sala de aula, a maioria dos professores afirmaram que utilizam métodos mais comuns. Entretanto, uma contribuição favorável é que a maioria utiliza mais de um método, considerando que os alunos possuem diferentes habilidades a serem avaliadas.

## **REFERÊNCIAS**

BELO, Priscila Alves de Paula; OLIVEIRA, Rayssa Melo de; SILVA, Renato Carneiro da. Reflexos da relação professor-aluno para a aprendizagem no contexto formal de ensino. **Revista Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2021.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRASIL, Camila Litchina; GUADAGNINI, Paulo Henrique; PASTORIZA, Bruno dos Santos. O conhecimento didático do conteúdo: perspectivas e desafios para a formação docente. **Revista Educar Mais**, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Fundamental (SEF), 1997. 166 p.

CAMBRAIA, Adão Caron; ARAÚJO, Maria Cristina Pansera de; BIONDO, Uianes Luiz Rockenbach. Conhecimento Didático do Conteúdo na Formação de Professores de Computação. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 30, p. 449–470, 2022.

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos da cartografia**. 3. Ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008. 208 p.

GATTI, Bernadete Angelina. O professor e a avaliação em sala de aula. **Estudos em avaliação educacional**, v. 1, n. 27, p. 97-114, 2003.

LIMA, Gerson Pimentel de. Laboratório de informática na educação. **Conhecimento em Destaque**, v. 6, n. 16, 2018, 16 p. Disponível em: <<http://ead.soufabra.com.br/revista/index.php/cedfabra/article/view/33/29>>. Acesso em: 25/10/2018.

LOCH, Ruth Emília Nogueira; FUCKNER, Marco Andre. Panorama do ensino de Cartografia em Santa Catarina: os saberes e as dificuldades dos professores de Geografia. **Geosul**, v. 20, n. 40, p. 105-128, 2005.

MARINHEIRO, Edwylson de Lima; PERES, Fabiana Costa NASCIMENTO, Maria Cleide Milton do. Desafios no ensino de cartografia dos anos iniciais do ensino fundamental: com a palavra os professores. **Anais**. XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE, 2013, 13 p.

MORAES, Paulo Roberto. **Geografia geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Harbra, 2005. 752 p.

PISSINATI, Mariza Cleonice; ARCHELA, Rosely Sampaio. Fundamentos da alfabetização cartográfica no ensino de geografia. **Geografia**, v. 16, n. 1, p. 169-95, 2007.

RAMINHO, Edney Gomes; GONÇALVES, Maria Célia da Silva.; SÍVERES, Luiz. A relevância da interatividade pelo lúdico no processo de ensino e aprendizagem da leitura. **Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 5, n. 2, p.20-33, 2023.

RUFINO, Matheus de Lima; DE PAULA, Charlene Barbosa; SANGIOGO, Fábio André; PASTORIZA, Bruno Silva; SOARES, Agnes de Cassia. A Coletividade do Conhecimento Didático do Conteúdo Químico no Contexto do Residência Pedagógica. **Revista Debates em Ensino de Química**, v. 9, n. 2, p. 357–375, 2023.

SANTOS, Ivaneide Silva dos. Dificuldades em ensinar/aprender cartografia nas séries iniciais: Desafios na formação de professor/ pedagogo. **Revista Metáfora Educacional**, p. 126-139, 2012.

SEBER, Maria da Glória. **A escrita infantil: o caminho da construção**. São Paulo: Scipione, 2009, 135 p.

SILVA, Janaína Campelo; LEITE, Rosane Carvalho; RODRIGUES, Lucivânia Leite. A importância das aulas práticas no processo de ensino-aprendizagem em ciências da natureza. **Interação Disciplinar**, v. 6, n. 1, p. 290-303, 2024.

SILVA, Julsimar Portela da; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. Os jogos pedagógicos para o estudo de florestas no ensino. **Geografia**. 2010. 31 p.



SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

## CAPÍTULO 9

# **A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, A TERRITORIALIDADE E A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SINOP-MT**

Marcelo Freire de Castilho  
Judite de Azevedo do Carmo  
Baltazar Casagrande  
Doi: 10.48209/978-65-5417-650-9

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem por objetivo analisar a territorialidade, a invisibilidade e a condição de vida da população em situação de rua em Sinop, Mato Grosso (Figura 1), demonstrando os espaços que ela ocupa, suas relações com os demais habitantes da cidade e abordando sobre as políticas públicas que visam o atendimento dessas pessoas.

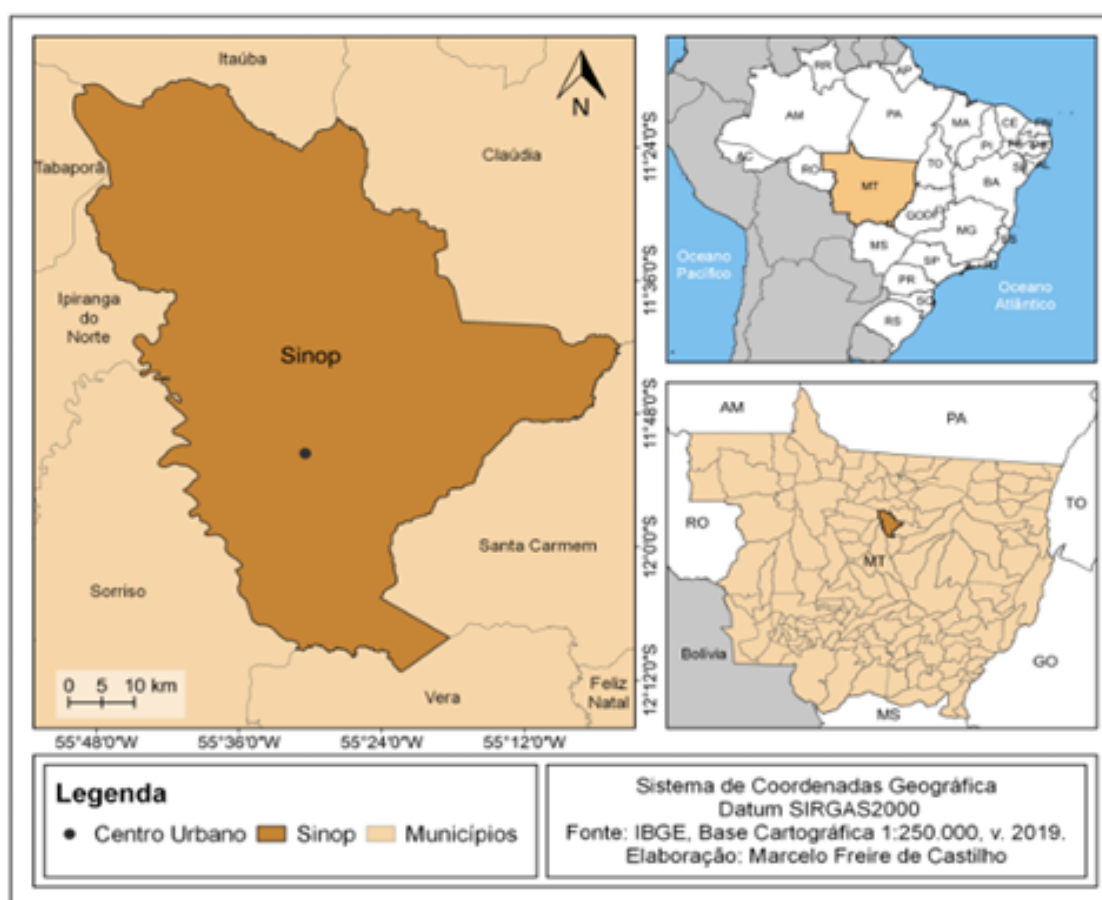
A situação destas pessoas que normalmente já é muito difícil, com a pandemia da SARS-CoV-2 se tornou mais agravante como demonstra Gameiro (2021) em publicação no site da Fiocruz, na qual ela cita uma pesquisa feita por Marcelo Pedra, pesquisador do Núcleo de População em Situação de Rua da Fiocruz Brasília, em que ele utiliza dados da Prefeitura do Rio de Janeiro e de cadastro de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme a publicação:

Segundo pesquisa mencionada acima, 31% das pessoas em situação de rua estão nessa condição há menos de um ano, principalmente pela perda de trabalho, moradia ou renda (64%). Entre elas, 42,8% deixariam as ruas caso tivessem emprego. Dados do SUS ainda apontam aumento de 35% no número de mulheres nessa situação (Gameiro, 2021).

Nota-se que para grande parte da população essas pessoas são invisíveis, quando aparecem, são usadas apenas para fomentar propagandas políticas e algumas ações sociais. Em Sinop, estado de Mato Grosso, ao longo dos anos é

perceptível o aumento do número de pessoas em situação de rua no espaço urbano, perambulando pelas praças centrais, onde se percebe um número grande de pedintes nos semáforos e nas ruas. Estas pessoas se dividem em determinados espaços da cidade e cada um com características diferentes, se tornando uma questão de política e de saúde pública, pois, elas vivem no meio de todos, porém não são vistas, além disso, a cidade não apresenta estrutura para abrigar essas pessoas, portanto elas ocupam praças, saguões de igrejas e terminal rodoviário sem nenhum tipo de assistência.

Figura 1- Localização da área de estudo



Fonte: Castilho (2022).

Dessa forma este artigo argumenta que a prosperidade econômica de Sinop, paradoxalmente, produz e naturaliza a exclusão espacial de uma parcela da população, tornando-a invisível aos olhos do poder público e da sociedade de consumo.

## **METODOLOGIA**

O desenvolvimento do trabalho sobre a territorialidade e a invisibilidade da população em situação de rua em Sinop - MT buscou a reflexão a respeito do espaço ocupado por ela, que muitas vezes passa despercebido aos agentes das políticas públicas do município e da própria sociedade. Este trabalho se apresenta como uma pesquisa explicativa, utilizando como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a aplicação de entrevista, seguindo um roteiro pré-definido e a observação não participante.

A pesquisa bibliográfica foi realizada buscando teorias que pudessem corroborar com a análise pretendida, assim como levantar estudos que tiveram como espaço de análise a cidade de Sinop. A pesquisa documental foi executada com vistas ao levantamento de dados estatísticos de Sinop, como número de habitantes, atividades econômicas, o Produto Interno Bruto per capita, Produto Interno Bruto corrente a preços de mercado, rendimentos por domicílios. Todas essas informações foram coletas no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As entrevistas foram encaminhadas com um roteiro pré-definido, a fim de verificar porque estavam em situação de rua, se sentem o preconceito, a invisibilidade social entre outras situações de exclusão. Foram entrevistadas seis pessoas em situação de rua. Outras situações foram averiguadas por intermédio da observação não participante, especialmente por conta da pandemia da SARS-CoV-2, não sendo possível o contato com mais pessoas.

A observação não participante foi procedida, seguindo o entendimento de Lakatos e Marconi (2003). Segundo as autoras por meio desse procedimento metodológico, o pesquisador toma contato com o seu público alvo, sem integrar-se à ele; faz um papel de espectador, mas consciente, sabendo o que deve ser observado. Assim observou-se os espaços da cidade ocupados pelas pessoas em situação de rua.

As informações obtidas por meio dos procedimentos elencados anteriormente foram analisadas a luz do materialismo histórico e dialético. A partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, exige-se com-

preender a relação entre teoria e meio social, ou seja, que a análise da sociedade deve partir das contradições históricas e materiais produzidas pelo capitalismo. Como destacam Marx e Engels (2007), a investigação social não se fundamenta em dogmas, mas na realidade concreta dos indivíduos, suas ações e condições de vida, sendo necessário um método de análise ancorado na observação empírica e nas relações materiais efetivas, em oposição as abstrações idealizadas.

## **A PRODUÇÃO SOCIAL DA INVISIBILIDADE**

A produção social da invisibilidade leva o ser humano a viver em situação de rua, no qual o indivíduo que vive com grande carência material, que não consegue por meios próprios ter condições mínimas para sobreviver, é considerado por muitos como pedinte, mendigo, esmoleiro, indigente, entre outros. Esta definição recorre a uma abordagem muito importante, pois demonstra que o ser humano sem condições de aquisição de materiais não é concebido como um cidadão, assim se percebe uma ligação direta entre o ser cidadão e o capital. De acordo com, Lefebvre (2001):

A própria cidade é uma obra e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio enormes riquezas em objetos e em dinheiro (Lefebvre, 2001, p. 12).

Compreende-se que as pessoas desvalidas do ganho material, não possuem poder de consumo, não participam de todos os espaços da cidade, e não participando passam em muitas situações a serem invisíveis para a população em geral e ao próprio sistema. O poder do consumo, segundo Santos (1987, p. 56 ), “é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Daí sua força e o seu papel perversamente motor na sociedade atual”. Depreende-se, então que a capacidade de comprar, consumir e acumular, determinada pela posse de capital é que confere à pessoa o status de cidadão, desta maneira quem não possui

condições financeiras para realizar o consumo não é reconhecido como pertencente à sociedade capitalista e seus direitos são negligenciados. Assim as pessoas nessas condições são excluídas, ficam sem acesso aos serviços básicos como moradia, por exemplo, e vão se aglomerando em praças, marquises, entre outras estruturas da cidade.

Para Escorel (1999, p. 23) a exclusão social “[...] pode designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito”, ou seja, qualquer acontecimento ou causa em que a pessoa não consiga viver de forma digna e ser reconhecida e vista pela sociedade.

Santos (1987, p. 58), explica que “O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente”, isto é, o cômputo disso tudo se faz presente em uma sociedade que prevarica muitas vezes o direito do outro, acaba perdendo seus valores éticos e ainda contribui diretamente para a pobreza e a indiferença.

A partir do entendimento do que é a exclusão social é que se começa a entender o que é uma pessoa em situação de rua, ou seja, um grupo pertencente à população de pessoas com histórias e realidades diferentes, mas com algo em comum, a pobreza. Esta carência vem desde a falta de habitação, emprego, rejeição ou falta de vínculo familiar, uso de drogas ou até mesmo problemas mentais.

A vivência na rua não é um fenômeno exclusivamente contemporâneo, pois remonta a diferentes momentos históricos da humanidade. Entretanto, com o advento do capitalismo e a consolidação de seus meios de e produção e regulação política, as desigualdades sociais se intensificaram, resultando na ampliação dos grupos em situação de miséria e exclusão. Bursztyn (2000, p. 19) descreve que “viver no meio da rua não é um problema novo”.

A partir dessa perspectiva, observa-se que inúmeras pessoas são progressivamente empurradas para a condição de marginalidade, muitas vezes por não conseguirem se inserir nos mecanismos formais de produção. Dessa forma, acabam sendo absorvidas por um sistema que naturaliza a desigualdade, tornando-a parte integrante da dinâmica social.

## DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DE SINOP, MATO GROSSO

Sinop é um município brasileiro situado ao norte do estado de Mato Grosso, estando segundo o IBGE localizado na latitude de 11°50'53" Sul e longitude de 55°38'57" Oeste, como se pode ver na figura (1). Foi implantado na década de 1970 via Programa de Integração Nacional (PIN) (Cunha, 2010) e apresenta ao longo dos anos um rápido crescimento populacional e econômico.

O município, segundo o IBGE (2019) conta com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 46.126,47, por ter um volume de renda regional relativamente alto correspondente a sua economia, isso atrai muitas pessoas ao município, porém esse valor citado não corresponde com a realidade social de todas as pessoas da cidade, pois não há uma distribuição igualitária, ou seja, nem todos os moradores de Sinop-MT possuem renda, é o que demonstra o censo demográfico de 2010, veja a tabela (1).

Tabela 1 – Rendimentos por domicílios, em Sinop, Mato Grosso (2010)

| <b>Rendimentos</b>               | <b>Domicílios</b> |
|----------------------------------|-------------------|
| Sem rendimentos                  | 493               |
| Até 1/2 salário mínimo           | 264               |
| Mais de ½ a 1 salário mínimo     | 1.448             |
| Mais de 1 a 2 salários mínimos   | 5.449             |
| Mais de 2 a 5 salários mínimos   | 14.963            |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos  | 7.717             |
| Mais de 10 a 20 salários mínimos | 2.563             |
| Mais de 20 salários mínimos      | 1.099             |
| Total de domicílios              | 33.995            |

Fonte: Castilho (2022).

Embora exista uma defasagem temporal nas informações, entende-se que os dados do Censo Demográfico de 2010 ainda podem ser utilizados para analisar a desigualdade de rendimentos, contrapondo-se à leitura muitas vezes induzida pelo PIB. A análise da Tabela 1, que relaciona o rendimento ao



percentual de domicílios, evidencia a concentração de renda e revela também um número significativo de domicílios sem qualquer rendimento. Essa constatação suscita reflexões sobre as estratégias de sobrevivência adotadas pelos moradores em tais condições.

A fundação de Sinop ocorreu em 1974. Apesar de ser um município relativamente novo, a cidade tem apresentado expressivo potencial econômico, impulsionado pelos setores de serviços, indústria e agropecuária, conforme demonstrado na Tabela 2. O Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes de mercado difere do Valor Adicionado Bruto (VAB) porque, segundo o Banco Central, corresponde à soma do valor adicionado, sem a dedução do consumo intermediário das atividades econômicas, acrescida dos impostos sobre produtos. A análise da tabela evidencia a relevância dos setores de serviços e da indústria na geração de bens e serviços no município.

Tabela 2 - Atividades econômicas de Sinop-MT em 2019 e o respectivo valor adicionado a preços correntes

| <b>Atividade econômica</b>                                                                | <b>Valor adicionado bruto em reais</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| Agropecuária                                                                              | R\$ 335.845,04                         |
| Indústria                                                                                 | R\$ 835.695,19                         |
| Serviços - exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social | R\$ 3.642.472,98                       |
| Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social                      | R\$ 888.022,21                         |
| Valor total adicionado bruto                                                              | R\$ 5.702.035,41                       |
| PIB corrente a preço de mercado                                                           | R\$ 6.595.900,51                       |

Fonte: Castilho (2022).

Assim, o município se desenvolvendo de forma rápida, atrai muitas pessoas de várias regiões do Brasil, o agronegócio e o setor de serviços despontam como grandes responsáveis por essa atração.

Segundo o IBGE (2022), a população de Sinop-MT vem crescendo de forma acelerada desde sua fundação. Em 1980, o município contava com apenas 4.850 habitantes e, ao longo das décadas seguintes, recebeu um fluxo

expressivo de migrantes, alcançando 113.099 moradores em 2010, sendo 93.759 na área urbana e 19.340 na zona rural.

Em 2024 a população estimada era de 216.029 habitantes, número que subiu para 223.780 em 2025, representando um crescimento de 3,5% em apenas um ano. Assim, no período de 1980 a 2025, Sinop registrou um aumento populacional de mais de 46 vezes, evidenciando um dos crescimentos demográficos mais acelerados de Mato Grosso.

É importante destacar que a atração populacional exercida por Sinop não é garantia de emprego e habitação, pois, muitos que para esta localidade se dirigem, acabam retornando a seus lugares de origem, alguns acabam ficando, mas passando por dificuldades financeiras e outros em situação de rua, habitando as calçadas e praças da cidade.

## **VOZES DA RUA: TRAJETÓRIAS DE PERDA, ABANDONO E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA**

A questão a ser respondida neste item é: *quem é a população em situação de rua em Sinop-MT?* Trata-se de um grupo heterogêneo, no qual cada indivíduo possui sua própria trajetória de vida. No entanto, há elementos comuns que os unem, como a vivência na rua, a ausência de bens materiais e a perda do poder aquisitivo. Grande parte da sociedade, entretanto, tende a enxergar essas pessoas de forma preconceituosa, rotulando-as como inúteis ou vagabundas, reduzindo sua existência a pedidos de ajuda que incomodariam as chamadas “pessoas de bem”.

Essa visão é extremamente perigosa, pois invisibiliza as múltiplas condições que podem levar alguém a essa situação, como o desemprego, abusos, traumas na infância, baixa autoestima, uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, abandono, doenças, entre outras circunstâncias. No quadro (1), a partir das informações levantadas por meio das entrevistas, são apresentadas a origem das pessoas em situação de rua e os motivos que a levaram a essa condição.

Quadro 1- A origem das pessoas e os motivos que as levaram a viver na rua.

| Entrevistado | Resposta                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1            | Eu vim do Maranhão para morar com minha tia e trabalhar, quando cheguei minha tia logo se mudou para o Pará e eu fiquei “rodado”, não quis voltar e não tinha dinheiro, tenho vergonha de voltar eu quero arrumar um “trampo” é só por um tempo essa situação, fiz amizade na rua e estou por aqui.                                                                                                                                                              |
| 2            | Eu sou de Santarém – PA, a minha mulher me deixou e ficou com meus filhos eu não podia ver eles, uma menina e um menino, sei lá vim andando pedindo carona e cheguei aqui, eu vou continuar andando sei lá. Você é da polícia?                                                                                                                                                                                                                                   |
| 3            | Eu nasci aqui, tenho vinte um anos, de vez em quando vou na minha mãe, mas eu não gosto de ir lá, tenho uns problemas com meu padrasto, parei de estudar, sabe né mexi com coisa errada (drogas) e aqui eu vivo bem. Não preciso dar satisfação para ninguém.                                                                                                                                                                                                    |
| 4            | Sou de Alta Floresta – MT, fugi de casa para morar com um cara, minha família não aceita, depois fui para uma vila perto e o cara me deixou, fiquei morando numa “casa de mulheres”, mas me desentendi e vim com uma amiga pra cá, mas ela não fala mais comigo, o pessoal aqui da praça é de boa comigo, mas quero arrumar um emprego.                                                                                                                          |
| 5            | Sou de Diamantino - MT e vim para Sinop - MT por causa que é bom de emprego, mas um cara me enrolou e não pagou, roubaram minhas coisas no barraco e vim parar aqui, pelo menos tem umas amizades aqui e a gente conversa toma uma, mas quero arrumar um serviço.                                                                                                                                                                                                |
| 6            | Minha família é de Santa Catarina, minha mãe mora lá, eu estou em Sinop-MT a muito tempo eu tinha chácara na beira da BR-163, tinha carro e ganhava bem, minha primeira mulher morreu e a segunda mulher se separou de mim, levando meus filhos e tomou tudo de mim, não paro de beber, uns dias atrás roubaram minha bicicleta com minhas coisas, meu celular foi junto agora perdi o contato da minha mãe, a noite durmo debaixo de uma cobertura de uma loja. |

Fonte: Castilho (2022).

Embora não esteja ligada a um grande centro urbano, Sinop-MT destaca-se como a principal cidade do norte do estado, divulgada como polo de emprego. Muitos entrevistados migraram atraídos por essa promessa, mas não conseguiram inserção laboral, acabando nas ruas ou tratando a cidade como ponto de passagem.

Suas trajetórias evidenciam fatores recorrentes como desemprego, ruptura de vínculos familiares, uso de substâncias e frustração diante da falta

de oportunidades, resultando em desilusão e agravando vulnerabilidades prévias. Os relatos de alguns entrevistados mostram ainda a fragilidade das redes de apoio, a exploração laboral e situações fortuitas, como furtos, que precipitaram a vida nas ruas. A vergonha de retornar sem conquistas e a falta de recursos reforçam a permanência nesse espaço, transformando Sinop em uma “pausa no movimento” (Tuan, 2014), marcada pela exclusão e pelo não pertencimento. As percepções sobre como a sociedade os enxerga estão sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 2- Como imagina que a sociedade te enxerga?

| Entrevistado | Resposta                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1            | As pessoas têm raiva da gente, acha que é bandido e drogado quando a gente vai pedir um troquinho eles viram a cara e já falam que não tem nada, tem umas pessoas de igreja que ajuda com comida e roupa, a prefeitura tem um lugar que recebe a gente, mas não é fixo, às vezes se fica chateado, mas a gente é de boa. |
| 2            | A gente não existe pra maioria, as pessoas fazem cara de nojo não querem que a gente fique aqui, pra eles a gente é vagabundo e cachaceiro, mas eu tinha uma profissão eu trabalhava no mato em serraria aí o serviço foi ficando fraco e virei desempregado, mas não sou vagabundo eu cato latinha de madrugada.        |
| 3            | Não respondeu à pergunta.                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 4            | Não respondeu à pergunta.                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 5            | Não respondeu à pergunta.                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 6            | Não respondeu à pergunta.                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

Fonte: Castilho (2022).

As narrativas evidenciam o abalo dos laços familiares como fator central da situação de rua, marcado por conflitos, separações e perda de vínculos, frequentemente acompanhado pelo uso abusivo de substâncias que reforça o ciclo de exclusão. Apesar do cenário de desesperança, surge ainda a expectativa de reinserção pelo trabalho, vista como possibilidade de superação.

Os relatos também revelam o ressentimento diante do preconceito social: o Entrevistado 1, que vive da mendicância, sente-se invisível e estigmatizado, embora reconheça o apoio de entidades religiosas e da prefeitura; já o Entrevistado 2 sobrevive da coleta de recicláveis, mas rejeita a ideia de viver

na ociosidade. Esses testemunhos ressaltam a invisibilidade social que recai sobre essa população.

A complexidade da realidade é reforçada pela discrepância entre os dados oficiais e os relatos vivenciados, o que evidencia a importância dos estudos de caso para compreender a situação local. Em Sinop-MT, a população em situação de rua concentra-se na região central, em espaços precários como áreas esportivas, marquises de igrejas e comércios, onde o fluxo de pessoas facilita a obtenção de alimentos e dinheiro (Figura 2).

Figura 2 – População em situação de rua, Sinop-MT



Fonte:Castilho (2022).

Os locais de concentração da população em situação de rua em Sinop-MT estão diretamente relacionados à disponibilidade de recursos mínimos para a sobrevivência. Como mostram as Figuras 2 e 3, praças públicas centrais, como a Praça da Bíblia e a Praça Plínio Calegário, tornam-se pontos de atração pela oferta de infraestrutura básica, como banheiros públicos, água potável e chuveiros originalmente destinados a praticantes de esportes, e pela proximidade de estabelecimentos comerciais, onde é possível obter doações de alimentos. Contudo, esses espaços oferecem proteção precária, sendo frequente o pernoite ao relento, sob árvores ou em marquises de lojas, o que evidencia a extrema vulnerabilidade desse grupo.

Figura 3 – Espaços ocupados pela população em situação de rua de Sinop-MT.



Fonte: Castilho (2022).

A apropriação dos espaços urbanos pela população em situação de rua segue uma lógica de invisibilidade estratégica: buscam locais que ofereçam algum abrigo contra as intempéries sem se afastar do fluxo de pessoas, essencial para a mendicância. A Figura 3 ilustra esse uso, mostrando tanto marquises comerciais, que funcionam como abrigos liminares, quanto o quiosque da Praça da Bíblia, convertido em moradia improvisada.

Essa dinâmica evidencia uma tensão espacial: de dia, praças servem à circulação e ao consumo; à noite, tornam-se refúgios precários para os excluídos dessa lógica. O caso da Praça Plínio Calegário e a migração para os átrios da Catedral revelam uma geografia de sobrevivência que se adapta ao horário e à vigilância. Assim, as figuras mapeiam um território de exclusão que se reproduz diariamente no centro da cidade.

Como aponta Bursztyn (2000, p. 56), corpos prostrados no solo são vistos como “[...] pedaços perdidos da humanidade [...]” que “incomodam” a estética urbana. Invisibilizados, esses indivíduos deixam de ser reconhecidos como sujeitos e passam a ser percebidos como empecilho, destoando da imagem idealizada de uma cidade limpa e próspera.

É evidente o jogo de interesses econômicos na área central da cidade, onde o espaço é concebido simultaneamente como produto e condição para consumidores e comerciantes. Segundo Corrêa (2000), a diferenciação do espaço constitui, ao mesmo tempo, um reflexo e uma condição para a implementação de políticas públicas e empresariais, o que demonstra a convergência entre ações estatais e empresariais. Trata-se de um espaço estruturado pela lógica

capitalista, no qual a existência das pessoas é presumida a partir do consumo. Nesse sentido, Cleps (2005) reforça que a cidade se consolida como espaço de segregação e desigualdade social, resultado da atuação conjunta do Estado e do capital privado, que reconfiguram o território urbano por meio de investimentos, loteamentos e estratégias de localização comercial e industrial.

É evidente que, embora os espaços ocupados pela população em situação de rua sejam em grande parte áreas públicas, o pertencimento a esses locais é condicionado pelo poder aquisitivo de consumo. Como observa Santos (1987), a localização no território atribui valor social ao indivíduo, determinando seu acesso a oportunidades e definindo sua condição de cidadão. Assim, mesmo com a mesma formação e salário, o status social varia conforme a acessibilidade e a posição geográfica ocupada.

As dinâmicas desses espaços são dominadas pelo capital por meio dos processos de consumo e produção, orientados pela circulação e distribuição de mercadorias com o objetivo do lucro, em um cenário marcado por interesses voltados àqueles que detêm poder de compra. Baudrillard (1995, p. 75) observa que “as necessidades não passam da forma mais avançada da sistematização racional das forças produtivas em nível individual, em que o ‘consumo’ constitui a sequência lógica e necessária da produção”. De modo complementar, Lipovetsky (1989, p. 259) explica que, na sociedade de consumo, a expansão das necessidades “[...] reordena a produção e o consumo de massa sob a lei da obsolescência, da sedução e da diversificação [...]”.

Nesse contexto, a população em situação de rua torna-se invisível, uma vez que não participa diretamente desse ciclo de produção e consumo, permanecendo dependente da ação de terceiros. Ao frequentar esses espaços voltados à lógica do consumo, é comumente ignorada e desprezada. Para Carlos (2007), a rua constitui-se como elemento central de análise da cidade, pois só adquire sentido quando compreendida a partir da articulação entre espaço urbano e sociedade. A reprodução da cidade ocorre, assim, pela apropriação diferenciada de suas áreas, marcada por temporalidades e singularidades culturais que atribuem múltiplos significados aos lugares.

No que se refere às políticas públicas municipais voltadas à população em situação de rua, observa-se a predominância de ações de caráter paliativo, tendo como principal instância de atendimento o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). De acordo com informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal, a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação desenvolve uma ampla ação de busca ativa, voltada a identificar essa população e adotar medidas necessárias para reduzir sua condição de vulnerabilidade.

Embora haja apoio prestado por algumas entidades e pela Prefeitura Municipal, tais iniciativas não são suficientes para retirar essas pessoas das ruas. Tratam-se, em grande parte, de medidas paliativas, que mantêm a população em situação de rua dependente da ajuda de terceiros e limitadas por entraves como a falta de estrutura, de mão de obra especializada e de recursos financeiros. Essas fragilidades impedem que o atendimento seja efetivo e que se estabeleça um processo consistente de reinserção social, capaz de garantir condições mais dignas de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realidade da população em situação de rua em Sinop-MT reflete um problema estrutural presente em todo o Brasil: a exclusão social de grupos historicamente invisibilizados. As entrevistas realizadas evidenciaram angústias cotidianas associadas à perda de vínculos familiares, ao desemprego, ao uso de substâncias e à ausência de políticas públicas efetivas de acolhimento. Essas trajetórias demonstram que a rua se configura, muitas vezes, como destino daqueles que não encontram suporte em momentos de crise.

Apesar da prosperidade econômica do município, essa riqueza não se converte em condições dignas de vida para todos. A concentração de renda e a lógica do consumo intensificam a marginalização, revelando que a pobreza persiste mesmo em contextos de abundância. Nesse cenário, a população em situação de rua é frequentemente invisibilizada e percebida mais como incômodo urbano do que como sujeitos de direitos.



As políticas públicas existentes atuam de forma predominantemente paliativa, limitando-se a amenizar sintomas sem enfrentar as causas estruturais da desigualdade. Torna-se imprescindível avançar para medidas de caráter permanente e transformador, capazes de assegurar moradia, trabalho e acesso a direitos básicos. Somente assim será possível reduzir o abismo social entre aqueles plenamente inseridos na sociedade de consumo e os que lutam diariamente apenas pela sobrevivência.

## **REFERÊNCIAS**

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n. 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua**: nômades excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas**: o comércio de auto-serviço em Uberlândia (MG). 2005. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço, Rio Claro, 2005.

CASTILHO, Marcelo Freire. **A territorialidade e a invisibilidade da população em situação de rua na cidade de Sinop- Mato Grosso**. 2022. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Educação e Linguagem, Universidade do Estado do Mato Grosso, 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4º. edição. São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, Marion Machado. **O trabalho dos professores e a Universidade do Estado de Mato Grosso em Sinop - MT na década de 1990**: o sentido do coletivo. 2010. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2010.

ESCOREL, Sarah. **Exclusão social**: em busca de uma categoria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

GAMEIRO, Nathália. População de rua aumentou durante a pandemia. **Fiocruz Brasília**, jun. 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 3 jun. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: 1 maio 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

TUAN, Yi-Fu. Space and place. **Geograficidade**, Niterói, RJ, v. 4, n. 1, p. 4-13, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12883>. Acesso em: 13 ago. 2021.

## CAPÍTULO 10

# **BORDAS, MANIPULAÇÃO E MIGRAÇÃO: A EXTERNALIZAÇÃO DE FRONTEIRAS SOB UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ACORDOS UE-LÍBIA E A INFLUÊNCIA DOS EUA NA VENEZUELA E A MIGRAÇÃO**

Micheli Hederiki Alves  
Vinicius Modolo Teixeira  
Kárita de Fátima Araújo  
Doi: 10.48209/978-65-5417-650-A

## **INTRODUÇÃO**

A movimentação humana pela terra constitui uma das características mais antigas da história. As discussões sobre o fluxo humano sobre o planeta podem ser, historicamente, recentes, contudo, dentro do viés existencial antrópico, é um dos atos mais longevos. Nesse viés inicia-se a discussão sobre como, em um mundo pós-moderno, o fluxo humano e discussões sobre tal ato vem se alterando.

A maneira como Estados e blocos regionais controlam esses fluxos transformou-se de forma alarmante, principalmente no contexto da globalização. O fenômeno migratório contemporâneo é marcado por deslocamentos em massa e desencatilhado por conflitos, crises econômicas e instabilidades políticas, colocando em pauta o papel das fronteiras e seus conceitos.

As fronteiras não são apenas linhas que demarcam um território de forma singular e única, não são apenas formas demarcatórias em mapas. São, no contexto atual, dinâmicas, multifacetadas e mutáveis, se alargando para além dos limites territoriais dos Estados.

A externalização de fronteiras é compreendida como uma estratégia política e operacional. Países ou blocos econômicos projetam seus mecanismos de

controle para além de seus domínios de soberania, demandando a responsabilidade para países terceiros, e como os tratados nessa discussão, países frequentemente de origem ou de trânsito de migrantes.

Dessa maneira, essa análise busca comparar dois contextos geopolíticos distintos onde a externalização da fronteira se manifesta de forma paradigmática.

Em primeiro momento focaremos na atuação da União Europeia (UE) no Mar Mediterrâneo através dos acordos realizados com a Líbia. Diante da crise migratória, a UE vem implementando uma política de contenção que envolve o financiamento, treino e envio de equipamentos para a guarda costeira líbia, além de missões realizadas buscando a contenção de imigrantes.

Através do discurso de salvar vidas e combater o tráfico de pessoas, essa forma de abordagem tem resultado na devolução sistemática de milhares de migrantes às condições precárias na Líbia.

Em segundo momento o foco se transfere para o continente americano, analisando a influência dos Estados Unidos sobre a Venezuela e as consequências migratórias causadas pelas ações tomadas. As duras sanções econômicas e a pressão política exercida pelos EUA agravaram a crise econômica do país latino-americano, tornando-se um gatilho indireto para o fluxo populacional.

Esse deslocamento externaliza os custos humanos e logísticos da crise para países vizinhos, como o caso do Brasil. A resposta brasileira se materializa com a Operação Acolhida, configurando uma externalização da fronteira para o território brasileiro através de influência externa.

Fundamentado-se em teorias críticas, essa análise adotou uma abordagem qualitativa, analisando bibliografias e documentos. Priorizou-se, dessa forma, obras que abordam a fronteira como método de controle, além da externalização do controle migratório. Para melhor exemplificação do fluxo, as confecções dos mapas utilizados foram feitas a partir do software ArcGIS PRO, versão trial, utilizando para aquisição de arquivos *shapefiles* derivados do GADM.

Sendo os objetivos centrais dessa análise os mecanismos concretos de externalização de fronteiras que são empregados pela União Europeia, além de

examinar a política externa dos Estados Unidos para com a Venezuela por meio de sanções e pressão política. Também buscou-se analisar os dois casos de forma a identificar tanto as particularidades de cada contexto quanto os padrões que revelam a externalização como uma forma de estratégia.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A Externalização do Problema: União Europeia e a Fronteira para a Líbia no caso Migratório**

Fronteira deixou de ser apenas linhas divisórias em um mapa a muito tempo, é uma área no espaço geográfico em que a ocupação é construída por dinâmicas socioespaciais distintas, contraditórias e complexas. Como explica Becker (1988) a fronteira deve ser vista para além de “franjas do mapa cuja imagem se traduzem os limites espaciais, demográficos e econômicos”.

Meira Mattos (1990) explica que os limites de nacionalidades estão configurados na faixa de transição de valores, principalmente a língua, raça, religião, ideologia, costumes, se interligando e se interpretando no espaço. O autor explica que as faixas de fronteiras habitadas são locais de endomose cultural, sendo um local antrópico-fronteiriço.

Devemos compreender, nesse quesito, que a fronteira-linha e a fronteira-faixa se distingue devido ao fato de que, enquanto a primeira separa territórios de Estados, a segunda é a conexão, o que torna um espaço de tensões e de trocas. É nessa mesma linha de reflexão que se é possível compreender a ideia de Raztel sobre a subjetividade da linha de fronteira e a realidade da faixa de fronteira.

Nesse sentido, a fronteira no mundo atual deixou de ser apenas uma linha que delimita o território de um Estado. Conforme explicado por Mezzadra e Neilson (2013), a fronteira passou a ser um conjunto de tecnologias e métodos de controle que se multiplicam tanto de forma interna como externamente.

Compreendemos que, o fluxo de pessoas está cravado no seio da existência humana, e nesse sentido, o conceito de “migrante” e “refugiados” são nomenclaturas recentes na história, contudo, a movimentação antrópica pela terra é

a atividade mais antiga existente. Haesbaert (2004) explica que o território, no viés migratório, é algo imaterial devido às memórias e trajetórias individuais que permeiam a superfície para traçar seus movimentos e suas conexões.

O controle que o Estado exerce, dessa forma, é de um controle sobre a gestão da mobilidade, gerando, conseqüentemente, uma multiplicação das fronteiras. Mezzadra e Neilson (2013) explicam que esse método é o de criar mais pontos de controle ao longo das rotas de migração nas fronteiras e até mesmo em locais dentro do território do Estado. Nesse sentido surge a externalização da fronteira.

As externalização de fronteiras funcionam como um método de regular os fluxos de pessoas e mercadorias, uma forma de controle extraterritorial. Esse método de controle busca a cooperação de países terceiros nas articulações, e nesse caso, busca envolver os países de origem e/ou de trânsito desses imigrantes.

Lavenex (2006) explica que a externalização é uma forma de controle de fluxos migratórios, por exemplo, na Europa, através da regra do “país terceiro seguro”. A autora explica que o primeiro acordo desse viés foi feito entre Estados da União Europeia (UE) e a Polônia em 1991.

Esse método, posto por Lavenex (2006), em que um país terceiro e não membro da UE fica responsável pelo controle de imigração, foi adotado pela Declaração do Conselho Europeu de Edimburgo. Atualmente, o método é aplicado no sul da Europa, o projeto multilateral visa o controle migratório no mar Mediterrâneo, sob a égide da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

O mar Mediterrâneo é um ponto de intermediação de conexão entre África, Ásia e a Europa, com frotas de comércio ou migratório. Para Yves Lacoste (2008) o Mediterrâneo é um “monumento com várias fachadas”.

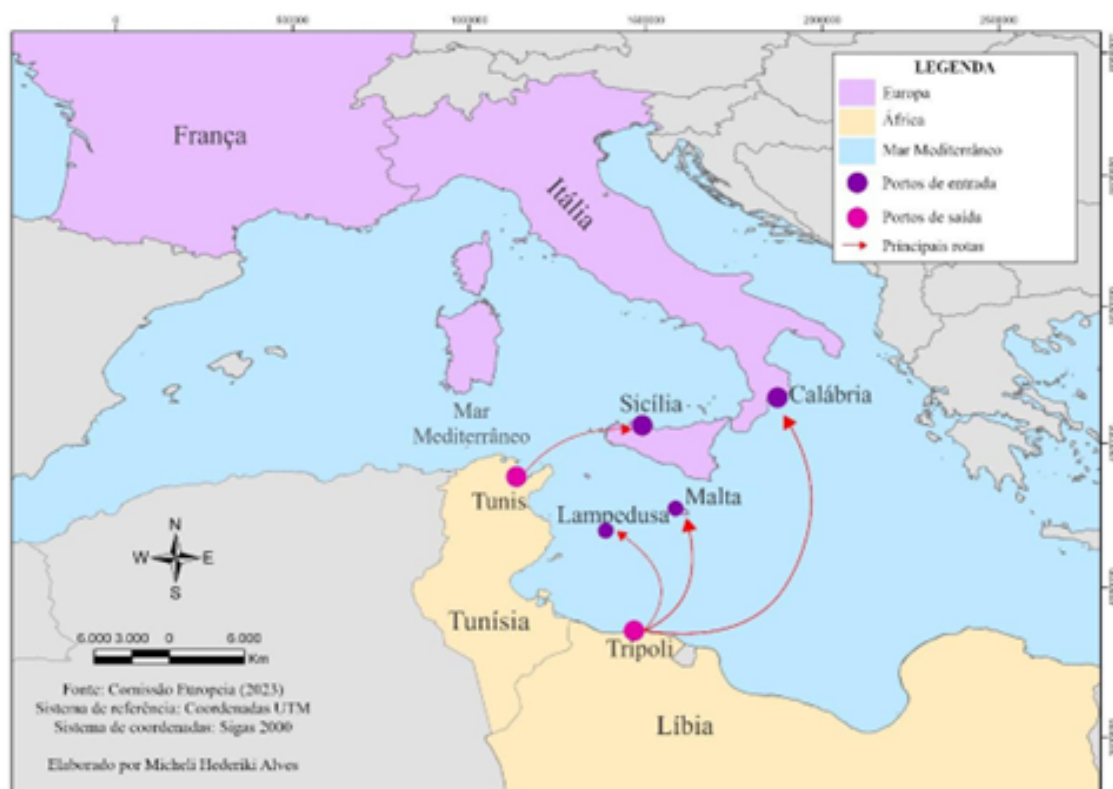
Após a Primavera Árabe nos países do Oriente Médio e do Norte da África, principalmente na Síria, o foco sobre o mar Mediterrâneo retornou, devido ao alto fluxo de imigrantes. Destacamos nessa discussão as rotas que conectam a Líbia com a Itália, com milhares de refugiados buscando vingar a travessia.

Não descartamos outras rotas conhecidas, como a de Marrocos, Argélia e Egito que se ligam com a Grécia e a Itália, além da rota entre a Turquia e a Espanha, uma vez que, como esclarece Mellet (2022), a partir de 2016 o Medi-

terrâneo Central se tornou o foco da crise migratória, se tornando um ponto de pressão nas fronteiras da UE.

No entanto, para expormos o objetivo desta análise, a Líbia e a Itália para a luz de esclarecimento sobre a externalização de fronteiras. Conforme a figura 1, podemos notar o fluxo migratório proveniente da Líbia para a ilha italiana de Lampedusa, no entanto, a região de Calábria e Sicília na Itália e Malta também são portos de entrada para imigrantes vindos da Tunísia e da Líbia.

Figura 1. Fluxo de Migrantes da África para Europa através do Mar Mediterrâneo



Fonte: Comissão Europeia (2023). Elaborado pela autora.

Deve-se ressaltar que os movimentos migratórios neste espaço são extremamente perigosos. Mesmo com o perigo da morte, Rucha-Pereira (2023) explica que os gatilhos que levam ao movimento antrópico neste caso são variados e permeiam desde a instabilidade no norte do continente Africano, até epidemias e a vulnerabilidade política e social.

Além disso, a Primavera Árabe é um dos processos de gatilho, com o fracasso de processos de democratização a região se tornou alvo de mudanças que afetaram fortemente a vida da população.

Nesse viés, em que se expõe a fragilidade humana e a necessidade de busca de refúgio mesmo que por meios ilegais, o controle Estatal ainda cobre os fluxos migratórios, seja por necessidade de segurança, seja, em muitos casos, por preconceito.

Em 2023 a Eurocid informou que a guarda costeira da Líbia, em conjunto da UE e de programas de desenvolvimento local, realizaram movimentações para a resolução da situação do fluxo migratório.

Para fins de melhor embasamento, devemos lembrar que a Itália é um dos principais destinos de imigrantes, com a ilha de Lampedusa sendo a porta de entrada dessas pessoas. Em 11 de abril de 2023 foram escoltados mais de 1.200 imigrantes em situação de vulnerabilidade em um navio, não sendo possível realizar o resgate de todas as pessoas a bordo devido ao mau tempo (Nadeau; Stambaugh, 2023).

A maioria dessas pessoas vêm da Costa do Marfim, Guiné, Bangladesh, Tunísia e Paquistão. Ainda em 2023, Lampedusa recebeu sete mil imigrantes em apenas dois dias, o que fez com que a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, recorresse ao tema na cúpula da União Europeia (Cardoso, 2023).

Destaca-se que, existe um total de 19 mil pessoas desaparecidas entre 2014 e junho de 2023 na rota entre a Líbia e a Itália, sendo que aqueles que não tem sucesso na travessia são mandados de volta para a Líbia (Sgarbi, 2023). Contudo, a Convenção das Nações Unidas relativas ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 estabelecem os princípios de direitos humanos que devem estar a par com as condições e direitos dos refugiados (ACNUR, 2015).

O “*non-refoulement*”, ou não-devolução, busca proteger o refugiado da possível tortura, maus tratos ou a penalização desumana no país de origem, conforme o art. 78º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia – TFUE de 1967 (Sá; Fermentão, 2024).

Com o ponto de pressão da crise migratória sendo o Mediterrâneo Central, em meados de 2017, a UE realizou acordos para o controle e contenção de imigrantes ilegais. Esse acordo foi o que proporcionou a cooperação com a Líbia,



priorizando o apoio à guarda costeira nacional do país, reforçando, assim, ações e operações com abordagens integradas na rota (Conselho Europeu, 2023).

Além disso, a externalização pode ser exemplificada como sendo, justamente, o investimento que a UE realiza ao apoiar o desenvolvimento de comunidades da Líbia, buscando a melhoria econômica em zonas de fronteiras.

Ressalta-se aqui que o ato de externalização não é algo incomum na UE e vem entrelaçado a um viés xenofóbico e racista. Carvalho (2023) explica que refugiados “não-padrão” são, principalmente, refugiados do Oriente Médio e de países da África buscando refúgio na Europa para fugir das condições que ferem a dignidade humana.

Nesse sentido, a União Europeia no ato de contenção, em 2018. Renovou as normas de contenção de imigrantes, intensificando as relações com a Líbia. Além desse fator, em 2022 foi divulgado o Plano de Ação da UE para o Mediterrâneo Central com vinte medidas para a redução de imigrantes irregulares, configurando, dessa forma, em dezembro de 2022, 1,13 milhões de euros destinados aos países africanos para o enfrentamento de desafios causados pelo fluxo migratório (Conselho Europeu, 2023).

Descrevemos então o ato de externalização aqui trabalhado de forma mais pontual. A União Europeia apoiou a formação da guarda costeira da Líbia iniciada em 2016, assim como reforçou equipamentos e apoio em 2017 com a Operação Sophia, visando operações da UE no Mediterrâneo Central, atribuindo toda essa ação com melhorias na segurança marítima. A Operação Sophia chegou ao fim em 2020 (Conselho Europeu, 2023).

Outro exemplo é a existência Da Agência Europeia de Gestão de Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX), que busca “promover, coordenar e desenvolver a administração das fronteiras europeias [...] aplicando o conceito de Administração Integrada de Fronteiras” (FRONTEX, 2023).

O FRONTEX trabalha em conjunto com Estados membros da União Europeia e Estados não-membros, buscando realizar trabalhos de análises de risco, trocas de informações, pesquisa e desenvolvimento e a participação em missões de administração de fronteiras (Anistia Internacional, 2014).

Em 2008, com a assinatura do Tratado de Amizade, a Líbia se tornou um dos principais aliados da Itália para a contenção de imigrantes. O acordo enfatiza o respeito pela soberania de ambos os países, além da proibição de ameaças e uso de força. A Itália se encontra em uma posição de investidora no desenvolvimento da Líbia (Gomes, 2020).

Além disso, se destacam duas medidas relevantes, a primeira é a entrega de navios italianos para que a Líbia patrulhe a sua costa, com o objetivo de retornar migrantes com destino a Itália, e a segunda, sendo a instalação de um sistema de detecção por satélite nas fronteiras terrestres da Líbia, com a participação da Itália (Gomes, 2020).

Contudo o tratado chegou ao fim em 2011 devido a Crítica da Comunidade Europeia e seus círculos políticos. Em 2017 ambos os países voltaram a assinar outro acordo, o Memorando de Entendimento, concentrando em conter a crise migratória, com as questões da imigração se tornando prioridade. Nesse quesito, quando a crise migratória se tornou mais alarmante, o Conselho Europeu viu com bons olhos o acordo entre os países (Djú, 2022).

Além disso, essa externalização das fronteiras reforçam as relações de poder que ainda se mantêm vivas no pós-colonialismo, uma vez que os financiamentos investidos dentro dos acordos de cooperação entre os Estados sempre fazem parte dos Estados membros da União Europeia.

A renovação do EUBAM-Líbia em 2021 é um dos casos mais recentes, prolongando em dois anos a missão de “assistir as autoridades líbias na construção de estruturas de segurança do Estado na Líbia, em especial nos domínios da gestão das fronteiras” (Alvadia, 2022).

Esse apoio e externalização da fronteira para a contenção de imigrantes entre a Líbia e a União Europeia se perpetua. Existe, nesses exemplos citados, a externalização da fronteira, uma forma de contenção da entrada na União Europeia antes mesmo de se chegar em solo Europeu, uma externalização do “problema” que a UE causa à Líbia.

## **A MIGRAÇÃO DA VENEZUELA E A INFLUÊNCIA DOS EUA, EXTERNALIZANDO A CRISE PARA O BRASIL**

A externalização acontece de variadas maneiras. Nesse caso, a influência dos EUA sobre países da América do Sul pode ser destacada como uma maneira de externalização da fronteira de forma indireta.

Grande parte dos países latino-americanos passaram por intervenções dos Estados Unidos sob o discurso de impedir o avanço do comunismo e de missão civilizatória. Como consequência, o que temos de resultado são uma série de ditaduras militares que ocorreram na América Latina a partir da década de 50.

A nacionalização da indústria petroleira da Venezuela em 1976 foi um episódio marcante na história da economia do país, aumentando a participação estatal no setor energético, o que fez com que o controle estrangeiro se tornasse apenas filial (Maringoni, 2009).

No governo de Chávez, o país buscou manter suas relações com os EUA de forma neutra economicamente. Monteiro (2012) chama de “inimigos sim, negócios à parte”, principalmente devido à inclinação neoliberal da América Latina durante a década de 90.

A Venezuela desempenha um papel crucial na história da indústria petroleira, desde o século XX até o governo de Chávez. A participação na consolidação e na formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) deu destaque para o país no ramo petrolífero (Negreiros, 2022).

Contudo, atualmente, os EUA buscam estratégias de como isolar o país do mundo e enfraquecer sua economia. Negreiros (2022) coloca que as ações dos EUA para com a Venezuela é uma guerra híbrida, ou seja, uma combinação de meios convencionais (formas mais visíveis como ações militares diretas, utilização de forças de segurança e dispositivos militares, etc.) ou não convencionais (guerra informacional como a manipulação da opinião pública através de notícias falsas, desinformação e discurso de ódio, guerra econômica e *lawfare*, guerra psicológica, etc.), para influenciar em aspectos sociais e políticos do país.

O isolamento internacional da Venezuela por parte dos Estados Unidos, vem justamente atrelada com uma “assistência humanitária”, enquanto o isolamento internacional diz respeito ao controle do petróleo, com sanções econômicas que ocorrem desde 2015, a assistência humanitária se dá por agências que buscam “fomentar” a democracia, assistência militar, ajuda sanitária, educacional, de logística e de estudos sobre situação de risco da população (Negreiros, 2022).

Os EUA buscam uma ordem em relação ao caos criado, utilizando o trabalho de políticos bilaterais de assistência, com órgãos como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A partir do momento em que “perde” o controle sobre a Venezuela, os EUA buscam impactar o país ao mesmo tempo que prestam serviços de apoio à população, mesmo que por terceiros.

O que entendemos até aqui, é a fomentação da crise migratória por parte dos EUA, mesmo que indiretamente, ao exercer o controle dos meios econômicos e políticos na Venezuela. Aqui, é importante lembrar que o laço de um povo com sua terra é cultural, social e político, e nos vieses capitalistas, a necessidade de sobrevivência se entrelaça com o desespero, e assim se desencadeia, nesse caso, com o fluxo migratório.

É dessa forma que atrelamos a situação da Venezuela com a externalização da fronteira para o Brasil, desencadeado pelas ações dos EUA. Nicolás Maduro ganhou espaço na presidência da Venezuela nas sombras da era chavista, com ideias de continuar o legado de Chávez, o que gerou uma reação positiva da população sobre Maduro (Coelho e Mendes, 2021).

Com a crise do petróleo em 2014, a dependência do país estabelecida nos combustíveis fósseis afetou drasticamente a economia do país e a vida da população (Coelho e Mendes, 2021). As sanções impostas pelo governo dos Estados Unidos na gestão de Trump, além dos ataques contra Maduro, auxiliaram para impactar ainda mais a situação do país, agravando a situação (Mendes, Silva e Senhoras, 2022).

A mobilização para sair do país se intensificou entre 2016 e 2017. Nas amarras do desespero causado pela crise, os fluxos migratórios se agravaram principalmente devido à falta de recursos básicos, a violência e a miséria.

A Venezuela faz fronteira com três países da América do Sul, incluindo o Brasil. Conforme a figura II, o fluxo de imigração Venezuelana segue principalmente para a Colômbia, país que mais recebe imigrantes venezuelanos devido a posição geográfica. O Brasil recebe imigrantes principalmente em Pacaraima e Boa Vista, no estado de Roraima.

Figura 2 - Fluxo Migratório Venezuelano



Fonte: Organização Internacional para as Migrações (2019). Elaborado pela autora.

O Brasil com a Lei de Migração Nº 13.445/2017, deixa claro em suas seções os direitos do migrante e daquele que visita o país, damos atenção para a Seção II que destaca o “repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação”. Além disso, destaca-se o direito da regularização de documentação, a “inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas” (Brasil, 2017).

Segundo a Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a partir de 2017 a entrada de refugiados vindos da Venezuela aumentou no Brasil, foi esse fator que levou, durante a presidência de Michel Temer, a criação da Operação Acolhida (UNICEF, 2024).

O Ministério da Cidadania brasileiro define a operação como uma “oferta de assistência emergencial aos refugiados e imigrantes venezuelanos”, com intenção de auxiliar quem entra no país, procurando estabelecer essas pessoas com inserção social e econômica (Brasil, 2024).

O que se mostra com o processo de fluxo migratório Venezuelano, é uma migração entre países da América do Sul, conforme pontuado por Lisboa (2023), a relação que se estabelece entre o nacional e o internacional, no que diz respeito ao campo migratório, é o favorecimento da Operação Acolhida.

Segundo o Governo Federal, em 2024 o país recebeu mais de 125 mil venezuelanos por meio da Operação Acolhida, com 1026 municípios de todos os estados já tendo interiorizado os imigrantes (Brasil, 2024).

Mesmo com elogios internacionais sobre a Operação Acolhida, devemos notar que a externalização da fronteira ainda beira esse viés uma vez que, mesmo indiretamente, as sanções impostas pelos Estados Unidos sobre a Venezuela desencadeia o deslocamento populacional para países vizinhos, o que faz que os países que recebem essas pessoas busquem investimentos e formas de acolhimento e contenção da chegada dessas pessoas.

## **CONCLUSÃO**

A externalização de fronteiras não é um fenômeno isolado, os casos aqui analisados revelam que o ato é uma forma estratégica de gestão territorial. A discussão não se finda na descrição dos mecanismos, na realidade, se revela como uma série de embates que desafiam a ordem internacional, a ética e os direitos humanos.

É possível notar o embate entre a soberania de um Estado e os direitos humanos fundamentais. Em ambos os casos a prática da externalização cria zonas de exceção jurídica, onde as garantias internacionais são sistematicamente fragilizadas. A pedra angular do direito ao asilo é violada quando migrantes são interceptados no mar e devolvidos para a Líbia, onde estão sujeitos a violência e a morte. Segue na mesma linha a desestabilização econômica de um país, como na Venezuela, gerando um fluxo migratório forçado que mesmo de forma indireta é previsível.

Dessa forma, os acordos de cooperação entre a UE e a Líbia e as sanções unilaterais impostas pelos EUA à Venezuela são relações assimétricas. Elas reatualizam as dinâmicas de poder que, de certa forma, nunca foram perdidas. As potências centrais financiam, treinam e pressionam países periféricos para que atuem como “guardiões” das suas fronteiras, externalizando, de certa forma, o problema.

Este modelo de ação transforma nações como o Brasil e a Líbia em “fronteiras-buffers”, ou seja, zonas de amortecimento que protegem o núcleo próspero do sistema mundial ao custo de sua própria estabilidade e dos direitos migratórios.

Assim, o que podemos concluir até o presente momento, é que a externalização não resolve causas profundas atreladas aos movimentos migratórios, na realidade, tendem a alavancar as problemáticas. Ambos os casos, em suma, demonstram que a externalização é na realidade uma faceta de governança que privilegia o controle sobre a proteção e a soberania sobre a solidariedade. É necessário uma reavaliação sobre os princípios que devem guiar a resposta de fluxos migratórios, se distanciando da lógica de fortaleza e se encaminhando para um paradigma de corresponsabilidade.

## **REFERÊNCIAS**

ACNUR UNHCR – Agência da ONU para Refugiados. **Crise no Mediterrâneo completa seis meses**, com número recorde de refugiados e migrantes. Jul. 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/07/01/crise-no-mediterraneo-completa-seis-meses-com-numero-recorde-de-refugiados-e-migrantes/>. Acesso em: 15 jan. 2024

ANISTIA INTERNACIONAL. **The Human Cost of Fortress Europe: Human Rights Violations Against Migrants and Refugees at Europe's Borders**. Londres: Amnesty International Ltd, 2014.

ALVADIA, J. M.; **Política de Imigração da União Europeia: Dimensão Externa e a Abordagem às chegadas irregulares no Mar Mediterrâneo de 2015 a 2021**. Política de Imigração da União Europeia, Relatório de Estágio de Mestrado em Migrações Inter-Etnicidades e Transnacionalismo. NOVAFCSH, 2022

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. *In*: AUBERTIN, C. (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 1988.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Operação Acolhida**: a mão amiga em Roraima. Blog do Exército Brasileiro, 07 de junho de 2018. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/operacao-acolhida-esperanca-para-venezuelanos-desassistidos-no-estado-de-roraima-1.html>. Acesso em: 15 jan. 2024

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Brasil acolhe mais de 125 mil migrantes e refugiados venezuelanos por meio da Operação Acolhida**. Brasília, DF, 25 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-acolhe-mais-de-125-mil-migrantes-e-refugiados-venezuelanos-por-meio-da-operacao-acolhida>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação Acolhida ultrapassa 76 mil venezuelanos interiorizados no Brasil**. Brasília, DF, 25 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/operacao-acolhida-ultrapassa-76-mil-venezuelanos-interiorizados-no-brasil>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei N. 13.445**, de 24 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CARDOSO, D. Crise recente de imigrantes na Itália traz de volta divisões entre europeus e problema sem fim. *In*: **CNN BRASIL**, São Paulo, 2023. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/crise-recente-de-imigrantes-na-italia-traz-de-volta-divisoes-entre-europeus-e-problema-sem-fim/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CARVALHO, Victória Magri Moreira de. **Fundamentos do tratamento discriminatório do refugiado não-padrão na Europa e as suas consequências**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

COELHO, A.; MENDES E. Maduro, chavismo e bolivarianismo. **Revista Desigualdade e Diversidade**, no. 21, 2021, p. 136 – 154.

COMISSÃO EUROPEIA. **Estatísticas sobre a migração para a Europa**, 2023. Disponível em: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-european-way-of-life/statistics-migration-europe\\_en](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-european-way-of-life/statistics-migration-europe_en). Acesso em: 25 jan. 2024.



CONSELHO EUROPEU. **Fluxos Migratórios na rota do Mediterrâneo Central. Consilium**, 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-migration-policy/central-mediterranean-route/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

DJÚ, Ricardo. **Política Migratória da União Europeia com a Líbia: Análise do controle marítimo e a contenção de migração clandestina através do Mediterrâneo**. Universidade de Beira Interior, Covilhã, Agosto de 2022.

EUROCID. **Rotas migratórias de entrada na UE**. Informação Europeia ao cidadão, 2023. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/rotas-migratorias-de-entrada-na-ue>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FRONTEX. **Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS)**, 2023. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/what-we-do/etias/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GOMES, Renata Jorge. **O Memorando de Entendimento entre a Itália e Líbia (2017) à luz do Princípio do Non-Refoulement**. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Nova School of Law, 2020.

HAESBAERT, R.; TRAMONTANI, Tatiana Ramos. O mito da desterritorialização econômica. **GEographia**, ano 6, n.12, 2004.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

MEIRA MATTOS, C. de. **Geopolítica e teoria de fronteiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MELLET, C. V. **Um Mar de Exclusão: Biopolítica e controle de imigração na Rota Central do Mediterrâneo (2013-2019)**. Universidade do Porto, 2022.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. **Border as Method, or, the Multiplication of Labor**. Durham: Duke University Press, 2013.

MENDES, F. L.; SILVA, C. A. B. da; SENHORAS, E. M. História recente da venezuela: crise e diáspora. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 10, n. 29, p. 118–137, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6534040. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/633>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MONTEIRO, Leonardo Valente. **Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez**. UERJ, 2012.

NADEAU, B. L.; STAMBAEUGH, Alex; Guarda Costeira italiana escolta 1.200 imigrantes em barcos no Mar Mediterrâneo. **CNN**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/guarda-costeira-italiana-escolta-1-200-imigrantes-em-barcos-no-mar-mediterraneo/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

NEGREIROS, P. A. M. de.; **O apoio à migração venezuelana como política externa estadunidense (2015-2021)**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

OIM. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo atinge 3,4 milhões. 2019**. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes#:~:text=A%20Col%C3%B4mbia%20abriga%20o%20maior,%3B%20e%20Brasil%2C%2096%20mil>. Acesso em: 25 fev. 2024.

LACOSTE, Y. **A Geopolítica do Mediterrâneo**. Edições 70, 2008.

LAVENEX, S. Shifting Up and Out: The Foreign Policy of European Immigration Control. **Est European Politics**, v. 29, n. 2, p. 329 – 350, 2006.

LISBOA, Andressa Beatriz Cardoso. **A Interiorização na Operação Acolhida: Migrações internas de Venezuelanos no Brasil**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2023.

RUCHA-PEREIRA, J. G. **Segurança no Mediterrâneo: problemas e soluções**. UAL, Lisboa, 2023.

SÁ, M. Z.; FERMENTÃO, C. A. R. G. A aplicação do direito ao non-refoulement como garantia de direitos de personalidade. **Revista Direito & Paz**, v. 1, n. 50, 2024.

SGARBI, A. Corredor da morte: 640 pessoas já morreram tentando chegar à Europa pela Líbia só neste ano. **CNN**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/corredor-da-morte-640-pessoas-ja-morreram-tentando-chegar-a-europa-pela-libia-so-neste-ano/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

UNICEF BRASIL. **Crise migratória venezuelana no Brasil**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 12 mar. 2024.

## CAPÍTULO 11

# HOMICÍDIOS E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS EM COLIDER (MT): UMA ANÁLISE DE 2006 A 2015

Ozéias dos Santos Batista  
Judite de Azevedo do Carmo  
Daniel Vanali Candido Mateus  
Doi: 10.48209/978-65-5417-650-B

## INTRODUÇÃO

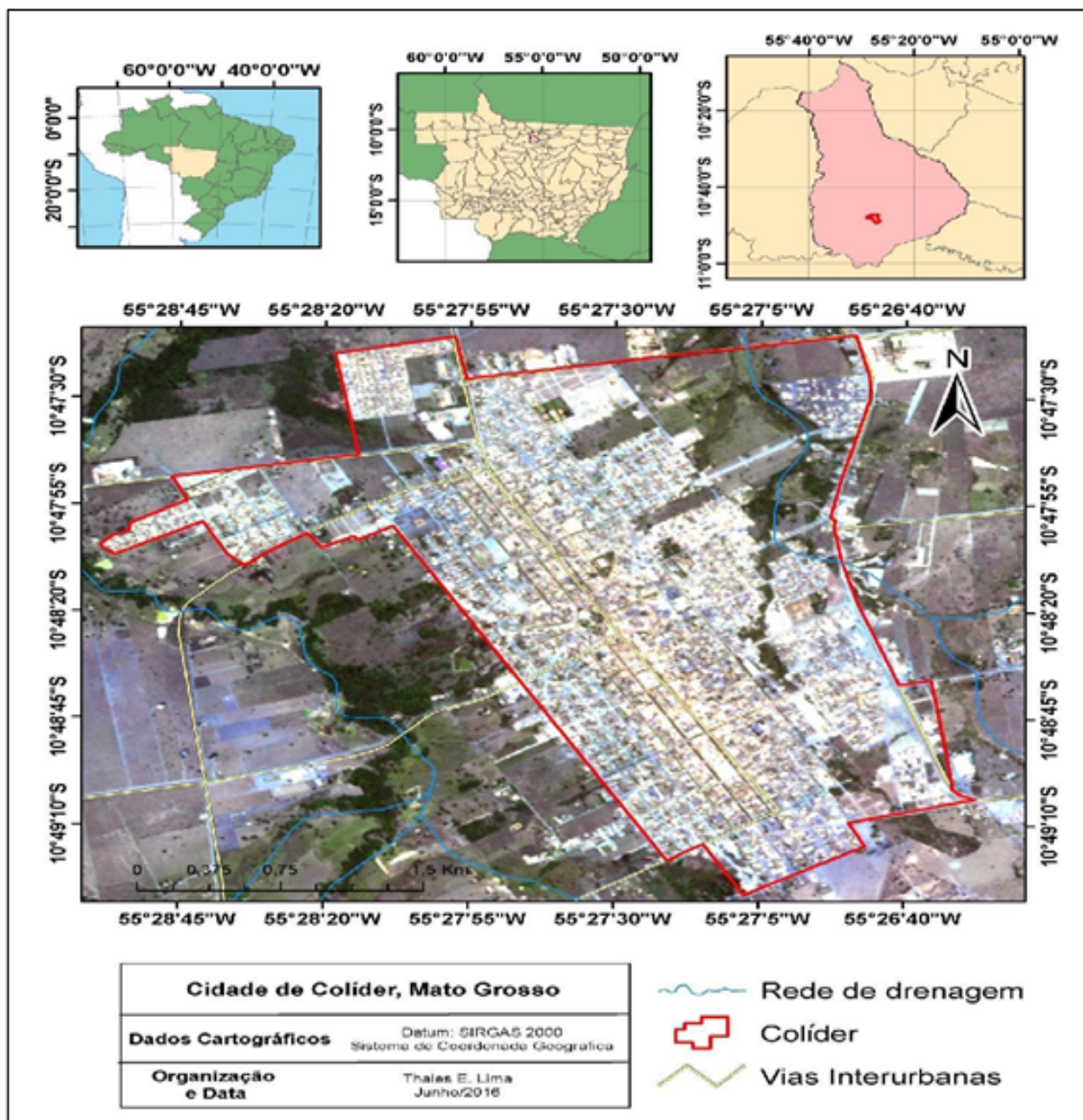
O homicídio é uma forma de violência, um crime e seu conceito é abordado por Capez (2006, p. 3) como sendo “a morte de um homem provocada por outro homem. É a eliminação da vida de uma pessoa praticada por outra”. Esse tipo de crime tem apresentado um aumento significativo nos últimos tempos. O homicídio é o tipo de crime que mais assusta o cidadão, mesmo assim pelo número de ocorrências e muitas divulgações, ele ainda pode ser naturalizado pela população. Apesar disso, ainda se verifica uma luta constante entre a comunidade e os poderes públicos em diminuir os índices de violência.

Caldeira (2000), menciona fatores que são associados à criminalidade: em primeiro, o crime está associado ao crescimento das cidades e a falta de acesso às infraestruturas urbanas, além da pobreza e do analfabetismo; em segundo, menciona a falta de atuação dos órgãos que dirigem as ações para combater e manter a ordem.

Em Colíder-MT (Figura 1) não é diferente, com o crescimento da cidade verifica-se um aumento da criminalidade na cidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE Cidades, 2016), a estimativa populacional em 2015 para o município de Colíder era de 31.895 habitantes, não sendo considerada uma cidade de grande porte e ainda na atualidade, em 2025, a estimativa é de 32.054 habitantes, não apresentando grande aumento populacional. Porém a violência não se encontra apenas em cidades grandes conforme

aponta Waiselfisz (2014), que evidencia que a violência migrou das grandes metrópoles para as cidades do interior do Brasil, ocasionando a chamada interiorização da violência.

Figura 1 – Localização de Colíder, Mato Grosso



Fonte: Organizada pelos autores.

Nesse contexto, o objetivo deste texto é apresentar os resultados de uma pesquisa que investigou não apenas a distribuição espacial e temporal dos homicídios no município de Colíder (MT), mas também os fatores que contribuem para o aumento da criminalidade local. A análise incluiu a influ-

ência da implantação da Usina Hidrelétrica de Colíder, cuja instalação provocou um intenso fluxo migratório para a cidade, estabelecendo relações entre a ocorrência de homicídios e a dinâmica socioespacial. O estudo abrangeu o período de 2006 a 2015.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento da pesquisa foi adotado o método Regressivo-Progressivo; porém antes de sua execução, realizou-se a pesquisa bibliográfica, essa possibilitou a fundamentação das análises realizadas. Primeiramente realizou-se o levantamento de textos acadêmicos nos bancos de dados do *GoogleScholar*, do *Sicelo* e Capes, utilizando palavras-chave como espaço urbano, produção do espaço urbano, homicídios, espaços e homicídios e Colíder. Posteriormente foi feita a leitura e fichamento dos textos, com fragmentos que poderiam ser utilizados no momento da redação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Quanto ao método Regressivo-Progressivo, esse foi proposto pelo filósofo Henri Lefebvre, em 1978. Esse método orientou todas as fases da pesquisa, desde o levantamento de dados até a discussão dos resultados. Carmo (2006), em argumento sobre esse método menciona que foi desenvolvido pelo autor para análise de problemas rurais, onde é apresentado como sendo capaz de analisar a totalidade dos fenômenos [...] “uma vez que possibilita a análise ao considerar a dimensão histórica, sendo ele fundamentado no materialismo histórico-dialético.” (Carmo, 2006, p. 27).

Esse método é composto de três momentos distintos. O primeiro é denominado de Descritivo, esse se refere a observação teoricamente informada da realidade descrevendo o que é visível no espaço (Carmo, 2006), o que acontece no presente, no momento atual. O segundo é o Analítico-regressivo, momento em que se volta a atenção para o passado, procurando datar os processos, fenômenos e as formas. O pesquisador “[...] faz um mergulho no passado, verificando que cada relação social pertence a um momento histórico específico” (Carmo, 2006, p. 28).

Martins (1996, p. 21) explica que nesse momento do método “[...] a realidade é analisada e decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para datá-la exatamente. Cada relação social tem uma idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem a sua data”. Nesse momento, a atenção foi voltada para o passado para analisar os homicídios e acompanhar se houve uma evolução número de ocorrências.

O terceiro e último momento é o Histórico-genético, quando há o retorno para o presente, sendo agora apreendido, compreendido. Portanto, nesse momento foram feitas análises das ocorrências de homicídios no tempo comparando-as com os atuais níveis e fazendo uma relação com o espaço em que houve o registro, buscando interpretar as causas desse tipo de crime na cidade de Colíder.

Para se obter os dados necessários para o estudo, no primeiro momento foi realizada a pesquisa documental, que possibilitou o levantamento dos dados junto à Secretaria de Segurança Pública (SSP) por meio da Polícia Judiciária Civil (PJC). No segundo momento, foi realizada a pesquisa histórica abrangendo o período de 2006 a 2015, para verificar a alteração no número de ocorrências de homicídios. O último momento foi destinado ao tratamento estatístico e análise dos dados obtidos para a compreensão da relação entre espaço e homicídios.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dahlberg e Krug (2006) afirmam que a violência sempre fez parte de países onde se manifesta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os autores ainda citam que as mortes violentas estão ligadas aos níveis de renda de cada país; porém, essa relação apresentada deve ser averiguada com cautela, pois o Brasil, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (RDH/PNUD, 2015), no ano de 2014 chegou ao índice 0,755, que é considerado alto. No entanto, o país também se enquadra na lista de países com maiores incidências de homicídios.

Diante disso entende-se que a análise dos dados na realidade brasileira devem ser estudados levando em consideração as desigualdades sociais. Hu-

gues (2004), menciona que nos espaços periféricos de uma cidade normalmente é onde se encontra o maior foco de violência, devido ao precário modo de vida. Entretanto, a análise pautada na relação periferia e violência, deve ser cautelosa, pois corre-se o risco de uma análise Ratzeliana determinista, onde se expressa que todo bairro pobre é violento.

No que se refere à mortes violentas, o relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (OMS) em 2014, com dados de 2012, traz que o Brasil ocupa o topo da lista de nações que mais registram homicídios no mundo. A tabela (1) mostra os números e os seis primeiros países.

Tabela 1 – Os seis primeiros países com registro de maior número de homicídios no ano de 2012

| <b>Classificação</b> | <b>País</b>            | <b>Mortes</b> |
|----------------------|------------------------|---------------|
| 1º. lugar            | Brasil                 | 64,3 mil      |
| 2º. lugar            | Índia                  | 52 mil        |
| 3º. lugar            | México                 | 26 mil        |
| 4º. lugar            | Colômbia               | 20 mil        |
| 5º. lugar            | Rússia e África do Sul | 18 mil        |
| 6º. lugar            | Estados Unidos         | 17 mil        |

Fonte: Batista (2016).

Como pode ser verificado na tabela (1), em 2012 o Brasil ocupava a primeira posição em números de homicídios. Sobre a problemática da violência, Cademartori (2012) explica que ela e a criminalidade no Brasil têm se tornado uma preocupação crescente no espaço urbano. Embora a presença da violência em diferentes formas acompanhe a sociedade desde a formação das cidades e o processo de industrialização, o que distingue o contexto atual é a maneira como a sociedade se apropria dessa temática e os impactos que ela provoca no imaginário coletivo.

Em uma análise espacial no contexto local, obtida a partir de conversas informais, percebe-se que a população de Colíder tem manifestado temor diante do aumento da violência de forma ampla, não restrita apenas aos casos de homicídio. Entre as principais preocupações estão os frequentes assaltos, que reforçam na comunidade a sensação de insegurança na cidade.

A pesquisa debruçou apenas sobre os casos de homicídios em Colíder para o período de 2006 a 2015. Para poder analisar a condição endêmica de violência de um município, conforme parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS), é necessário fazer uma contextualização da população, por isso na tabela (2) foram expostos os dados da população, das ocorrências de homicídios, taxa de homicídio por 100.000 e a situação em relação aos parâmetros da OMS.

É importante destacar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) define como aceitável uma taxa inferior a 10 homicídios por 100 mil habitantes ao ano. Assim, quando um município apresenta índices iguais ou superiores a esse limite, passa a ser classificado como área endêmica de violência.

Tabela 2 – Condição endêmica de violência (homicídios) em Colíder, Mato Grosso

| <b>Ano</b> | <b>População</b> | <b>N. de homicídios</b> | <b>Taxa<br/>(por 100 mil)</b> | <b>Situação frente à OMS</b> |
|------------|------------------|-------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| 2006       | 26.738           | 5                       | 18,70                         | Acima do limite              |
| 2007       | 30.695           | 8                       | 26,06                         | Muito acima do limite        |
| 2008       | 31.744           | 2                       | 6,30                          | Dentro do limite             |
| 2009       | 32.096           | 3                       | 9,35                          | Limite próximo               |
| 2010       | 30.766           | 3                       | 9,75                          | Limite próximo               |
| 2011       | 30.974           | 5                       | 16,14                         | Acima do limite              |
| 2012       | 31.176           | 7                       | 22,45                         | Muito acima do limite        |
| 2013       | 31.515           | 5                       | 15,87                         | Acima do limite              |
| 2014       | 31.707           | 9                       | 29,38                         | Muito acima do limite        |
| 2015       | 31.895           | 4                       | 12,54                         | Acima do limite              |

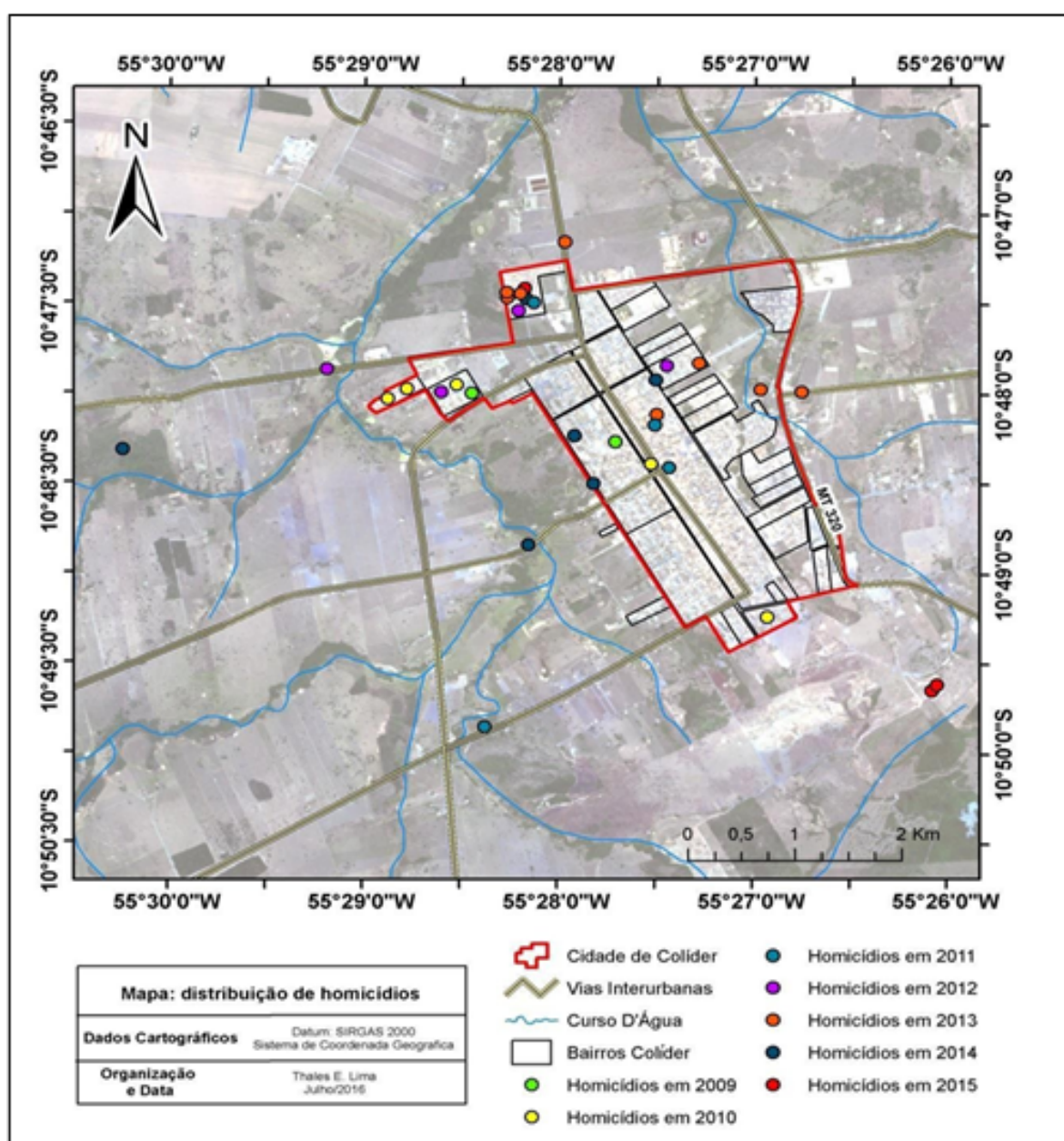
Fonte: IBGE (Censos Demográficos e estimativa populacional). Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública (SINESP/PJC). Organizada pelos autores

Em análise aos dados da tabela (2) identifica-se alguns anos críticos; 2006, 2007, 2011, 2012 e 2013 com taxas superiores a 10 homicídios por 100 mil. 2014 foi o pior ano do período, com uma taxa de 29,38 por 100 mil. Em 2015 a taxa apresenta uma queda expressiva em relação ao ano anterior, mas ainda se mantém acima do limite. 2008, 2009 e 2010 foram anos em que os números se mantiveram dentro ou muito próximos do limite aceitável, conforme os parâmetros da OMS.



Analizando todo o período (2006-2015), pode-se afirmar que Colíder manteve um quadro endêmico de violência persistente, com poucos anos de controle. Outro ponto importante a ser ressaltado é que mesmo em um município de apenas cerca de 30 mil habitantes, as taxas registradas em 2013, 2014 e 2015 confirmam que o problema é crônico e grave, alcançando níveis comparáveis aos piores índices do Brasil. No que se refere à distribuição espacial dos homicídios em Colíder, o mapa apresentado na figura (2) indica os locais onde cada ocorrência foi registrada, discriminados conforme o ano.

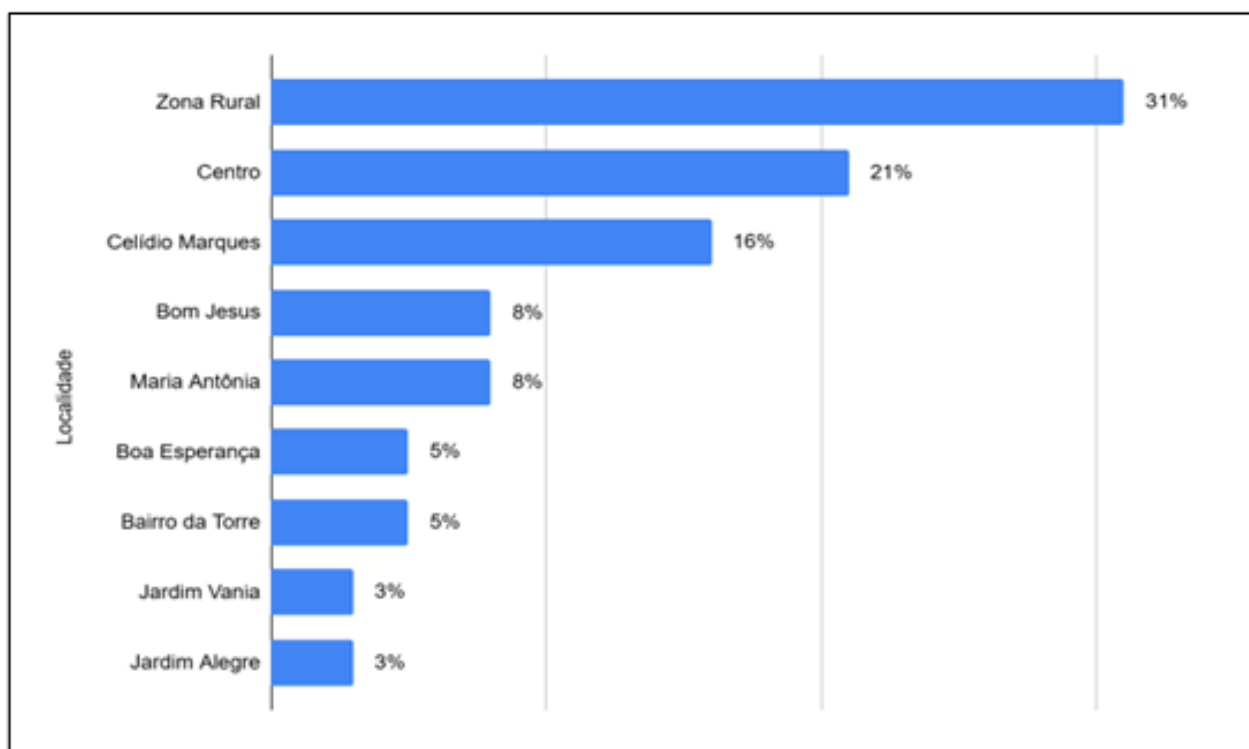
Figura 2 - Distribuição espacial dos Homicídios no período de 2009 a 2015 em Colíder (MT)



Fonte: Batista (2016).

Para a melhor compreensão, procurou-se demonstrar no gráfico (1) os bairros de Colíder e os percentuais de homicídios neles ocorridos. Conforme observado, a maior parte dos óbitos concentrou-se na zona urbana do município. Para uma análise mais detalhada, os registros foram agrupados em três áreas principais: zona rural, bairro Centro e bairro Celídio Marques, que apresentaram as maiores taxas de incidência de violência.

Gráfico 1- Percentual de homicídios e seus respectivos espaços de ocorrências em Colíder, Mato Grosso.



Fonte: Adaptado de Batista (2016).

O primeiro ponto analisado foi a zona rural, caracterizada por residências isoladas, ausência de vizinhança próxima e falta de policiamento regular. Essas condições favorecem a ação criminosa, pois aumentam as chances de fuga sem testemunhas após a prática do delito. Cademartori (2012) ressalta que episódios de violência podem ocorrer em qualquer espaço de convivência humana, não se restringindo ao meio urbano. Dessa forma, evidencia-se que a violência também se manifesta em áreas rurais e em cidades de menor porte. Um dos locais de ocorrência pode ser observado na figura (3).

Figura 3 – Ponto de ocorrência de homicídio na zona rural, Colíder, Mato Grosso.



**Fonte:** Batista (2016)

Em relação a esse tipo de local de ocorrência de homicídio, Cademartori (2012) especifica que a violência não é um fenômeno restrito aos grandes centros urbanos, podendo ocorrer em diferentes espaços de convivência humana, inclusive em áreas rurais e cidades de menor porte, onde também se observam situações de crime e insegurança.

No que se refere à ocorrência apresentada na figura (3) não se sabe se esse crime ocorreu no referido local ou se a vítima foi abandonada neste ponto. Mas, somente pelo fato de se identificar um corpo sem vida, gera-se insegurança e apreensão na população. O bairro Centro aparece em seguida, e as ocorrências foram registradas mais nas proximidades do terminal rodoviário (Figura 4).

Figura 4- Terminal Rodoviário de Colíder, Mato Grosso



**Fonte:** Batista (2016)

O centro se caracteriza por apresentar a melhor infraestrutura urbana e os imóveis mais valorizados da cidade. Entretanto, em quase todas as cidades a área onde se localizam os terminais rodoviários é problemática. O espaço do entorno do terminal concentra bares, pontos de tráfico de drogas, áreas de prostituição e outros elementos ligados a conflitos sociais, resultando em elevados índices de criminalidade no perímetro urbano.

Por fim, destaca-se o bairro Celídio Marques, localizado em uma área relativamente afastada do centro, caracterizado pela presença de famílias de baixa renda, deficiência de saneamento básico, ruas estreitas e moradias autoconstruídas (Figura 5).

Figura 5- Bairro Celídio Marques, Colíder, Mato Grosso



Fonte: Batista (2016)

Conforme argumenta Gomes (2005), os diferentes territórios urbanos apresentam particularidades que, em alguns casos, incluem a exclusão de serviços essenciais de infraestrutura, favorecendo a ocorrência de criminalidade diante da precariedade de cidadania. Na análise espacial, verificou-se que a maioria dos crimes ocorreu em vias públicas. Vale ressaltar que o bairro Celídio Marques é historicamente percebido pelos próprios moradores como um espaço marcado pela violência.

Após a apresentação dos principais dados de homicídios em sua dimensão temporal e espacial, passam a ser discutidos os fatores que podem



ter contribuído para essas ocorrências em Colíder, relacionando-as aos números e aos locais identificados. Conforme demonstra a tabela (3), o maior número de ocorrência foi registrado nos meses de janeiro e fevereiro, enquanto março e agosto não apresentaram casos. Já os períodos de julho a novembro exibiram quantidades semelhantes, assim como os meses de maio, setembro e dezembro, que também registraram números equivalentes de homicídios.

Tabela 4 – Meses e número de ocorrências de homicídios no período de 2006 a 2015, Colíder, Mato Grosso

| Ano  | Jan | Fev | Mar | Abri | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|------|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| 2006 |     | 1   |     | 1    |     | 1   | 1   |     |     |     | 1   |     | 5     |
| 2007 |     | 2   |     |      | 2   | 1   | 1   |     |     |     | 2   |     | 8     |
| 2008 | 1   |     |     |      |     |     |     |     |     |     | 1   |     | 2     |
| 2009 | 1   |     |     |      |     |     | 1   |     |     |     |     | 1   | 3     |
| 2010 |     | 1   |     |      |     |     |     |     | 2   |     |     |     | 3     |
| 2011 |     |     |     |      | 1   |     |     |     | 2   |     | 1   | 1   | 5     |
| 2012 |     |     |     |      | 1   | 1   | 3   |     |     | 1   |     | 1   | 7     |
| 2013 | 1   | 1   |     |      |     | 1   |     |     |     | 1   | 1   |     | 5     |
| 2014 | 5   |     |     | 1    | 1   |     |     |     | 1   |     |     | 1   | 9     |
| 2015 |     | 1   |     | 2    |     |     |     |     |     |     |     | 1   | 4     |

Fonte: Batista (2016)

A análise dos dados da tabela (4) permite evidenciar alguns meses mais críticos: dezembro (6 casos no total do período) e janeiro/fevereiro (8 casos somados) apresentam números relativamente elevados, reforçando a correlação com o verão brasileiro e o calendário de festas de fim de ano, férias e carnaval. Também se evidencia meses de menor ocorrência; abril, maio, junho e julho, esses apresentaram baixas expressivas nos números, em alguns anos até zeraram registro.

Essa concentração em meses quentes e festivos dialoga diretamente com Brito e Ferreira (2013, p. 216), que associam maiores taxas criminais a “datas festivas, como o Natal, final de ano, carnaval, férias e as maiores temperaturas”. A constatação de Anjos (2003) reforça a mesma lógica de sazonalidade.

Outro fator que se soma aos já descritos é a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Colíder no ano de 2011. A partir desse período, verificou-se um aumento expressivo no fluxo de migrantes oriundos de diversas regiões do país, o que desestabilizou a estrutura municipal, elevou preços de aluguéis, aumentou o custo de vida da população e sobrecarregou os serviços básicos da cidade.

Observa-se que, após 2011, passaram-se a concentrar a maior parte dos registros de homicídios. Aproximadamente 60% do total de crimes cometidos contra a vida entre 2006 e 2015 ocorreram no quinquênio de 2011 a 2015. Destaca-se que o ano de 2014, período em que se concluiu parte das obras da UHE Colíder, apresentou o maior número de homicídios da série histórica, coincidindo também com a fase de redução do quadro de funcionários e, consequentemente, com um aumento no número de desempregados.

Ainda que esses elementos apontem para um contexto de vulnerabilidade social e econômica, não é possível afirmar uma relação direta entre os homicídios e o desemprego resultante da finalização das obras. Essa cautela se justifica pelo fato de que, em 2007, anterior ao início da construção da usina, já haviam sido registrados números de homicídios semelhantes aos de 2014.

De todo modo, é importante considerar Cerqueira e Moura (2019) em um texto para discussão, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, identificam que um aumento de 1% na taxa de desemprego entre homens de 15 a 65 anos pode gerar um acréscimo de 1,8% nas taxas de homicídios. Assim, embora não seja possível estabelecer causalidade direta, a literatura reforça que a combinação de migração intensa, elevação do custo de vida e instabilidade no mercado de trabalho cria condições propícias ao crescimento da violência letal, como sugerem os dados observados no município.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise espaço-temporal dos homicídios no município de Colíder, desenvolvida a partir do método Regressivo-Progressivo, permitiu compreender a dinâmica da criminalidade letal em uma perspectiva que articula processos históricos, transformações socioeconômicas e variações conjunturais. A pesquisa bibliográfica realizada previamente foi essencial para fundamentar teo-

ricamente a interpretação dos dados, oferecendo suporte para correlacionar os números de homicídios com fatores estruturais, tais como migração, mercado de trabalho e o espaço enquanto elemento que ao mesmo tempo que é resultado também é condição para que as relações sociais aconteçam.

Os resultados evidenciaram uma condição endêmica de violência em Colíder, com taxas de homicídio que, em diversos momentos, superaram os limites estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde. Entre 2006 e 2015, o município apresentou flutuações significativas, com destaque para os anos de 2007, 2012 e 2014, quando as taxas ultrapassaram de forma expressiva o patamar de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

Em 2014, ano que coincide com a fase de conclusão da Usina Hidrelétrica de Colíder, registrou-se a maior taxa da série (29,38 por 100 mil), configurando um cenário de violência muito acima do limite tolerável segundo a OMS.

A elevação da criminalidade letal após 2011, período de instalação da UHE, sugere a influência de fatores como intenso fluxo migratório, aumento do custo de vida e sobrecarga dos serviços públicos. Embora não seja possível estabelecer uma relação causal direta entre a finalização das obras, o desemprego e o crescimento dos homicídios, a literatura indica que contextos de desorganização social e instabilidade econômica tendem a potencializar conflitos urbanos. A constatação de que aproximadamente 60% dos homicídios ocorreram entre 2011 e 2015 reforça essa hipótese, ainda que exija análises mais aprofundadas para confirmação.

Em síntese, os dados apontam que a violência em Colíder não é um fenômeno episódico, mas resultado de processos socioespaciais complexos, que envolvem tanto elementos estruturais, como crescimento populacional, transformações econômicas e fragilidade dos serviços públicos, quanto variáveis sazonais, a exemplo das festividades e do clima. Compreender essa realidade é fundamental para subsidiar políticas públicas de segurança, planejamento urbano e inclusão social, capazes de enfrentar as causas estruturais da criminalidade e reduzir as taxas de homicídios que, historicamente, mantêm-se acima dos parâmetros de segurança definidos em âmbito internacional.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, I. B. **Relação de elementos climáticos associados à criminalidade, saúde e rendimentos de grãos no Paraná**. 2003. 144 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/s/ogb/item/89118>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BATISTA, O. S. **Homicídios em Colíder-MT: uma análise no tempo e no espaço**. 2016. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológica, Universidade do Estado de Mato Grosso, Unemat, Colíder, 2016.

CADEMARTORI, A.C. **Notícias de Violência e Crime no Jornal Nacional: Do Medo do Crime ao Controle da Ordem**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10307/CADEMARTORI,%20ANA%20CAROLINA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. Ed. 34. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal**. Parte especial, v.2. 6ª ed. São Paulo.

CARMO, J. A. **Dinâmicas Sócio-Espaciais na Cidade de Rio Claro (SP): As Estratégias Econômicas, Políticas e Sociais na Produção do Espaço**. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro. 2006.

CERQUEIRA, D; MOURA, R. **Oportunidades laborais, educacionais e homicídios no Brasil**. Texto para discussão. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/683739f7-9d6c-4665-adc1-03f0feeb0d2>. Acesso em: 20 out. 2015.

DAHLBERG, L.L; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**. n. 11, 2006, s/p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>. Acesso em: 12 abr. 2016.

GOMES, C. A. C. Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 7, n. 11, Salvador, 2005 p. 57-67. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/97>. Acesso em: 12 abr. 2016.



HUGUES, P. J. A. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 4, São Paulo, out.-dez, 2004, p. 93-102. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a11v18n4.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE @ cidades. Colíder** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem\\_final/tab%20ela1\\_1\\_25.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tab%20ela1_1_25.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2015.

MARTINS, J. dos S. (Org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial para a prevenção da violência**, Genebra: OMS, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**. Washington DC, EUA: PNUD, 2015. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2015\\_ptBR.pdf](http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2015_ptBR.pdf). Acesso em: 03 mai. 2016.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência: Homicídios e juventude no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2014. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_AtualizacaoHomicidios.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf). Acesso em: 18 mar. 2016.

## CAPÍTULO 12

# **A INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES HUMANAS E OS IMPACTOS AMBIENTAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TELES PIRES – ITAÚBA, MATO GROSSO**

Talita Nogueira Morais de Oliveira

Judite de Azevedo do Carmo

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-C

### **INTRODUÇÃO**

As ações humanas, ao longo do tempo, têm interferido de maneira significativa na dinâmica natural dos cursos de água. Dependendo da intensidade e da natureza das atividades desenvolvidas nas bacias hidrográficas, podem ocorrer diferentes níveis de impactos ambientais e sociais.

O uso inadequado desse recurso natural intensifica os processos de degradação, seja pela expansão agropecuária, pela urbanização ou pela instalação de empreendimentos hidrelétricos. Essas atividades vêm modificando a paisagem e influenciando tanto a dinâmica hídrica quanto a organização social da região, especialmente a montante e a jusante do rio Teles Pires, um dos principais afluentes da bacia Amazônica.

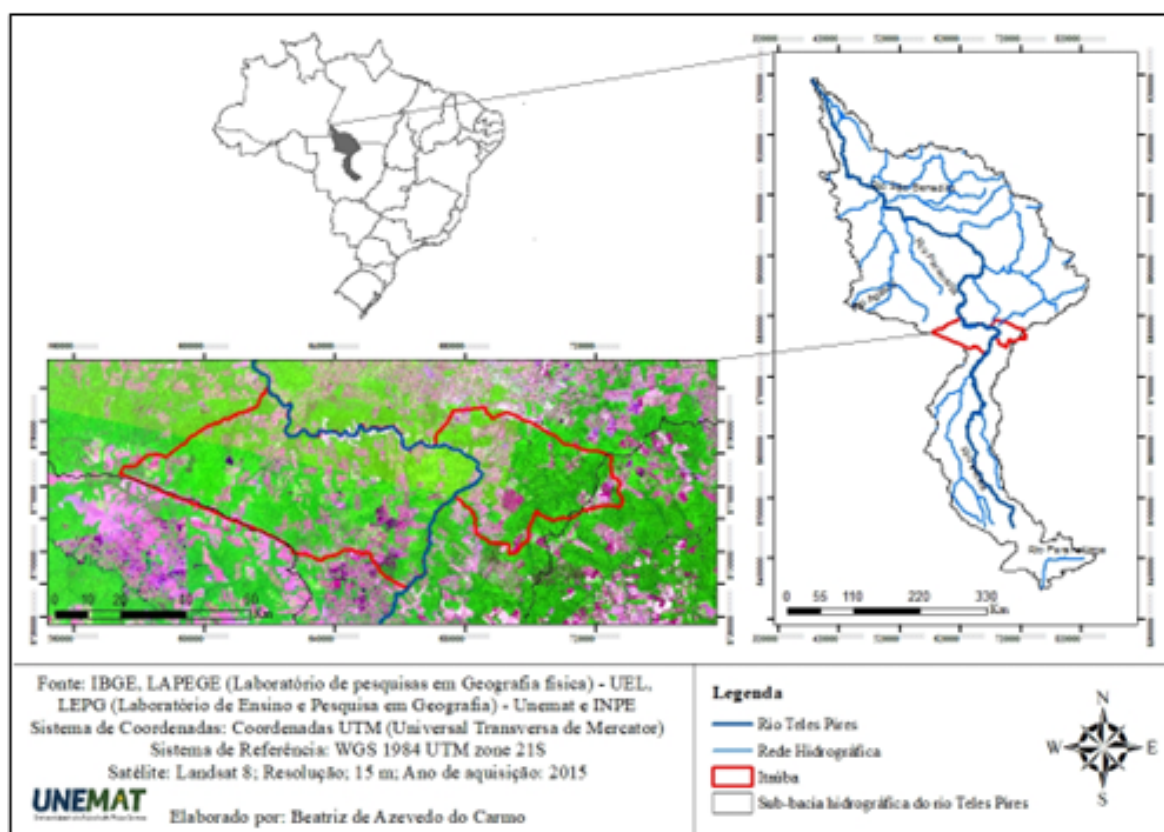
Em relação à implantação de hidrelétricas, Carmo e Carmo (2017) destacam a Usina Hidrelétrica de Colíder, que abrange os municípios de Nova Canaã do Norte, Itaúba, Colíder e Cláudia, todos em Mato Grosso. Esse exemplo evidencia o peso do interesse econômico sobre os recursos hídricos, ainda que a água seja um bem essencial à vida e, portanto, um recurso de valor inestimável. Ottoni e Ottoni (1999, p. 3731) já alertavam que, “apesar dessa importância da água, as ações do homem de forma desordenada acabam por degradar as bacias hidrográficas”.

Nos últimos anos, a bacia hidrográfica do rio Teles Pires tem enfrentado alterações associadas à urbanização, à agricultura e à pecuária, entre outras

práticas. A ação antrópica sobre o território impacta diretamente os corpos hídricos, repercutindo também na organização social local.

Diante disso, esta pesquisa tomou como espaço empírico de análise o município de Itaúba (Figura 1), localizado na bacia hidrográfica do rio Teles Pires, procurando responder às seguintes questões: quais são os tipos de uso e ocupação do solo no município de Itaúba? Quais os possíveis impactos desses usos na bacia hidrográfica do rio Teles Pires?

Figura 1 – Localização da área de estudo, Itaúba, Mato Grosso



Fonte: Organizado por Talita Nogueira Morais.

Para tanto, foi realizada a análise da evolução do uso e ocupação do solo no município de Itaúba, considerando o período de 2005 a 2015. A investigação contemplou ainda uma reflexão, à luz da revisão teórica, sobre os impactos ambientais e sociais decorrentes dessas práticas.

A escolha do tema justifica-se pela relevância da bacia do rio Teles Pires, considerada uma das principais do estado de Mato Grosso, com grande importância socioeconômica, ambiental e ecológica. Apesar disso, a

produção científica ainda é escassa, o que reforça a necessidade de estudos que subsidiem futuras pesquisas e possíveis propostas de gestão integrada para a bacia hidrográfica.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi desenvolvida a partir da combinação de procedimentos bibliográficos, documentais, trabalhos de campo e análises de dados espaciais, com o objetivo de compreender os impactos do uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do rio Teles Pires, no trecho correspondente ao município de Itaúba. Inicialmente, realizou-se a revisão bibliográfica em livros, artigos e periódicos científicos que abordam a temática, possibilitando reflexões à luz de teorias geográficas acerca das alterações ambientais decorrentes da ação humana.

Conforme apontam Lakatos e Marconi (2007), a pesquisa bibliográfica constitui um instrumento essencial para fundamentar a análise e subsidiar a interpretação dos impactos ambientais. Paralelamente, desenvolveu-se a pesquisa documental, que consistiu na consulta a arquivos públicos e documentos oficiais, entre eles leis, relatórios, registros institucionais e dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse levantamento possibilitou reunir informações sobre o uso do solo e a cobertura vegetal no município de Itaúba, nos anos de 2005 e 2015, evidenciando as transformações ocorridas no período.

Para a análise espacial, foram utilizadas imagens de satélite Landsat 5 (ano de 2005, composição 5,4,3) e Landsat 8 (ano de 2015, composição 6,5,4), processadas no *software* ArcGIS, o que permitiu mapear e quantificar as mudanças de cobertura vegetal no município. A utilização de geotecnologias foi fundamental para identificar áreas desmatadas e transformadas em usos agropecuários, urbanos ou de exploração madeireira, fornecendo subsídios visuais e quantitativos para a análise.

O trabalho de campo foi realizado com o intuito de complementar e validar as informações obtidas por meio da análise cartográfica e documental. Segundo Garcia *et al.* (2010), essa etapa estabelece a necessária relação entre teoria e realidade concreta, permitindo observar *in loco* processos que não podem

ser captados apenas por imagens de satélite. Assim, foram realizados registros fotográficos e observações diretas que serviram para confirmar as alterações verificadas nos mapas e dados estatísticos.

Por fim, procedeu-se à análise integrada dos dados obtidos, relacionando informações cartográficas, documentais e bibliográficas. Esse cruzamento de informações possibilitou compreender como os diferentes tipos de uso e ocupação do solo no município de Itaúba têm contribuído para impactos na bacia hidrográfica do rio Teles Pires, destacando tanto a intensificação de práticas agrícolas e pecuárias quanto a pressão exercida pela urbanização e pela exploração florestal.

## **PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE BACIAS HIDROGRÁFICAS E USO DO SOLO**

A bacia hidrográfica é compreendida como uma unidade territorial formada por um rio principal e seus afluentes, delimitada pelos divisores de água, na qual os fluxos pluviais superficiais e subterrâneos interagem diretamente com os fatores físicos, biológicos, sociais e econômicos. De acordo com Barrella (2001), trata-se de um conjunto de terras estruturado pela rede de drenagem, onde as águas das chuvas escoam superficialmente ou infiltram-se no lençol freático. Nesse sentido, Schiavetti e Camargo (2002) consideram a bacia a unidade mais adequada para o planejamento e gestão ambiental, visto que mudanças em qualquer parte dela podem gerar impactos significativos a jusante, alterando fluxos energéticos e processos geomorfológicos.

Historicamente, a ocupação humana sempre esteve ligada à disponibilidade hídrica. Bruni (1994) lembra que as populações buscavam se fixar onde houvesse abundância de água, essencial para a agricultura, alimentação e trocas comerciais, perspectiva também reforçada por Faber (2011). Esse processo se intensifica com a agricultura moderna, em que a interação entre sociedade e ambiente frequentemente provoca desequilíbrios na qualidade da água e do solo.

O uso e ocupação do solo, conforme Rosa (2007), consiste na forma como o espaço é apropriado e transformado pelo homem, resultando em conflitos de interesses entre conservação e exploração. As alterações em canais fluviais

decorrentes da urbanização, segundo Vieira e Cunha (2001), têm ampliado os problemas de erosão, assoreamento e inundações. Cunha (2010) acrescenta que as práticas agrícolas e pecuárias próximas às bacias impactam diretamente o solo, especialmente pela compactação causada pelo tráfego de máquinas e pelo pisoteio animal, que dificultam a infiltração da água e comprometem os lençóis freáticos (Stefanoski *et al.*, 2013).

As formas inadequadas de ocupação, como a retirada da cobertura vegetal, o uso intensivo de agroquímicos e a abertura de estradas sem manejo adequado, resultam em sérios danos ambientais (Castro e Santos, 2016). Além disso, Weatherhead e Howden (2009, apud Costa *et al.*, 2012) apontam que fatores como crescimento populacional, mudanças socioeconômicas e alterações climáticas intensificam as pressões sobre os recursos hídricos, especialmente quando somadas à supressão da mata ciliar.

O Código Florestal, Lei nº 12.651/2012, (Brasil, 2012) estabelece faixas de Áreas de Preservação Permanente (APPs) às margens de cursos d'água, justamente para reduzir tais impactos, mas a ocupação sem o controle devido, frequentemente desrespeita essas normas. Como consequência, há alteração da qualidade da água, aumento da temperatura dos rios e erosão das margens.

Diversos autores alertam para os impactos das atividades humanas sobre as bacias hidrográficas. Magalhães e Maia (2010) ressaltam que a agricultura junto às margens retira a vegetação natural e intensifica a erosão. Nascimento e Heller (2005) destacam que a urbanização produz impactos físicos, químicos e biológicos distintos, enquanto Coelho (2008) afirma que obras como barragens provocam mudanças significativas no regime hidrológico. Tais processos evidenciam o homem como agente geomorfológico central, responsável por intensificar os riscos e reduzir a qualidade ambiental (PBMC, 2013).

Nesse cenário, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) institui a bacia como unidade de estudo e gestão, buscando integrar ações de manejo sustentável. Para Souza e Fernandes (2000), o manejo integrado deve compatibilizar produção e preservação ambiental, reduzindo impactos negativos por meio de práticas adequadas e participativas. No entanto, como destaca Silva (2012), muitas vezes medidas paliativas são aplicadas

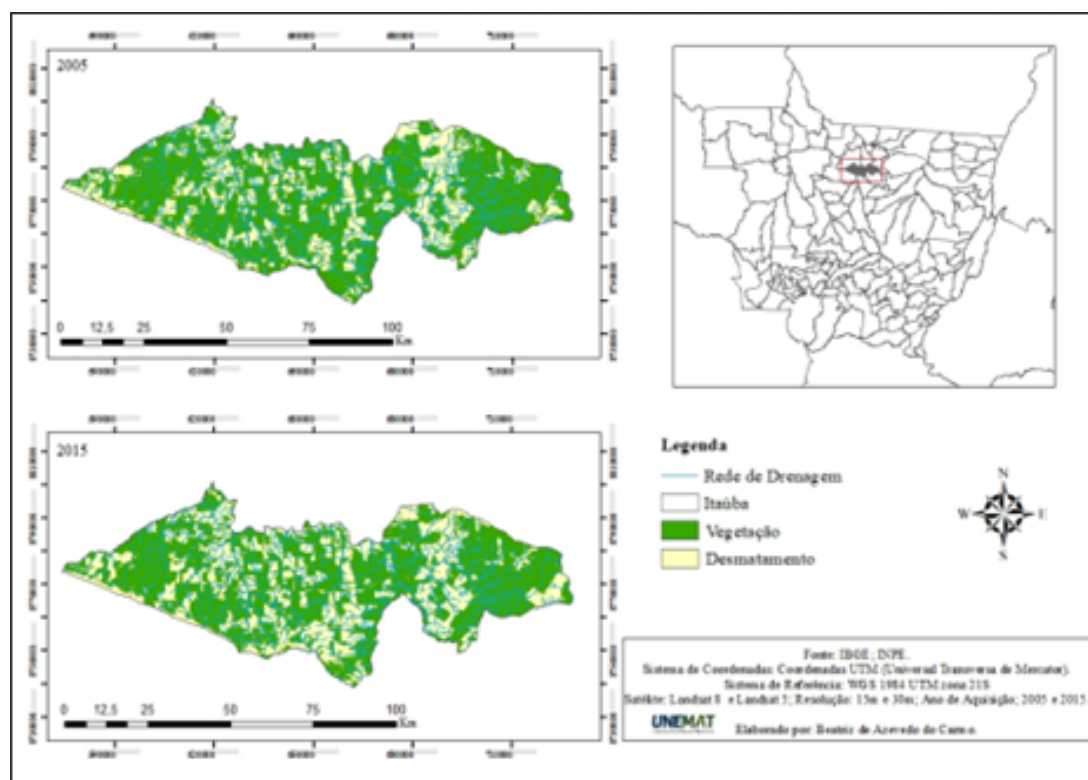
de forma equivocada, como o plantio de espécies exóticas com fins estéticos, que podem prejudicar espécies nativas.

Assim, a literatura evidencia que a expansão urbana, a agropecuária e os empreendimentos hidroenergéticos no Brasil têm gerado transformações profundas nas bacias hidrográficas, degradando seus recursos e comprometendo serviços ambientais essenciais (Tucci, 2006). A compreensão dos processos de uso e ocupação do solo, associada ao estudo das dinâmicas naturais, mostra-se indispensável para identificar os impactos socioambientais e propor formas de gestão sustentável.

## **DINÂMICAS DE USO DO SOLO E IMPACTOS NA BACIA DO RIO TELES PIRES**

A partir de dados obtidos por meio da análise temporal de imagem orbital entre 2005 e 2015 foi possível verificar que a cobertura vegetal do município diminuiu consideravelmente no período, como pode ser observado na figura (2) e tabela (1) que seguem.

Figura 2 – Cobertura Vegetal no município de Itaúba, Mato Grosso de 2005 a 2015



Fonte: Moraes (2018).

Tabela 1 – Cobertura vegetal e desmatamento em Itaúba, Mato Grosso de 2005 a 2015

| Cobertura Vegetal                 | 2005 (km2) | 2005 (%) | 2015 (km2) | 2015 ((%) |
|-----------------------------------|------------|----------|------------|-----------|
| Vegetação                         | 3173,09    | 70,06    | 2992,75    | 66,08     |
| Desmatamento                      | 1355,62    | 29,96    | 1536,01    | 33,91     |
| Extensão territorial do município | 4.521,79   |          |            |           |

Fonte: dados extraídos do ArcGIS no momento da elaboração do mapa de cobertura vegetal. A extensão territorial foi obtida no IBGE@idades. Adaptado de Moraes (2018).

Os dados apresentados na figura (2) e na tabela (1) mostram que a cobertura vegetal diminuiu de 3.173,09 km<sup>2</sup> (70,06%) em 2005 para 2.992,75 km<sup>2</sup> (66,08%) em 2015, representando um aumento do desmatamento de cerca de 181 km<sup>2</sup> (Tabela 1). Esse processo ocorreu sobretudo nas margens do rio Teles Pires, destacando a conversão de áreas de floresta em lavouras mecanizadas de soja e milho, além da abertura de pastagens. Segundo Silva (2011), essa transformação reflete a lógica capitalista de apropriação da natureza, em que o trabalho humano converte o meio natural em mercadoria.

A urbanização, as atividades agropecuárias, a extração vegetal madeireira e a instalação de empreendimentos hidrelétricos configuram-se como os principais vetores de transformação do município de Itaúba, influenciando diretamente a dinâmica da bacia hidrográfica do rio Teles Pires.

Em 2018, a área urbana de Itaúba se apresentava com uma área significativa (Figura 3), reforçando a pressão sobre os ecossistemas. Tal fenômeno é explicado por Oliveira Neto e Carmo (2017), que discutem a contradição entre crescimento urbano e preservação ambiental, evidenciando que leis e diretrizes ambientais nem sempre são aplicadas de forma efetiva.



Figura 3 – Área urbana do município de Itaúba - Mato Grosso (2018)



Fonte: Moraes (2018).

No que se refere à população, houve oscilações significativas entre 1991 e 2025, como pode ser observado na tabela (2).

Tabela 2 – População do município de Itaúba, Mato Grosso.

| <b>Ano</b> | <b>Urbana</b> | <b>Rural</b> | <b>Total</b> |
|------------|---------------|--------------|--------------|
| 1991       | 2.062         | 5.081        | 7.143        |
| 2000       | 4.876         | 3.689        | 8.565        |
| 2005*      | -             | -            | 6.383        |
| 2010       | 3.714         | 861          | 4.575        |
| 2015*      | -             | -            | 4.013        |
| 2025*      | -             | -            | 5.201        |

Fonte: Censos demográficos do IBGE. Adaptado de Moraes (2018).

\*Estimativa populacional IBGE

Em Itaúba o número de habitantes não apresenta um valor considerável de população, em se tratando de um município ocupado às margens da rodovia BR-163. Houve, porém um crescimento nos anos de 1991, devido às atividades madeireiras que eram intensas nessa região. No ano de 2000 elevou-se a população; porém, registrou-se uma queda acentuada nos anos seguintes, especialmente em 2010, em função da crise no setor madeireiro.

No ano de 2015 a população do município teve uma redução importante e em 2025 volta a crescer, evidenciando uma oscilação no número populacional no período expresso na tabela (2).

Oliveira Neto e Carmo (2017, p. 2) chamam a atenção para o fato de que a relação da produção do espaço urbano e interesse ambiental tem sido alvo de debates acadêmicos e que o Brasil tem progredido na questão da legislação ambiental, “criando diretrizes, dispositivos regulatórios e mecanismos de gestão, principalmente para esfera municipal, objetivando o desenvolvimento urbano em simetria com a preservação ambiental”.

Entretanto, os autores citados, fazem ressalvas de que apenas a elaboração de documentos oficiais, leis, dentre outros, “não garante a integralidade e preservação desses ambientes, a atuação do poder público é proeminente para o cumprimento das normas referentes ao tema” (Oliveira Neto e Carmo, 2017, p. 2).

Por outro lado, se o número de habitantes não teve um aumento considerável, os valores de áreas utilizadas para produção agrícola e pecuária cresceram significativamente. Todavia a modernização da agricultura contribui para que mais áreas sejam plantadas mesmo que o custo seja elevado; porém, com uma produtividade cada vez maior (Tabela 3).

Tabela 3 – Área de plantio das principais culturas exploradas por hectares (ha) em Itaúba, Mato Grosso

| <b>Cultura</b> | <b>2005</b>   | <b>2010</b>   | <b>2015</b>   |
|----------------|---------------|---------------|---------------|
| Abacaxi        | -             | -             | 6             |
| Arroz          | 13.337        | 2.300         | 2.000         |
| Cana de açúcar | 10            | 10            | 15            |
| Feijão         | 50            | 20            | 105           |
| Mandioca       | 40            | 70            | 100           |
| Milho          | 4.900         | 3.250         | 8.300         |
| Soja           | 22.580        | 7.500         | 32.000        |
| Melancia       | -             | -             | 10            |
| Melão          | -             | -             | 10            |
| <b>Total</b>   | <b>40.917</b> | <b>13.150</b> | <b>42.546</b> |

Fonte: Moraes (2018).

A produção agrícola intensificou-se com destaque para a soja, que ocupava 22.580 ha em 2005, caiu para 7.500 ha em 2010, mas alcançou 32.000 ha em 2015 (Tabela 3). O milho também cresceu no período, chegando a 8.300 ha em 2015, enquanto o arroz declinou drasticamente de 13.337 ha (2005) para 2.000 ha (2015). Esses dados revelam o processo de modernização agrícola associado ao agronegócio, que tende a privilegiar monocultivos mecanizados, reforçando a dependência da economia local de *commodities* voltadas ao mercado global (Filho e Costa, 2016).

Em relação à extração vegetal madeireira e não madeireira, os dados estão apresentados na tabela (4).

Tabela 4 – Extração vegetal e silvicultura em Itaúba – Mato Grosso - Produção por tonelada (T) e metros cúbicos (M<sup>3</sup>)

| <b>Alimentícios</b> | <b>2005</b>             | <b>2010</b>            | <b>2015</b>             |
|---------------------|-------------------------|------------------------|-------------------------|
| Castanha-do-Brasil  | 29(t)                   | 300(t)                 | 388(t)                  |
| <b>Madeira</b>      | <b>2005</b>             | <b>2010</b>            | <b>2015</b>             |
| Carvão vegetal      | 29(t)                   | 9.536(t)               | 2.761(m <sup>3</sup> )  |
| Lenha               | 6.240(m <sup>3</sup> )  | 3.128(m <sup>3</sup> ) | -                       |
| Madeira em tora     | 90.708(m <sup>3</sup> ) | 2.096(m <sup>3</sup> ) | 20.125(m <sup>3</sup> ) |

Fonte: IBGE@ Cidades. Adaptado de Moraes (2018).

A retirada de madeira em tora caiu de 90.708 m<sup>3</sup> (2005) para 20.125 m<sup>3</sup> (2015) (Tabela 4). Tal redução está relacionada tanto ao esgotamento do recurso quanto ao fortalecimento da fiscalização ambiental (Castelo, 2015). Por outro lado, a produção de castanha-do-Brasil cresceu, alcançando 388 toneladas em 2015, consolidando Itaúba como a “Capital Mato-grossense da Castanha” (Tonini *et al.*, 2017). É importante ressaltar que essa atividade é visualizada na paisagem da cidade, especialmente às margens da BR-163, onde se localizam barracas de comercialização do produto (Figura 4).

Figura 4 - Comercialização da castanha-do-Brasil às margens da BR-163, Itaúba, Mato Grosso



Fonte: Moraes (2018).

No caso da extração vegetal madeireira, houve um aumento da extração de carvão vegetal de 29t em 2005 para 9.536t em 2010, não há registros sobre o ano de 2015. A retirada da vegetação para extração de lenha registrou uma diminuição, passando de 6.240(m<sup>3</sup>) em 2005 para 3.128(m<sup>3</sup>) 2010 para então 2.761(m<sup>3</sup>) em 2015. A extração da madeira em tora diminuiu significativamente no período. Vale ressaltar que a extração vegetal é uma das atividades econômicas mais importantes na região amazônica e está associada historicamente ao desmatamento das florestas (Castro, 2005).

Na pecuária, embora Itaúba tenha registrado em 2005 um rebanho de 141.865 bovinos, esse número caiu para 103.129 em 2015 (Tabela 5). Apesar disso, a atividade continua ocupando grandes extensões de terra, reforçando a lógica de desmatamento para abertura de pastagens (MMA, 2006). Outras criações, como galináceos, suínos e ovinos, também apresentaram declínio, refletindo a centralidade da pecuária bovina.

Tabela 5 – Atividade pecuarista em Itaúba (Mato Grosso – Principais espécies animais.

| <b>Espécie</b> | <b>2005</b> | <b>2015</b> |
|----------------|-------------|-------------|
| Asinino        | 13          | -           |
| Bovino         | 141.865     | 103.129     |
| Bubalino       | -           | 103         |

|                      |        |       |
|----------------------|--------|-------|
| Caprino              | 198    | 16    |
| Equino               | 1.326  | 1.342 |
| Galináceo (Galinhas) | 49.862 | 5.512 |
| Muare                | 471    | -     |
| Ovinos               | 1.235  | 955   |
| Suínos               | 2.182  | 642   |

Fonte: IBGE Cidades, Produção da Pecuária Municipal. Adaptado de Moraes (2018).

Outra atividade que merece ser mencionada é a aquicultura. A quantidade de pescado varia conforme a espécie. Em 2015 registrou-se 1.818 kg de produção de piau, piapara, piaçu e piava, já o pintado, cachara, cachapira e pintachara e surubim registraram 11.100 kg, pirapitinga 7.000 kg, tambacu e tambatinga de 17.400 kg.

Por meio da análise dos dados de população e de atividades econômicas no município, pode-se inferir que as práticas de pecuária e de agricultura (principalmente criação de bovinos e produção de soja, respectivamente) vem tomando espaço e cada vez mais se intensificando. Em contrapartida esse avanço sem controle pode trazer prejuízos à bacia hidrográfica do rio Teles Pires.

Os impactos socioambientais resultantes dessas práticas são múltiplos. O desmatamento nas margens dos rios compromete a qualidade da água, aumenta a erosão e intensifica o assoreamento, além de colocar em risco a biodiversidade aquática e a saúde das populações locais, devido ao uso de insumos agrícolas e agrotóxicos (Magalhães e Maia, 2010; Castro e Santos, 2016).

A urbanização sem um controle que vise a preservação e conservação da natureza, associada à abertura de estradas como a BR-163, potencializou a pressão sobre a floresta e facilitou o avanço da fronteira agropecuária (Fernandes *et al.*, 2015).

A análise demonstra, portanto, que a intensificação do uso do solo em Itaúba segue a lógica de apropriação econômica imediata, frequentemente em desacordo com a função socioambiental prevista na legislação brasileira. Como destaca Carmo (2006), os agentes econômicos orientam a transforma-

ção do espaço em busca da reprodução ampliada do capital, o que resulta em impactos ambientais profundos e muitas vezes irreversíveis.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de fortalecer a gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Teles Pires, articulando políticas públicas de ordenamento territorial, fiscalização ambiental e incentivo a práticas sustentáveis. A análise realizada neste estudo evidencia que, sem tais medidas, a degradação ambiental e a vulnerabilidade socioeconômica tenderão a se intensificar, comprometendo não apenas os recursos naturais, mas também a qualidade de vida das populações locais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu compreender como o uso e a ocupação do solo no município de Itaúba pode produzir impactos significativos na bacia hidrográfica do rio Teles Pires. Verificou-se que práticas ligadas à agricultura mecanizada, à pecuária extensiva, à exploração vegetal e à expansão urbana configuram-se como os principais vetores de transformação da paisagem, repercutindo diretamente sobre os recursos hídricos e a qualidade ambiental.

Os dados demonstraram que, entre 2005 e 2015, a cobertura vegetal sofreu redução considerável, com aumento do desmatamento e substituição de áreas florestais por lavouras de soja e milho, além da abertura de pastagens. Esses processos podem contribuir para a degradação das margens do rio, para o assoreamento e para a contaminação da água por insumos agrícolas, ampliando riscos socioambientais que afetam não apenas o ecossistema, mas também a saúde da população local.

Embora a produção extrativista não madeireira, como a coleta da castanha-do-Brasil, apresente crescimento e configure uma alternativa econômica importante para a região, ainda prevalece a lógica de exploração baseada na supressão da vegetação nativa e na priorização de monocultivos voltados ao mercado externo. Isso reforça a contradição entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, evidenciando a insuficiência de políticas públicas e da aplicação efetiva da legislação ambiental existente.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível fortalecer a gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Teles Pires, articulando ações de ordenamento territorial, fiscalização ambiental, incentivo a práticas sustentáveis e participação social. A preservação das áreas de mata ciliar, a recuperação de ambientes degradados e a valorização de atividades extrativistas sustentáveis podem constituir caminhos para conciliar uso econômico do território e conservação ambiental.

## **REFERÊNCIAS**

BARRELLA, W.; PETRERE JR, M.; SMITH, W. S. & MONTANG, L. F. DE. A. 2000. As relações entre as matas ciliares os rios e os peixes. *In*: RODRIGUES, R.R.; LEITÃO FILHO; H.F. (Ed.) **Matas ciliares: conservação e recuperação**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.651** de 25 de Maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Lei nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília. Maio. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm). Acesso em: 27 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.433** de 08 de Janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei.º 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília. Jan. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm). Acesso em: 11 maio. 2018.

BRUNI, J. C. A água e a vida. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, 5 (1-2), p. 53-65. São Paulo, 1993. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/84942>. Acesso em: 20 set. 2025.

CARMO, J. A. **Dinâmicas Sócio-Espaciais na Cidade de Rio Claro (SP): As Estratégias Políticas, Econômicas e Sociais na Produção do Espaço**. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Rio Claro, 2006.

CARMO, B. A.; CARMO, J. A. Segregação e fragmentação urbana em pequenas cidades: análise do residencial urbano Carapá em Colíder (MT). **Geografia**. v. 26. n. 41, p. 1017 -1030, Londrina, 2017.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEN**, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005.

CASTRO, R. A.; SANTOS, O. C. O. Atividades econômicas e alterações no uso e ocupação do solo na bacia do córrego Água Branca, Açailândia (MA). **Caminhos de Geografia**. Uberlândia – MG. v. 17, n. 57. p. 212–221. Mar/2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>. Acesso em: 03 abr. 2017.

COELHO, A. L. N. Geomorfologia fluvial de rios impactados por barragens. **Caminhos de Geografia** -revista online. Uberlândia -MG. v. 9, n. 26 Jun/2008 p. 16 –32. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 14 dez. 2016.

COSTA, C. W.; DUPAS, F. A.; PONS, N. A. D. Regulamentos de Uso do Solo e Impactos Ambientais: Avaliação Crítica do Plano Diretor Participativo do Município de São Carlos, SP. **Geociências**, v. 31, n. 2, p.143-157, 2012. Disponível em: [www.revistageociencias.com.br/31\\_2/Art01\\_Costa\\_et\\_al.pdf](http://www.revistageociencias.com.br/31_2/Art01_Costa_et_al.pdf). Acesso em 10 fev. 2018.

CUNHA, S. B. Morfologia dos canais urbanos nos trópicos úmidos: a experiência no Brasil. In: VI SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA -II SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA. **Anais [...]**. Rio de Janeiro. Maio, 2010.

FABER, M. **A importância dos rios para as primeiras civilizações**. História ilustrada, vol. 2. 1ª edição. São Paulo, agosto 2011. Disponível em: [https://www.historialivre.com/antiga/importancia\\_dos\\_rios.pdf](https://www.historialivre.com/antiga/importancia_dos_rios.pdf). Acesso em: 20 jun. 2018.

FILHO, A. C.; COSTA, K. **A expansão da soja no cerrado: caminhos para a ocupação territorial, uso do solo e produção sustentável**. São Paulo: Agroicone, INPUT, 2016.

GARCIA, T. S.; BARCELOS, H. M. O.; COSTA, R. A. As interfaces do trabalho de campo como ferramenta Pedagógica na graduação em Geografia. In: X-VI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS. **Anais [...]**. Porto Alegre – RS, p.01-09, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Banco de Dados: cidades IBGE 2017**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/itauaba/pesquisa/23/37625?detalhes=true>. Acesso em: 21 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. 2005;2010;2015: Itauába - Mato Grosso. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/itauaba/pesquisa/18/16459?ano=2015>. Acesso em: 21 fev. 2018.



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAGALHÃES, H; MAIA, R. Problemática e análise da erosão das margens de um curso de água. Exemplo de aplicação ao rio Neiva. In: 5º JORNADAS DE HIDRÁULICA, RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE – FEUP. **Anais [...]**. Porto – PT, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Caderno da Região Hidrográfica Amazônica**. Secretaria de Recursos Hídricos - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. – Brasília: MMA, nov. 2006.

MORAIS, T. N. O espaço e o tempo do uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do rio Teles Pires em seu trecho no município de Itaúba – Mato Grosso. 2018. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018.

NASCIMENTO, N. O.; HELLER, L. Ciência, tecnologia e inovação na interface entre as áreas de recursos hídricos e saneamento. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 10, n. 1, p. 36-48, 2005.

OLIVEIRA NETO, V. P.; CARMO, J. A. A relação espaço urbano e degradação ambiental em cidades de pequeno porte. In: 8ª JORNADA CIENTÍFICA DA UNEMAT, **Anais [...]**. v. 8, 2017,. Cáceres/MT p. 1-5. Disponível em: <http://siec.unemat.br/anais/!default/impressao-pdf.php?r=OTM1OA==&i=NTU2MTc=&p=L0FycXVpdm9zL2NvcnJpZ2lk3MvMTQyNTU2MTU2MTcucGRm&y=MA==&v=MA==&d=SQ==&cache=1526088992>. Acesso em: 11 mai. 2018.

OTTONI, A. B.; OTTONI, A. B. A Importância da Preservação dos Mananciais de Água para a Saúde e Sobrevivência do Ser Humano. In: 200 CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 1999. p. 3731-3737.

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Impactos, vulnerabilidade e adaptação. Rio de Janeiro, 2013.

ROSA, Roberto. **Introdução ao sensoriamento remoto**. Uberlândia: UFU, 2007.

SCHIAVETTI, A.; CAMARGO, A, F, M. **Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações**. -Ilhéus, BA: Editus, 2002.

SILVA, D. A. C. Política Florestal e de Proteção Ambiental no Brasil. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**. Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Número IV, p. 60-63. Jul-dez., 2011

SILVA, S. F. D. **Dinâmica Fluvial do Rio Paraguai no segmento entre Furado do Touro e Passagem Velha, Pantanal de Cáceres –Mato Grosso**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) –Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2012.

SOUZA, E. R.; FERNANDES, M. R. Sub-bacias hidrográficas: unidades básicas para o planejamento e a gestão sustentáveis das atividades rurais. **Inf. Agropec.**, Belo Horizonte, p.15- 20, 2000.

STEFANOSKI, D. C.; SANTOS, G. G.; MARCHÃO, R. L.; PETTER F. A.; PACHECO, L. P. Uso e manejo do solo e seus impactos sobre a qualidade física. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**. Campina Grande, PB, UAEA/UFCG , v.17, n.12, p.1301–1309, 2013.

TONINI, H.; BALDONI, A. B.; HOOGERHEIDE, E. S. S.; BOTELHO, S. C. C. Caracterização e rentabilidade do sistema extrativista da castanha-do-brasil praticado em Itaúba (MT). **Nativa Pesquisas Agrárias e Ambientais**. Sinop, v.5, n.3, p.175-181, mai./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/nativa/article/view/4418>. Acesso em: 10 mai. 2018.

TUCCI, Carlos E. M. Água no meio urbano. *In*: REBOUÇAS, Aldo da C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. 3 ed. rev., ampl. São Paulo: Escrituras Editora, 2006. .

VIEIRA, V.; CUNHA, S. B. Mudanças na rede de drenagem urbana de Teresópolis (RJ). *In*: Guerra, A. J. T. e Cunha, Sandra B. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2001, p. 111-145.

## CAPÍTULO 13

# SETOR DE EVENTOS EM COLÍDER, MATO GROSSO: ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Wellington Santos do Carmo

Judite de Azevedo do Carmo

Beatriz de Azevedo do Carmo

Karine Fernanda Nascimento Azevedo

Doi: 10.48209/978-65-5417-650-D

## INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo analisar a importância dos eventos sociais e de toda a sua estrutura, relacionando a realização desses eventos à criação de empregos e, sucessivamente, à geração de renda e ao desenvolvimento local. Conforme o Dicionário Aurélio (Ferreira, 2010), desenvolvimento é o “ato, processo ou efeito de desenvolver-se”. Com base nesse conceito, infere-se que, quando uma localidade se desenvolve, cria condições positivas para sua população. O desenvolvimento local, segundo Ribeiro (2007, apud Brito *et al.*, 2015), pode ser compreendido como um processo que reativa a economia e dinamiza a sociedade local.

Brito (2005, apud Brito *et al.*, 2015, p. 124) define o desenvolvimento local como “um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais a uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social”, o que pode contribuir para a geração de renda e de emprego.

Senhoras (2007, p. 6) ressalta que os processos de desenvolvimento local têm, entre seus principais objetivos, a mobilização dos pontos fortes de cada localidade “para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes”. Para que tal desenvolvimento se efetive, é necessária a articulação entre instituições de diferentes naturezas, de modo que os protagonistas do desenvolvi-

mento sejam os atores locais, reconhecendo-se a importância do poder local. O desenvolvimento apenas se consolida quando as potencialidades endógenas são valorizadas e organizadas de modo a projetar melhores perspectivas econômicas (Senhoras, 2007).

Nessa direção, o desenvolvimento local deve contemplar todos os envolvidos. Paula (2008, p. 7) sustenta que não há possibilidade de desenvolvimento sem organização, participação e empoderamento da população. Destaca-se, portanto, a relevância de estimular o desenvolvimento local como promotor da geração de emprego e renda, aliado à justiça social e à preservação da natureza.

Os eventos sociais sobressaem como uma via de desenvolvimento local. Meirelles (1999) os caracteriza como instrumento institucional e promocional que utiliza a comunicação dirigida, com o objetivo de criar conceitos e estabelecer a imagem de organizações e de outros agentes, por meio de um acontecimento previamente planejado e realizado em um período determinado.

O conceito de evento relaciona-se a suas características e a seu público-alvo. Kunsch (2003) observa que os eventos constituem meios de comunicação dirigida que aproximam a organização do evento do público participante. De modo sintético, evento pode ser entendido como uma reunião de pessoas para determinado fim, com data e local previamente definidos e com objetivos a serem alcançados.

Albuquerque (2004) classifica os eventos por área de interesse: artística, científica, cultural, educativa, cívica, política, governamental, empresarial, de lazer, social, desportiva, religiosa, beneficente e turística, cada qual com objetivos e características próprios, além de tipologias estruturais de pequeno, médio e grande porte.

À luz desses referenciais, definiram-se como recorte empírico as empresas de eventos do município de Colíder, localizado ao norte do estado de Mato Grosso, às margens da rodovia MT-320, com o propósito de analisar de que maneira tais empresas contribuem para a geração de emprego e para o desenvolvimento local.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa desenvolvida adotou uma abordagem quanti-qualitativa, articulando revisão bibliográfica, dados primários e evidências descritivas para analisar como o setor de eventos sociais se relaciona à geração de emprego, renda e dinamização econômica local. O delineamento apoia-se na triangulação entre referencial teórico, indicadores coletados em campo e interpretação contextual, assegurando base analítica para discutir desenvolvimento local e relações entre setor de eventos e geração de emprego e renda.

O recorte espacial é o município de Colíder (MT). O universo considerado compreende 15 empresas prestadoras de serviços para eventos (cerimonial, decoração, fotografia/filmagem, sonorização/atrações, buffet, confeitaria, garçons, locação de materiais etc.). A amostragem foi de caráter não probabilístico por conveniência, concentrou-se em empresas ativas no período de coleta. O questionário foi composto por questões fechadas e abertas sobre a estrutura necessária para a realização dos eventos, quantos empregos diretos e indiretos são gerados.

O instrumento de coleta consistiu em questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, aplicado presencialmente a proprietários(as)/gestores(as), contemplando caracterização do negócio, dinâmica de atendimento, gestão de pessoas (empregos fixos e temporários, formas de contratação e pagamento) e parâmetros econômicos básicos. As respostas foram analisadas de forma global, de maneira a preservar o anonimato e o uso exclusivamente acadêmico.

Os dados quantitativos foram sintetizados em gráficos e tabelas; as respostas abertas foram categorizadas tematicamente para complementar a leitura quantitativa. A qualidade analítica foi reforçada por padronização do instrumento, checagem interna e triangulação com a literatura. Reconhecem-se limitações: amostra não probabilística, recorte temporal pré-pandemia, informalidade no setor e escassez de séries oficiais desagregadas. Ainda assim, os achados cumprem o objetivo exploratório e sustentam recomendações para formalização, qualificação e melhoria das condições de trabalho no setor.

## DESENVOLVIMENTO LOCAL E O MERCADO DE EVENTOS: CONCEITOS, TIPOLOGIAS E IMPACTOS ECONÔMICOS

O desenvolvimento local é compreendido como um processo que vai além do simples crescimento econômico, envolvendo a mobilização das potencialidades de um território para a geração de bem-estar social, fortalecimento da economia e inclusão da população. Mais do que aumentar índices de Produto Interno Bruto (PIB), trata-se de promover condições que elevem a qualidade de vida, valorizem o capital humano e fortaleçam as redes sociais e produtivas (Senhoras, 2007; Brito *et al.*, 2015).

Essa perspectiva reconhece que políticas de crescimento, quando restritas a indicadores econômicos, não garantem distribuição de renda nem a redução das desigualdades, exigindo estratégias que articulem governo, empresas e sociedade civil na construção de oportunidades duradouras. Paula (2008) resalta que esse processo depende do equilíbrio entre quatro dimensões: capital humano, social, empresarial e natural, o que inclui a preservação dos recursos ambientais e a participação ativa da comunidade.

A geração de emprego e renda é um dos pilares centrais desse desenvolvimento. No Brasil, a trajetória histórica das políticas trabalhistas revela avanços tardios e fragilidades na formalização do trabalho (Cardoso Júnior *et al.*, 2006), resultando em altos índices de informalidade e em contratações precárias. Diante desse cenário, atividades ligadas ao setor de serviços tornam-se estratégicas por sua capacidade de absorver mão de obra, diversificar receitas e estimular economias locais. Nesse contexto, os eventos sociais despontam como um campo promissor para a criação de postos de trabalho e para a circulação de capital em escala municipal e regional.

Os eventos acompanham a história da humanidade como espaços de encontro, celebração e intercâmbio econômico e cultural, evoluindo de rituais religiosos e feiras populares para sofisticadas estratégias de comunicação e *marketing* (Meirelles, 1999; Britto e Fontes, 2002). Atualmente, eles são reconhecidos como instrumentos de promoção de marcas, produtos, serviços e identidades culturais, ao mesmo tempo em que movimentam cadeias produti-

vas ligadas ao turismo, à alimentação, ao vestuário, à hotelaria, ao transporte e à estética (Calino *et al.*, 2014). As tipologias de eventos abrangem desde encontros científicos, corporativos e governamentais até festividades sociais, como casamentos, aniversários e *shows*, cada qual exigindo níveis distintos de planejamento, infraestrutura e especialização profissional. Essa diversidade amplia as possibilidades de contratação de mão de obra direta e indireta, estimulando a profissionalização e a inovação no setor.

No Brasil, o mercado de eventos consolidou-se como um dos segmentos mais dinâmicos da economia nas últimas décadas. Pesquisas da Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) indicam que, entre 2001 e 2013, o setor cresceu cerca de 80%, movimentando bilhões de reais em impostos e representando aproximadamente 4% do PIB nacional. Em 2013, foram realizados quase 600 mil eventos em todo o país, reunindo mais de 200 milhões de participantes e gerando cerca de 7,5 milhões de empregos, entre diretos, terceirizados e indiretos. Essa expansão evidencia a força do setor como gerador de renda e dinamizador da economia, uma vez que sua realização estimula gastos com hospedagem, alimentação, transporte e serviços complementares, além de criar um efeito multiplicador que fortalece o comércio e os serviços locais.

Apesar do potencial econômico, o setor enfrenta desafios significativos, entre os quais se destacam a informalidade e a predominância de contratações temporárias sem garantias trabalhistas. Tais características limitam a contribuição dos eventos para o desenvolvimento humano e social, demandando políticas públicas de incentivo à formalização, à qualificação profissional e à adoção de práticas mais sustentáveis.

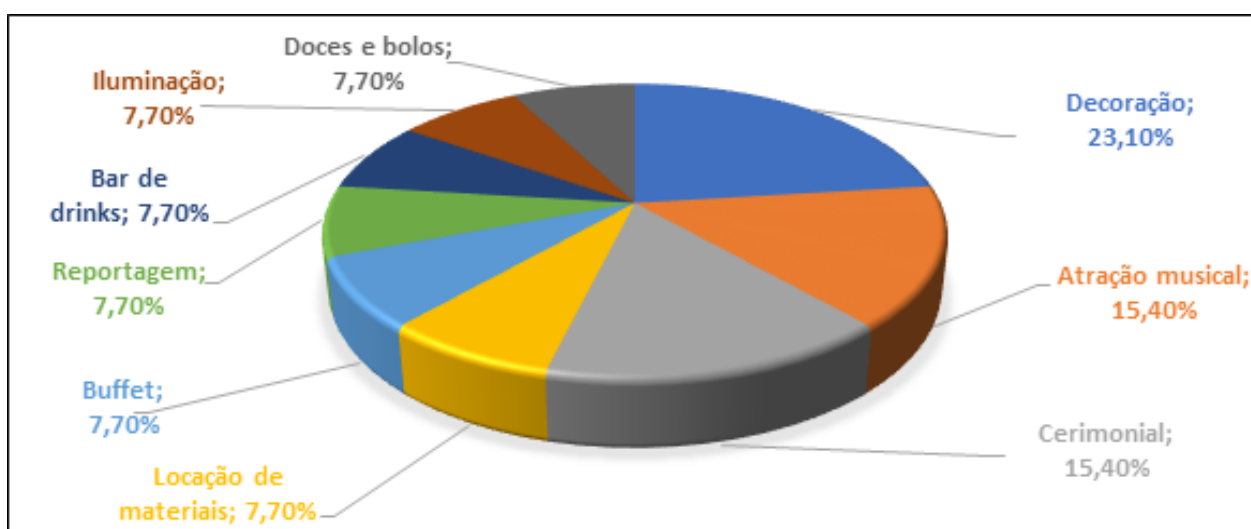
À luz desse referencial, o caso das empresas de eventos sociais em Colíder-MT exemplifica como a atividade pode impulsionar a geração de renda, fortalecer o comércio e ampliar a visibilidade econômica de uma localidade, mesmo diante de obstáculos como a informalidade e a concentração de renda. O mercado de eventos, ao mobilizar atores locais e regionais, revela-se um importante vetor de dinamização econômica e social, confirmando seu papel estratégico para o desenvolvimento local quando articulado a políticas que ampliem sua capacidade de gerar empregos formais e melhorar a qualidade de vida da população.

## EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E REFLEXÕES SOBRE O SETOR DE EVENTOS DE COLÍDER, MATO GROSSO

Até o ano de 2019, estimava-se que na cidade de Colíder existiam em média de 20 a 30 empresas especializadas em atendimento a eventos sociais dos mais diversos segmentos. Com base em dados de campo, foi identificado que as empresas possuem os seguintes perfis: serviços de cerimonial, decoração, iluminação, reportagem (fotografia e filmagem), sonorização e atrações musicais, *buffet*, atendimento de bares de *drinks*, fabricação e montagem de bolos e doces, serviços de garçons e locação de materiais e utensílios.

No gráfico 1, é possível observar como esse setor de serviços, voltado para o mercado de eventos se comporta na cidade em questão.

Gráfico 1 – Segmento de eventos das empresas pesquisadas em Colíder, Mato Grosso, para o ano de 2019



Fonte: Adaptado de Carmo (2019).

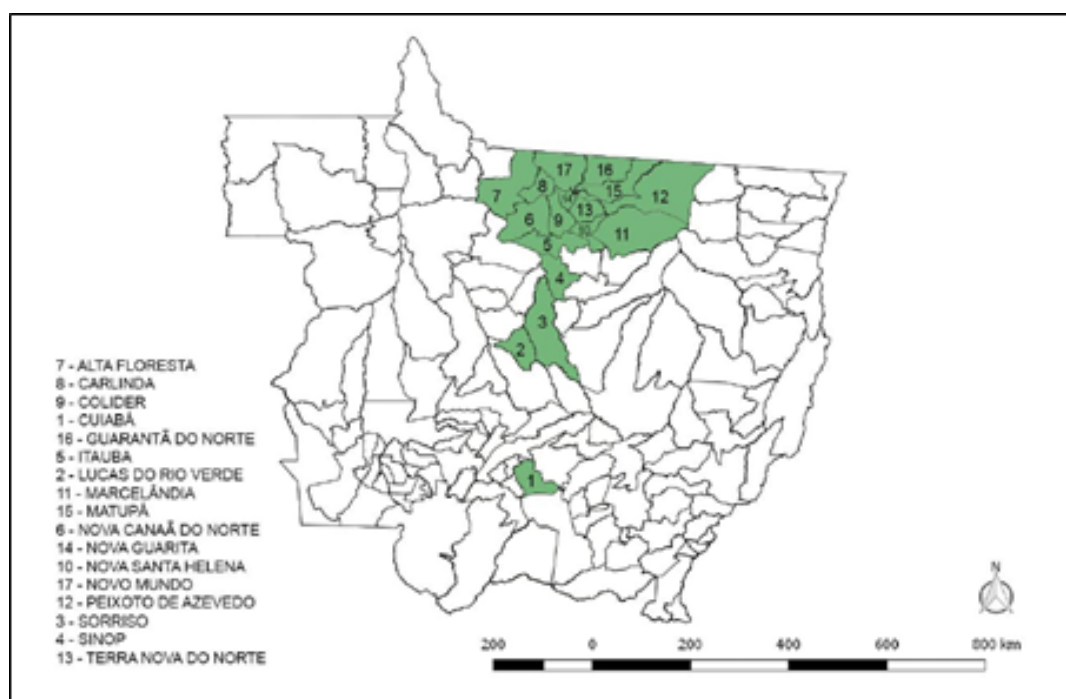
As empresas consideradas na pesquisa desempenham serviços distintos, entretanto, possuem uma agenda e perfil de atendimento semelhantes, em sua maioria realizam de dois a cinco eventos por mês, o que corresponde a 53,8% dos questionados, em contrapartida 38,5% realizam de cinco a oito eventos por mês, e 7,7% atendem a mais de oito eventos por mês. Entre as empresas pesquisadas, nenhuma delas possui em sua estrutura física um barracão próprio para a realização de eventos contratados, sendo necessário re-



correr a contratação terceirizada. Essa terceirização se divide de duas formas, a maioria (92,9%) por meio de aluguel de locais privados e a minoria (7,1%) utiliza espaços públicos.

Com relação a atuação dessas empresas, é relevante destacar que 100% das entrevistadas prestam serviços fora do município, o que demonstra que sua atuação é descentralizada e atende a uma demanda regional, como é possível observar na figura 2.

Figura 2- Cidades circunvizinhas de Colíder, Mato Grosso, que as empresas entrevistadas prestam serviços



Adaptado por Carmo (2019), com base cartográfica disponível em: <https://www.nerdprofessor.com.br/mapas-de-mato-grosso/>

Essa configuração de oferta de serviços na região próxima a Colíder, demonstra que a cidade possui empresas sólidas no ramo de serviços para eventos, com atendimento profissionalizado, capaz de expandir seus mercados e atender demandas mais exigentes. As empresas mais atendidas fora do município são: Sinop (41,7%); Guarantã do Norte (16,7%); Nova Santa Helena (16,7%); e Nova Canaã do Norte (16,7%).

Pode-se influir que as empresas de evento colidenses estão em busca de novos mercados consumidores, seja para alavancar novos faturamentos, ou

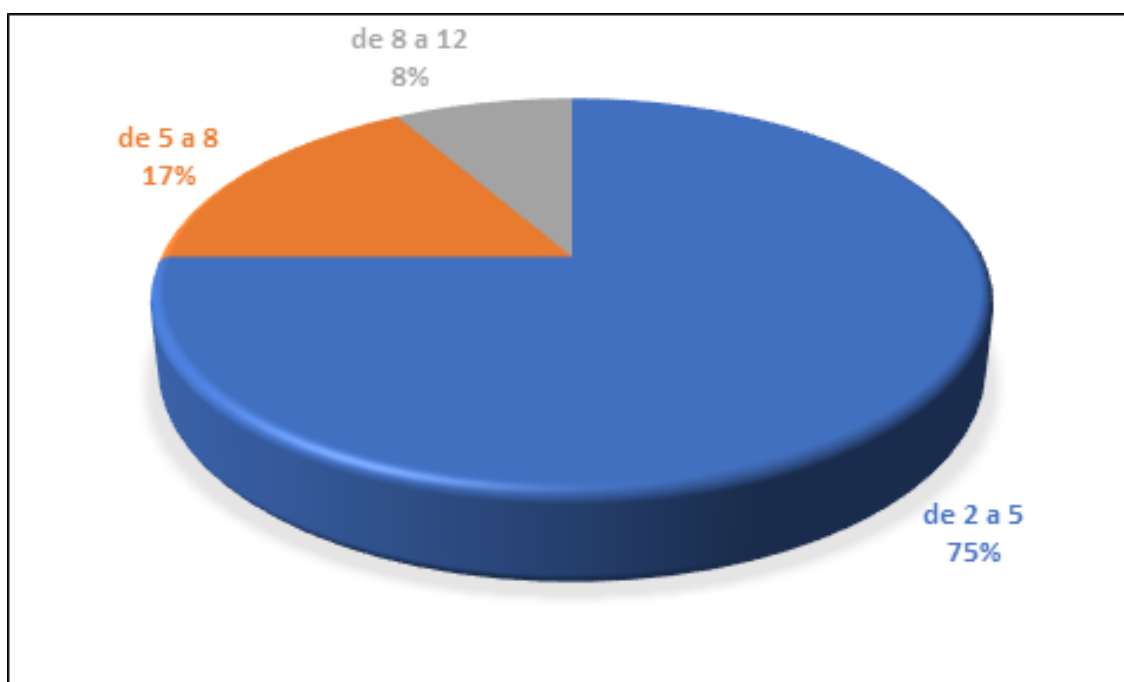
para difundir sua marca no cenário mercadológico estadual de eventos, buscando atender aos mais diversos nichos de clientes, se comprometendo em ofertar serviços profissionalizados e eficientes.

De acordo com os dados de mercado, torna-se relevante a compreensão de como essas empresas se comportam com relação aos recursos humanos, principalmente objetivando a análise de como elas se organizam para atender eventos de médio e grande porte.

Com base nos questionários, foi identificado que 81,8% das empresas trabalham com 2 a 5 funcionários fixos, e apenas 18,2% das empresas pesquisadas possuem de 5 a 8 funcionários fixos. Correlacionando com o vetor salário, foi identificado que dentre os funcionários fixos, 60% pagam o teto de um salário-mínimo e 40% pagam até dois salários-mínimos, isso demonstra que as empresas possuem um número reduzido de funcionários fixos e pagam seus funcionários conforme suas receitas mensais, o que irá variar da quantidade e tamanho de eventos realizados.

No gráfico 2 é possível verificar a média de funcionários temporários empregados pelas empresas de evento na cidade em questão.

Gráfico 2 – Quantidade de contratações temporárias pelas empresas de evento em Colíder, Mato Grosso, para o ano de 2019



Fonte: Carmo (2019)

A partir da análise dos dados expressos no gráfico 2, é possível verificar que a maior parte das empresas contratam de dois a cinco funcionários temporários para a realização de eventos, além disso foi identificado que, em sua totalidade, as empresas optam por pagamento de diárias para esses contratos temporários. As empresas que mais empregam são as do segmento de *buffet*, cerimonial e decoração, haja vista que necessitam de um número maior de pessoas para operar e entregar os serviços contratados com qualidade.

Das empresas pesquisadas que realizam eventos em outros municípios, 83,3% delas preferem o contrato de funcionários temporários em Colíder e levá-los para os eventos externos. Essa informação, demonstra que os empregos temporários são gerados no município de origem das empresas, gerando apenas renda (quando há a demanda), mas não são de carteira assinada, contribuindo para a ampliação do trabalho informal.

Um dos dados preocupantes alcançados com os questionários, é que existia uma única empresa de eventos na cidade que não possuía quadro de funcionários fixos, ela se dedica ao gerenciamento e organização de serviços para eventos, tendo como funcionário fixo apenas o proprietário. Podendo ser considerado que atua em certa informalidade, considerando que quando contrata funcionários temporários acaba pagando menos ou nada de impostos.

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados no mês de agosto de 2019, o município de Colíder teve um saldo positivo na geração de empregos, considerando que em junho abriu 45 vagas e em julho seis vagas. O setor de serviços destaca-se como grande gerador de novos postos de trabalho no município, como também em todo o estado de Mato Grosso.

Embora o setor de serviços se apresente como o grande gerador de empregos, é notório que o segmento de eventos aponta para um caminho de precarização do trabalho. Haja vista que a maioria das empresas pesquisadas opta pela contratação esporádica de pessoal, situação essa que evidencia a informalidade, já que tende ao pagamento inferior de impostos, impactando de forma negativa a economia local.

Na tabela 1, é ilustrada as contribuições das empresas pesquisadas no cenário de geração de empregos para o município de Colíder, considerando a quantidade de empregos fixos e temporários, gerados pelas empresas pesquisadas e como são efetuados os pagamentos para os contratos.

Tabela 1 – Empregos fixos e temporários gerados pelas empresas de eventos de Colíder, Mato Grosso, para o ano de 2019.

| <b>Empresa</b> | <b>Empregos fixos</b> | <b>Empregos *temporários</b> | <b>Pagamento funcionário **fixo</b> | <b>Pagamento funcionário temporário</b> | <b>Valor pago funcionário ***temporário</b> |
|----------------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------|
| A              | De 2 a 5              | De 2 a 5                     | Até 2                               | Diárias                                 | De R\$100,00 a R\$ 150,00                   |
| B              | -                     | De 8 a 12                    | 1                                   | Diárias                                 | De R\$ 150,00 a R\$ 200,00                  |
| C              | De 2 a 5              | De 2 a 5                     | Até 2                               | Diárias                                 | De R\$ 200,00 a R\$ 250,00                  |
| D              | De 2 a 5              | De 2 a 5                     | 1                                   | Diárias                                 | De R\$ 150,00 a R\$ 200,00                  |
| E              | -                     | De 5 a 8                     | -                                   | Diárias                                 | De R\$ 50,00 a R\$ 100,00                   |
| F              | De 2 a 5              | De 2 a 5                     | Até 2                               | Diárias                                 | De R\$ 50,00 a R\$ 100,00                   |
| G              | De 2 a 5              | De 2 a 5                     | 1                                   | Diárias                                 | De R\$ 50,00 a R\$ 100,00                   |
| H              | De 2 a 5              | De 2 a 5                     | 1                                   | Diárias                                 | De R\$ 50,00 a R\$ 100,00                   |
| I              | De 2 a 5              | De 2 a 5                     | -                                   | Diárias                                 | De R\$ 50,00 a R\$ 100,00                   |
| J              | De 2 a 5              | -                            | 1                                   | Diárias                                 | De R\$100,00 a R\$ 150,00                   |
| K              | De 2 a 5              | De 2 a 5                     | Até 2                               | Diárias                                 | De R\$100,00 a R\$ 150,00                   |
| L              | De 2 a 5              | De 2 a 5                     | 1                                   | Diárias                                 | De R\$ 50,00 a R\$ 100,00                   |
| M              | De 5 a 8              | De 5 a 8                     | -                                   | Diárias                                 | De R\$ 150,00 a R\$ 200,00                  |
| N              | De 5 a 8              | De 2 a 5                     | Até 2                               | Diárias                                 | De R\$100,00 a R\$ 150,00                   |

.A empresa J não respondeu a quantidade de funcionários temporários \*

.As empresas B e E, não responderam a quantidade de funcionários fixos \*\*

.As empresas E, I e M não responderam os valores pagos aos funcionários fixos \*\*\*

Fonte: pesquisa direta em outubro/2019. Organizado pelos autores.

Por meio das informações referentes a trabalho, emprego e renda gerados pelas empresas pesquisadas em Colíder, é perceptível que elas são responsáveis pela geração de 40 a 60 (em média) de empregos diretos mensalmente, mas optam em sua maioria por contratações temporárias. Esse dado demonstra um cenário preocupante, onde a mão de obra não é valorizada e o trabalhador não possui garantias e direitos trabalhistas assegurados.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Colíder possuía no ano de 2019 cerca de 22.438 habitantes, apresentando um crescimento de 8,68% com relação ao levantamento de 2010. Em 2017, o salário médio mensal era de 2,2 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas era de 20,7% em relação ao total de habitantes.

Ainda conforme os dados do censo de 2010, considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo, o município tinha um percentual de 33% da população nessas condições. Comparando esse dado, com o valor pago aos funcionários pelas empresas pesquisadas, que está entre um e dois salários mínimos, pode-se afirmar que elas contribuem para o aumento do poder aquisitivo da população, considerando que o salário pago é maior do que o recebido por 33% da população colidense, no ano de 2019.

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, em 2019, o valor era de R\$ 27.128,23, o que descola com a realidade da maioria da população colidense. Assim, pode-se afirmar que há uma forte concentração de renda no município, que é confirmado pelo Índice de Gini, calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que era de 0,5816, indicando a maior desigualdade socioeconômica.

O PIB demonstra apenas o crescimento econômico, não possibilita verificar o bem-estar da população de determinada localidade. Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019) “a renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim”, por isso propôs a análise através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerando características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana, assim, em seu cálculo existem três pilares, a saúde, a educação e renda. No município de Colíder o IDH é de 0,713, o que indica que o desenvolvimento humano nesta localidade é médio.

Conforme Ribeiro (2007 *apud* Brito *et al.*, 2015, p.125), o desenvolvimento local pode ser entendido como o processo que reativa a economia ao mesmo tempo em que dinamiza a sociedade local, “o qual, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos internos disponíveis em uma zona determinada, é capaz de estimular o crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida da comunidade local”. Portanto, pode-se apontar o papel das empresas de eventos em Colíder contribuem com a economia local por meio da geração de renda apenas, haja vista o pouco desempenho na geração de empregos.

Diante do exposto, é relevante observar que o movimento econômico gerado pelos eventos sociais durante a sua realização, não se limitam aos seus próprios setores, já que acabam auxiliando na movimentação de receitas oriundas do consumo de bens e serviços por parte dos participantes que esses eventos atraem, como despesas com locomoção e hospedagem (caso não residam na cidade do evento), vestuário, dentre outros.

No caso de Colíder, pode-se destacar a contribuição das empresas de eventos no que se refere a geração de renda, pagamento de impostos, geração de receitas para o município e fortalecimento do comércio local, uma vez que os valores arrecadados são provenientes da necessidade do consumo gerado pelos eventos. Logo, o comércio local é beneficiado, exemplo disso são as empresas de assessoria de evento, que atuam para indicar as lojas especializadas para compra de presentes, lojas de vestuário, salões de beleza e clínicas de estética, agências de viagem, dentre outras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise realizada permitiu compreender que as empresas de eventos sociais em Colíder, Mato Grosso, constituem um segmento dinâmico e em expansão, capaz de impulsionar a economia local por meio da geração de renda e do fortalecimento do comércio. Os dados levantados evidenciam que essas empresas atuam em grande parte do território mato-grossense, ampliando sua rede de serviços e consolidando sua presença para além dos limites municipais, o que demonstra capacidade de organização, adaptação e competitividade.

Entretanto, os resultados também revelam um quadro marcado pela predominância da informalidade e pela concentração de contratações temporárias, o que indica precarização das relações de trabalho. A elevada dependência de vínculos eventuais limita a formalização de empregos e, conseqüentemente, a garantia de direitos trabalhistas, configurando um desafio para que o setor contribua de maneira mais efetiva para o desenvolvimento social.

Sob a perspectiva do desenvolvimento local, conforme discutido ao longo do estudo, as empresas de eventos desempenham papel importante na movimentação econômica do município, estimulando não apenas a circulação de capital, mas também a interação entre diferentes segmentos do comércio, como salões de beleza, lojas de roupas, serviços de fotografia, alimentação e hospedagem. Essa articulação fortalece a economia urbana, gera oportunidades de negócios e cria novas demandas por serviços especializados.

Apesar do potencial econômico identificado, o avanço em termos de desenvolvimento humano permanece condicionado a políticas públicas e estratégias que promovam a formalização do trabalho, a qualificação profissional e a valorização da mão de obra. A ampliação da oferta de empregos fixos e a elevação da renda média são passos fundamentais para que a atividade de eventos contribua de forma mais abrangente para a qualidade de vida da população local.

Dessa forma, conclui-se que o mercado de eventos sociais em Colíder representa um vetor significativo de geração de renda e de dinamização econômica, mas ainda carece de maior integração entre crescimento econômico e inclusão social. A adoção de medidas que incentivem a formalização das empresas, o fortalecimento das redes de cooperação e a profissionalização do setor pode ampliar os benefícios gerados, transformando o potencial econômico em desenvolvimento local sustentável e socialmente justo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Soraya Sousa de. **Turismo de Eventos: A Importância dos Eventos para o Desenvolvimento do Turismo**. Brasília, Brasil. 2004.

CARMO, Welington Santos. **Empresas de eventos sociais como estratégia de geração de emprego e desenvolvimento local**. 2019. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019.

BRITO, Lydia Maria Pinto. SANTOS, Maria Érica de Lira. GURGEL, Fernanda Fernandes. Desenvolvimento Local e “O Maior São João do Mundo”. **Revista interdisciplinar de gestão social**, v.4n.2 p. 12 3 -144, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10160/11573>. Acesso em: 29 out. 2019

BRITTO, Janaína; FONTES, Nena. **Estratégias para Eventos: uma ótica de marketing e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CALINO, Carolinne Fortini Dias Rodrigues; COUTINHO, Rahnica Evelise Toledo; BIZERRA, Carine Camara; GARCIA, Sônia Cardoso Moreira. O evento como ferramenta de atração e retenção de clientes no setor gastronômico. *In*: XI SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. **Anais [...]**. 2014, p. 01-16. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/1620418.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CARDOSO. José Celso Jr.; GONZALEZ, Roberto; STIVALI, Matheus; AMORIM, Brunu; VAZ, Fábio. **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo**. Texto para discussão. Brasília: Ipea, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1719>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa** / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Marina Baird Ferreira. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Cidades**. IBGE, Brasil, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colider/panorama>. Acesso em: 29 out. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O que é? Índice de Gini**. 2004. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 02 nov. 2019.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 02 nov. 2019.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 1986.

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Tudo sobre eventos**. São Paulo: STS, 1999.

PAULA, Juarez. **Desenvolvimento local: como fazer?** Brasília: SEBRAE, 2008. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/desenvolvimento-local-como-fazer,304ad1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Brasil. **O que é Desenvolvimento Humano**. 2019. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>. Acesso em: 02 nov. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS (ABEOC). **II Dimensionamento Econômico da Indústria de Eventos no Brasil - 2013**. Disponível em: <http://www.abeoc.org.br/wp-content/uploads/2014/10/II-dimensionamento-setor-eventos-abeoc-sebrae-171014.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SENHORAS, Elói Martins. Caminhos Bifurcados do Desenvolvimento Local: as boas práticas de gestão pública das cidades, entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 3-27, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/15/11>. Acesso em: 15 abr. 2018.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS E ORGANIZADOR**

### **Beatriz de Azevedo do Carmo**

Doutoranda em Geografia pela UNICAMP e professora interina do curso de Licenciatura em Geografia da UNEMAT, Campus de Sinop. Vice-líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Gestão do Território (DEGET/UNEMAT/Sinop).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6940757431181693>.

ORCID: 0000-0001-9234-5521

E-mail: [beatriz.carmo@unemat.br](mailto:beatriz.carmo@unemat.br)

### **Judite de Azevedo do Carmo**

Doutora em Geografia pela UNESP, Campus de Rio Claro. Professora do curso de Licenciatura em Geografia da UNEMAT, Campus de Sinope do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNEMAT, Campus de Cáceres. Líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Gestão do Território (DEGET/UNEMAT/Sinop).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9731291032856499>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7810-7559>

E-mail: [judite.carmo@unemat.br](mailto:judite.carmo@unemat.br)

### **Vinicius Modolo Teixeira**

Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Territorial e Geopolítica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3997717414663988>

ORCID: 0000-0002-1743-242X

E-mail: [falecomovinas@gmail.com](mailto:falecomovinas@gmail.com)

### **Kárita de Fátima Araújo**

Professora interina do Curso de Geografia (UNEMAT/Sinop), Doutora pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), vice-líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Territorial e Geopolítica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8489269031818209>

ORCID: 0000-0002-2320-6269

E-mail: [karita.araujo@unemat.br](mailto:karita.araujo@unemat.br)

## **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

Ademir Pereira

Graduado em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Sinop. E-mail: ademirsnp96@gmail.com

Antonia Tainara Torres Silva

Pós-Graduanda em Juventude e Transformações Sociais Contemporâneas e Licenciada em Geografia pela UNEMAT- Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso Campus de Sinop-MT.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/37110518840055>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2222-7567>

E-mail: antonia.silva@unemat.br

Baltazar Casagrande

Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus de Guajará-Mirim. atua em temas de socioambientais e educacionais na Amazônia Legal.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6935679442376302>

ORCID: 0000-0001-6264-829X

E-mail: baltazar.casagrande@ifro.edu.br

Beatriz de Azevedo do Carmo

Doutoranda em Geografia pela UNICAMP e professora interina do curso de Licenciatura em Geografia da UNEMAT, Campus de Sinop. Vice-líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Gestão do Território (DEGET/UNEMAT/Sinop)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6940757431181693>.

ORCID: 0000-0001-9234-5521

E-mail: beatriz.carmo@unemat.br

Bruno Henrique Gomes Alexandre

Licenciado em Geografia e Especialista em Geografia: Organização do Espaço e Meio Ambiente pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul/PR. Especialista em Tendências e Metodologias para o Ensino de História e Geografia pela Universidade Pitágoras Unopar/PR. Mestre em Educação Para a Ciência e o Ensino de Matemática pela Universidade Estadual de Maringá/PR. Mediador Extrajudicial. Professor efetivo da UNEMAT, Campus Sinop, onde atua como Professor e Coordenador de Estágio, Membro do Colegiado de Geografia e Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9696227383777396>

E-mail: bruno.alexandre@unemat.br

Daniel Vanali Candido Mateus

Graduando em Licenciatura em Geografia pela UNEMAT, Campus Sinop. Membro do grupo de pesquisa (DEGET/UNEMAT/Sinop).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1206397487549818>

ORCID: 0009-0008-9427-2635

E-mail: [daniel.vanali@unemat.br](mailto:daniel.vanali@unemat.br)

Débora Brunielli Queiroz da Silva Wenceslau

Professora da rede estadual de ensino de Mato Grosso – SEDUC-MT, graduada em Licenciatura em Geografia e pós-graduada em Geografia e Meio Ambiente.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5139232768069517>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3798-8816>

E-mail: [debora.queiroz@edu.mt.gov.br](mailto:debora.queiroz@edu.mt.gov.br)

Emanuele Rebeca Maximiano Almeida

Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Sinop. Membro do grupo de pesquisa (DEGET/UNEMAT/Sinop). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4848200552199157>

ORCID: 0009-0008-3328-8916

E-mail: [emanuele.rebeca@unemat.br](mailto:emanuele.rebeca@unemat.br)

Felipe Neres Ferreira

Graduado em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Sinop.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5777009958528512>

E-mail: [felipe.neres@unemat.br](mailto:felipe.neres@unemat.br)

Judite de Azevedo do Carmo

Doutora em Geografia pela UNESP, Campus de Rio Claro. Professora do curso de Licenciatura em Geografia da UNEMAT, Campus de Sinop do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNEMAT, Campus de Cáceres. Líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Gestão do Território (DEGET/UNEMAT/Sinop)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9731291032856499>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7810-7559>

E-mail: [judite.carmo@unemat.br](mailto:judite.carmo@unemat.br)

Jeniffer Hespanha dos Santos

Graduada em Geografia pela UNEMAT, Campus de Colíder e Mestra em Geografia pela UNEMAT, Campus de Cáceres.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8121613762915000>

ORCID: 0000-0001-6546-3098

E-mail: [jenifferhespanha@hotmail.com](mailto:jenifferhespanha@hotmail.com)

Kárita de Fátima Araújo

Professora interina do Curso de Geografia (UNEMAT/Sinop), Doutora pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), vice-líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Territorial e Geopolítica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8489269031818209>

ORCID: 0000-0002-2320-6269

E-mail: [karita.araujo@unemat.br](mailto:karita.araujo@unemat.br)

Karine Fernanda Nascimento Azevedo

Graduanda em licenciatura em Geografia, pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus Sinop. Membro do grupo de pesquisa (DEGET/UNEMAT/Sinop). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6878438080183927>

ORCID: 0009-0000-0082-1683

E-mail: [karine.azevedo@unemat.br](mailto:karine.azevedo@unemat.br)

Leila Nalis Paiva da Silva Andrade

Professora Adjunta dos cursos de Graduação e da Pós-graduação em Geografia – PPGGeo da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus de Cáceres. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão em Geomorfologia Fluvial – LAPEGEOF. “Profa. Dra. Sandra Baptista da Cunha” Unemat. Líder do Grupo de Pesquisa Recursos Hídricos: Pantanal, Amazônia, Cerrado – RHIDROPAC.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4143427821662491>

ORCID: <https://orcid.org/000-0002-0571-4833>

E-mail: [leilaandrade@unemat.br](mailto:leilaandrade@unemat.br)

Leonardo Soares dos Santos

Mestrando em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres. Membro do grupo de pesquisa (DEGET/UNEMAT/Sinop). ORCID: 0000-0001-5147-4378

E-mail: [leonardo.soaresl@unemat.br](mailto:leonardo.soaresl@unemat.br)

Maira dos Santos Zanini

Graduada em Licenciatura em Geografia e mestre em Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6248314471337795>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2024-6019>

E-mail: [maira.zanini@unemat.br](mailto:maira.zanini@unemat.br)

Marcos dos Santos

Professor Adjunto no Curso de Licenciatura em Geografia/UNEMAT, Campus de Sinop/MT; Graduado em Geografia, mestre e doutor em Ciências Ambientais, com especialização em Análise Ambiental e Planejamento Urbano.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2037930811007128>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6857-8712>

E-mail: [mdsantos@unemat.br](mailto:mdsantos@unemat.br)

Marcelo Freire de Castilho

Graduado em Geografia pela Unemat, campus de Sinop, em 2022, professor da Educação Básica, atuando no colégio Regina Pacis, em Sinop.

ORCID: 0009-0004-9933-5712

E-mail: [marcelofreiresnp@hotmail.com](mailto:marcelofreiresnp@hotmail.com)

Micheli Hederiki Alves

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) – MT, Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Membro do grupo de pesquisa (DTG/UNEMAT/Sinop)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6215207602834275>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3653-1569>

E-mail: [micheli.hederiki@unemat.br](mailto:micheli.hederiki@unemat.br)

Ozéias dos Santos Batista

Graduado em Geografia pela UNEMAT, Campus de Colíder.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5212206727825041>

ORCID: 0009-0003-3369-7377

E-mail: [thedy31@hotmail.com](mailto:thedy31@hotmail.com)

Talita Nogueira Morais de Oliveira

Graduada em Geografia pela UNEMAT, Campus de Colíder-MT, Especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9607159331660657>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1342-6633>

E-mail: [thally.nomorais@hotmail.com](mailto:thally.nomorais@hotmail.com)

Vinicius Modolo Teixeira

Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Territorial e Geopolítica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3997717414663988>

ORCID: 0000-0002-1743-242X

E-mail: falecomovinas@gmail.com

Wellington Santos do Carmo

Graduado em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus de Colíder.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4314470211198984>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5363-5294>

E-mail: wellingtonscarmo22@hotmail.com



# Territórios, Paisagens e Saberes: Reflexões a partir do Norte Mato-Grossense

[www.arcoeditores.com](http://www.arcoeditores.com)  
[contato@arcoeditores.com](mailto:contato@arcoeditores.com)  
(55)99723-4952

**ARCO**  
EDITORES